



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 120 - TERÇA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serlys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp	 LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP - 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	 VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	 Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 128ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE AGOSTO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 194, 199, 200, 201, 240, 245, 248, 249, 251 e 252/05..... 26782

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR PAPALÉO PAES – Considerações sobre os empréstimos obtidos pelo empresário Marcos Valério. Necessidade de regulamentação da edição de medidas provisórias..... 26783

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Considerações sobre a burocracia no processo eleitoral..... 26784

SENADOR MÃO SANTA – Ações realizadas por S. Exª quando ocupou o Governo do Estado do Piauí. Comentários ao texto intitulado “A fraude de Nelson Jobim”, de autoria do ex-governador Leonel Brizola..... 26786

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Comentários à fala do Presidente Lula no programa “Café com o Presidente”, transmitido hoje.... 26788

SENADOR SIBÁ MACHADO – Perspectivas para a produção de biodiesel no Acre. Necessidade de diminuição dos custos das campanhas eleitorais. Considerações sobre os trabalhos das CPIs dos Correios e do Mensalão..... 26790

SENADOR JOSÉ JORGE – Comentários aos itens da agenda mínima para o desenvolvimento econômico do País..... 26792

SENADOR JORGE BORNHAUSEN – Considerações sobre os trabalhos das CPIs em funcionamento no Congresso Nacional..... 26794

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Comentários à resposta a requerimento de informações de autoria de S. Exª, sobre o uso de um avião e de uma lancha da União por amigos do filho do Presidente da República. Defesa da instalação de uma refinaria de petróleo no Rio Grande do Norte..... 26795

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Esclarecimentos à reportagem do programa “Fantástico”, da TV Globo, sobre atividades militares na Serra do Caçimbo/PA..... 26798

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 819, de 2005, de autoria da Senadora Heilóisa Helena e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José Aprígio Vilela, ocorrido no dia 7 de agosto de 2005, em São Paulo – SP..... 26801

Nº 820, de 2005, de autoria do Senador Jefferson Peres, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 93, de 2005..... 26801

Nº 821, de 2005, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona.. 26801

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64, de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar..... 26802

1.2.5 – Ofícios

Nº 273/2005, de 8 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação do Senador Romero Jucá, como membro suplente, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em vaga existente. Designação do Senador Romero Jucá para compor a referida comissão..... 26805

Nº 274/2005, de 8 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação e substituição de membro na Comissão de Assuntos Econômicos..... 26805

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários a declarações do Presidente Lula. Críticas à política econômica do Governo, assim como à sua administração..... 26806

SENADOR TIÃO VIANA – Considerações sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico, matéria enviada ao Congresso Nacional e que aguarda

votação. Defesa de uma agenda mínima para o Congresso Nacional.....	26807	ponto com o que foi feito com a Senadora Heloísa Helena e outros integrantes do PT.....	26851
SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol, defendida por alguns, mas da qual discordam os índios e colonos que vivem naquela região.....	26832	1.2.7 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de Sessão Especial, a realizar-se amanhã, às 12:00 horas, destinada a comemorar os 80 anos do Jornal O Globo, de acordo com o Requerimento nº 807, de 2005, do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores.....	26851
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Análise sobre os motivos e erros do Partido dos Trabalhadores e do Governo, que desencadearam a crise política atualmente vivida no País.....	26834	Abertura até o dia 1º de novembro, das indicações ao “Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz”. As indicações deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa por meio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.....	26851
SENADOR EFRAIM MORAIS – Críticas aos comentários do Presidente da República sobre a atual crise política. Relato sobre as declarações do Sr. César Benjamin a respeito do Partido dos Trabalhadores.....	26837	1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR REGINALDO DUARTE – Registro de matérias publicadas na imprensa a respeito da crise política.....	26851
SENADOR PEDRO SIMON – Críticas dos Senadores Mão Santa e Heloísa, desde há primeira hora, a procedimentos adotados pelo Governo Federal, agora confirmados pela crise vivida pelo Brasil. Análise sobre as denúncias do Deputado Roberto Jefferson, que agora vêm sendo confirmadas. Defesa de um fundo público para campanhas políticas.....	26839	SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do artigo intitulado “Lula é o responsável”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 18 de julho último.....	26881
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Recusa do Presidente Lula em aceitar que o Governo e o seu Partido são os geradores dos problemas desencadeadores da atual crise.....	26842	SENADOR ALMEIDA LIMA – Registro do artigo intitulado “‘Erros’, fatos e palavras”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 29 de julho último.....	26882
SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Resposta ao Senador Heráclito Fortes a respeito de pronunciamentos do Presidente Lula. Desacordo com a anunciada decisão das CPMIs no sentido de elaborar lista com nomes de parlamentares solicitando a cassação de seus mandatos. Proposta de criação de uma comissão mista para tratar emergencialmente da reforma política.....	26844	SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Presidente da Casa da Moeda levou R\$2,6 milhões, revela lista de Valério”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 3 de agosto do corrente.....	26883
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante.	26846	SENADOR LUIZ SOARES – Registro da matéria intitulada “Os desfechos da crise”, publicada na revista IstoÉ , edição de 13 de julho último.....	26884
SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Tréplica ao discurso do Senador Heráclito Fortes.....	26846	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado “O Nobel da distração”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 3 de agosto do corrente.....	26887
SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Rompimento com o Governador de Tocantins, Sr. Marcelo Miranda, por conta das ações governamentais que implicaram problemas para o Estado do Tocantins.....	26847	SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Registro do artigo intitulado “A agenda mínima do PSDB”, de autoria do jornalista Ribamar Oliveira, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 1º de agosto do corrente.....	26888
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Defesa do reajuste dos soldos dos militares, tendo em vista a situação crítica em que vivem. Discordância da política externa adotada pelo Presidente Lula, que tem resultado em gastos e em derrotas nos foros internacionais.....	26849	SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “De crenças e credíncies”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 26 de julho último.....	26890
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Fala associativa à homenagem prestada pelo falecimento do empresário alagoano José Aprígio Vilela, filho de Teotônio Vilela. Apoio a uma proposta de reforma política a ser apreciada pelo Congresso Nacional. Procedimentos adotados pelo PT em relação aos Srs. Delúbio Soares e Sérgio Pereira, em contra-		1.3 – ENCERRAMENTO 2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSÃO ANTERIOR Do Senador Álvaro Dias, proferido em 5 de agosto de 2005.....	26896
		3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 3.208 a 3.215, de 2005.....	26899

SENADO FEDERAL

- 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
- 5 – SECRETARIA DE COMISSÕES
- 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 - 13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
 - 15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
 - 16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO
-

Ata da 128^a Sessão Não Deliberativa em 8 de agosto de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Morais, da Sra. Serys Slhessarenko
e dos Srs. Mão Santa e Rodolpho Tourinho*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2005**

(nº 1.370/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santo André a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo André, Estado da Paraíba;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2005**

(nº 1.407/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Pedroregense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Régis, Estado da Paraíba;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2005**

(nº 1.408/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária José Gouveia da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amaraji, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2005**

(nº 1.412/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Areia, Estado da Paraíba;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2005**

(nº 1.529/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Educativa de Nova Olinda – Acreno a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado da Paraíba;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2005**

(nº 1.487/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Belas, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2005**

(nº 1.493/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2005**

(nº 1.495/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estereosom de Limeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2005**

(nº 132/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Diário de Petrópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2005**

(nº 1.083/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal do Brasil Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Mão Santa. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

A seguir terá a palavra o Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB, como orador regularmente inscrito.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é comum, por parte dos membros que compõem o Congresso Nacional, trazer à Casa e à sociedade reflexões que possam contribuir para mudanças, transformações ou acertos, de conformidade com a conjuntura. Nesta tribuna já tive oportunidade de falar das questões que envolvem o trabalho das CPMIs em atividade. Muitos dias já se passaram, muitos fatos vieram ao conhecimento da Casa e da sociedade. Já tivemos momentos em que a tônica foi de perplexidade, deceção e, por que não dizer, de sofrimento.

Sr. Presidente, não é difícil chegar a uma conclusão ante os fatos já devidamente levados ao conhecimento público. Corrupção há, corruptos estão identificados, e corruptores tentam camuflar a realidade, como se fosse possível. Sendo assim, devo dizer o seguinte: é do conhecimento de todos nós brasileiros que, para se obter empréstimo bancário, faz-se necessário ter suporte de garantia, condição indispensável. O espantoso, nos fatos levados ao conhecimento nos últimos dias, é que Marcos Valério, figura até então desconhecida, conseguiu obter de forma inexplicável mais de R\$ 55 milhões, os quais foram distribuídos conforme o planejamento indicado pelo então tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Sr. Delúbio Soares. Portanto, não há dúvida de que estamos diante de fatos claramente dolosos. Não aceitamos, sob hipótese alguma, a simplória justificativa de que esses vultosos valores possam ser chamados de não contabilizados, como se isso fosse legal.

Não se pode, sob nenhuma justificativa, beneficiar este ou aquele envolvido, mesmo que a biografia do envolvido possa até ser notória, sob pena de comprometermos a credibilidade do Poder Legislativo, que hoje se encontra questionada pela população e observada pela comunidade internacional. Sendo assim, é inadmissível qualquer tipo de acordo, como foi especulado por alguns, conforme divulgado nos meios de comunicação, por ser ato de total imoralidade.

A CPI é um instrumento, e sua atuação não se compara com os trabalhos que as Delegacias de Polícia realizam, ou mesmo com os procedimentos praticados pelo Ministério Público, uma vez que os trabalhos da CPI são sempre levados ao conhecimento público, como forma de democratizar as investigações. Todos nós esperamos que as conclusões das atuais Comissões de Inquérito sejam ultimadas, a fim de que os

envolvidos sejam responsabilizados pelos seus atos. É o que toda a sociedade espera.

Sras e Srs. Senadores, quero, neste momento, me dirigir ao eminentíssimo Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, a quem desde logo apresento meus respeitos. Digo a Sua Excelência que o momento exige ação e não omissão. E aproveitando uma frase de famosa letra de música proibida do cantor e compositor Geraldo Vandré no período do regime militar, digo “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. A hora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é de fazer com que o Congresso Nacional, o Senado Federal funcione de maneira regular.

A competência para compor a pauta para os trabalhos da Casa e transformar as sessões em deliberativas é do Presidente da Casa. Não se pode ficar à mercê do chamamento do Chefe do Poder Executivo para propor o andamento das matérias importantes que se encontram esperando encaminhamento. É triste saber que para a Casa trabalhar é preciso se fazerem acordos que recebem até nome como se fosse constitucionais, como, por exemplo, agenda positiva. Isso deve ser combatido para o bem do Poder.

O Congresso tem o dever, perante a sociedade brasileira, de deliberar as matérias de interesse do País. Nada justifica, neste momento, a inércia ora presenciada.

Sou autor da proposta de emenda à Constituição nº 47, que apresentei em 2004, a qual retira da Constituição o instituto das medidas provisórias, as responsáveis pela paralisia nefasta dos trabalhos do Congresso Nacional. Temos de corrigir essa anomalia. A responsabilidade de emendar a Constituição foi outorgada pelo Poder Constituinte originário ao Congresso Nacional e somente este pode agora fazer com que a normalidade volte a ser constância dos trabalhos em ambas as Casas.

Não é aceitável, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que os noticiários, ao iniciar o dia, informem à população que a pauta das Casas do Congresso Nacional se encontram trancadas por força de medidas provisórias e que nada é feito pelo Poder Legislativo a fim de que isso possa ser resolvido.

Sr. Presidente, para encerrar o meu pronunciamento, quero dizer, como membro do Poder Legislativo, que o Brasil precisa do trabalho do seu Congresso Nacional. O Poder Executivo não pode usurpar a competência precípua do Poder Legislativo, que é o de legislar; e os membros do Congresso Nacional não podem ficar inertes, como se nada pudesse ser feito.

Sr. Presidente, vamos mudar! Isso nós podemos fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, sem prejuízo da lista de oradores. A seguir, falará o Senador Mão Santa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, há poucos dias, ocupei esta tribuna para falar de burocracia, do quanto ela custa aos cofres públicos, o quanto ela emperra os processos neste País, aumentando o custo Brasil.

Hoje, vou falar especificamente de um tema que tem a ver com o que o Senador Papaléo acabou de falar e que vai interessar ao Senador Mão Santa e a todos os políticos que enfrentam eleições no próximo ano. Vou falar da burocracia no processo eleitoral. Estamos vendo um escândalo gigantesco, estamos vendo o que está acontecendo no País com caixa dois de campanha e uma série de situações que têm, com toda a certeza, um único motivo: as campanhas eleitorais.

Não vai adiantar, Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, se não desburocratizarmos o processo eleitoral do próximo ano. Que me diga um candidato, digamos o Senador Mão Santa, que vai ser candidato a Governador no Piauí.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ou Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ou Presidente, segundo ele.

Ele terá que ter caixa para fazer os seus materiais gráficos, que custam uma fortuna – santinhos, retratos, publicações –, mas talvez não tenha dinheiro para colocar os seus *outdoors*; e se for um luminoso será muito mais caro. Talvez não tenha milhares e milhares de camisas. No meu Estado, uma campanha majoritária não pode ser pensada se não se tiver pelo menos quinhentas mil camisas – a R\$4,00 cada, estamos falando de R\$2 milhões somente em camisas. Que não se pense no marqueteiro; os marqueteiros cobram caro. Cada programa de televisão é gratuito – gratuito, vírgula. Tem de se contratar estúdio, tem de se fazer filmagem permanente para ter material para se fazer um programa vibrante. Tudo isso precisa de dinheiro.

Estamos vivendo o escândalo do caixa dois, da ficção dos custos das campanhas. Está se aproximando uma e vamos precisar modificar tudo isso.

Talvez vamos precisar – eu aqui vou dar sugestões num **brainstorm**, numa tempestade cerebral, como fazem os americanos – fazer retrato padrão para todo mundo e que os programas de televisão sejam ao vivo, para não ter estúdio, para não ter marqueteiro, para não ter coisa alguma. Talvez tenhamos de proibir *outdoors* ou que tenhamos um número limitado de *outdoors*. Tal-

vez tenhamos de proibir camisas e bonés. Tudo isso tem de ser pensado rapidamente porque setembro já é a data em que não se pode trocar de Partido. Em outubro, tem de se decidir em que Partido se fica para poder ser candidato no próximo ano.

Mas, Sr. Presidente, se não cuidarmos de todos esses itens...

E os cabos eleitorais? Quem olha na rua vê que as mocinhas estão lá agitando bandeiras...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me dá um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muita satisfação, mas me deixe só concluir este pensamento para lhe dar o aparte.

As mocinhas estão lá agitando as bandeiras, mas é preciso o transporte para levar essas mocinhas, tem de se dar o dinheiro do lanche, tem de se pagar alguma coisa. Dependendo do Estado, são milhões e milhões. Tudo custa muito caro. Temos que padronizar, que simplificar se quisermos que seja de outra forma.

Pois não, Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ney Suassuna, a democracia é feita dos três Poderes. Atentai bem, primeiro, nós temos de seguir aquilo que o seu Líder, o nosso Líder disse neste Congresso sintetizando a ética e a moral na política: não roubar, não deixar roubar e prender quem roubou. Segundo – atentai bem! –, há o Poder Judiciário, de que eu fui vítima e apresento o diploma aqui. Esse negócio de gastar o que não deve... Eu entrei aqui com a despesa que apresentei; mímina. Além de exercer minha profissão, médico – a medicina é a mais humana das ciências – fui benfeitor de uma Santa Casa, e o povo me fez prefeito, Deputado, Governador. E fui vítima da Justiça, que está aí. Atentai bem! Eu tenho um atestado de prova. Um dos políticos mais honrados foi Leonel Brizola. Estão de acordo? Ele ocupou todos estes cargos: prefeito, Deputado federal, Governador, duas vezes. Não foi Presidente da República, porque, talvez, também o nosso Rui Barbosa não o foi. Era o destino! Mas ele deixou escrito, antes de morrer: “A fraude de Nelson Jobim”. Eu fui vítima. Cassou. Senador Leonel Pavan disse que dei luz aos pobres. Dei e dei pouca. Pobre não pagava, não. Disse que dei água aos pobres. Dei. Não deixei cortar água de pobre, porque o rico parcela as suas dívidas, e eu parcelei. Disse que dei comida e que tinham sopa na mão no Piauí. Dei, porque estava obedecendo a Deus: “Dai de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede”. E que dei remédio. Eu, vítima. Está aí ainda, sonhando em dar um golpe. Mas está aqui o diploma do PMDB, meu Partido. Ele para sonhar... Está na **Veja** essa jogada. Vai ter de disputar

a convenção comigo, com Mão Santa. Dei remédio? Dei. Se eu dava remédio como médico na minha Santa Casa, eu não iria dar como Governador do Estado do Piauí? Devemos desmascarar não só este Poder, mas também o Poder Judiciário. Está aqui. Esse é o atestado que chegou oportunamente: "A fraude de Nelson Jobim", texto escrito pelo santo, pelo intocável, pelo honrado, pelo gaúcho Leonel Brizola. Então, essa reforma tem tudo. A única salvação da democracia é Partido forte. O meu PMDB precisa lançar candidato. Em 1974, Sobral Pinto. Esse, sim, homem de justiça, de vergonha, esteve ladeado por nosso Ulysses Guimarães. Em 1974, o PMDB participou do renascer da democracia. Então, V. Ex^a, como líder, deve incentivar o nosso Partido e dar uma opção ao povo brasileiro, uma opção de nova escolha. O povo é soberano e é quem decide. Essas são as nossas palavras. O PMDB vai ter candidato, candidato forjado na luta e acreditado pelo povo – e não obtido por meio dessas negociações imorais, que abrangem também o Poder Judiciário. Está aqui o diploma dado pelo comportamento de Nelson Jobim pelo santo Leonel Brizola.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Mão Santa. V. Ex^a faz as suas afirmações, mas minha preocupação está sendo mais direta e pontual.

Ao falar hoje neste plenário, estou querendo que a Mesa determine que, suprapartidariamente, os Líderes dos Partidos se reúnam e façam uma agenda do que deve ser apresentado – mas em 20 dias, porque, em pouco mais de 50 dias, essas normas precisam estar determinadas.

Temos de estudar como fazer para que, na campanha do próximo ano, haja homogeneização a fim de que não predominem aqueles que têm mais dinheiro ou o cargo político por meio de nomeações e de contratos.

Essa é a minha ponderação a esta Mesa.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a e congratulo-me com o Senador Mão Santa pelas considerações feitas ainda há pouco. Quero fazer uma referência justamente ao seu discurso, que é muito importante, visto que as disparidades são evidentes no processo de disputa eleitoral. Sinto muito é que tudo isso esteja ocorrendo exatamente agora, dando a sensação de que nós estamos tentando jogar para debaixo do tapete todas as denúncias que estão ocorrendo, principalmente sobre fraudes eleitorais, e, mais propriamente dito, sobre as fraudes de compra de votos na Câmara, a que se referem as CPIs.

Então, tudo isso me deixa uma grande preocupação. Sempre, nós, brasileiros, vemos o seguinte: os preços estão altos? Baixa-se um decreto para abaixar os preços. Quer dizer, paliativos, e sempre tentamos copiar países que não têm cultura semelhante à nossa para instalar aqui, para tentar abafar outro caso que é tão evidente, que a opinião pública está acompanhando. Então, temo que haja algum tipo de mudança de normas nas campanhas políticas, de maneira açodada, sendo isso feito até o dia 30 de setembro, e que isso venha a manter aberto esse jogo que todo mundo vê, que todo mundo enxerga, e contra o qual a Justiça Eleitoral não toma providências. Nós podemos avaliar quem tem dinheiro, quem não tem, quem declarou corretamente, quem não declarou. Eu já dei, no meu último pronunciamento, exemplo. A minha campanha foi paupérrima, não tinha um *outdoor*, não tinha nada na rua. Preocupava-me até se o povo sabia o meu número, para votar em mim, porque o meu nome todos conhecem. E, de repente, eu declarei R\$39 mil e tanto, e um candidato que fez uma campanha riquíssima aos olhos de todos, declarou R\$27 mil e tantos reais. Isso é uma vergonha! Isso é uma vergonha! E não é essa vergonha que vai ser jogada para baixo do tapete, fazendo-se normas para serem burladas também, e o povo ser desrespeitado, mais uma vez, sem saber da realidade em que vivemos. A outra, Senador Ney Suassuna, é a respeito da agenda, sobre o que, ainda há pouco, fiz um pronunciamento. As nossas Casas, Câmara e Senado, não podem ficar à mercê do Poder Executivo para fazer as tais agendas positivas. Temos que tomar providências. Se estamos sendo desmoralizados, a culpa é nossa, porque não estamos sabendo nos impor como um poder, que é independente. Então fica aqui o meu registro e o meu chamado de atenção para essa tal reforma política, que é temerária.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a o aparte que me dá.

Concordo com o Senador Mão Santa em número, gênero e grau. O PMDB tem que ter candidato, e por mim e pelo Diretório da Paraíba o terá! Segundo turno são outros quinhentos, mas, no primeiro turno, temos que ter candidato, sim, senhor, e essa é uma determinação do meu diretório da Paraíba, para mim, para o Senador José Maranhão, para todos nós! Agora, só na hipótese de não ter candidato algum que tenha condições, aí, nessas condições, temos que debater com todo o Partido.

Em relação ao problema da Justiça, V. Ex^a como o Papaléo estão cobertos de razão. A Justiça tem de ser mais efetiva, mais imparcial. Tenho visto alguns Estados onde a Justiça é muito parcial, lamentavelmente, porque entra no jogo da nomeação dos juízes eleitorais

o próprio poder político. Então, o que me deixa nervoso neste momento é o tempo. O tempo urge. Temos que baixar essas regras voando, para saber como tornar mais simples e mais justas as campanhas.

Peço ao Presidente para dar a oportunidade da palavra ao Senador Sibá Machado, e, em seguida, concluo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Ney Suassuna, eu também não podia deixar de participar do discurso de V. Ex^a, principalmente nesta parte em que V. Ex^a lembra o custo de uma campanha na televisão. Lembrei-me de 1985, quando eu estive pela primeira vez na minha vida diante de uma câmera de TV. Naquele momento, era permitido um não-candidato participar do programa de um candidato, e eu fui lá ajudar um colega. Comparando aquela época aos tempos de hoje era muito esquisito, pois o candidato chegava, sentava na cadeira diante da câmera ligada sem ter controle do tempo. Então, se ele corresse havia o risco de terminar o discurso antes do término do seu tempo, e a câmera continuava focada nele que ficava ali, parado, feito uma estátua; ou se o discurso fosse além do tempo permitido era cortado. Isso era um verdadeiro terror para o candidato. Hoje saímos dessa situação, que era motivo de muita piada, muita pilharia na rua, dizia-se que candidato “a” ou “b” não sabia falar, ou coisa parecida. Lembro ainda a V. Ex^a um ponto que me chamou a atenção. O financiamento público de campanha, no meu entendimento, só terá qualquer viabilidade social se vier acompanhado dessas preocupações que V. Ex^a está lembrando aqui: uma campanha padronizada, o mesmo tipo de cartaz, o mesmo tipo de *outdoor* – se houver **outdoor** –, ou seja, as mesmas características, sob pena de, novamente, alguém ser tentado a burlar a lei. Neste caso, solidarizo-me com V. Ex^a. Se esta Casa – e até quero dizer mais tarde no meu pronunciamento – está preocupada com a velocidade do tempo para que possamos fazer a reforma política para valer ainda em 2006, tem que ir à luta, tem que procurar a Câmara dos Deputados, tem que fazer o que for necessário para convencer a Câmara a votar aquilo que o Senado votou em tempo hábil. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado.

Concluindo, Sr. Presidente, alerto para o seguinte: vamos imaginar o Senador Mão Santa sendo candidato a governador – não estou nem pensando em campanha a Presidente. S. Ex^a enfrentará um Governo que nomeará pessoas, ex-prefeitos, inflacionará a folha do Estado para conquistar votos de modo indireto para campanha e terá, como Senador, que gastar dinheiro

para colocar *outdoor*. Mas, com certeza, o Governador terá pessoas interessadas em pagar o seu *outdoor*.

Essa fiscalização e essa diminuição de gastos têm que ser pensados por nós. Como vamos agir? Os Partidos políticos precisam se reunir rapidamente. E esta é a razão da minha vinda à tribuna: pedir que a Mesa promova uma reunião de Líderes ou de presidentes de partidos no Senado e na Câmara. Primeiramente faremos no Senado e, simultaneamente, solicitamos que seja feito coisa semelhante na Câmara, uma vez que não temos ingerência. Eu vi o PFL já se movimentando. Mas não apenas um Partido tem que fazer, mas, sim, todos. E juntos temos de encontrar a solução para tirar do nosso caminho esse problema sério que é o gasto excessivo nas campanhas, que leva à distorção de se ter caixa dois e que leva a toda essa possível corrupção que estamos vivendo no momento em que precisamos sair disso.

Quanto a punir quem errou, temos que fazê-lo. Passado, temos que limpar toda a agenda. Punir quem é culpado, tudo muito bem, mas temos que nos preparar para o futuro e temos que ter tempo determinado. Creio que nós deveríamos, depois, conversar com o Presidente Renan para ver se isso ocorre num curto espaço de tempo, porque o tempo urge. Nós temos menos de 50 dias para soltar a legislação que vai vigorar na próxima eleição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos, sem prejuízo da lista de oradores.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Senadoras e Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes ou que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, está no livro de Deus, Senador Tião Viana, que depois da tempestade vem a bonança. Outros dizem, Suassuna: depois do dilúvio. Aqui, é do Delúbio. Mas estamos nós com essa fé e essa crença, Senador José Jorge, e entendemos que nunca dantes, jamais, o Brasil passou por tantas dificuldades.

Senador Tião Viana, gosto de conhecer a História universal, a do Brasil, a do Piauí. E fazendo uma reflexão daquilo que estudamos – todos nós, brasileiros –, vemos que esta é a mais vergonhosa página de nossa história.

Atentai bem, auscultem as crianças. Todos, desde as crianças, estão envergonhados com a imagem do político. Vim para cá, para a política, Senador Tião Viana, não como um desesperado, mas como um vi-

torioso da minha profissão, porque, Senador José Jorge, que, no tempo em que eu trabalhava numa sala de cirurgia de uma Santa Casa, essas mãos guiadas por Deus conseguiam salvar um aqui e acolá com um bisturi. Mas entendi que essas mesmas mãos, com outro instrumento, uma caneta, poderiam fazer muito mais bem. E é só isso. Foi isso que me atraiu. Foi isso que me fez estar aqui. E como é difícil!

Falo aqui tendo enfrentado a ditadura militar. A minha cidade foi a primeira do Piauí, Parnaíba, a vencer os candidatos da ditadura pelo MDB.

Mil novecentos e setenta e dois. Senador Augusto Botelho, Senador Papaléo Paes, antes de Ulysses e Sobral Pinto aqui serem candidatos, nós lá enfrentávamos e já vencíamos os candidatos da ditadura. Essa é a história aberta.

Então, com a gratidão do povo pela decência com que exercei a Medicina, fizeram-me político. E esse mesmo povo me trouxe para cá. E não foi fácil, não. Tombamos na mais vergonhosa página de injustiça. Eleito, contas aprovadas no Estado, seis a um, e de repente, na calada da madrugada, me botaram para fora. E disseram, Papaléo – olhem a falta de vergonha! – que eu tinha dado luz para os pobres. Eles não pagavam não. Quem tinha conta de menos de trinta quilowatts, um, dois, três, quatro – aprenda, Lula –, o serviço social pagava.

Água? Eu nunca deixei cortar água de um pobre. Se eu via esses malandros ricos parcelarem suas contas nos bancos em até dez anos, por que eu não faria isso com as contas dos pobres? Fiz.

E que eu dei comida para os pobres. Quem criou esse negócio de restaurante popular fui eu, Lula: Sopa na Mão. Disseram que era propaganda falar em “mão”. Então, “contramão” e “mão” também não se podia falar.

E que eu dei remédio. Ah, Justiça! Eles me tiraram. E essa vergonha que está aí ninguém fala. Imagina-se até sair candidato desse mar de corrupção.

O PMDB é esse partido de luta que eu represento. Papaléo, a **Veja** diz aqui: “Um Juiz para Presidente”.

Brasileiros, José Jorge, V. Ex^a é engenheiro. Leonel Brizola também foi engenheiro, brasileiro, Deputado, Prefeito, duas vezes Governador, vibrante, honrado, honesto, mas não chegou à Presidência – Rui Barbosa também não chegou. E eu sei que ele criou esse Partido, o PDT, grandioso partido. Atentai bem: Brizola escrevia uns “tijolacos”, e eu os li, admirador dele que era. O último “tijolaco”, lá no jornal do Rio de Janeiro, o **Jornal do Brasil**, era a fraude de Nelson Jobim. É! É!

Eu só quero dizer: o Poder Executivo está comprometido? Está. O Poder Legislativo está. O Poder

Judiciário está condenado por Leonel Brizola. Entendeu, Tião Viana? Essa é a verdade.

Eu fui vítima, mas o povo, o povo soberano, o povo forte, o povo corajoso, bravo, o povo do Piauí nos fez Senador da República. Em nosso hino, Senador Tião Viana atentai bem, temos: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador, na luta o teu filho é o primeiro que chega”.

E eles me mandam para cá, para esta luta, para esta transparéncia. Eu fui o primeiro aqui, e para fazer Oposição.

Sibá, que também nasceu no Piauí, e nós o emprestamos para o Acre – e o Acre tem um grande Governador, e eu ouvi o conselho que ele deu ao Presidente da República: para pedir desculpas, para enfrentar a verdade, para fazer uma agenda mínima para entregar este País na paz.

Mas estamos aqui nesta ciência para dizer, Tião Viana, José Jorge, que, como os piauienses deram a vida lá, em 13 de março, para expulsarmos os portugueses e garantirmos a unidade, nós estamos aqui com a mesma coragem, neste momento de maior dificuldade da política do País.

Entendo, e entendo bem, que essa democracia repousa... Não chamo de Poder, mas instrumentos, porque entendo que poder é Deus, poder é o povo de Deus! Somos instrumentos da democracia: o instrumento Executivo, o instrumento Judiciário e o instrumento – aqui nós – Legislativo. Todos nós precisamos aproveitar essa tempestade, esse dilúvio, esses delúbios para limparmos esses três instrumentos, conscientes, Papaléo, de que o poder é o povo, de que o povo é soberano, de que é o povo quem decide. E que saiam disso Partidos limpos, puros e fortes!

Não quero o PT acabado não. Acho que ele deve vir limpo e forte. Não admito ele cooptar, trocar a nossa luta e a nossa história de Partido que redemocratizou este País. Venham os mortos relembrar: Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek, que foi cassado, como eu. Venham à esta luta para, então, salvar uma democracia que nos dá o instrumento e a tranquilidade, compreendendo, Senador Papaléo Paes, como Winston Churchill o maior Líder político da nossa geração, que venceu a guerra contra os ditadores, que a democracia não é boa, mas é complicada e difícil. Entretanto, afirmou Churchill que não conhecia, Senador Tião Viana, nenhum regime melhor.

Então, vamos preservá-la! Vamos defendê-la! Vamos aperfeiçoá-la! Vamos protegê-la, porque ela nos oferece a alternância do Poder. Mas que a alternância venha da força do povo, da independência do povo e de todos nós, todos os instrumentos desta democra-

cia – porque eu não chamo Poder; o poder é o povo, o Poder é Deus!

Então, conscientes, façamos leis boas e justas, regras claras, limpas e puras, que não permitam a injustiça do passado. Senador Tião Viana, Senador Papaléo, para este posicionamento que eu manifestei aqui, é necessário ter coragem – que eu tenho, por ser um homem do Piauí – e vida limpa. E cadê? Eles souberam separar o joio do trigo, transformar o trigo em joio? O povo não. O povo identifica, o povo respeita, o povo qualifica. Eles têm o entendimento. Vamos respeitar esse povo.

Seu irmão, Tião Viana, bem novo, dentro do Partido, mas tem umas reflexões que buscam a verdade. Por que isso? Eu acho que nasceu como nasci eu, de gratidão ao povo. E estamos aqui pelo povo, e não por dinheiro. Não é dinheiro não! As nossas contas são verdadeiras. Esse negócio de dizer que todo mundo faz? Não faz, não. Eu nunca fiz! José Jorge, atentai bem! Ó José Jorge não deveriam ter expulsado Nassau, que tinha uma formação européia. José Jorge, atentai bem: esse negócio de dizer que todo mundo... Não! Eu já perdi eleições, Papaléo Paes, Tião Viana, já ganhei eleições, mas nunca perdi vergonha e a dignidade! Aí é que está! Rui Barbosa perdeu eleições. Abraham Lincoln perdeu eleições, mas ele deixou escrito “governo do povo, pelo povo e para o povo.” O que estamos fazendo pelo povo? Nós estamos aqui é carimbando um regime de corrupção, de malandragem, de desigualdade, de injustiça! Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Nós todos, brasileiros, é que somos. Justiça não é um privilégio dos que estão no instrumento judiciário. Justiça somos nós. Como Montaigne disse, é o pão de que mais a humanidade precisa.

Sr. Presidente Tião Viana, olha a falta de vergonha. Guariba – Senador José Jorge, V. Ex^a, que é engenheiro –, aqui declarado: dois milhões. Vamos colocar os malandros, os traquinhas do PT traquina, porque tem o PT bom. Eu acreditei nele e respeito. Tenho admiração pelo Líder Delcídio, por V. Ex^a, pelo Senador Sibá. Se o Senador Sibá quiser, eu até o levo para o Piauí e ele se elege lá. É possível obter mais votos do que... Então, há admiração. Mas os malandros, os picaretas foram lá em Guariba. Eu disse que não dava certo. Foram lá para levar água, uma adutora. Na ânsia de ganhar dinheiro, levaram os canos, implantaram tudo. Mas lá é uma zona de cristalino e não descobriram água suficiente para abastecer. Receberam logo o caminho da malandragem de ganhar dinheiro fácil. Então, é isso que estamos a combater.

Quis Deus chegar e adentrar neste plenário, porque Deus escreve certo por linhas tortas, o Senador Ramez Tebet, homem que representa Abraham Lin-

coln, Rui Barbosa, do Direito: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no direito”, assim falou Abraham Lincoln.

Sr. Presidente, faltam 13 segundos, tempo suficiente para eu dizer aqui – nasci no dia 13 – que não abriremos mão, o PMDB, nosso, autêntico, simbolizado por Ramez Tebet – o Teotônio Vilela deste novo século –, o Papaléo, que nós não vamos deixar voar, ele já quer voar com asas de tucano, para oferecermos ao País a possibilidade de uma alternância do poder e juntos, abençoados por Deus, construirmos uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, acabando com aquela de que a esperança venceu o medo, a corrupção afogou a esperança. Que sejam as próximas eleições a esperança de um melhor governo para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Marco Maciel, Senador Eduardo Suplicy, Senador Alvaro Dias...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a palavra para uma comunicação em nome da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra, pela Liderança do Governo, por até sete minutos. A seguir, o Senador Sibá Machado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, hoje, eu analisei com vários órgãos de imprensa a entrevista dada pelo Presidente da República, naquela que tem sido uma das suas formas de contato e de comunicação com a população brasileira, que é o “Café com o Presidente”.

No “Café com o Presidente” de hoje, o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um chamado, que, tenho certeza absoluta, é o que toda a população brasileira deseja de forma ardorosa, que é o andar das investigações acelerado, eficiente e com profundidade, para que tanto o Poder Executivo, por meio das suas responsabilidades, seja Ministério da Justiça, seja Polícia Federal, seja Controladoria-Geral da União, continue dando andamento às investigações, que têm sido, de forma pública, reconhecida pela população como ações de combate à corrupção, como muito pouco foi feito em termos de comparação a esses níveis, em termos de operações, das prisões e das ações de combate ao crime organizado, desmontando quadrilhas que vigo-

ram e locupletam-se da máquina pública há décadas neste nosso País.

Além desse andar das investigações no Executivo, como também no Legislativo, por meio das três CPIs em destaque, que estão em funcionamento nesta Casa, a CPMI do Mensalão ou da Compra de Votos, a CPMI dos Correios, a CPI dos Bingos, e, além delas, a Comissão de Ética e a Corregedoria da Câmara, ou seja, essas cinco instâncias que estão investigando dêem andamento a essas investigações de forma que tenhamos efetivamente a obtenção das provas, para que, provados aqueles que tiverem qualquer tipo de ação interligada a essas denúncias, a essa corrupção que está agora no centro da crise política que vivenciamos, sejam efetivamente punidos.

Na fala do Presidente, Sua Excelência colocou de forma muito clara que, no andar dessas investigações, tanto Executivo quanto Legislativo precisam dar andamento às demais ações, tanto de governo, no sentido de implementar os programas, de fazer as obras, as inaugurações, andarem. E o Presidente tem se dedicado a isso, tem colocado a máquina para funcionar e tem praticado vários atos.

Senador Sibá Machado, quero registrar pelo menos três dos atos do Presidente Lula que considero de importância estratégica nas últimas semanas. O primeiro foi a retomada da expansão do ensino público de terceiro grau em nosso País. O início das obras de várias universidades federais em alguns Estados brasileiros é algo que, há mais de duas décadas, não existia. Há mais de duas décadas, o ensino público de terceiro grau no País estava parado, contingenciado, estanque, permitindo que apenas o ensino público privado se desenvolvesse da forma tão ostensiva como aconteceu.

Portanto, esses atos de governo, ampliando a oferta de ensino público gratuito de terceiro grau à nossa juventude e aliando-a ao ProUni, são fundamentais, pois têm uma importância estratégica para o nosso País.

Outro ato de governo estratégico é programa do biodiesel. Já se detectou que, nesses recordes que estamos ultrapassando seguidamente na nossa balança comercial, Senador Cristovam Buarque, nas nossas exportações, há um ingrediente novo, que é a crescente exportação do petróleo, porque o Brasil não tem mais necessidade daquele volume de petróleo, principalmente aquele vinculado ao óleo mais pesado, pois não consumimos o tanto que produzimos. Essa exportação tem servido para ampliar o nosso superávit comercial, a nossa balança comercial. Portanto, o programa de biodiesel é altamente estratégico, porque significa ter programas de geração de energia, utilizando mão-de-obra e, inclusive, produtos que, se não forem destina-

dos ao biodiesel – como no caso da mamona –, não têm qualquer utilidade. Haverá também geração de empregos em regiões, como a do semi-árido nordestino, de fundamental importância para dar condições de vida digna a grandes contingentes populacionais brasileiros. Além de dar o emprego, ainda propiciará a consolidação da nossa balança comercial, por meio das crescentes exportações do petróleo.

O terceiro ato estratégico de governo nos últimos dias – e que passou desapercebido – é a questão do Pronaf: R\$9 bilhões foram destinados ao custeio e ao investimento da agricultura familiar brasileira. Se lembrarmos do último Pronaf – safra do Governo que nos antecedeu –, verificaremos que mal passou de R\$2,4 bilhões. Estamos com R\$9 bilhões, quase quadruplicando a oferta de crédito para esse setor que, volto a dizer, é estratégico também por ser um dos que mais gera empregos. Além disso, fixa o homem no campo e elimina o êxodo rural, tão assustador para todos nós que entendemos as mazelas dos grandes centros urbanos.

Por isso, esses atos do Governo precisam, a cada dia, ampliar-se mais. Quando o Presidente diz que o Governo tem que andar, assim como o Poder Legislativo, no paralelo das investigações, aparece uma lista de propostas e de projetos que estão aqui no Congresso Nacional e que precisaremos ter a responsabilidade de votar, sim.

Não se trata de paralisar nem se arrefecer as investigações, mas é de fundamental importância que possamos aprovar o projeto da pré-empresa; a lei das micro e pequena empresas; o Fundeb; a regulamentação das agências; terminar de aprovar a reforma tributária; aprovar a legislação complementar da reforma do Judiciário. Todas essas matérias estão aqui, juntamente com a reforma política, que nós temos que fazer ainda este ano, para que algo entre em vigor na eleição do ano que vem.

Por isso, quero dizer que a fala do Presidente hoje, no Café com o Presidente, foi um chamamento à responsabilidade de todos para com o momento que vivemos; à responsabilidade de dar andamento aos atos do Governo, aos programas, às ações, como também ao ato de legislar desta Casa, que é de fundamental importância, junto com as investigações.

Por isso, Sr. Presidente, aa terminar, quero apenas deixar um apelo: não sei qual o encaminhamento que os Presidentes das duas Casas darão para que possamos cumprir a agenda legislativa, mas é de fundamental importância que tenhamos horários de deliberação legislativa, ou dias de deliberação legislativa, nos quais as CPIs não funcionem, para que possamos fazer os dois trabalhos, o de legislar e o de investigar.

Essa a sugestão que deixo ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por até 15 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando aqui a deixa da nobre Senadora Ideli Salvatti, ocorreu-me de imediato a simbologia do 7 de setembro, dia em que se comemora a Independência do Brasil.

Quero fazer um quadro comparativo de que, desde a Proclamação da República até o presente momento, a grande luta brasileira tem sido para que se possa firmar a independência política e também a independência econômica. E, olhando para todos os números da economia do Brasil, o que me chama mais atenção tem sido o do ramo da energia elétrica, da matriz de energia elétrica do Brasil, da produção de combustíveis fósseis e dos ganhos em tecnologia, em que o nosso País tem sido nota 10 nestes últimos tempos.

Devo dizer que um dos grandes chamamentos da Nação no atual governo, o Governo Lula, tem sido este de aprimorar a comemoração do verdadeiro 7 de setembro do Brasil, a verdadeira independência nacional, a partir da independência econômica.

Os últimos resultados, que foi a disputa do País na OMC, no Banco Interamericano, no Conselho de Segurança da ONU e em tantos outros cenários que, a priori, parecem estar apenas no campo das novas relações sociais e políticas dos países do mundo, apontam, claro, para a independência econômica do País.

Então, faço um paralelo do que foi a conquista desse empreendimento chamado biodiesel. E tenho visitado cada um desses empreendimentos pelo Brasil. Fui ao Estado do Piauí, onde fiz questão de ficar uns dois dias, e agradeço, inclusive, a receptividade que tive da empresa Brasil Ecodiesel, visitamos a plantação de mamona, visitamos a Universidade do Piauí com seus laboratórios de pesquisa, visitamos a usina, que na época ainda estava em fase de construção e que agora o Presidente Lula foi inaugurar. Estou aceitando o convite do Senador Flexa Ribeiro para que visitemos a empresa Agropalma, no Estado do Pará, que utiliza também uma importante oleaginosa daquela região. E tenho provocado as pessoas no nosso Estado, o Acre, para que o coloquemos também nessa rota. Aproveito para agradecer aqui à Universidade Federal, à Fundação de Tecnologia do Estado, à Embrapa do Acre, por estarmos vencendo as últimas barreiras para pesquisar se o cultivo da mamona e do dendê no Estado do ACRE é viável.

Visitei as plantações, fiquei muito emocionado em saber que vai ser uma realidade de sucesso no nosso Estado o empreendimento do biodiesel, do qual já queremos iniciar uma primeira mini-usina no interior, numa comunidade rural, para que o produtor, muito mais do que um comprador de energia, passe a ser também um vendedor, um fornecedor dessa importante matéria-prima para a economia.

Sr. Presidente, quero ainda lembrar a reforma política. Senti que este é um tema que nas últimas duas semanas tem se associado bastante aos debates que têm sido realizados nesta Casa, por conta da crise que está estabelecida sobre compra de votos, “mensalão” ou coisa parecida. Na reforma política, tenho escutado de muitas pessoas que é preciso mudar o regime de governo para que se possa também fortalecer a figura dos partidos políticos e, com isso, varrer, de uma vez por todas, esse fantasma chamado prática da corrupção.

Digo que qualquer instituição é formada por pessoas, e não é mudando o regime que se resolverá, de uma hora para outra, no meu entendimento, o problema da prática de ilícitudes.

Se trocarmos o presidencialismo por parlamentarismo, alguns podem dizer que presidencialismo é sinônimo de organização da democracia, outros apostam no parlamentarismo. Num e noutro, será a figura dos partidos mais consolidados que fará com que a democracia interna seja levada a cabo.

O Senador Ney Suassuana levantou esta questão aqui, e sobre ela digo que, se o Senado Federal quer ver implementadas mudanças importantes quanto a matérias da reforma política já nas eleições do ano que vem, é preciso que tome as suas responsabilidades. E por que ficar aguardando que apenas a Câmara dos Deputados faça isso. A forma de se eleger um Deputado para a Câmara dos Deputados é bem diferente da de um Senador, que tem oito anos de mandato, que tem uma votação majoritária. Portanto, o tempo do Senado Federal é um tempo bem diverso do da Câmara dos Deputados.

Assim, estou convencido da necessidade de fazermos um esforço. Se quisermos mudar algo significativo na lei eleitoral para o próximo ano, deve-se fazer agora, no momento da crise. Isso já foi dito, na semana passada, pelo Senador Pedro Simon, com o qual concordo plenamente.

Se não aproveitarmos da crise, em que estão todos expostos à sociedade, em que se pode travar um bom debate e construir, de fato e de direito, Sr. Presidente, o enriquecimento muito forte na melhoria do papel do Legislativo brasileiro, das convicções de cada um, da forma da constituição dos partidos polí-

ticos e principalmente da forma das disputas que esses partidos farão entre si, nós perderemos a grande oportunidade. Por isso, tem que ser agora.

Quero lembrar que apresentamos uma matéria nessa direção e que o Senador Paulo Octávio já tem proposta elaborada, desde quando era Deputado Federal, acerca da coincidência de mandatos. Começo a acreditar que, se aprovarmos a coincidência de mandatos, inevitavelmente as alianças já vão tomar uma nova configuração, e as pessoas serão obrigadas a assinar cartas e projetos sociais que durem, no mínimo, o prazo de seus mandatos.

Outra preocupação – já anunciada aqui pelo Senador Ney Suassuna – que chama a atenção de todas as pessoas que acompanham esse debate refere-se a como será feito o financiamento público das campanhas. Este só terá viabilidade, segundo meu convencimento, se for diminuída ao máximo a forma de se fazer campanha eleitoral e, portanto, se houver uma certa igualdade dessas campanhas, nos mesmos perfis.

É claro que será chato demais uma pessoa estar na sua casa, ligar uma televisão e assistir a uma pessoa falando de maneira bruta, de matéria bruta – quem faz televisão deve saber muito bem do que estou tentando aqui explicar. Falei ainda há pouco, em aparte ao Senador Ney Suassuna, que, em 1985, tive a primeira experiência com televisão na minha vida, e eu estava lá para ajudar um candidato. Foi entrar na sala, a câmara ligou, e disseram: "Agora é a tua vez". Tive que falar de improviso, pensando no que ia dizer. Tinha cinco minutos para falar. Quando terminou, eu estava suando frio, estava – como se diz no meu Estado – suando em bicas, derramando água de suor por ter passado por essa primeira experiência.

Quero fazer uma comparação dessa situação com o vestibular. Imagine-se uma sucessão de jovens que farão vestibular. Considero que vestibular não é sinônimo de conhecimento, porque uma pessoa muito bem preparada de conhecimentos pode estar psicologicamente abalada no momento e fazer uma péssima prova, e corremos o risco de perder uma boa inteligência para a academia. Por outro lado, pode haver uma pessoa de idéias brilhantes, uma importante pessoa que pode adentrar a carreira política, mas que, por não saber falar bem em público, terá o dissabor de ser levado a fazer um péssimo pronunciamento. Mas são as circunstâncias do momento.

Portanto, insisto que, se não houver uma igualdade na forma da campanha, se não houver uma redução brutal da forma de se fazer campanha hoje, o financiamento público será inócuo e não conseguirá coibir aquilo a que assistimos hoje, que é a promiscuidade dos chamados recursos não-contabilizados.

Sr. Presidente, outro tema que trago aqui refere-se a Marcos Valério e ao papel das duas CPIs que tratam da compra de votos e da apuração de corrupção no atual momento. Vejam o que acontece: a CPMI dos Correios, instalada já há algum tempo, avançou bastante em investigações e já tem, no meu entendimento, uma série de material para ser apresentado, sendo que o relator já pode, se quiser, apresentar um sub-relatório para ser apreciado pelas instâncias que, de fato, poderão fazer a denúncia; e existe a outra CPMI, que vai tratar da compra de votos. Senti uma certa indisposição entre os membros das duas Comissões e até uma certa preocupação no que se refere à competência, quando se tratar de Parlamentares que poderão vir a ser julgados e a perder os seus mandatos.

Sr. Presidente, a CPMI dos Correios já está apresentando material suficiente para pedir a cassação de 18 Parlamentares, segundo o próprio relator anunciou em entrevista coletiva na semana passada. Assim, penso que, neste momento, não cabe mais aqui avaliarmos qual a competência dessas duas Comissões, onde começa e onde termina a competência de cada uma das duas para investigar sobre origem e destino de dinheiro ilícito. Neste momento, defendo que quem já tenha avançado na investigação que a presente. Não é possível perder tempo. Está na hora de apresentarmos ao Brasil soluções imediatas nesse campo.

Portanto, quero defender aqui o Relator da CPMI dos Correios e o Presidente da CPMI dos Correios, Senador Delcídio Amaral, para que façam a apresentação desse sub-relatório de imediato. E caberá à Câmara, então, em seus fóruns internos, julgar quanto aos Parlamentares envolvidos.

Para encerrar, Sr. Presidente, anuncio que recebi com muita felicidade a lembrança do Deputado Moisés Diniz, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, Casa que me agracia com Voto de Aplauso pela emenda parlamentar que aqui apresentamos, enquanto Bancada, para interiorização da nossa universidade.

Insisto nessa tese porque, no final de junho, início de julho, votamos aqui a criação de várias novas universidades ou a transformação de alguns institutos de pesquisa da área federal em universidades. Para o nosso Estado do Acre, não precisamos disso, mas precisamos de bons recursos. Então, somando-se as emendas individuais dos Parlamentares às de Bancada, voltadas para a nossa universidade, temos R\$6,5 milhões.

Sempre que puder manifestarei minha vontade da tribuna desta Casa, Sr. Presidente, no sentido de convencer a área fim do Governo, o Ministério da Educação, o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda, a canalizarem esses recursos. Isso é vital

para que coloquemos a nossa universidade no rumo dos investimentos que estão sendo feitos no campo do conhecimento atual.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador José Jorge, por até 15 minutos, e em seguida ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, as Confederações Nacionais da Indústria, da Agricultura, dos Transportes e das Instituições Financeiras reuniram-se com o Presidente Lula para sugerirem uma agenda mínima que viabilize o desenvolvimento econômico do País.

Entre os principais pontos da agenda mínima destacam-se:

- aumento do superávit primário, diminuindo os gastos de custeios;
- aperfeiçoar e votar o projeto de lei que regulamenta as agências reguladoras, para dar mais segurança aos investidores, já que o atual projeto compromete a independência das agências;
- definir o gestor do fundo garantidor das PPPs, para que o programa possa ser aplicado;
- rever o projeto que regulamenta a área de saneamento básico;
- acelerar o processo de licitação das obras na área de transporte;
- criar um marco regulatório para investimento no setor de gás natural;
- reduzir a carga de impostos no projeto de reforma tributária;
- ampliar a chamada MP do Bem;
- ampliar os prazos de recolhimento de tributos federais;
- aprovar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas;
- encaminhar uma proposta de marco regulatório para o licenciamento ambiental;
- submeter ao Congresso Nacional projeto de lei de defesa da concorrência, eliminando superposições e aperfeiçoando procedimentos operacionais;
- permitir o parcelamento de débitos previdenciários e tributários para os que estejam em processo de recuperação judicial.

Sr. Presidente, infelizmente, na verdade, a maior parte desses itens da agenda mínima ou se encontra na Câmara dos Deputados ou depende do Executivo.

Não temos aqui no Senado, Senadora Heloísa Helena, nenhum desses pontos sob nossa responsabilidade para aprovação: o aumento do superávit primário é responsabilidade do próprio Governo; o projeto de lei das agências que deve ser aperfeiçoado está na Câmara; para se definir o gestor do Fundo Garantidor das PPPs depende da decisão do Executivo; o projeto que regulamenta a área de saneamento básico, cuja revisão deve ser feita, também foi enviado e está na Câmara – é um projeto muito mal feito, enviado pelo Ministério das Cidades, que realmente deve melhorar; para acelerar o processo de licitação na área de transporte, ou seja, realmente recuperar as estradas, depende só do Executivo; para criar-se um marco regulatório para investimento no setor de gás natural vai depender de o Executivo enviar projeto sobre gás natural. Há um projeto no Senado, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que será discutido, mas, na verdade, esse é o tipo de projeto em que o Governo tem que ter iniciativa;

- reduzir a carga de impostos – o projeto da reforma tributária está na Câmara;
- apreciar a MP do bem – a matéria está na Câmara;
- ampliar os prazos de recolhimento dos tributos federais – depende do Executivo;
- aprovar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – depende da Câmara;
- encaminhar proposta de marco regulatório para licença e treinamento ambiental – depende do Executivo;
- submeter ao Congresso Nacional projeto de lei de defesa da concorrência – depende do Executivo;
- permitir o parcelamento de débito previdenciário e tributário – também depende de proposta do Executivo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, estamos, de certa forma, com a nossa obrigação cumprida. Estamos trabalhando nas três CPMIs em funcionamento no Senado, praticamente todos os Senadores estão mobilizados. Essa sensação que a sociedade às vezes tem de que o País está parado existe mais pela falta de iniciativa do Executivo do que efetivamente pelo trabalho que se realiza no Senado.

Por exemplo, a imobilidade do Governo é flagrante. Já estamos em agosto, e o Executivo só conseguiu executar míseros 4% do Orçamento de investimento aprovado pelo Congresso Nacional. Dos R\$21,2 bilhões autorizados para 2005, só foram pagos, até julho, R\$853 milhões. Mesmo comparando com o ano de 2004, de administração petista, o valor efetivamente gasto equi-

vale apenas à metade. Ano passado, os valores pagos foram de 7,4%, o que já era muito pouco.

Este Governo, que diz que, em toda a história do Brasil, nenhum Governo gastou tanto em projetos sociais, não usou um centavo sequer da dotação prevista para saneamento ambiental urbano, para habitação de interesse social e para rede solidária de restaurantes populares.

O Sistema Único de Segurança Pública, que é um programa prioritário, teve liberação de apenas 0,8%. Igual percentual foi para a segurança pública nas rodovias federais. Para o combate à criminalidade, foram despendidos apenas 3,7%. A manutenção da malha rodoviária federal, que teve previsão de R\$2 milhões no Orçamento, recebeu apenas 7,9%. O investimento em infra-estrutura de transporte, que deveria ser de R\$206 milhões, foi de 4,6% desse total.

A única dotação que ultrapassou o segundo dígito de execução, ou seja, 19,5%, foi o reaparelhamento e a adequação da Força Aérea Brasileira. Esse valor deve ter sido usado para pagar parcelas do “aerolula” ou dos caças usados na França.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo, na realidade, não está governando, não está usando nem o parco orçamento que tem disponível.

Enquanto isso, nós, no Congresso, estamos em plena atividade. No Senado, há todas essas CPIs. Inclusive, não tivemos o recesso em julho. Semana passada, por exemplo, funcionaram todas as três Comissões de que sou titular. Aprovamos projetos.

É preciso que o Governo tenha iniciativa. Mas o que o Presidente faz? Hoje, no seu programa radiofônico diário, não sei se é “Bom dia, Presidente” ou “À mesa com o Presidente” – não sei bem o nome –, Lula disse que vai continuar viajando pelo País e que a Oposição não quer que Sua Excelência viaje, porque vai fazer inaugurações. Infelizmente, isso não é verdade. O Presidente Lula não está viajando para fazer inaugurações; o Presidente Lula está viajando para fazer comício.

Semana passada, Sua Excelência esteve no nosso Estado de Pernambuco, particularmente na cidade de Guaranhuns; depois, esteve no Piauí, do Senador Mão Santa. Na verdade, ele fez um grande comício, com a claque organizada, provavelmente paga para que estivesse ali para aplaudir o Presidente.

Só para se ter idéia do clima de comício, Senador Mão Santa, o Governador Jarbas Vasconcelos, que é um Governador popular, eleito e reeleito, que tem um dos maiores índices de popularidade entre governadores no Brasil, nessa tal “inauguração”, foi vaiado oito vezes. Sempre que se citava o nome do Governador,

ele levava uma vaia da claque organizada. Ora, isso não é inauguração.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) — Eu não sei o nome que vamos colocar, mas estão dizendo que, quando ele chega nos lugares, como no Piauí –estão lá os grandes problemas do Piauí, o Piauí está progredindo porque o povo está trabalhando, está plantando soja e tal –, há uma claque que recebe uma mesadinha para levar a bandeirinha e aplaudir. Não sei se é mensalão ou se é diária o que se paga para aplaudir o Presidente. Os problemas do Piauí estão lá: faltam 10% do porto – ele não falou nada sobre isso; sonha com dois aeroportos internacionais, mas não há nem avião nacional. Na minha cidade, não há mais; tiraram. Como é que vão construir aeroporto internacional? A ferrovia está destruída, assim como o metrô; aquele hospital universitário só teve aberto o ambulatório e ainda está lá. Os grandes problemas continuam lá. De fonte fidedigna, soube que cada um da claque ganha uma diária – não é mensalão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador Mão Santa, na realidade, a preocupação é esta: a reação à crise. Todo país tem crise política. Na verdade, a democracia é formada de crise em crise. Mas é preciso que o Governo enfrente a crise, e o Governo do Presidente Lula não está enfrentando essa crise. Em vez de tomar as providências necessárias para que as coisas se encaminhem, o Presidente agora faz campanha, passa a semana inteira viajando pelo Brasil, para fazer campanha eleitoral fora do prazo.

Semana passada, sexta-feira, nós do PFL – eu pessoalmente o fiz – entregamos uma representação ao Procurador-Geral da República para que tome uma providência contra esse abuso eleitoral.

Por outro lado, o Partido do Presidente, que é o PT, que deveria também tomar as providências, também não o faz. Eles se reuniram esse final de semana, em São Paulo, e infelizmente o resultado para o País foi frustrante, porque até o Sr. Delúbio Soares, que é réu confesso, que já confessou o uso de todo esse esquema do Marcos Valério, teve de pedir licença, porque, se fosse depender de votação, não seria afastado.

É preciso que não só o Presidente Lula, como o PT, tome as providências efetivas para que essas crises possam ser enfrentadas.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, comprehendo-o perfeitamente, pois V. Ex^a está no papel de opositor e o está cumprindo muito

bem. V. Ex^a tem o nosso mais profundo respeito. O Presidente Lula viaja pelo País e está fora da crise porque está fora da crise mesmo. Se ele interferir numa coisa como essa, que está centralizada no PT, estará fora da sua competência. É importante que haja essa agenda que cobrávamos há muito tempo, pois as pessoas de gabinete estavam fechando demais o Presidente, que, por sua própria origem, é um mobilizador social e precisa fazer isso para que o País rompa, cada vez mais, as suas dificuldades. Quanto às decisões internas do PT, desde quando surgiram as denúncias, imaginávamos que as pessoas citadas deviam pedir o afastamento. Hoje é importante que o Delúbio se mantenha nos quadros do PT – por isso ninguém propôs a sua expulsão –, para que ele vá aos fóruns internos do PT fazer a sua defesa e dar as explicações necessárias. Portanto, alguns estavam imaginando que seria hora de expulsá-lo, mas prevaleceu o entendimento de que é importante que ele fique licenciado para que preste esclarecimentos na Comissão de Ética. Nesse sentido, a reunião do Diretório Nacional cumpriu a sua missão, e a nossa Comissão de Ética, em tempo hábil, apresentará o relatório referente à investigação feita. Agradeço a V. Ex^a o aparte.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Infelizmente, não dá para concordar com V. Ex^a. Essa crise ocorre há dois meses, o Sr. Delúbio é um dos principais personagens, e hoje estão querendo fazer crer que ele comandava todo esse esquema. Não dá para acreditar. Esse era um esquema em que o Presidente Lula tinha integrado todos os seus principais assessores – Delúbio, Dirceu, Genoino, Gushiken.

Enfim, estava o Palácio todo em torno dele, e ele tem, sim, como Presidente da República, que enfrentar a crise do seu Partido e do seu Governo.

Sr. Presidente, para encerrar, apelo ao Presidente Lula que volte a governar ou que pelo menos comece a governar. Ficar somente percorrendo o País, fazendo comício, está fora de época e não vai resolver os problemas do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, por permuta com o Senador José Agripino, que, por sua vez, havia permitido com o Senador João Batista Motta.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos, Senador.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a crise moral que se abateu sobre o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva data de fevereiro de 2004, quando

o Subchefe da Casa Civil da Presidência da República que agia nos corredores do Congresso Nacional, o Sr. Waldomiro Diniz, foi flagrado em vídeo em que eram mostradas as ilegalidades e os crimes que praticava.

O Governo, em vez de procurar lancetar o tumor, preferiu abafá-lo e impediu, com a compreensão e a colaboração da Base aliada, a instalação da CPI dos Bingos que, somente neste ano, alcançou resultado prático, com o julgamento, garantindo o direito das Minorias, por meio do Supremo Tribunal Federal. Fechou-se a lata do lixo, mas os odores continuaram a exalar.

Em 14 de maio deste ano, eis que surge novo vídeo, com novo personagem, o Sr. Maurício Marinho, detalhando falcatrusas nos Correios e embolsando, de forma deslavada, a quantia de R\$ 3 mil. Rebentava, aí sim, uma guerra de quadrilhas que circulavam em todos os setores do Governo. As Oposições procuraram assinaturas para instalação de CPIs. Houve nova tentativa de abafamento – retirada de assinaturas, não-participação das Oposições na composição da CPMI dos Correios –, mas, com apoio da sociedade brasileira e da imprensa, as apurações foram em frente.

Sabíamos muito pouco. Tristemente, constatamos a existência de uma corrupção institucionalizada, atingindo todo o Governo e ingressando no Congresso Nacional, por meio da figura imoral do mensalão.

Hoje é dia 8 de agosto. Muito foi investigado, três CPIs foram instaladas, mas ainda há muito a investigar e muitos a punir. Figuras desconhecidas do grande público, da sociedade brasileira, surgiram. Nefastas figuras ligadas à corrupção: Marcos Valério, Delúbio Soares, Sílvio Pereira e outros personagens que desfilam diariamente nos noticiários nacionais e internacionais. As investigações nos Correios não terminaram, mas já trouxeram graves e grandes revelações que trazem perplexidade a toda Nação brasileira.

As investigações sobre órgãos citados como objetos de corrupção não começaram: investigações na Secom sobre as contas de publicidade, no IRB, em Furnas, na Eletrobras, nos fundos de pensões, que não vão e nem podem ficar de fora. Ainda é preciso caminhar e caminhar muito para desvendar os meandros de tudo aquilo que foi feito pelo Governo incompetente e permissivo como o do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os pagadores e recebedores das empresas do Sr. Marcos Valério têm que ser investigados. É preciso que tudo seja bem esclarecido para que as punições ocorram com direito de defesa, mas com todo o vigor. Mentiras devem ser desvendadas, depoentes necessitam ser reinquiridos e assessores de Partidos têm que ser ouvidos. Há receptores de recursos ilegais abriga-

dos no guarda-chuva de Líderes, dirigentes partidários e assessores – todos agentes de corrupção.

O PFL reafirma que não aceita acordos, acordinhos, acordões, arregos nem conchavos. Mas, a esta altura das investigações, quer explicações do Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, e do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O Sr. José Alencar tem obrigação de manifestar a sua posição em relação à denúncia feita pelo Presidente do seu Partido, o PL, ex-Deputado Valdemar Costa Neto, que, ao renunciar, declarou, inclusive por escrito, que todos os recursos ilegais eram da sua responsabilidade, mas que foram endereçados ao pagamento de dívidas do seu Partido – o mesmo do Vice-Presidente da República –, no tocante às eleições de 2002, nas quais S. Ex^a foi candidato e vencedor. A omissão não é possível. Nós, do PFL, queremos saber qual é a posição do Vice-Presidente José Alencar.

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tem obrigação de explicar ao Congresso Nacional e à Nação brasileira, e o PFL exige que as explicações se dêem sobre três fatos que estão confundindo e deixando dúvidas em toda a sociedade brasileira.

Primeiro, o Presidente da República tem que esclarecer por que pediu dinheiro emprestado ao seu partido, o PT, que não é instituição financeira e, portanto, não pode fazer esse tipo de operação.

Segundo, o PT tem que explicar, juntamente com o Presidente da República, se esses recursos vieram do fundo partidário, já que se a operação é ilegal, mais ilegal ainda se se tratarem de recursos advindos do orçamento público.

E terceiro, cabe ao Senhor Presidente da República explicar de forma clara, evidente, como pagou os empréstimos que recebeu do PT, uma vez que deve uma explicação sobre a origem dos recursos que utilizou para a quitação.

O Presidente da República está devendo à Nação brasileira e o PFL reclama e exige uma explicação por que não impediu a transação de uma empresa de seu filho junto a uma concessionária de serviços públicos, conforme publicado no jornal **O Globo** e não desmentido pelo Sr. Presidente, e por que permitiu que a mesma empresa fosse vendida a outra concessionária de serviço público. O Presidente não pode e não tem o direito de ficar omisso!

Ainda, o Presidente da República tem que responder ao fato de que, em 2003, segundo investigações na CPI dos Correios, uma sócia do Sr. Duda Mendonça recebeu vultosa quantia, que certamente não foi para pagamento de eleições em 2004, mas, sim, para quitação de débitos não-contabilizados da eleição de 2002, cujo candidato principal dessa agên-

cia foi o atual Presidente da República, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Não queremos incriminar, não queremos partir de indícios, fazemos oposição responsável e fiscalizadora, mas queremos explicações claras, contundentes de quem deve respostas ao País: o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Vice-Presidente José Alencar.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.
(Pausa.)

Era só um aceno, que considero um aplauso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL PB)

– Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

Antes de o Senador José Agripino subir à tribuna, quero registrar a presença, na tribuna de honra desta Casa, da comissão vinda do oeste do Pará, do movimento pelo plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós, que se originou nesta Casa sob nº 19/99, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e relatoria do Senador Romeu Tuma. Estão acompanhados do Deputado Zequinha Marinho senhores prefeitos, vereadores e lideranças. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Concedo a palavra ao Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, hoje é segunda-feira, segunda-feira de ressaca de tantas notícias ruins, que há muito tempo vêm aparecendo; abrimos os jornais e as revistas, e é só crise, só corrupção, só o País andando para trás, nada positivo. Mas, a par de algumas considerações, quero fazer um pronunciamento de agenda positiva, do meu Estado especificamente.

Antes, queria manifestar uma preocupação com relação às respostas que obtemos, sempre com muito atraso, aos requerimentos que fazemos.

Sr. Presidente, no dia 10 de janeiro de 2005, cumprindo a minha obrigação de Senador pelo PFL, Partido de Oposição, que tem a obrigação de zelar pelo bom uso do patrimônio público, fiz um requerimento de informação em que solicitava ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República as informações que a sociedade queria – e por meu intermédio eram solicitadas – no sentido de que se esclarecesse a origem do avião e da lancha utilizados por um grupo de jovens em Brasília. Isso foi objeto de matéria na Internet, colocada por pessoas que se sentiram incomodadas com as fotografias de jovens

ao pé de um avião e a bordo de uma lancha, todos em Brasília, como amigos do filho do Presidente Lula.

Eu solicitei as seguintes informações: se aqueles jovens tinham vindo de São Paulo para Brasília em avião da FAB e se a lancha que usavam era patrimônio da União, do Ministério da Marinha ou não.

No dia 10 de janeiro, fiz esse requerimento. A resposta veio, Senador Mão Santa, no dia 8 de abril. Três meses depois. Infelizmente, a resposta foi positiva. A resposta do Ministro Jorge Armando Félix com relação ao primeiro ponto, sobre o avião que transportou os jovens, foi que era, sim, da FAB; utilizaram-se, segundo S. Ex^a, vagas disponíveis. Suponho que fossem todas, porque os jovens estavam todos ao pé do avião com ar de férias, fotografando para a posteridade uma visita que fizeram, alegre visita, a Brasília. E, sim, em avião da FAB.

Quanto à segunda questão, Senador Pedro Simon, eu perguntava se a lancha do passeio no lago era de propriedade do Ministério da Marinha ou do Comando da Marinha. A resposta foi negativa – já fiquei feliz, Senador Jorge Bornhausen; pelo menos a lancha não era da Marinha. Mas a resposta é: “Não, a embarcação pertence ao patrimônio da Presidência da República”. Não é do Comando da Marinha, mas é da Presidência da República.

Demoraram quatro meses para enviar a resposta. Em janeiro, essas eram as denúncias que faziam. Não se falava, como o Senador Jorge Bornhausen acabou de mencionar, sobre o empréstimo tomado pelo Presidente Lula ao erário do PT...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um pequeno aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer, daqui a pouquinho, daqui a um minuto.

Não se falava sobre os R\$5 milhões empregados pela Telemar na compra de uma empresa do filho do Presidente, não se falava dessas coisas que inquietam o País inteiro, mas eu já me preocupava em esclarecer esses assuntos – e esclarecia –, só que as respostas vinham com muito atraso.

Agora, recentemente, fiz outro requerimento pedindo informações sobre um fato que me atinge profundamente, como potiguar, como norte-rio-grandense, porque é o fim de um sonho se for verdade acalentado durante quinze ou vinte anos pelo meu Estado: o de sediar uma refinaria de petróleo. Apresentei um requerimento de informações e, infelizmente – já vou ouvir o Senador José Jorge –, já sei qual é a resposta, já sei o que vai acontecer e aqui venho falar sobre o que o meu Estado vai propor e do que o meu Estado não vai abrir mão. Mas, antes de entrar nessa questão, registrando o atraso com que vêm as respostas

aos requerimentos dos Senadores, ouço, com muito prazer, o Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador José Agripino, queria exatamente concordar com V. Ex^a sobre os pedidos de informação. Há alguns requerimentos que, para nós, são muito emblemáticos, como é exatamente o pedido de informações sobre os cartões de crédito. Desde o ano passado, tento conseguir dados sobre os cartões de crédito corporativos da Presidência da República e outros órgãos. Primeiro, apresentei o requerimento, que foi rejeitado, uma coisa inédita. Houve um parecer contrário inclusive do Senador Aloizio Mercadante, e foi rejeitado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois pelo Plenário. Veio o Senador Arthur Virgílio e apresentou os requerimentos. Dessa vez, conseguimos, com grande luta, aprovar o requerimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Esses requerimentos vieram para a Mesa já faz mais de dois meses, e até agora a Mesa não votou os requerimentos que pedem informações aos Ministérios. Então, faço um apelo ao Presidente, o Senador Efraim Moraes, para que a Mesa vote esses requerimentos de informação ainda nesta semana, a fim de que possamos encaminhá-los aos Ministérios e sabermos por que o Governo não quer abrir os segredos dos cartões de crédito. Entendo que há muita coisa errada nisso. Já começam os boatos dizendo que tem família do Presidente. E a maneira de acabar com esses boatos é votar os requerimentos para que as informações cheguem ao Senado. Era só isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador José Jorge, o meu requerimento de informação sobre o uso do avião e da lancha do patrimônio da União demorou três meses para ter resposta, imagine o dos cartões de crédito de V. Ex^a...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Quero comunicar à Presidência que estou falando como inscrito, não é como Líder, então acho que tenho um pouquinho mais de tempo.

Eu quero fazer coro à preocupação de V. Ex^a, Senador José Jorge. Os requerimentos que nós apresentamos aqui são objeto de uma demora infundável, e o requerimento que V. Ex^a apresenta é da maior importância porque ele está no olho do furacão. A resposta sobre o volume de recursos gastos com os cartões de crédito ditos institucionais ou corporativos vão dar explicação para muita preocupação que hoje existe na cabeça dos brasileiros.

Eu quero voltar à agenda positiva e voltar a falar sobre a refinaria de petróleo do Nordeste, assunto acalentado pelo meu Estado, o Rio Grande do Norte,

há seguramente vinte anos, desde quando a Petrobras descobriu lá o primeiro poço de petróleo. O Rio Grande do Norte hoje produz mais de 100 mil barris de petróleo de muito boa qualidade, produz grande quantidade de gás. Em Guamaré há uma central de fracionamento de gás, e lá já foram investidos mais de US\$1,5 bilhão. A Petrobras tem uma presença muito forte no meu Estado.

A Petrobras produz petróleo no Brasil, em primeiro lugar, no Estado do Rio de Janeiro, em segundo lugar, no Estado do Rio Grande do Norte, em terceiro lugar, no Estado da Bahia. O Rio de Janeiro e a Bahia têm refinarias, o Rio Grande do Norte não tem refinaria de petróleo. Por essa razão, evidentemente, a refinaria do Rio Grande do Norte é um anseio. Para um Estado pequeno como é o nosso, uma refinaria significa muito mais do que a mesma refinaria significaria para o Estado do Rio de Janeiro ou para o Estado de São Paulo.

Por isso, a luta da classe política e dos governos que vêm se sucedendo tem sido permanente pela instalação da refinaria. O requerimento que fiz, endereçado ao Ministro das Minas e Energia, prende-se ao fato de ter sido comunicado, há cerca de dez dias, pelo próprio Presidente da República, que estava decidida a localização da refinaria: ela seria instalada em Pernambuco.

Senador Mão Santa, V. Ex^a é do Piauí, Estado que pleiteia essa refinaria. O Maranhão, o Ceará, o Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro também pleiteiam. Uns pleiteiam com mais ardor e outros com menos, mas ninguém com tanto ardor quanto o Rio Grande do Norte, porque o Maranhão, ou o Ceará ou Pernambuco pleiteiam pelo fato de ser consumidores ou pelo fato de terem um porto apropriado, como é o caso do Maranhão; pelo fato de serem um grande centro consumidor, como é o caso de Pernambuco. O Ceará ainda produz um pouquinho de petróleo e também consome, mas nenhum deles tem uma produção de 110 mil barris de petróleo por dia. Nenhum deles tem núcleos da Petrobras, em que moram milhares de famílias, como ocorre em Natal, em Mossoró, ou em Guamaré, consumindo serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado. Ninguém tem, como o Rio Grande do Norte, a presença da Petrobras há tantos anos no Estado. Ninguém se sente com tanto direito a uma refinaria pelo fato de abrigar a Petrobras. A Petrobras faz parte da cultura do Rio Grande do Norte, pois ali está há muito tempo. Então é um vício de raciocínio. A refinaria para o Rio Grande do Norte é um desejo inexpugnável.

Não se vai conseguir convencer ninguém, nenhum potiguar, de que Pernambuco – e foi o Presidente Lula

que anunciou que será em Pernambuco – tem mais trunfos do que o Rio Grande do Norte, tem mais justificativas do que o Rio Grande do Norte. Eu não me conformo, não há hipótese.

Eu estive em várias reuniões com Ministros de Estados e com alguns presidentes da República. Estive há poucos dias com a Governadora do Estado e todos os Deputados e Senadores do meu Estado, com entidades de classe do meu Estado, com a Ministra, e a Ministra foi claríssima em dizer que os critérios para a definição da refinaria seriam técnicos. Claro que o componente político ia existir, mas os componentes seriam fundamentalmente técnicos.

E sem nenhuma resposta, sem nenhuma explicação, sem nenhuma palavra de compensação a um Estado que há 20 anos hospeda a Petrobras, que há 20 anos oferece o seu território para a perfuração de poços, que hoje têm uma produção perto de 4 milhões de metros cúbicos de gás e 110 mil barris de petróleo por dia, chega a notícia, nua e crua, de que porque o Presidente Chávez quer a refinaria vai para Pernambuco, porque lá existe Abreu e Lima, que foi companheiro de Bolívar, nas lutas libertárias.

Então, por isso, e pouco mais do que por isso, com todo o respeito ao povo de Pernambuco, que está de parabéns evidentemente, decidem sem explicação nenhuma de caráter técnico. Nada! Não há explicação nenhuma. Ao Rio Grande do Norte não é dado o direito sequer de receber uma explicação. O Rio Grande do Norte tem a obrigação de permitir a perfuração de poços e a extração de petróleo, o uso de suas estradas, e de oferecer educação, saúde, lazer, boa convivência para aqueles que trabalham na Petrobras. É só a obrigação que o povo e o Estado do Rio Grande do Norte têm, mais nada.

Sr. Presidente, não me conformo, não aceito. Nesse final de semana dei várias entrevistas e conversei hoje com o Secretário de Desenvolvimento do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Dr. João Maia, explicando o plano de compensação que apresentei pela imprensa.

Senadora Heloísa Helena, já que foi anunciado pelo Presidente, tenho certeza de que o requerimento que apresentei terá, daqui a dois, três, quatro, cinco meses – sei lá daqui a quanto tempo –, a resposta de que, sim, a refinaria vai para Pernambuco. O Rio Grande do Norte que se aquiete. Não vou me aquietar. Eu não vou me aquietar. V. Ex^a sabe quanto a Petrobras investiu – não porque nós tenhamos pedido, mas porque ela achou que era bom negócio – em Guamaré, onde se extrai hoje perto de quatro milhões de metros cúbicos de gás? Já investiu mais de US\$ 1,5 bilhão porque é

bom negócio para a Petrobras investir no território do Rio Grande do Norte para fazer bons negócios.

Pois muito bem. Sou engenheiro, sou tinhoso, não aceito injustiças com o meu Estado. Fui com o ferrinho de dentista atrás de alternativas de boa qualidade e vou continuar com o meu ferrinho de dentista azucrinando a vida deste Governo, porque foi ele que decidiu, porque o Presidente Chávez quer, que a refinaria vai para Pernambuco, sem explicação nenhuma ao Rio Grande do Norte. Pois bem, fique então a PDVSA, os venezuelanos, com a refinaria em Pernambuco. Não posso fazer nada. Não tenho metralhadora, mas, ainda que tivesse, não a usaria nesse sentido.

Tenho a convicção absoluta de que a Petrobras, empresa que objetiva lucro, será sensível aos argumentos que estou apresentando. Vou usar toda a força política que o meu Estado tiver, associando-me à Governadora Vilma, aos Senadores Fernando Bezerra e Garibaldi Alves Filho, aos oito deputados federais, a todos aqueles que puderem, visando abrir a cabeça do Governo para um grande negócio que pode ser implantado no meu Estado. Qual é o grande negócio? Senadora Heloísa Helena, a Petrobras descobriu que eteno não se tira apenas de petróleo, mas também de gás liquefeito, GLP. Eteno é matéria-prima para produção de resina de PVC, que é o próprio plástico, que importamos. Ele existe em Camaçari e em outros poucos lugares. Importamos grande parte do que o Brasil precisa. No Rio Grande do Norte, uma planta de PVC, uma planta de eteno se viabiliza a partir de 3,5 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Já estamos perto de 4 milhões e, dentro de três meses, vamos para 6 milhões de metros cúbicos. Já existe escala para a obtenção, em planta industrial viável, de eteno.

Obtido o eteno, ficaríamos com a matéria-prima, Sr. Presidente, para a obtenção de PVC. Mas PVC é eteno mais cloro. Onde vamos buscar cloro? Sr. Presidente, V. Ex^a, que é da Paraíba, Estado vizinho ao meu, já ouviu falar da Termoação e evidentemente conhece as salinas do Rio Grande do Norte. A Termoação, Senadora Heloísa Helena, está quase pronta. São 340 megawatts de energia elétrica produzidos no território potiguar. Fica vizinho a Guamaré, em cima de Guamaré, onde está o gás, o que pode ensejar a produção do gás eteno, que somado com cloro produz PVC. PVC que se obtém como? Com a energia da Termoação, que está em Alto Rodrigues, e mais o sal de Macau, que está próximo, a cinqüenta quilômetros, em Areia Branca, obtém-se cloro e soda cáustica. Num círculo de cinqüenta quilômetros quadrados tem-se cloro, soda cáustica, eteno. Junta-se o eteno com o cloro e se produz o PVC que o Brasil deixa de importar.

Eu não vou, Senador Mão Santa, em hipótese alguma, largar este osso, porque a Petrobras gosta de bons negócios. Nós vamos oferecer um bom negócio. Se a Petrobras não quiser, é porque tem má vontade com o Rio Grande do Norte, ou o Presidente da República não quer bem ao Rio Grande do Norte. Porque está perfeito. Decidiu, por conta de Abreu Lima, a refinaria para o Estado de Pernambuco, mas vamos oferecer agora uma alternativa que não implica tanto dinheiro. Com US\$600 milhões, ao longo de quatro anos, a Petrobrás juntamente com um parceiro privado, viabilizarão a fábrica de eteno, a fábrica de cloro, a fábrica de soda cáustica. O Rio Grande do Norte se transformará naquilo que tem direito de ser; aquilo que a Bahia já o foi com o pólo petroquímico de Camaçari; aquilo que ele tem direito de ser porque produz o petróleo e obriga muito bem as famílias da Petrobras que moram lá e que vivem muito bem, obrigado, lá no Rio Grande do Norte.

Eu quero, portanto, com essas palavras, colocar essa idéia que, na verdade, é agenda positiva pura.

Se o Presidente quiser dar uma boa notícia ao Nordeste, dê, junto com a refinaria de petróleo para Pernambuco, a informação de que está atento aos bons negócios, de que a iniciativa privada pode se juntar a uma estatal capitalizada como a Petrobras e fazer a felicidade não apenas de um Estado. Na hora em que a fábrica de PVC ficar pronta, outras poderão se espalhar pela Paraíba e Ceará, aproveitando matéria-prima que – se Deus quiser, pela pertinácia da classe política do Rio Grande do Norte – será produzida no território de Guamaré.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos, nobre Senador.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Sr^ss e Srs. Senadores, primeiro, neste momento, quero fazer uma reflexão e uma afirmação com relação ao programa ontém editado pela Rede Globo, no Fantástico, que trouxe uma notícia para o Brasil inteiro. Trata-se de um programa especial que agora fala dos Presidentes da República do Brasil.

Ontem, enfocou a administração do Presidente José Sarney, nosso Colega de Partido e nosso Colega aqui nesta Casa do Congresso Nacional, pessoa do maior respeito e consideração, um líder incontestado do Estado do Maranhão.

Na declaração do Presidente José Sarney, foi anunciado para o Brasil a questão da possível detonação ou da pesquisa mais apurada da bomba atômica

no Brasil. Foi no Governo do Presidente José Sarney, e, por acaso, isso aconteceu. O plano, o projeto, a idéia era fazer esse teste atômico no Estado do Pará, na serra do Cachimbo, onde está a base da Força Aérea Brasileira, localizada próximo ao Município de Jacareacanga, quase que no limite do Pará com o Mato Grosso.

Com certeza, essa notícia, que ontem foi espalhada pelo Brasil todo, precisa de alguns esclarecimentos, que faço nesta tarde, no Congresso Nacional, especialmente no Senado Federal.

À época, o Governador Hélio Gueiros rechaçou essa idéia. Inicialmente, era uma idéia de conseguir que um buraco atômico para uso de resíduos atômicos fosse colocado como lixo nessa região próxima à base da Serra do Cachimbo. O Governador Hélio Gueiros, reunido com a sua Bancada na Assembléia Legislativa, os Deputados, os empresários, os trabalhadores, a classe política, a comunidade paraense como um todo, apoiaram o Governador à época quando ele rechaçou, de maneira firme e determinada, que isso acontecesse no Pará, quando foi lacrado o buraco para testes atômicos e, principalmente, para guardar os resíduos do lixo atômico no nosso Estado.

Então, eu faço essa referência, até porque conheço não somente Jacareacanga como também a Serra do Cachimbo. Estive lá em companhia do Governador à época, Almir Gabriel, a convite do Comandante-Geral do Ar, à época o Ministro da Aeronáutica. Pernoitamos na base aérea, vimos que é uma instalação militar muito bem preparada, comandada por Brasília. A tropa de elite da Força Aérea é substituída de quinze em quinze dias. Na base aérea da Serra do Cachimbo não existem familiares de militares, mas apenas os militares da Aeronáutica.

Eu queria dar esse esclarecimento e essa notícia importante para o Brasil, já que tivemos oportunidade de assistir ontem a um programa como o Fantástico, que deu ênfase muito grande para esse episódio da vida pública brasileira.

Hoje, temos a informação oficial – conhecida no Pará – de que o governo americano oferece US\$1 milhão por dia para fazer testes, ensaios e exercícios militares na região, principalmente da força aérea americana, haja vista a grande dificuldade que tem em conseguir um local como a Serra do Cachimbo, uma base preparada para pouso e decolagem de todos os tipos de aeronaves e que se encontra numa região bastante isolada e com a segurança permanente das Forças Armadas brasileiras.

Com certeza, essa é uma notícia que acrescenta à matéria que foi feita ontem e faz justiça a um homem público que foi Senador da República, Depu-

tado Federal, Deputado Estadual, Prefeito de Belém, que é o Dr. Hélio Gueiros. Encerra esse episódio com essa – não diria homenagem – justa afirmação do povo paraense.

Sr. Presidente, ainda com relação ao meu Estado, tenho a satisfação, como V. Ex^a anunciou há pouco, de receber hoje em Brasília uma delegação de parlamentares, políticos e lideranças da comunidade do oeste do Pará. Vieram para uma audiência pública com o Presidente da Câmara Federal, o Deputado Severino Cavalcanti, hoje à tarde; e amanhã, pela manhã, terão uma audiência com o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. São liderados pela Câmara dos Vereadores. Está aí a nossa Presidente da Câmara Municipal de Santarém, a Vereadora Elizabeth Lima, que dá a sua permanente condição de dirigente, de pessoa que tem condições de representar o povo do Pará, em especial, de Santarém, da nossa região do baixo Amazonas, do oeste do Pará.

Têm a necessidade, também, de reivindicar ainda um projeto de emenda constitucional, que foi apresentado por mim e que está na pauta do Congresso Nacional, com relação ao Município de Mojuí dos Campos, vizinho à nossa querida Santarém.

Teremos oportunidade, durante esses dois dias, de estarmos com o Deputado Federal Zequinha Marinho e com toda a Bancada Federal do Pará, incluindo o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Ana Júlia Carepa, porque, acima das questões partidárias e ideológicas, estão os interesses do Estado. No momento eleitoral, cada um tem seu candidato, sua coligação, e disputa as eleições de forma alta, coerente, firme. Mas o momento do trabalho é o momento de união e nós temos tido a capacidade, ao longo dos últimos anos, de deixar nossas diferenças políticas de lado.

A Bancada Federal do Pará tem tido uma condição excepcional no Congresso Nacional e tem trabalhado permanentemente, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos, assim como todas as Bancadas de outros Estados da Federação, pois trabalhamos unidos pelo interesse do Estado e da região amazônica, principalmente pelo Estado do Pará.

Tenho também, Sr. Presidente, nesta tarde, a oportunidade ímpar de manifestar o nosso apoio ao plebiscito, enfrentado com tanta dificuldade ao longo dos últimos anos: trata-se de ouvir a população paraense no que se refere à criação do Estado do Tapajós, à divisão, na verdade, do Estado do Pará. Com certeza, o plebiscito é a arma mais competente e mais justa. Essa matéria foi aprovada no Senado Federal, com apoio unânime desta Casa, a fim de ouvirmos o povo e decidirmos juntos com a população

do Estado do Pará, assim como faremos agora com relação às armas.

O desarmamento é da maior importância para o Brasil e é também relevante para a região amazônica e para o meu Estado do Pará. Mas, por um dever de justiça, temos necessidade de ouvir a população. O plebiscito dará autenticidade, legalidade e credibilidade para que se possa tomar uma decisão que será objeto nada mais, nada menos de uma eleição na qual os que aprovam aquela sugestão, aquela idéia, aquele projeto, trabalham e fazem campanha, nesse caso, em prol do desarmamento. Essa medida também é tomada quando da criação de outros Estados da Federação. Trata-se da mesma situação.

O plebiscito proporciona a capacidade de articulação, de discussão e de exposição de pontos de vista, que, normalmente, são diferentes em cada região, em cada Estado e, de modo geral, em todo o País. Porém, a partir do momento em que se instala a campanha, em que se abrem os debates e se mostra a posição de cada lado, somente o resultado da votação no plebiscito pode afirmar que a maioria venceu.

Quem realmente puder levar à disputa o seu projeto deve reconhecer como vencedor aquele que conseguiu mostrar as melhores condições e teses. A maioria da população é quem decide.

Portanto, Sr. Presidente, também é uma semana de trabalho, é uma semana em que saímos do imobilismo. Ainda na semana passada eu questionava esse imobilismo que temos vivido nos últimos meses, e aí estão os números. Hoje a imprensa brasileira mostra claramente o montante dos recursos do Orçamento Geral da União aplicados. Nós liberamos apenas 4% de todos os recursos orçamentários constantes no Orçamento da União.

O Governo Federal, principalmente na questão da infra-estrutura, precisa ser mais firme, mais determinado. E assim os Ministros, especialmente o Ministro da coordenação econômica, que chefia a equipe econômica do Governo do Presidente Lula, o Sr. Antonio Palocci Filho, que é o carro-chefe, o controlador das finanças e da economia do País.

Recebemos, agora mesmo, a visita do Secretário do Tesouro norte-americano, que falou da importância da sua visita ao Brasil, mostrou que o Brasil cumpre as metas econômicas, o superávit fiscal, e que citou as exportações.

Mas precisamos pensar também na situação interna. Precisamos liberar recursos para as eclusas de Tucuruí, onde foi assinado um pacto, desde a construção da barragem que fechou o rio Tocantins para proporcionar capacidade de geração de energia elétrica para o Brasil inteiro. É que a questão das

eclusas ainda não foi decidida, ou seja, a liberação dos recursos para a sua conclusão. Continuamos a insistir, todos os dias, toda semana, porque sabemos da importância que as eclusas de Tucuruí têm para o Pará, principalmente para aquela região do Araguaia-Tocantins e para o Brasil, para gerar mais emprego, renda e para poder escoar a produção agrícola do Centro-Oeste brasileiro para os mercados americano e europeu.

Com certeza, as eclusas de Turucuí são uma obra da maior importância para o Estado do Pará e para o Brasil. Da mesma forma que a pavimentação da Santarém-Cuiabá, a BR-163, para a qual se formou um consórcio entre o Governo do Pará, o Governo do Mato Grosso, o Governador Simão Jatene, o Governador Blairo Maggi, os exportadores e plantadores de soja, bem como os exportadores do polo industrial de Manaus, da Zona Franca do Estado do Amazonas. Esse sistema de Parceria Público-Privada retoma sua capacidade de concretizar esses 1.100 km de pavimentação para escoar essa produção enorme, que hoje ainda é exportada pelos Portos de Paranaguá e de Santos, o que causa dificuldade para os navios que aportam nesses portos, e também por meio da rodovia, o que encarece demasiadamente o preço dos grãos nos Estados Unidos. São importantes para o Pará a Hidrovia Araguaia-Tocantins e a pavimentação da Santarém-Cuiabá, a BR-163. A propósito, no Porto de Santarém, já está instalada a Cargill – uma das maiores exportadoras e produtoras de soja do Brasil e do mundo está lá pronta, instalada, aguardando a decisão que o Ministro Alfredo Nascimento e o Presidente Lula anunciaram lá no Estado do Pará e aqui nas audiências públicas concedidas a nós Parlamentares, às Lideranças, aos trabalhadores.

Com certeza essa é uma obra da maior importância para o Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Vamos baratear o custo da soja nos Estados Unidos em quase US\$50,00 por tonelada. Mesmo agora, com a baixa do real frente ao dólar, temos ainda uma grande diferença que podemos estabelecer na nossa comercialização, nas exportações e, por necessidade, no caso, com o aumento de rentabilidade para a balança comercial, como o Pará já faz isso há mais de 12 anos, exportando mais de US\$3 bilhões/ano e importando cerca de US\$300 milhões somente. Ou seja, damos um superávit de mais de US\$3 bilhões/ano ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 819, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casas, as seguintes homenagens pelo falecimento de José Aprígio Vilela, ocorrido no dia 7 de agosto de 2005, em São Paulo:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2005. – **Heráclito Fortes** – **Mão Santa** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Arthur Virgílio** – **Augusto Botelho** – **Pedro Simon** – **Alvaro Dias** – **José Agripino** – **Tião Viana** – **Efraim Morais** – **José Jorge** – **Antonio Carlos Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– A Mesa encaminhará voto de pesar.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA). Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, registro aqui o voto de pesar, já que o requerimento foi proposto inicialmente pela Senadora Heloísa Helena, que não se encontra no plenário neste momento, em nome não só do Estado do Pará, dos Senadores do Estado do Pará, como também em nome desta Casa, até mesmo por solicitação do Senador Renan Calheiros, que há pouco me telefonou pedindo que fizesse o registro em seu nome. Sua chegada aqui a Brasília sofre um atraso. Viria para cá pela manhã, mas retornará a partir das 18 horas, pois ficou em Maceió para acompanhar o sepultamento do seu amigo Aprígio Vilela, irmão do Senador Teotônio Vilela.

Faço também os votos em meu nome, em nome da Bancada do PMDB, em nome da Liderança do PMDB, na condição de membro do PMDB e Líder na ausência do Senador Ney Suassuna. Então, na qualidade de vice-Líder posso fazer esse registro do sentimento sincero de todos nós pelo falecimento de ilustre figura humana.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 820, DE 2005**Retirada de requerimento.**

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 93, de 2005.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2005. – Senador **Jefferson Peres**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– A Presidência defere a retirada do Requerimento nº 93, de 2005, que será definitivamente arquivado.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 821, DE 2005

Com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pedido de informações a respeito dos assuntos que seguem:

1. Qual é a procedência das notícias veiculada da mídia que a República do Paraguai e os Estados Unidos da América teriam firmado acordo bilateral no qual se prevê o estacionamento, de forma permanente, de tropas norte-americanas no território paraguaio? Qual o título oficial do suposto acordo e onde se pode obter seu texto original?
2. Há estimativa de quanto os Estados Unidos gastarão para manter essas tropas?
3. Em quais localidades seriam posicionadas?
4. Quais seriam os direitos assegurados pelo acordo aos soldados americanos em território paraguaio?
5. Que tipo de equipamento bélico seria usado?
6. Caso as notícias sejam procedentes, qual o motivo alegado pelos Estados Unidos para a medida?
7. Qual o posicionamento oficial do Brasil a respeito? A República Federativa do Brasil encaminhou ao Departamento de Estado alguma nota científica sobre esse posicionamento?
8. Os Estados Unidos da América já firmou ou está em vias de firmar acordos assemelhados com outros países sul-americanos?
9. Há algum tipo de concertação no Mercosul contra esse tipo de prática? Seria acon-

selhável fazer constar esse tema na agenda do Grupo Mercado Comum?

10. Existe alguma oferta por parte do Brasil ou do Mercosul aos Estados Unidos para o estabelecimento de cooperação multilateral mais assertiva contra o terrorismo internacional em substituição ao pretenso acordo firmado entre a República do Paraguai e os Estados Unidos?

Justificação

As informações a respeito de acordo bilateral paraguaio-norte-americano para o estacionamento de tropas, em caráter permanente, na fronteira paraguaia com o Brasil são desencontradas, assumem tom oficioso e não encontram respaldo oficial pelo governo Paraguaio. Em razão da potencial mudança das forças geopolíticas no Cone Sul que essa decisão causaria, é fundamental que o Parlamento e a sociedade civil obtenham informações mais fidedignas, as quais melhor abalizarão suas opiniões e posturas a respeito do acordo.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2005. – Senador **Efraim Moraes**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, associo-me ao requerimento feito nesta Casa de pesar pelo falecimento do Sr. José Aprígio Vilela, de tradicional família alagoana. Tivemos oportunidade e o Senador Pedro Simon também de conviver com o falecido quando, no governo da Nova República, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, hoje já extinto, irmão do Senador Teotônio Vilela. É, portanto, uma figura que merece de todos o nosso respeito. Aproveito aqui não só para enviar os meus sentimentos de pesar ao Senador Teotônio como também a todos os seus familiares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 64, de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigor acrescido da seguinte alínea c, renumerando-se as demais:

“Art. 1º

I –

.....

c) os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais que renunciarem para impedir a instauração de processo que vise ou possa levar à perda de mandato por infringência do disposto no art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura;

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A temática da renúncia de parlamentar que objetiva se esquivar do processo político que vise ou possa levar à perda do mandato retorna, com força, à agenda política nacional motivada pelas investigações que vêm sendo realizadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios e pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

Essas investigações causaram a renúncia do Líder do Partido Liberal na Câmara dos Deputados e a suspeita de que outros parlamentares investigados também renunciariam para preservar a possibilidade de concorrerem nas próximas eleições de 2006 e, sendo eleitos, exercerem mandatos parlamentares.

Uma rápida incursão pelo Direito comparado permite observar que a renúncia não é tratada pela legislação de países de tradição romano-germânica como o é pela legislação brasileira.

O Estatuto dos Deputados portugueses – Lei nº 7/93, de 1º de março com as alterações introduzidas pelas Leis nº 24/95, de 18 de agosto, nº 55/98 de 18 de agosto, nº 8/99 de 10 de fevereiro, nº 45/99 de 16 de junho e nº 3/2001 de 23 de fevereiro – não trata a renúncia como ardil para impedir a perda do mandato. Seu art. 7º, item 1, prevê a renúncia desde que obedecidos requisitos formais como a assinatura reconhecida notarialmente.

O Regulamento do Congresso dos Deputados da Espanha, de 10 de fevereiro de 1982, modificado pela reforma de 23-9-1993, de 16-6-1994, de 26-9-1996, de 11-5-2000, de 27-6-2001 e de 28-4-2004, prevê em seu art. 22, item 4, a perda do mandato por renúncia apresentada à Mesa do Congresso.

As Constituições brasileiras – a imperial e as republicanas –, à exceção da Constituição de 1934 e da Constituição de 1988, silenciaram sobre a renúncia do parlamentar.

A Constituição de 1934, em seu art. 34, estabelecia que importaria renúncia do mandato a ausência do Deputado às sessões durante seis meses consecutivos. Tratava-se, então, de presunção, objetivamente dimensionada, de desinteresse pelo exercício da nobre função parlamentar. Não cuidava o texto constitucional de então – diferentemente da Constituição de 1988 – da renúncia como ardil que objetivava impedir a perda do mandato.

A Emenda Constitucional de Revisão nº 6, de junho de 1994 introduziu § 4º ao art. 55 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a suspensão dos efeitos da renúncia do parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, até as deliberações finais da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

A adoção do método teleológico de interpretação constitucional permite constatar que o objetivo do legislador constituinte derivado de 1994 era impedir a utilização da renúncia – manifestação de vontade personalíssima do parlamentar – como subterfúgio a impedir a perda do mandato e a consequente inelegibilidade para qualquer cargo eletivo, nas eleições que ocorressem no período restante do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura, consoante a alínea “b” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, com a redação conferida pela Lei Complementar nº 81, de 13-4-1994.

Percebe-se que o Congresso Nacional, tanto no exercício de seu papel de legislador complementar ao texto constitucional, como no papel de constituinte

derivado, preocupou-se, no ano de 1994 com a possibilidade de parlamentar que, investigado por atos que pudesse levar à perda do mandato, renunciasse para impedir a conclusão do processo investigatório. Preservaria, de certa forma, sua imagem e poderia concorrer nas eleições imediatas. Sendo eleito, exerceria novo mandato eletivo.

A contextualização histórica dessas mudanças no ordenamento jurídico-constitucional possibilita uma rápida compreensão sobre a motivação dos legisladores.

É que a Comissão Parlamentar de Inquérito conhecida como “CPI dos Anões”, que apurou ilícitos na elaboração do processo orçamentário e encerrou seus trabalhos em 1994, trouxe, em suas conclusões, fortes indícios de envolvimento de parlamentares que, objetivando escapar da perda de seus mandatos, passaram a utilizar a renúncia como mecanismo de preservação política.

Assim, objetivando eliminar a brecha no ordenamento legal, o legislador promoveu, inicialmente, alterações na Lei Complementar das Inelegibilidades, Lei Complementar nº 64, de 1990. Posteriormente, alterou o próprio texto constitucional, conforme visto anteriormente.

Ocorre que, mesmo com o esforço do Poder Legislativo, a renúncia – ato-extremo que conspurca a confiança e o voto da população – continua a ser utilizada indevidamente. Exemplo disso foi a renúncia do Líder do Partido Liberal na Câmara dos Deputados e a perspectiva de outras renúncias em série.

Urge, então, que o Parlamento, atento às anomalias do sistema representativo, busque alternativas legislativas que assegurem o respeito ao voto popular e à moralidade pública.

Pretende, então, o projeto de lei complementar, que ora é oferecido à deliberação desta Casa Legislativa, criar graves consequências à renúncia que objetive, indevidamente, impedir a instalação de processo que vise ou possa levar à perda de mandato.

Atribui-se à renúncia, com esses objetivos espúrios, os mesmos efeitos da perda de mandato, vale dizer, a inelegibilidade para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura.

Ainda que insuficiente **per se**, a presente iniciativa pode significar uma importante contribuição para o aperfeiçoamento da representação e para o respeito à soberania popular.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2005. – **Tião Viana.**

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 64,
DE 18 DE MAIO DE 1990**

Estabelece, de acordo com o artigo 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

a) os inalitáveis e os analfabetos;

b) os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto no artigo 55, I e II, da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 3 (três) anos subsequentes ao término da legislatura;

c) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 3 (três) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 3 (três) anos seguintes;

e) os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de 3 (três) anos, após o cumprimento da pena;

f) os que forem declarados indignos de oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão

competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida a apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão;

h) os detentores de cargo na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político apurado em processo, com sentença transitada em julgado, para as eleições que se realizarem nos 3 (três) anos seguintes ao término do seu mandato ou do período de sua permanência no cargo;

i) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade,

II – para Presidente e Vice-Presidente da República:

a) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções:

1 – os Ministros de Estado;

2 – os Chefes dos órgãos de assessoramento direto, civil e militar, da Presidência da República;

3 – o Chefe do órgão de assessoramento de informações da Presidência da República;

4 – o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;

5 – o Advogado-Geral da União e o Consultor-Geral da República;

6 – os Chefes do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

7 – os Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica;

8 – os Magistrados;

9 – os Presidentes, Diretores e Superintendentes de Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas e as mantidas pelo Poder Público;

10 – os Governadores de Estado, do Distrito Federal e de Territórios;

11 – os Interventores Federais;

12 – os Secretários de Estado;

13 – os Prefeitos Municipais;

14 – os membros do Tribunal de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal;

15 – o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal;

16 – os Secretários-Gerais, os Secretários-Executivos, os Secretários Nacionais, os Secretários Federais dos Ministérios e as pessoas que ocupem cargos equivalentes.

b) os que tenham exercido, nos 6 (seis) meses anteriores à eleição, nos Estados, no Distrito Federal, Territórios e em qualquer dos Poderes da União, cargo ou função, de nomeação pelo Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal;

c) (vetado);

.....
(À Comissão de Constituição, justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF GLPMDB Nº 273/2005

Brasília, 8 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, como membro suplente, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE – em vaga existente.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência votos de estima e consideração. Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Designo o Senador Romero Jucá membro da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do Ofício GLPMDB nº 273/2005 que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF GLPMDB Nº 274/2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, como membro titular, em vaga existente, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, bem como o remanejamento do Senador Ney Suassuna para a primeira suplência, em substituição ao Senador Wirlande da Luz. A nova composição dos membros suplentes da referida Comissão obedecerá a seguinte ordem:

Senador Ney Suassuna – Senador José Maranhão – Senador Leomar Quintanilha – Senador João Batista Motta – Senador Antônio Leite.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência votos de estima e consideração. Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por permuta com o Senador Tião Viana, que será o próximo orador, e, em seguida, o Senador Augusto Botelho. V. Exª dispõe de quinze minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o

seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, inicialmente, a manifestação do mais profundo pesar pelo falecimento do irmão do Senador Teotônio Vilela, a manifestação da nossa solidariedade ao Senador Teotônio Vilela, essa grande figura, grande companheiro, grande Líder, Parlamentar brilhante desta Casa, a nossa solidariedade a ele e a toda a sua família neste momento de dor que todos certamente estão vivendo, a nossa solidariedade à população de Alagoas, que perde nesse infiusto acontecimento um dos seus mais ilustres filhos.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Presidente Lula tem sido colecionador de bravatas, de mentiras, revelando um viés autoritário surpreendente e inusitado, sobretudo em momentos críticos como este que o País atravessa em que a crise moral se abate sobre as instituições públicas brasileiras.

Nos arroubos oratórios, o Presidente busca estabelecer comparações com seus antecessores, desafia-os a que se comparem os feitos ao final da sua gestão, renega feitos passados, procura desmerecer a ação administrativa daqueles que o antecederam. Não se sabe se em função da sua assessoria ou por iniciativa própria, busca destacar feitos que não ocorreram durante a sua gestão. Encontra alguns seguidores e faz de alguns porta-vozes a repetição dos seus enunciados, como ocorreu hoje no plenário do Senado Federal, relativamente à palavra do Presidente no rádio hoje pela manhã, destacando que, em Governos anteriores ou no Governo anterior, a educação estava paralisada e que o atual Governo vem promovendo avanços inquestionáveis.

É por essa razão, Sr. Presidente, que trazemos, para esclarecimento da opinião pública, algumas informações importantes. Em 2003, primeiro ano da gestão Lula, o Governo aplicou R\$16.718.203.393,90 em educação; em 2004, R\$15.613.573.294,67; em 2002, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, último ano da sua gestão, R\$19.082.263.787,53. Portanto, valor significativamente superior àquele investido pelo Governo Lula. Em 2001, mais R\$19.062.263.787,00. Em 2000, R\$19.193.196.127,71. E em 1999, reunindo educação e cultura, o Governo investiu R\$33.033.254.663,66.

Portanto, são valores significativamente maiores do que aqueles investidos pelo atual Governo. Estamos trazendo essas informações apenas com o propósito

de repor a verdade. Mas vamos além, Sr. Presidente. O Governo Lula tem investido muito pouco. Aliás, a ausência de investimentos públicos tem sido uma das causas de comprometimento do processo de crescimento econômico no Brasil. Inexplicavelmente, o Governo comemora índices de crescimento, a nosso ver, insatisfatórios.

Não sei como um Governo pode se conformar com o crescimento que vem alcançando a economia do nosso País em contraste com o crescimento que se verifica em outras Nações emergentes do mundo.

Aliás, há uma previsão de que o crescimento do nosso País neste ano será o menor em todo o mundo, inclusive inferior ao que se verificará nos países da África.

Já nos primeiros três meses, portanto, com precedência à crise política que se abateu posteriormente, o crescimento da economia do Brasil chegou a 0,3%. Portanto, um crescimento, a meu ver, risível, que dispensaria qualquer tipo de comemoração, muito mais dispensaria, é claro, arroubos oratórios improcedentes como vem-se verificando.

Portanto, imagino que alguns debitarião à crise moral que se abate sobre o País os índices de crescimento econômico aquém das potencialidades do nosso País que, certamente, ao final do ano, verificaremos.

Mas não há relação entre causa e efeito. Ao contrário, o que contamina a economia não é a investigação da corrupção; o que contamina a economia é a corrupção. Os especialistas indicam que no ano passado o Brasil deixou de movimentar R\$328 bilhões em razão da corrupção. E a Transparéncia International, ONG que tem conceito mundial, que elabora o ranking mundial da corrupção todos os anos, indica que nós perdemos bilhões de dólares anualmente de investimentos. Portanto, deixamos de gerar milhares de empregos porque os grandes conglomerados econômicos do mundo buscam investir exatamente pelo ranking da corrupção.

O nosso País, pelo lamentável lugar que ocupa nesse ranking, como um dos países mais corruptos do mundo, desperdiça oportunidades preciosas de crescimento econômico.

Vai além a Transparéncia, afirmando que percentual importante, ao redor de um terço da dívida pública brasileira, devemos debitar na conta da corrupção. E mais: se nós tivéssemos os mesmos índices de crescimento econômico da Dinamarca, teríamos uma renda per capita 70% superior àquela que temos hoje. Portanto, o ganho do brasileiro seria, per capita, em média, US\$2 mil a mais do que é hoje, lamentavelmente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Atentamente o estou ouvindo e também o País. Por isso que V. Ex^a, Senador Álvaro Dias, desponta nas pesquisas do Paraná em primeiro lugar para todos os cargos majoritários. E o seu Partido comete um engano em não colocar o seu nome para candidato à Presidência da República. Eu queria dar uma colaboração em relação à Educação. Não é do meu Partido o ex-Ministro da Educação do Governo passado, Paulo Renato Souza. Aliás, acho que foi um erro ele não ter sido candidato a Presidente, pois, com certeza, teria vencido o Lula. Olha, o Presidente Lula está equivocado. O Fundef foi um instrumento excepcional para a nossa educação porque foi a verba direta que Paulo Renato deu para as diretorias das escolas, incorporando milhares de diretorias na administração pública educacional. A expansão das universidades privadas deveu-se a ele. E mais, fez uma exigência fundamental: muitos professores ensinavam o que não sabiam, e ele exigiu que todas as normalistas fizessem licenciaturas de curta ou de plena duração. Além disso, o Provão também é um mérito do Governo passado. Quanto à economia, o Brasil ganhou apenas, para ser claro, do Haiti e de El Salvador, nessas situações. Esse é o quadro real. No mais, os nossos parabéns. Já aprendemos muito, mas o País precisa ouvir a sua palavra e a sua mensagem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa. A generosidade de V. Ex^a é um estímulo constante a todos nós, nesta Casa. Evidentemente, descontamos o exagero das manifestações elogiosas de V. Ex^a, mas as recolhemos sempre com o propósito de nos motivar a continuar o trabalho. E sabemos que isso ocorre com todos os colegas no Senado Federal.

Eu dizia que a crise moral que se abate sobre o Brasil não contamina a economia no que diz respeito à investigação procedida, mas que a corrupção, sim, contamina a economia. De outro lado, verifica-se a ausência de investimentos públicos. Em sete meses, apenas 4% dos investimentos aprovados pelo Congresso Nacional foram executados. Um dos instrumentos para a alavancagem do crescimento econômico é o investimento público. E o Governo Lula, desde o início, vem pecando de forma capital, ao investir insuficientemente, preparando inclusive um eventual apagão de infra-estrutura no futuro do nosso País, em face da ausência desses investimentos. Dos R\$21 bilhões aprovados em 2005 pelo Congresso Nacional, apenas R\$853 milhões foram pagos até julho. Portanto, apenas 4% dos investimentos aprovados em sete meses do ano.

A crise política leva a equipe econômica – parece-me – a assumir uma postura ainda mais conservadora, acumulando um superávit primário muito acima do previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Até junho, o superávit primário acumulado estava em R\$60 bilhões, o equivalente a 6,4% do PIB. E nós discutímos aqui já há algum tempo o exagero do superávit primário de 4% como imposição do Fundo Monetário Internacional. O FMD, fundo monetário doméstico, tem se apresentado com rigor muito maior do que o Fundo Monetário Internacional. Programas como a manutenção da malha rodoviária federal, que tem R\$2 bilhões no Orçamento livres do contingenciamento, estão com a execução muito baixa. Até julho, foram executados 7,8% do total, ou R\$159,3 milhões. Programas prioritários na segurança tiveram execução próxima de zero nos primeiros sete meses. É o caso do Sistema Único de Segurança Pública, que teve até agora apenas 0,8% dos recursos executados. De R\$225 milhões aprovados, gastou-se apenas R\$1,9 milhão.

Portanto, Sr. Presidente, até mesmo em área crucial como da Segurança Pública o investimento aproxima-se de zero. É lamentável que isto venha a ocorrer porque revela incompetência administrativa no ato de executar programas e na tarefa de estabelecer prioridades indispensáveis para atender às expectativas da Nação. Programas como o saneamento ambiental urbano e o programa habitacional de interesse popular não investiram nenhum real em sete meses.

Sr. Presidente, em saneamento ambiental, zero de investimento; em política habitacional, zero de investimento? O que mais deseja o povo trabalhador do País? Evidentemente, o que mais deseja o cidadão trabalhador é emprego e moradia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador, por favor, conclua.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Encerro com essas palavras, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a e dizendo que alimentamos expectativas em relação ao futuro deste País, mas desgraçadamente não alimentamos expectativas administrativas em relação ao próximo um ano e meio, por estar o Governo Lula totalmente perdido em meio a essa tempestade de escândalos que lamentavelmente açoita o mundo político do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos, Senador.

Em seguida ao pronunciamento do Senador Tião Viana, teremos a palavra dos Senadores Augusto Botelho e Cristovam Buarque.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em meio a esta crise que está aos olhos de todos, que traz as devidas preocupações e impõe as responsabilidades, estou tentando me reportar àquilo que está tramitando no Congresso Nacional. Há poucas semanas, foi enviado ao Parlamento pelo então Ministro de Estado Olívio Dutra o Plano Nacional de Saneamento Básico, que temos agora a responsabilidade de discutir e aprovar. Trata-se de uma matéria que, inequivocamente, é da maior relevância, prioritária na agenda do Congresso Nacional.

Espero que, diante dos holofotes da crise, diante da responsabilidade que todos os partidos têm em relação à crise, diante do encaminhamento para que ocorra a punição dos culpados, possamos construir, como partidos políticos, como lideranças, a agenda mínima de que o Congresso necessita. O Congresso não pode abrir mão disso, e não podemos contar o ano de 2005 como um ano perdido dentro do processo legislativo. Temos muita responsabilidade por essa matéria. Todos discutem hoje a necessidade da reforma política, que tem menos de 40 dias para ser aprovada, sob pena de não vigorar para o próximo ano, mas uma matéria como a de saneamento básico encontra-se no mesmo patamar, ou em maior, de relevância.

Quando procuramos refletir sobre a grande causa de mortalidade no Planeta, ainda encontramos como foco central a crise de saneamento básico, as doenças de transmissão hídrica. Hoje ou se morre de fome, nos países pobres, ou se morre em razão das doenças de contaminação pela água, no que tange às crianças – quanto aos adultos, já há algumas doenças degenerativas que incrementam essas estatísticas e o espelho de morbimortalidade no Planeta. A África, por exemplo, padece. Naquele continente, 35 mil crianças morrem diariamente pela fome ou pelas doenças evitáveis, em que se concentram as doenças relacionadas à falta de saneamento básico.

O Ministério das Cidades, por intermédio do então Ministro Olívio Dutra, apresentou, com absoluta responsabilidade e propriedade, o Plano Nacional de Saneamento Básico. É uma matéria legislativa que veio do Poder Executivo e que já encontra, na memória do Parlamento brasileiro, a sua luta, a sua dinâmica e, até agora, a não-aprovação efetiva.

Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu como norma a participação do Sistema Único de Saúde dentro de uma política nacional de saneamento básico, o acompanhamento.

Logo tivemos a década de 90, que estabeleceu, como grande fator de influência da política nacional de saneamento básico, o poder concedente, a redução

do tamanho do Estado e uma trilha que devesse seguir a chamada cartilha do neoliberalismo. Os danos foram irreparáveis. Tivemos, de 1989 a 1999 – quando o IBGE fez o último estudo –, a constatação de que, em relação ao esgotamento sanitário, o Brasil cresceu menos de 5% em cobertura.

No que se refere à cobertura de água, houve um avanço da ordem de mais de 40% na distribuição. Entretanto, em relação às regiões do Brasil, observamos a região Sul atendendo em 70% a sua população com distribuição de água; a região Nordeste atendendo em 52%; e a região Norte, que é a minha, a do Senador Augusto Botelho e a de outros, com cobertura de água para os domicílios na ordem de 42%.

Isso demonstra a grande dívida que temos com a qualidade de vida. Se, no século XX, fomos capazes de avançar a expectativa de vida do brasileiro em 29 anos – foi esse o aumento no século passado –, devemos muito ao pouco que se fez em saneamento básico e muito ao custo tão elevado e tão irracional da política de assistência médica apenas. O modelo mais caro para prevenir, para controlar e para reduzir a morbimortalidade de um povo é adotar a assistência como grande referencial de um país.

Por outro lado, quanto ao saneamento básico, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência está cansada de dizer que, se assegurarmos apenas água tratada em boas condições para a população, reduziremos em quatro anos a mortalidade infantil. Então, se atualmente oscila entre 26% a pouco mais de 30% o índice de mortes em crianças até completarem um ano de vida – em um país que já avançou, porque tínhamos, nas décadas passadas, em torno de 60 crianças falecendo antes de completarem um ano de vida, em razão de doenças evitáveis –, poderemos obter um avanço muito maior se, de fato, aprovarmos esse Plano Nacional de Saneamento Básico.

Em 1994, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 199, da Deputada Irma Passoni, estabelecia critérios para a criação do Sistema Nacional de Saneamento Básico. A matéria foi devidamente aprovada na Câmara dos Deputados, veio para o Senado Federal, foi aprovada, mas, lamentavelmente, foi vetada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, no entendimento de que a responsabilidade da União deveria ser muito mais de fomentar e de fiscalizar a execução das políticas de saneamento básico no Brasil. Tivemos um verdadeiro naufrágio na evolução dos indicadores sociais do Brasil a partir dessa realidade estabelecida.

Em 1996, o então Ministro José Serra, no Senado Federal, apresenta o chamado Projeto de Lei nº 266, que estabelece o poder concedente para o saneamento básico no Brasil, criando regras de concessão, de

acompanhamento e de execução, dividindo as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios e da iniciativa privada. Lamentavelmente, essa matéria encontrou diversos entraves e barreiras de aprovação no Parlamento brasileiro.

Em 2002, o Deputado Sérgio Novaes e a Deputada Maria do Carmo Lara apresentaram uma reedição do Projeto de Lei da Deputada Irma Passoni, de 1994, que dispunha sobre a Política Nacional de Saneamento, seus instrumentos e dava outras providências. Portanto, houve uma verdadeira década perdida.

Reconhecido esse naufrágio da política de saneamento básico implantada na década de 90, tivemos de encontrar um caminho. Qual é a responsabilidade do Governo do Presidente Lula? O que fazer diante de um País que oferece 70% de água aos domicílios da Região Sul, 42% aos domicílios da Região Norte e menos de 55% aos domicílios da Região Nordeste? No Brasil, das 125 mil toneladas de lixo recolhidas, 70% são deixadas a céu aberto; e, dos 145 milhões de metros cúbicos de resíduos de esgoto, a mesma proporção ainda é colocada a céu aberto.

A problemática é grave, mas podemos, e muito, melhorar os indicadores de vida e a redução das doenças no Brasil. Infelizmente, o Congresso Nacional brasileiro está diante de um impasse: vive uma crise política, não a coloca em seu devido lugar, por todas as razões justificadas – é uma crise que envolve a responsabilidade e a participação de todos os políticos –, e não consegue conciliar a agenda mínima da governabilidade e do processo legislativo.

O que existe para todo o Parlamento é a responsabilidade da solução, que requer a discussão e a aprovação de uma matéria de tal relevância.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a usou a palavra “infelizmente”. Infelizmente, V. Ex^a não foi escolhido, desde o início do Governo do Presidente Lula, para ser o Ministro da Saúde. V. Ex^a está mostrando essa visão médica e, nesse livro da Universidade de Brasília, publicou um artigo sobre saúde que eu já havia lido para aprender. Queria até que V. Ex^a fosse ouvido, porque essa é a visão. Quando governei o Estado do Piauí, consegui... Quem tem bastante luz não precisa diminuir ou apagar as luzes dos outros para brilhar. Então, não adianta o Presidente Lula dizer que foi no seu Governo. Na época em que logrei êxito, o Presidente da República era do PSDB – aliás, o Senador Heráclito Fortes, que está aqui do lado, facilitou muito. Eu consegui, embora fosse de outro Partido, implantar

o Projeto Sanear. Foram mais de US\$30 milhões na época, e hoje, em Teresina, há quase 400 km de esgoto. É isso. Não podemos voltar àquilo que dizia Afrânio Peixoto, no primeiro livro de higiene: "A saúde pública no Brasil é feita com sol, chuva e os urubus". É preciso haver esse investimento em saneamento, como V. Ex^a está descrevendo e dissertando. Lamento o fato de o Partido ter uma estrela da saúde como V. Ex^a e não dar os rumos. Faço uma advertência. É lamentável! Presidente Efraim, paguei hoje, no aeroporto de Teresina, para engraxar meus sapatos, R\$5,00. A consulta médica do SUS está custando R\$2,00. Lá os ortopedistas se queixaram, Senador Tião Viana, de que, para fazer redução, não há mais anestesista, que custa R\$6,00. Eles fazem redução com dor mesmo, com o sofrimento dos pobres. Qual é o anestesista que vai aceitar ganhar R\$6,00? Só para chegar no hospital ele gasta mais. Só se for de mototáxi. Aí gasta os R\$6,00 que ganhou, na garupa. V. Ex^a tem que ser ouvido. Esse negócio só dá certo se houver sensibilidade política – e V. Ex^a a tem – e responsabilidade administrativa. V. Ex^a está sendo pouco usado pelo Governo do PT.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Mão Santa a contribuição que traz ao meu pronunciamento.

Pelo Sistema Único de Saúde, são 880 mil internações por ano, em decorrência da água de péssima qualidade a que a população tem acesso e das doenças causadas pela crise do saneamento básico. Estamos falando em algo volumoso: 880 mil internações em decorrência da crise do saneamento básico.

Se estamos diante de uma crise política, o paredão da cassação já está a postos. Já há os citados, que vão para a punição, para o caminho da cassação. Os holofotes já foram colocados diante de todos. Será que não seria hora de conciliarmos? O zé-povinho lá do canto do Brasil está esperando de nós decisões relevantes, que imponham mudanças na sua qualidade de vida.

É isso que trago para dividir com o Plenário do Senado Federal. Será que não temos capacidade de preservar o debate sobre a crise política e a busca das soluções, com a responsabilidade que deve nortear a trajetória de cada partido, e, ao mesmo tempo, conciliar com uma agenda mínima, uma agenda da responsabilidade política vinculada à responsabilidade social?

Essa matéria, muito bem detalhada pelo Ministro Olívio Dutra, foi elaborada por técnicos de profundo conhecimento, por sanitaristas verdadeiros, e remonta a um desafio do Governo brasileiro na década de 70, que resultou no chamado Plano Nacional de Saneamento Básico e na criação do Sistema Nacional de Saúde em 1975. Até hoje não cumprimos essa dívida, mas o Parlamento pode tomar uma decisão à altura.

A minha expectativa, já concedendo um aparte ao Senador Augusto Botelho e encaminhando para o encerramento do meu pronunciamento, é que possamos conciliar o debate, o foco da crise, com a responsabilidade social que uma matéria dessa natureza nos impõe. Refiro-me à educação sanitária, ao manejo de resíduos sólidos, à distribuição e ao atendimento de água para a população, à drenagem pluvial, ao trabalho de distribuição efetiva por parte do Poder Público associado às entidades que possam partilhar.

Estamos discutindo, Senador Augusto Botelho, até a inadimplência do cidadão nesse Plano Nacional. Aquele cidadão pobre que não pode pagar sua água terá uma cota mínima garantida, para que não haja privação.

É uma matéria, de fato, relevante, digna de uma bela discussão no Parlamento, mas está colocada em segundo plano, infelizmente em razão da crise. Não quero tirar a crise do foco, mas colocá-la ao lado.

Concedo o aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Tião Viana, V. Ex^a está trazendo um assunto de extrema importância. Nós, que somos da área médica – V. Ex^a é Doutor em hepatite, defendeu tese sobre hepatite, que é uma doença transmitida pela deficiência de tratamento dos dejetos humanos e pela água contaminada –, talvez devêssemos dar um enfoque ao saneamento, porque as pessoas só vêem o saneamento como uma despesa. Realmente precisamos de quase R\$180 bilhões para fazer o saneamento básico em todo o Brasil. Mas só em internações médicas, se essas quase 900 mil internações caírem pela metade, praticamente vamos ter retorno do investimento que está sendo feito em saneamento básico. Temos que trabalhar também na regulamentação da agência de saneamento, para podermos dar mais ênfase a isso. Tenho orgulho de dizer que Boa Vista é uma cidade onde 98% das residências recebem água encanada, tratada, de boa qualidade. Tenho certeza de que, como diz sempre o Senador Mão Santa, se V. Ex^a fosse Ministro da Saúde, estaríamos em outro patamar de saúde no Brasil. Mas V. Ex^a vai ser um lutador por este projeto que está chegando agora, por este Plano, e pode contar com nosso apoio para diminuirmos a mortalidade infantil, as doenças e para melhorarmos a vida das pessoas, dos pequenos. A falta de saneamento atinge principalmente os pobres. V. Ex^a, como eu, está aqui para defender principalmente os pequenos. Vim para esta Casa eleito pelos pobres do meu Estado, e vamos defendê-los, fazendo saneamento, com V. Ex^a na ponta da trincheira.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que tanto nos orgulha no exercício do mandato pelo Estado de Roraima.

Concedo o aparte, já encerrando, ao Senador Cristovam Buarque, e faço das palavras de S. Ex^a o encerramento do meu pronunciamento.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Prefiro que o Senador tenha alguns segundos depois para concluir, para que eu fique livre para falar. Senador Tião Viana, em primeiro lugar, é uma satisfação ouvir seu discurso. Estou cansado de concentrarmos todo o debate desta Casa nos assuntos conjunturais vergonhosos que vivemos, na ética do comportamento dos políticos, esquecendo a ética nas prioridades das políticas. Nós, esta aristocracia republicana de que fazemos parte, nos indignamos quando alguém desta aristocracia tira dinheiro do Estado e põe no seu bolso, como corrupto. Mas toleramos com a maior tranquilidade quando o dinheiro que deveria ir para os pobres vai legalmente para a parcela privilegiada. Fico muito feliz com o fato de V. Ex^a trazer o assunto, apenas lamento e discordo – e talvez não tenha havido tempo de sua parte para explicar – de que a crise seja a única causa de não se estar investindo em saneamento. Se analisarmos os dados antes desta crise, veremos que os desembolsos dirigidos ao saneamento pelo nosso Governo foram muito restritos e pequenos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, um patrimônio da inteligência brasileira, um homem que conhece a fundo as desigualdades brutais em que vive o povo brasileiro e que aponta para que tenhamos a causa brasileira como norteadora de nossas atividades e não estejamos presos a questões pontuais, conjunturais que, às vezes, são menores do que os desafios que temos a enfrentar no Brasil.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PROJETO DE LEI

**Institui as diretrizes para os serviços
públicos de saneamento básico e a Política
Nacional de Saneamento Básico – PNS.**

O Congresso Nacional decreta:

**TÍTULO I
Das Disposições Preliminares**

**CAPÍTULO I
Do Objeto e do Âmbito de Aplicação**

Art. 1º Esta lei institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico – PNS.

§ 1º Estão sujeitos às diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico os agentes públicos ou privados que desenvolvam ações que, direta ou indiretamente, interessem aos serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de manejo de águas pluviais e de manejo de resíduos sólidos.

§ 2º Os dispositivos da PNS aplicam-se:

I – à administração direta e indireta da União e às entidades ou fundos direta ou indiretamente sob o seu controle, gestão ou operação;

II – à entidade, órgão ou fundo que utilize, receba, guarde ou gerencie recursos federais ou os que estejam sob gestão ou operação de fundo, órgão ou entidade da União; e

III – mediante adesão, às entidades privadas e aos órgãos e entidades de outros entes da Federação.

**CAPÍTULO II
Das Definições**

Art. 2º Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I – saneamento básico: o conjunto de serviços e ações com o objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, nas condições que maximizem a promoção e a melhoria das condições de vida nos meios urbano e rural, compreendendo o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais;

II – salubridade ambiental: qualidade das condições em que vivem populações urbanas e rurais no que diz respeito à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças relacionadas com o meio ambiente, bem como de favorecer o pleno gozo da saúde e o bem-estar;

III – plano de saneamento ambiental: no que se refere a determinado âmbito territorial, o conjunto de estudos, diretrizes, programas, prioridades, metas, atos normativos e procedimentos que, com fundamento em avaliação do estado de salubridade ambiental, inclusive da prestação dos serviços públicos a ela referentes, define a programação das ações e dos investimentos necessários para a prestação universal, integral e atualizada dos serviços públicos de saneamento básico, bem como, quando relevantes, das demais soluções para a concretização de níveis crescentemente melhores de salubridade ambiental;

IV – serviços públicos de saneamento básico: os serviços públicos cuja natureza sejam o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais;

V – serviços públicos de abastecimento de água: a captação, a adução de água bruta, o tratamento, a adução de água tratada, a reservação e a distribuição de água;

VI – serviços públicos de esgotamento sanitário: a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de esgotos sanitários, incluindo os efluentes industriais compatíveis, bem como de lodos e de outros resíduos do processo de tratamento;

VII – serviços públicos de manejo de resíduos sólidos:

a) a coleta, o transbordo e transporte, a triagem para fins de reuso ou reciclagem, o tratamento, inclusive por compostagem, e a disposição final de resíduos sólidos domiciliares, assemelhados e provenientes da limpeza pública;

b) a varrição, a capina e a poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública;

VIII – serviços públicos de manejo de águas pluviais: a coleta, o transporte, a detenção ou retenção para amortecimento de vazões de cheias, o tratamento e o lançamento das águas pluviais;

IX – serviços públicos de saneamento básico de interesse local:

a) o sistema de manejo de águas pluviais, ou a parcela dele que receba contribuições exclusivamente de um município;

b) quando destinado a atender exclusivamente um município, qualquer dos seguintes serviços:

1. a captação, a adução de água bruta ou tratada, o tratamento de água e a reservação para abastecimento público;

2. a interceptação e o transporte, o tratamento e a destinação final de esgotos sanitários; e

3. o transbordo e transporte, o tratamento e a disposição final de resíduos sólidos urbanos;

c) em qualquer caso: a distribuição de água, a coleta de esgotos sanitários, a varrição, a capina, a limpeza e a poda de árvores em vias e logradouros públicos, a coleta e a triagem, para fins de reaproveitamento, reuso ou reciclagem, de resíduos sólidos urbanos e a microdrenagem;

X – serviços públicos de saneamento básico integrados: os serviços públicos de saneamento básico não qualificados como de interesse local;

XI – planejamento: as atividades de identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das

quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição para o alcance, em período determinado, das metas e resultados pretendidos;

XII – regulação: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impactos sócioambientais, os direitos e obrigações dos cidadãos, dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação, a política e sistema de cobrança, inclusive a fixação, reajuste e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;

XIII – fiscalização: as atividades de acompanhamento, monitoramento, controle, avaliação e de aplicação de penalidades exercidas pelo titular do serviço público, inclusive por entidades de sua administração indireta ou por entidades conveniadas, e pelos cidadãos e usuários, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

XIV – prestação de serviço público: a execução de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir o acesso a um serviço público em estrita conformidade com o estabelecido no planejamento e na regulação;

XV – prestador de serviço público, o órgão ou entidade:

a) do titular, a quem se tenha atribuído por lei a competência de prestar o serviço público;

b) de consórcio público ou de ente da Federação com quem o titular celebrou convênio de cooperação, desde que delegada a prestação por meio de contrato de programa;

c) a quem se tenha delegado a prestação dos serviços por meio de concessão;

XVI – titular do serviço público: o ente da Federação detentor da competência para prover o serviço público, especialmente por meio do planejamento, regulação, fiscalização e prestação direta ou indireta;

XVII – norma local: a estabelecida por lei do titular dos serviços ou por ato de sua administração direta ou indireta, inclusive consórcio público do qual participe;

XVIII – projetos associados aos serviços públicos de saneamento básico: os desenvolvidos em caráter acessório ou correlato a prestação dos serviços, capazes de gerar benefícios sociais, ambientais ou econômicos adicionais, dentre eles:

- a)** o fornecimento de água bruta para outros usos, comprovado o não-prejuízo aos serviços públicos de abastecimento de água;
- b)** o aproveitamento de água de reuso;
- c)** o aproveitamento do lodo resultante de tratamento de água ou de esgoto sanitário;
- d)** o aproveitamento dos materiais integrantes dos resíduos sólidos por meio de reuso ou reciclagem;
- e)** o aproveitamento de energia de qualquer fonte potencial vinculada aos serviços, inclusive do biogás resultante de tratamento de esgoto sanitário ou de tratamento ou disposição final de resíduos sólidos;

XIX – subsídios simples: aqueles que se processam mediante receitas que não se originam de remuneração pela prestação de serviços públicos de saneamento básico;

XX – subsídios cruzados: aqueles que se processam mediante receitas que se originam de remuneração pela prestação de serviços públicos de saneamento básico;

XXI – subsídios cruzados internos: aqueles que se processam internamente à estrutura de cobrança pela prestação de serviços no território de um só município, do Distrito Federal ou na área de atuação de entidade ou órgão responsável pela:

- a)** gestão associada desses serviços;
- b)** integração da organização, do planejamento e da execução desses serviços, quando caracterizados como funções públicas de interesse comum;

XXII – subsídios cruzados externos: aqueles que se processam mediante transferências ou compensações de recursos originados de área ou território diverso dos referidos no inciso XXI;

XXIII – subsídios diretos: aqueles que se destinam a usuários determinados;

XXIV – delegação onerosa de serviço público de saneamento básico, a que inclui:

- a)** qualquer modalidade de pagamento ao titular pela outorga da concessão de serviço público de saneamento básico, direito de uso ou pela transferência de bens e instalações reversíveis, exceto no caso de resarcimento de eventuais obrigações que, contraídas em função do serviço, permaneçam na responsabilidade do titular; ou
- b)** subscrição de participação societária e integralização, pelo titular, de capital da

empresa delegatária, lastreada na conferência de qualquer dos bens ou direitos mencionados na alínea “a” deste inciso, salvo quando a participação societária estiver gravada por vínculo de inalienabilidade pelo prazo mínimo de vinte anos; e

XXV – controle social: mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informação, representação técnica e participação nos processos de decisão do serviço.

§ 1º Os corpos d’água não integram os serviços públicos de saneamento básico, exceto os lagos artificiais cuja finalidade principal seja a captação de água para abastecimento público ou o tratamento de efluentes ou a retenção ou detenção para amortecimento de vazões de cheias.

§ 2º Não constitui serviço público a ação de saneamento implementada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento ambiental de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

TÍTULO II

Das Diretrizes para os Serviços Públicos de Saneamento Básico

CAPÍTULO I **Do Direito à Salubridade Ambiental**

Art. 3º Todos têm direito à vida em ambiente saudável, cuja promoção e preservação é dever do Poder Público e da coletividade.

Parágrafo único. É obrigação do Poder Público promover a salubridade ambiental, especialmente mediante políticas, ações e a provisão universal e equânime dos serviços públicos necessários.

Art. 4º É garantido a todos o direito a níveis adequados e crescentes de salubridade ambiental e de exigir das responsáveis medidas preventivas, mitigadoras, compensatórias ou reparadoras em face de atividades prejudiciais ou potencialmente prejudiciais à salubridade ambiental,

CAPÍTULO II **Das Diretrizes**

SEÇÃO I **Da Disposição Preliminar**

Art. 5º Os serviços públicos de saneamento básico possuem caráter essencial.

SEÇÃO II

Das Diretrizes Básicas

Art. 6º São diretrizes básicas dos serviços públicos de saneamento básico:

I – a universalização, consistente na garantia a todos de acesso aos serviços, indistintamente e em menor prazo, observado o gradualismo planejado da eficácia das soluções, sem prejuízo da adequação às características locais, da saúde pública e de outros interesses coletivos;

II – a integralidade, compreendida como a provisão dos serviços de saneamento básico de todas as naturezas, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e a maximização da eficácia das ações e resultados;

III – a eqüidade, entendida como a garantia de fruição em igual nível de qualidade dos benefícios pretendidos ou ofertados, sem qualquer tipo de discriminação ou restrição de caráter social ou econômico, salvo os que visem priorizar o atendimento da população de menor renda;

IV – a regularidade, concretizada pela prestação dos serviços, sempre de acordo com a respectiva regulação e com as outras normas aplicáveis;

V – a continuidade, consistente na obrigação de prestar os serviços públicos sem interrupções, salvo nas hipóteses previstas em lei;

VI – a eficiência, por meio da prestação dos serviços de forma a satisfazer as necessidades dos usuários com a imposição do menor encargo sócio-ambiental e econômico possível;

VII – a segurança, implicando que os serviços sejam prestados com o menor risco possível para os usuários, os trabalhadores que os prestam e à população;

VIII – a atualidade, que comprehende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria contínua dos serviços;

IX – a cortesia, traduzida no bom atendimento ao público, inclusive para realizar atendimento em tempo adequado e de fornecer as informações referentes aos serviços que sejam de interesse dos usuários e da coletividade;

X – a modicidade dos preços públicos, inclusive das tarifas, e das taxas;

XI – a sustentabilidade, pela garantia do caráter duradouro dos benefícios das ações, considerados os aspectos jurídico-institucionais, sociais, ambientais, energéticos e econômicos relevantes a elas associados;

XII – a intersetorialidade, compreendendo a integração das ações de saneamento entre si e com

as demais políticas públicas, em especial com as de saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação e desenvolvimento regional;

XIII – a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na melhoria das condições de salubridade ambiental;

XIV – a participação da sociedade na formulação e implementação das políticas e no planejamento, regulação, fiscalização, avaliação e prestação dos serviços por meio de instâncias de controle social;

XV – a promoção da educação sanitária e ambiental, fomentando os hábitos higiênicos, o uso sustentável dos recursos naturais, a redução de desperdícios e a correta utilização dos serviços, observado o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999;

XVI – a promoção e a proteção da saúde, mediante ações preventivas de doenças relacionadas à falta ou à inadequação dos serviços públicos de saneamento básico, observadas as normas do Sistema Único de Saúde (SUS);

XVII – a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações orientadas para a utilização dos recursos naturais de forma sustentável e a reversão da degradação ambiental, observadas as normas ambientais e de recursos hídricos e as disposições do plano de recursos hídricos;

XVIII – a promoção do direito à cidade;

XIX – a conformidade do planejamento e da implementação dos serviços com as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;

XX – o respeito às identidades culturais das comunidades, às diversidades locais e regionais e a flexibilidade na implementação e na execução das ações de saneamento básico;

XXI – a promoção e a defesa da saúde e segurança do trabalhador nas atividades relacionadas aos serviços;

XXII – o respeito e a promoção dos direitos básicos dos consumidores; e

XXIII – o fomento da pesquisa científica e tecnológica e a difusão dos conhecimentos de interesse para o saneamento básico, com ênfase no desenvolvimento de tecnologias apropriadas.

Parágrafo único. O serviço público de saneamento básico é considerado universalizado em um território quando assegura o atendimento, no mínimo, das necessidades básicas vitais, sanitárias e higiênicas, de todas as pessoas, independentemente de sua condição sócio-econômica, em todos os domicílios e locais de trabalho e de convivência social, de modo

ambientalmente aceitável e de forma adequada às condições locais.

SEÇÃO III

Das Diretrizes para o Abastecimento de Água

Art. 7º São diretrizes para os serviços públicos de abastecimento de água:

I – a destinação da água fornecida pelos serviços prioritariamente para o consumo humano, a higiene doméstica, dos locais de trabalho e de convivência social e, secundariamente, como insumo ou matéria prima para atividades econômicas e para o desenvolvimento de atividades recreativas ou de lazer;

II – a garantia do abastecimento em quantidade suficiente para promover a saúde pública e com qualidade compatível com as normas, critérios e padrões de potabilidade estabelecidos conforme o previsto no inciso V do art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

III – a promoção e o incentivo à preservação, à proteção e à recuperação dos mananciais e ao uso racional da água, à redução das perdas e à minimização dos desperdícios; e

IV – a promoção das ações de educação sanitária e ambiental, especialmente o uso sustentável da água e a correta utilização das instalações prediais de água.

§ 1º Admite-se a restrição de acesso aos serviços nos casos e condições previstos na norma local, exigida a prévia notificação ao usuário quando motivada por inadimplência.

§ 2º A inadimplência do usuário residencial de baixa renda e dos estabelecimentos de saúde, educacionais e de internação coletiva não prejudica a garantia de abastecimento mencionada no inciso II do **caput**, devendo a restrição de acesso aos serviços assegurar o mínimo necessário ao atendimento das exigências de saúde pública definido em instrução expedida pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 3º É dever do prestador dos serviços avisar aos usuários, com antecedência razoável, das interrupções motivadas por manutenção programada ou por racionamento.

§ 4º A adoção de regime de racionamento depende de prévia autorização do órgão ou entidade que exerce a função de regulação, que lhe fixará prazo e condições.

§ 5º Excetuados os casos previstos na norma local:

I – é compulsória a ligação da edificação que utilize a água para consumo humano à rede pública de abastecimento existente; e

II – a rede pública de abastecimento de água não poderá ser ligada à instalação hidráulica predial também alimentada por outras fontes.

SEÇÃO IV

Das Diretrizes para o Esgotamento Sanitário

Art. 8º São diretrizes para os serviços públicos de esgotamento sanitário:

I – a garantia de solução adequada para a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos esgotos sanitários, como forma de promover a saúde pública e de prevenir a poluição das águas superficiais e subterrâneas, do solo e do ar;

II – a promoção do desenvolvimento e da adoção de tecnologias apropriadas, seguras e ambientalmente adequadas de esgotamento sanitário, em especial para o atendimento em situações que apresentem dificuldades de implantação, notadamente nas áreas de urbanização precária e de ocupação dispersa;

III – o incentivo ao reuso da água, à reciclagem dos demais constituintes dos esgotos e à eficiência energética, condicionado ao atendimento dos requisitos de saúde pública e de proteção ambiental;

IV – a promoção das ações de educação sanitária e ambiental sobre a correta utilização das instalações prediais de esgoto, dos serviços de esgotamento e do adequado manejo dos esgotos sanitários, bem como sobre os procedimentos para evitar a contaminação dos solos, das águas e das lavouras.

§ 1º É vedada a restrição de acesso aos serviços públicos de esgotamento sanitário em decorrência de inadimplência do usuário.

§ 2º Excetuados os casos previstos na norma local, é compulsória a ligação à rede pública de coleta de esgotos sanitários existente de edificação que disponha de instalações prediais de esgotos.

SEÇÃO V

Das Diretrizes para o Manejo de Resíduos Sólidos

Art. 9º São diretrizes para os serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos:

I – a garantia do manejo dos resíduos sólidos de forma sanitária e ambientalmente adequada, a fim de promover a saúde pública e prevenir a poluição das águas superficiais e subterrâneas, do solo e do ar;

II – o incentivo e a promoção:

a) da não-geração, redução, minimização da geração, coleta seletiva, reutilização, reciclagem, inclusive por compostagem, e aproveitamento energético do biogás, objetivando a utilização adequada dos recursos naturais e

a sustentabilidade ambiental dos respectivos sistemas de gestão;

b) da inserção social dos catadores de materiais recicláveis, mediante apoio à sua organização em associações ou em cooperativas de trabalho, as quais se deverá prioritariamente contratar a prestação dos serviços de coleta, do processamento e da comercialização desses materiais;

c) da recuperação de áreas degradadas ou contaminadas devido à disposição inadequada dos resíduos sólidos;

d) do manejo planejado, integrado e diferenciado dos resíduos sólidos urbanos, com ênfase na utilização de tecnologias limpas;

e) da gestão do manejo de resíduos sólidos mediante cobrança pela disponibilização ou efetiva prestação dos serviços;

f) do desenvolvimento e adoção de mecanismos de cobrança que se vinculem à quantificação da geração de resíduos sólidos urbanos;

g) das ações de criação e fortalecimento de mercados locais de comercialização ou consumo de materiais recicláveis ou reciclados;

III – a promoção das ações de educação sanitária e ambiental, especialmente dirigidas para:

a) a difusão das informações necessárias à correta utilização dos serviços, especialmente horários de coleta e regras para apresentação dos resíduos a serem coletados;

b) a adoção de hábitos higiênicos relacionados ao manejo adequado dos resíduos sólidos

c) a orientação para o consumo preferencial de produtos originados total ou parcialmente de material reutilizado ou reciclado; e

d) a disseminação de informações sobre as questões ambientais relacionadas ao manejo dos resíduos sólidos e sobre os procedimentos para evitar desperdícios.

Parágrafo único. É vedada a interrupção de serviço de coleta em decorrência de inadimplência do usuário residencial, exigindo-se a comunicação prévia quando alteradas as condições de sua prestação.

SEÇÃO VI

Das Diretrizes para o Manejo das Agitas Pluviais

Art. 10. São diretrizes para os serviços públicos de manejo das águas pluviais:

I – a garantia a toda população urbana do atendimento adequado por serviço e por ações de manejo das águas pluviais, com vistas a promover a saúde, a segurança da vida e do patrimônio e a reduzir os prejuízos econômicos decorrentes das enchentes;

II – a promoção da concepção integrada e planejada, articulando instrumentos de prevenção, minimização e gerenciamento das enchentes, apoiada na adequada gestão do uso e da ocupação do solo e na observância das diretrizes estabelecidas no âmbito do plano de recursos hídricos, de modo a minimizar e mitigar os impactos dos lançamentos na quantidade e qualidade da água à jusante da bacia hidrográfica urbana;

III – o incentivo à valorização, à preservação, à recuperação e ao uso adequado do sistema natural de drenagem do sítio urbano, em particular dos seus corpos d'água, com ações que priorizem:

a) o equacionamento de situações que envolvam riscos à vida, à saúde pública ou perdas materiais;

b) as alternativas de tratamento de fundos de vale de menor impacto no meio ambiente e que assegurem as áreas de preservação permanente e o tratamento urbanístico e paisagístico nas áreas remanescentes;

c) a minimização da expansão de áreas impermeáveis;

d) o equacionamento dos impactos negativos na qualidade das águas dos corpos receptores em decorrência de lançamentos de esgotos sanitários e de outros efluentes líquidos assemelhados no sistema público de manejo de águas pluviais;

e) a vedação de lançamentos de resíduos sólidos de qualquer natureza no sistema público de manejo de águas pluviais;

IV – o incentivo ao aproveitamento das águas pluviais, condicionado ao atendimento dos requisitos de saúde pública e de proteção ambiental pertinentes;

V – a inibição do encaminhamento para o sistema público de drenagem urbana do acréscimo de escoamento superficial gerado pela ocupação urbana do solo, inclusive mediante sistema de incentivos e ônus vinculado ao uso adequado do serviço; e

VI – a promoção das ações de educação sanitária e ambiental como instrumento de conscientização da população sobre a importância da preservação das áreas permeáveis e o correto manejo das águas pluviais.

SEÇÃO VII

Das Diretrizes de Complementaridade dos Serviços

Art. 11. As relações de complementaridade entre os serviços públicos de saneamento básico locais e os serviços públicos de saneamento básico integrados serão estabelecidas pelos entes da Federação mediante contrato de consórcio público ou de fornecimento de serviços públicos, observadas a regulação dos serviços e as disposições de plano regional aprovado pelos contratantes.

Art. 12. São cláusulas necessárias do contrato de fornecimento de serviços públicos as que estabelecem:

I – os serviços integrados objeto de fornecimento;

II – as condições e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso aos serviços integrados;

III – o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV – procedimentos para articulação da implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional dos serviços;

V – regras para fixação, reajuste e revisão da remuneração do prestador dos serviços integrados;

VI – condições e garantias de pagamento ao fornecedor dos serviços;

VII – os direitos e os deveres sub-rogados, ou os que se autoriza a sub-rogação;

VIII – as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais; e

IX – as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento.

Parágrafo único. Nos casos de relação de complementaridade entre serviços integrados e serviços locais remunerados por tarifa, inclui-se dentre as garantias previstas no inciso VI do **caput** a obrigação do prestador local de destacar nos documentos de cobrança o valor da remuneração dos serviços integrados, bem como a de realizar a respectiva arrecadação e entrega dos valores arrecadados.

Art. 13. O regulamento desta lei, ou instrução a ele complementar, disporá sobre modelos de contratos de fornecimento de serviços públicos, cujas cláusulas disciplinarão as relações de complementaridade no que não dispuser em contrário o contrato de fornecimento de serviço público celebrado pelos interessados.

SEÇÃO VIII

Das Diretrizes de Planejamento

Art. 14. É direito de todos receber serviços públicos de saneamento básico que tenham sido adequadamente planejados.

§ 1º É direito do usuário, cabendo-lhe o ônus da prova, não ser onerado por investimento que não tenha sido previamente planejado, salvo quando decorrente de fato imprevisível, desde que justificado conforme previsto na regulação.

§ 2º Os planos de saneamento ambiental devem ser elaborados e revisados com a participação da comunidade, sendo obrigatória a realização de audiência e consulta públicas.

§ 3º O regulamento desta lei instituirá normas para as audiências e consultas públicas mencionadas no § 2º, que serão observadas no que não contrariem a normal local.

Art. 15. É dever do titular dos serviços elaborar e implementar plano de saneamento ambiental, bem como participar da elaboração dos planos regionais de seu interesse.

§ 1º Os planos de saneamento ambiental devem ser elaborados tendo horizonte mínimo de vinte anos.

§ 2º Os planos de saneamento ambiental devem ser compatíveis com:

I – os planos nacional e regional de ordenação do território;

II – os objetivos e as diretrizes do plano plurianual;

III – os planos de recursos hídricos;

IV – a legislação ambiental; e

V – o disposto em lei complementar que institua região metropolitana, aglomeração urbana, microrregião ou região integrada de desenvolvimento.

§ 3º As metas de universalização serão fixadas pelo plano de saneamento ambiental e possuem caráter indicativo para os planos plurianuais, os orçamentos anuais, a concessão de créditos, bem como para a capitalização de fundo de universalização.

§ 4º Exceto quando regional, o plano de saneamento ambiental deve englobar integralmente o território do ente da Federação que o elabora.

§ 5º É vedado o investimento em serviços públicos de saneamento básico integrados sem previsão em plano regional aprovado pelos entes da Federação que suportem ônus deles decorrentes ou por consórcio público de que participem.

Art. 16. As disposições dos planos de saneamento ambiental são vinculantes para:

I – a regulação, a prestação direta ou delegada, a fiscalização, a avaliação dos serviços públicos de saneamento básico exercidas pelo ente federativo que o elaborou; e

II – as ações públicas e privadas que, disciplinadas ou vinculadas às demais políticas públicas do ente da

Federação que elaborou o plano, venham a interferir nas condições ambientais e de saúde.

§ 1º As disposições de plano de saneamento ambiental vinculam os projetos básicos e as contratações de obras e serviços relativos às ações de saneamento ambiental.

§ 2º No caso de serviço delegado, as disposições de plano de saneamento ambiental ou de suas revisões terão a sua eficácia condicionada à formalização de alteração contratual.

SEÇÃO IX Das Diretrizes para a Regulação e a Fiscalização dos Serviços

Art. 17. A prestação de serviço público de saneamento básico deve ser objeto de regulação e de fiscalização permanente por órgão ou entidade de direito público do titular dos serviços ou de consórcio público de que participe.

§ 1º O prestador do serviço não poderá exercer as funções de regulação e de fiscalização.

§ 2º Quando o serviço for prestado diretamente ou por consórcio público, considera-se atendido o disposto no § 1º mediante a atribuição das competências a órgãos ou entidades diferentes, de forma que o prestador esteja subordinado à regulação e à fiscalização exercidas por outro órgão ou entidade do próprio titular ou consórcio.

§ 3º No caso de a prestação do serviço ser objeto de delegação por meio de concessão, devem ser asseguradas a autonomia administrativa e a adequada capacidade técnica ao órgão ou entidade mencionado no **caput**.

§ 4º Faculta-se ao titular, por meio de convênio de cooperação com entidade pública, transferir o exercício de funções de fiscalização ou receber apoio técnico para as suas atividades de regulação.

§ 5º As informações produzidas por terceiros contratados poderão ser utilizadas pela regulação e fiscalização dos serviços.

§ 6º Incluem-se na regulação dos serviços as atividades de interpretar e fixar critérios para a fiel execução dos instrumentos de delegação dos serviços, bem como para a correta administração de subsídios.

Art. 18. Os entes da Federação interessados regularão e fiscalizarão em conjunto os serviços integrados.

§ 1º Atendido o estabelecido no **caput**, a regulação dos serviços em região metropolitana, aglomeração urbana, microrregião ou região integrada de desenvolvimento observará o disposto na lei complementar que as instituir.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a regulação e a fiscalização dos serviços poderão ser exercidas por meio de consórcio público.

Art. 19. Os órgãos ou entidades de regulação e de fiscalização estão obrigados a motivar todas as decisões que interfiram nos direitos ou deveres referentes aos serviços, bem como, quando solicitados, a prestar esclarecimentos complementares em prazo adequado.

§ 1º Aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, deverá ser assegurada publicidade, deles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente de demonstração de interesse, salvo os por prazo certo declarados como sigilosos por decisão fundamentada em interesse público relevante.

§ 2º A publicidade a que se refere o § 1º preferencialmente deverá se efetivar por meio de sítio mantido na rede mundial de computadores – internet.

§ 3º Os órgãos ou entidades de regulação e de fiscalização não poderão se recusar a informar ao cidadão e ao usuário de seus direitos e deveres.

Art. 20. Atendidas as diretrizes fixadas nesta lei, a legislação do titular dos serviços estabelecerá as normas de regulação e fiscalização, que deverão evidenciar os direitos e deveres do titular, dos cidadãos e dos demais usuários, dos prestadores e, no que couber, dos entes reguladores ou fiscalizadores dos serviços, bem como compreender pelo menos:

I – indicadores de qualidade dos serviços e de sua adequada e eficiente prestação;

II – metas de expansão e qualidade dos serviços e respectivos prazos quando adotadas metas parciais ou graduais;

III – sistemas de medição, faturamento e cobrança dos serviços;

IV – método de monitoramento dos custos e de reajustamento e revisão das taxas ou preços públicos;

V – mecanismos de acompanhamento e avaliação dos serviços e procedimentos para recepção, apuração e solução de queixas e reclamações dos cidadãos e dos demais usuários;

VI – planos de contingência e de segurança;

VII – penalidades a que, nos termos da lei ou do contrato, estarão sujeitos os usuários e os prestadores.

Parágrafo único. O regulamento desta lei disporá sobre instrumentos de regulação de referência, diferenciados em razão da natureza, da escala e da complexidade dos serviços, que serão observados no

que não contrariem instrumento de regulação instituído por norma local.

Art. 21. É direito do cidadão e dos demais usuários dos serviços públicos de saneamento básico fiscalizar os serviços e receber ou ter acesso a serviços permanentemente fiscalizados.

§ 1º A fiscalização terá por objeto verificar se a prestação de serviço público de saneamento básico atende às exigências legais, regulamentares, administrativas e contratuais.

§ 2º Os prestadores dos serviços deverão receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos cidadãos e dos demais usuários que deverão ser notificados das providências adotadas em até trinta dias.

§ 3º Os órgãos ou entidades fiscalizadores deverão receber e se manifestar conclusivamente nas reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores.

Art. 22. No exercício de seu direito de fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, asseguram-se aos usuários:

I – ter amplo acesso, inclusive por meio da rede mundial de computadores – internet, às informações sobre a prestação do serviço na forma e com a periodicidade definidas pela regulação dos serviços, especialmente as relativas à qualidade, receitas, custos, ocorrências operacionais relevantes e investimentos realizados;

II – ter prévio conhecimento:

a) das penalidades a que estão sujeitos os cidadãos, os demais usuários e os prestadores dos serviços;

b) das interrupções programadas ou das alterações de qualidade nos serviços;

III – receber o manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade de regulação;

IV – receber anualmente do prestador do serviço de distribuição de água relatório individualizado com informações relativas ao controle da qualidade da água a ele fornecida no ano anterior, que deverá também ser publicado na rede mundial de computadores – internet e atender ao disposto em instrução expedida pelo Ministro de Estado da Saúde.

Parágrafo único. O não-cumprimento do disposto no **caput** implica violação dos direitos do consumidor pelo prestador dos serviços, ensejando responsabilização nos termos previstos na legislação, especialmente as previstas no § 1º do art. 59 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

SEÇÃO X Das Diretrizes para os Serviços Contratados

Art. 23. A prestação de serviços públicos de saneamento básico por meio de delegação depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 1º Não são considerados como delegados os serviços prestados por pessoa jurídica que, integrando a administração indireta do titular, tenha recebido a outorga desta atribuição mediante lei.

§ 2º Excetuam-se do disposto no **caput** os serviços públicos de saneamento básico de interesse local cuja prestação o Poder Público, nos termos da lei, autorizar para os usuários organizados em cooperativa ou associação, desde que os serviços se limitem a:

I – determinado condomínio;

II – localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de os usuários pagarem pelos serviços.

§ 3º A autorização do Poder Público prevista no § 2º deverá prever a obrigação de transferir os bens vinculados aos serviços ao Município ou ao Distrito Federal, por meio de termo específico, bem como a de entregar os respectivos cadastros técnicos.

Art. 24. São condições para a validade dos contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico:

I – plano de saneamento ambiental válido por ocasião da contratação;

II – estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira da delegação com vistas à prestação universal e integral dos serviços nos termos do plano de saneamento ambiental;

III – legislação que preveja os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, inclusive o órgão ou entidade de regulação e fiscalização;

IV – realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, ou seu termo de dispensa ou inexigibilidade, e a minuta do contrato.

§ 1º Os planos de investimentos e os projetos relativos à delegação de serviço público de saneamento básico serão válidos no que forem compatíveis com as disposições do plano de saneamento ambiental.

§ 2º Os instrumentos de delegação dos serviços não poderão conter dispositivo que prejudique o amplo exercício dos poderes de regulação e de fiscalização, especialmente o acesso direto e imediato a

todas as informações que sobre os serviços detenha o prestador.

§ 3º As exigências previstas nos incisos II a IV do **caput** não se aplicam aos contratos de prestação de serviço de manejo de resíduos sólidos urbanos celebrados com associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas reconhecidas pelo Poder Público como catadores de materiais recicláveis.

§ 4º A legislação prevista no inciso III do **caput** será exigida somente nos contratos que tenham por objeto a delegação dos serviços, e deverá prever o seguinte:

I – a autorização para a delegação dos serviços, indicando respectivos prazo e área;

II – a inclusão no contrato de delegação das metas de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e dos recursos naturais, de conformidade com os tipos de serviços prestados, e, no que couber, as que se referem:

- a) à regularidade dos serviços;
- b) à qualidade da água de abastecimento;
- c) aos níveis de perdas e uso racional da água;
- d) à qualidade das águas brutas e proteção de mananciais superficiais e subterrâneos;
- e) ao controle de lançamentos irregulares de esgotos sanitários no sistema de águas pluviais e nos corpos d'água;
- f) aos índices de reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos;
- g) aos níveis de proteção da água, solo e ar em razão do tratamento, lançamento ou disposição de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive dos níveis de remoção de carga orgânica e dos demais poluentes no tratamento de esgotos sanitários e de chorume; e
- h) aos níveis de risco de enchentes;

III – as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV – as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro na sua prestação, em regime de eficiência, incluindo:

- a) o sistema de cobrança e a respectiva estrutura de composição dos valores a serem cobrados pelos serviços;
- b) a sistemática de reajustes e de revisões das tarifas cujas periodicidades, respec-

tivamente, não poderão ser inferiores a um e a quatro anos;

c) a política e o sistema de subsídios;

V – a regulação dos direitos e deveres dos cidadãos e dos usuários, bem como dos mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços;

VI – a possibilidade de intervenção e retomada do serviço;

VII – o órgão ou entidade responsável pela regulação do serviço; e

VIII – as formas de fiscalização dos serviços e o órgão ou entidade responsável.

§ 5º O regulamento desta lei, ou instrução a ele complementar, poderá instituir modelos de normas para o cumprimento do previsto no § 4º, que poderão ser diferenciados em razão das características e da natureza dos serviços, e que serão aplicados no que não forem contrariadas pela norma local.

SEÇÃO XI

Das Diretrizes para a Avaliação Periódica da Qualidade dos Serviços

Art. 25. Os serviços de saneamento básico receberão avaliação de qualidade interna e externa anual.

Art. 26. A avaliação interna será efetuada pelos próprios prestadores dos serviços, por meio de Relatório Anual de Qualidade dos Serviços – RAQS que caracterizará a situação dos serviços e suas infra-estruturas, relacionando-as com as condições socioeconômicas e de salubridade ambiental em áreas homogêneas, de forma a verificar a efetividade das ações de saneamento na redução de riscos à saúde, na melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente para os diferentes estratos socioeconômicos.

Parágrafo único. O RAQS será elaborado na conformidade dos critérios, índices, parâmetros e prazos fixados em instrução expedida pelo Ministro de Estado das Cidades.

Art. 27. A avaliação externa será efetuada pelo Conselho da Cidade ou órgão equivalente e, na falta destes, pelo Conselho Municipal de Saúde – COMUS, após manifestação de órgão ou entidade fiscalizadora dos serviços.

Parágrafo único. As atividades de avaliação externa compreendem também as de apreciar e aprovar o RAQS.

Art. 28. Os resultados da avaliação interna e externa da qualidade dos serviços devem ser encaminhados pelos prestadores dos serviços para integração ao Sistema Nacional de Informações e Avaliação em Saneamento – SINISA e publicação na rede mundial de computadores – Internet.

SEÇÃO XII

Das Diretrizes Relativas aos Aspectos Econômicos e Financeiros

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico deverão ter a sustentabilidade econômico-financeira assegurada mediante, tanto quanto possível, receitas provenientes de preços públicos ou de taxas, nos termos da norma local.

§ 1º Os entes federados, isoladamente ou reunidos em consórcio público, poderão instituir fundo especial constituído com recursos provenientes de preços públicos, de taxas e de subsídios, simples ou cruzados externos, com a finalidade de custear, na conformidade do disposto em plano de saneamento ambiental, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 2º Os recursos do fundo especial referido no § 1º poderão ser utilizados como fonte ou garantia em operações de crédito para financiamento dos investimentos necessários à universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 3º Os recursos de outorga onerosa do direito de construir, de cobrança pelo uso de recursos hídricos e os recursos transferidos como incentivos ambientais poderão integrar o fundo especial mencionado no § 1º.

Art. 30. Os preços públicos ou as taxas dos serviços de saneamento básico devem:

I – proporcionar o acesso universal ao serviço, mediante adoção de subsídios aos usuários que não tenham capacidade econômica de pagá-los integralmente;

II – visar à recuperação dos custos e gastos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência e eficácia, incluindo provisões para a sua manutenção, melhoria, atualização, reposição e expansão;

III – proporcionar remuneração adequada do capital investido pelas empresas prestadoras dos serviços;

IV – inibir o consumo supérfluo e o desperdício dos recursos;

V – induzir a maximização da eficiência dos prestadores dos serviços;

VI – privilegiar o consumo de água e o uso dos serviços destinados à subsistência humana, assegurando o atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde individual e coletiva;

VII – ser compatíveis com o desenvolvimento e o exercício de atividades econômicas;

VIII – facilitar a consecução das diretrizes de integralidade e eqüidez;

IX – adotar estrutura estratificada por categorias de usuários e tipos de uso, e progressividade dos va-

lores com o aumento das quantidades fruídas, como instrumento de:

- a) acesso dos cidadãos de baixa renda aos serviços;
- b) gestão da demanda cai situações de escassez dos recursos hídricos; e
- c) medida compensatória ou de contenção de agravos ambientais.

§ 1º Os preços públicos ou as taxas dos serviços poderão incorporar os custos relativos aos recursos destinados a integrar o fundo especial previsto no § 1º do art. 29, bem como estabelecer por meio de subsídios cruzados internos a estrutura estratificada prevista no inciso IX do caput.

§ 2º Os preços públicos ou as taxas dos serviços não poderão incorporar parcelas de custos ou despesas:

I – de investimentos que não estejam em conformidade com o respectivo plano de saneamento ambiental, salvo quando decorrentes de fato imprevisível justificado nos termos da regulação;

II – relativas ao ônus suportado pelo prestador para receber a delegação ou para celebrar contrato de prestação dos serviços;

III – com multas legais ou contratuais e com doações realizadas pelo prestador do serviço;

IV – dos encargos sobre financiamentos de investimentos e de capital de giro do prestador que excederem a taxa de retorno ou de remuneração do capital investido fixada no contrato, salvo se este expressamente estabelecer de outra forma;

V – relativas à participação nos lucros e resultados, pagas aos empregados ou aos dirigentes da entidade prestadora dos serviços;

VI – com publicidade, exceto a de caráter oficial e a institucional de interesse público, autorizada pela regulação;

VII – decorrentes da prestação dos serviços em condição que não atenda aos níveis de eficiência e eficácia estabelecidos na regulação;

VIII – relativas à amortização e remuneração dos investimentos realizados:

- a) diretamente pelo titular do serviço, qualquer que seja a fonte dos recursos;
- b) por particulares, pessoas físicas ou jurídicas, que resultem em bens doados ou transferidos em decorrência de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários;
- c) pelo prestador do serviço, diretamente ou sob sua responsabilidade;

1. com recursos provenientes de subsídios simples ou cruzados externos; e
2. com recursos pagos pelos usuários por meio de preço público não-tarifário, ainda que antecipados pelo prestador.

§ 3º Para cumprimento da diretriz prevista no inciso IX do **caput**, o sistema de remuneração dos serviços poderá prever:

I – valores unitários estabelecidos de forma progressiva para cada uma das categorias de usuários de determinado serviço, distribuída por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo, tendo como referência o valor médio que possibilite o equilíbrio econômico-financeiro;

II – valores unitários diferenciados, para uma mesma categoria ou entre distintas categorias de usuários, estabelecidos em razão das características de complementaridade dos serviços, da finalidade da utilização, dos padrões de qualidade, ou dos danos ou impactos negativos evitados ao meio ambiente;

III – alternativamente:

a) valor mínimo, fundamentado no custo fixo mínimo necessário para a disposição do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

b) valor básico, baseado no custo do fornecimento de quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, fundamentados em razões de saúde pública;

IV – valores sazonais, para as localidades sujeitas a ciclos significativos de variação da demanda dos serviços, em períodos distintos do ano, fixados mediante critérios e regras que protejam os usuários permanentes dos impactos dos custos adicionais.

§ 4º Os parâmetros de quantidade e de qualidade para a fixação do valor mínimo e do valor básico mencionados no inciso III do § 3º serão fixadas em instrução expedida pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 5º Para grandes usuários comerciais, industriais e condomínios residenciais, bem como para os usuários temporários de qualquer categoria, poderão ser firmados contratos de prestação de serviços com preços e condições especiais, que objetivem maior racionalidade na gestão e preservem o equilíbrio econômico-financeiro, respeitando os usos essenciais.

§ 6º Em situação crítica de escassez de recurso hídrico que obrigue o racionamento temporário do fornecimento de água, o sistema de remuneração poderá prever mecanismos de contingência, com o objetivo de implementar a gestão da demanda e garantir o equilíbrio financeiro da prestação do serviço.

Art. 31. Os bens vinculados à prestação dos serviços integram automaticamente o patrimônio do titular e, no caso de delegação, estarão onerados por direitos de exploração no prazo fixado no contrato.

§ 1º No caso de reversão, será devida ao prestador dos serviços a indenização relativa à parcela não amortizada pela tarifa ou por outras receitas emergentes da delegação.

§ 2º Não será devida a indenização em razão da reversão dos bens mencionados no inciso VIII do § 2º do art. 30.

§ 3º Os registros contábeis do prestador dos serviços deverão evidenciar de forma precisa os valores da parcela não amortizada dos bens reversíveis, os quais serão anualmente auditados e homologados pelo órgão ou entidade que exerce a regulação.

§ 4º O descumprimento do disposto no § 3º tornará exigível a indenização somente após procedimento de prestação de contas.

Art. 32. É direito do usuário pagar preços públicos ou taxas de serviços públicos de saneamento básico cujos critérios de fixação e de cálculo de valores tenham sido prévia e adequadamente estabelecidos por norma local.

§ 1º O titular deverá dar publicidade aos valores das taxas ou dos preços públicos dos serviços pelo menos trinta dias antes de sua entrada em vigor.

§ 2º Considera-se adequado o estabelecimento de critérios de fixação e de cálculo dos valores de preços públicos ou de taxas, quando evidenciadas suas estrutura e composição de forma clara, objetiva e acessível ao entendimento comum.

§ 3º Os documentos de cobrança pela prestação dos serviços devem discriminar a categoria do usuário, os valores e quantidades correspondentes ao uso do serviço prestado e, pelo menos, os valores relativos a eventuais:

I – tributos incidentes diretamente sobre o valor faturado do serviço;

II – encargos de regulação e de fiscalização;

III – valores de remuneração de prestadores de serviços integrados com os quais tenham relações de complementaridade;

IV – ônus pelo uso de recursos hídricos; e

V – subsídios diretos concedidos ao usuário.

Art. 33. Os critérios de fixação e de cálculo de valores dos preços públicos ou de taxas de serviços públicos de saneamento básico deverão:

I – considerar as condições de eficiência e eficácia estabelecidas para a prestação dos serviços;

II – descrever de forma detalhada os conceitos e a metodologia adotados na formulação da equação

econômico-financeira, inclusive para os reajustes e revisões;

III – observar as definições conceituais e os critérios técnicos estabelecidos nesta Lei;

IV – ser fundamentados em regimes contábeis e em sistemas de registro e apuração de custos reconhecidos e adotados pelos órgãos e entidades públicas e privadas;

V – explicitar as parcelas dos custos dos serviços cobertas por subsídios simples e por subsídios cruzados externos recebidos, bem como o custo de subsídios cruzados transferidos;

VI – identificar os aspectos fiscais e tributários e os respectivos regimes a que estão sujeitos; e

VII – permitir a sua aplicação de forma estável ao longo do tempo, em especial nos casos de serviços delegados.

Parágrafo único. Nos casos de serviços delegados, os resultados financeiros de projetos associados à prestação de serviço público de saneamento básico devem ser contabilizados separadamente, e somente poderão ser considerados na equação econômico-financeira adotada para o cálculo dos preços públicos do serviço delegado se excederem à respectiva taxa de retorno ou de remuneração.

Art. 34. O órgão ou entidade que exerce a regulação promoverá reajustes e revisões periódicos dos preços públicos.

§ 1º Não se admitirá reajuste antes que decorrido um ano da data-base do preço ajustado ou da data do último reajuste ou revisão ordinária, salvo nos casos de aplicação de reajustes parcelados autorizados pelo titular ou em razão de disposição diversa estabelecida em lei federal.

§ 2º As revisões dos preços públicos serão promovidas pelo menos a cada quatro anos.

§ 3º A norma local estabelecerá os indicadores de preços, simples ou compostos, que melhor refletem os custos dos serviços e que deverão ser utilizados como referência para os reajustes.

§ 4º As revisões, mediante reavaliação da estrutura e composição dos custos dos serviços, visam recompor as condições econômico-financeiras inicialmente estabelecidas e garantir aos usuários a participação nos ganhos de eficiência, de produtividade ou de externalidades relacionadas à prestação.

§ 5º O órgão ou a entidade que exerce a regulação instaurará os processos ordinários de reajuste e de revisão de preços públicos na periodicidade prevista na norma local.

§ 6º O órgão ou a entidade que exerce a regulação deliberará no prazo máximo de trinta dias sobre o conhecimento de solicitação de revisão extraordinária

apresentada pelo titular ou pelo prestador do serviço, fundamentada na ocorrência de fatos relevantes e imprevistos.

§ 7º Os processos de revisão de tarifas devem ser submetidos, antes da deliberação de mérito do órgão ou entidade que exerce a regulação, à manifestação do Conselho da Cidade ou de órgão colegiado equivalente ou, na sua ausência, do COMUS, que deverá se pronunciar no prazo fixado na legislação do titular e, caso seja esta omissa, no prazo máximo de trinta dias.

Art. 35. Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico que atuem em mais de um Município, ou que prestem serviços de diversas naturezas em um mesmo Município, manterão sistema contábil que permita:

I – registrar e demonstrar, separadamente, os custos e resultados econômicos e financeiros de cada serviço em cada um dos Municípios atendidos e, se for o caso, no Distrito Federal; e

II – identificar e registrar as origens e aplicações dos recursos provenientes de subsídios simples ou cruzados externos.

Parágrafo único. O órgão ou entidade que exerce a regulação deverá instituir, ouvido o prestador dos serviços, regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos indiretos dos serviços de que trata o **caput** estejam conforme os parâmetros estabelecidos nesta lei e em sua regulamentação.

Art. 36. Os critérios técnicos para a execução das diretrizes relativas aos aspectos econômico-financeiros serão disciplinados por regulamento e instruções a ele complementares, que também instituirão modelos de sistemas de composição e estruturação dos preços públicos, diferenciados em função da natureza do serviço, da escala de sua prestação e de outros critérios, que serão observados no que não contrariem a norma local.

TÍTULO III Da Política Nacional de Saneamento Básico

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 37. A Política Nacional de Saneamento Básico – PNS é o conjunto de ações e normas a serem executadas e observadas por todos os órgãos e entidades que integram o Sistema Nacional de Saneamento – SISNASA, com os objetivos de cumprir com as diretrizes desta lei e de:

I – contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II – priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por população de baixa renda;

III – atender às populações indígenas, os povos da floresta, os quilombolas e outras minorias, com soluções compatíveis com suas características sócio-culturais;

IV – fomentar o atendimento da população rural e a de núcleos urbanos isolados;

V – assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo Poder Público se dê segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

VI – incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços;

VII – promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, especialmente a cooperação federativa;

VIII – promover o desenvolvimento institucional do saneamento ambiental, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

IX – fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento ambiental;

X – minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam implementadas de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Parágrafo único. A execução da PNS far-se-á em articulação com a Política de Desenvolvimento Urbano e com as demais políticas setoriais com interface com o saneamento básico.

CAPÍTULO II Da Organização do Sisnasa

Art. 38. Integram o Sisnasa:

I – os órgãos e as entidades da União referidos no § 2º do art. 1º;

II – os entes federados que aderirem a PNS;

III – os usuários, os prestadores e os órgãos ou entidades de regulação ou de fiscalização dos entes federados que aderirem a PNS;

IV – os órgãos e entidades do Sistema de Financiamento do Saneamento Básico – SFSB;

V – os órgãos colegiados mencionados nesta lei;

VI – os instrumentos de implementação da PNS.

§ 1º Todos os integrantes do Sisnasa estão sujeitos às normas expedidas no âmbito da PNS, sendo sua observância condição de validade para os atos e negócios jurídicos de interesse para o saneamento básico.

§ 2º A adesão a PNS é condição para que o ente federado ou o prestador do serviço possa:

I – receber transferências voluntárias da União destinadas a ações de saneamento básico;

II – celebrar contrato, convênio ou outro instrumento congênere vinculado a ações de saneamento básico, com a administração direta ou indireta da União, entidades ou fundos direta ou indiretamente sob o seu controle, gestão ou operação, ou com entidades de crédito que se utilizem de recursos da União ou de fundos geridos ou operados por órgão ou entidade da União.

§ 3º A retirada de integrante do Sisnasa demandará ato expresso e a integral quitação das obrigações exigíveis ao tempo da retirada.

§ 4º Regulamento disporá sobre as formas de adesão a PNS e de retirada do Sisnasa.

CAPÍTULO III Dos Órgãos e Entidades da União

Art. 39. O Ministério das Cidades é o órgão central do Sisnasa, competindo-lhe:

I – avaliar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico e a situação de salubridade ambiental do País;

II – formular e acompanhar a implementação da PNS e do Plano Nacional de Saneamento Ambiental – PNSA e propor suas revisões;

III – exercer, na qualidade de gestor da aplicação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, as atribuições definidas no art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

IV – prestar apoio técnico aos entes federados e incentivar o planejamento, a regulação, a fiscalização da prestação de serviços de saneamento básico;

V – adotar indicadores de desempenho da prestação dos serviços, de salubridade ambiental, epidemiológicos, e índices de referência para investimentos para fins de planejamento, implementação e avaliação;

VI – implementar, normatizar e gerenciar os Sistemas Nacionais de:

- a) Informação e Avaliação em Saneamento Ambiental – SINISA;
- b) Desenvolvimento Institucional e de Capacitação de Recursos Humanos em Saneamento Ambiental – SINDISA;

VII – avaliar e, subsidiariamente, fiscalizar a aplicação de recursos da União em saneamento básico;

VIII – disciplinar os aspectos técnicos e operacionais para o cumprimento das obrigações dos integrantes do Sisnasa, podendo estabelecer critérios e prazos diferenciados em vista das diversidades socioeconômicas e institucionais dos entes federados, especialmente os municípios de pequeno porte.

IX – editar normas técnicas complementares ao Regulamento desta lei, diretamente ou por meio de órgão técnico que integre sua estrutura regimental;

CAPÍTULO IV Dos Entes Federados

Art. 40. A adesão de entes federados ao Sisnasa implica as obrigações de cumprir fielmente as diretrizes previstas nesta lei e:

I – assegurar adequada regulação, fiscalização e avaliação dos serviços de que é titular

II – criação ou existência de órgãos colegiados;

III – adequado planejamento;

IV – fornecer dados e informações sobre os serviços e da situação de salubridade ambiental;

V – instituir e manter o fundo especial de universalização previsto no § 1º do art. 29.

Parágrafo único. O ente federado integrante do Sisnasa que não cumprir as obrigações previstas no **caput** não poderá receber recursos pelos meios previstos nos incisos do § 2º do art. 38.

CAPÍTULO V Dos Usuários e dos Prestadores

Art. 41. Os prestadores e os usuários dos serviços públicos de saneamento básico, cujo ente federado tenha aderido a PNS, terão todos os seus direitos e deveres relativos aos serviços disciplinados pelas normas e pelos atos administrativos adotados no âmbito do Sisnasa.

Parágrafo único. Consideram-se adotadas no âmbito do Sisnasa as normas locais, seus regulamentos e normas técnicas complementares, no que não contrariem esta lei.

CAPÍTULO VI Do Sistema de Financiamento do Saneamento Básico – SFSB

Art. 42. O Sistema de Financiamento do Saneamento Básico – SFSB é constituído pelos agentes e findos financeiros, públicos e privados, que realizem operações de crédito para ações de saneamento básico.

§ 1º Os gestores e operadores do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no âmbito de suas atividades, desenvolverão programas de incentivo, fomento ou financiamento das empresas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico e, nos termos do regulamento, das empresas produtoras de materiais e equipamentos para esses serviços, com garantia de disponibilidade continuada dos recursos destinados a essas finalidades.

§ 2º O processo de enquadramento, hierarquização e seleção dos empreendimentos de saneamento básico a financiar com recursos do FGTS ou dos fundos mencionados no § 1º, será realizado, em cada exercício, pelo Ministério das Cidades.

Art. 43. A alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgão ou entidade da União devem estar conformes às prioridades definidas no PNSA e nos planos municipais, regionais e estaduais de saneamento ambiental, e condicionados:

I – ao atendimento das obrigações instituídas por esta lei, especialmente em seu art. 40;

II – a que o empreendimento beneficiário não integre serviços delegados de saneamento básico mediante outorga onerosa celebrada após a vigência desta lei;

III – ao alcance de níveis mínimos de:

a) desempenho do prestador, que assegurem a sustentabilidade dos serviços;

b) de eficiência e eficácia do empreendimento durante a sua vida útil; e

IV – à adequada operação e manutenção dos empreendimentos anteriormente financiados com recursos mencionados no **caput**.

§ 1º A aplicação de recursos não onerosos da União priorizará ações que visem o atendimento de usuários que não tenham capacidade de pagamento compatível com a auto-sustentação dos serviços.

§ 2º A União poderá instituir e orientar a execução de programas de incentivo à implementação de projetos de interesse social na área de saneamento básico com participação de investidores privados, mediante operações estruturadas de financiamentos realizados com recursos de fundos privados de investimento, de

capitalização ou de previdência complementar, em condições compatíveis com a natureza essencial dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 3º É vedada à aplicação de recursos federais no custeio de serviços não administrados por órgão ou entidade da União, salvo nas situações previstas em regulamento.

§ 4º Os recursos não onerosos da União, para subvenção de ações de saneamento básico promovidas por entes federados, serão sempre transferidos para o titular dos serviços.

§ 5º No fomento a melhoria de operadores públicos de serviço de saneamento básico, a União poderá conceder benefícios ou incentivos orçamentários, fiscais ou creditícios como contrapartida pelo alcance de metas de desempenho operacional previamente estabelecidas.

§ 6º A exigência prevista na alínea **a** do inciso III do **caput** não se aplica à destinação de recursos para programas de desenvolvimento institucional do operador de serviços públicos de saneamento básico.

§ 7º Regulamento disporá sobre o previsto neste artigo, podendo estabelecer critérios diferenciados em vista das diversidades socioeconômicas e institucionais dos entes federados, especialmente para os Municípios de pequeno porte e para aqueles que, por avaliação do órgão técnico do Sisnasa, necessitem de maior prazo para adequação às disposições desta Lei.

CAPÍTULO VII Dos Órgãos Colegiados do Sisnasa

Art. 44. São órgãos colegiados do Sisnasa:

I – no nível federal:

- a)** a Conferência Nacional das Cidades;
- b)** o Conselho das Cidades e seu Comitê Técnico de Saneamento Ambiental; e

II – nos níveis estadual, distrital, regional ou municipal, os órgãos colegiados similares aos previstos no nível federal.

Art. 45. Em relação ao Sisnasa, são competências da Conferência Nacional das Cidades:

I – propor medidas para implementação e aperfeiçoamento da PNS;

II – indicar prioridades de atuação do Governo Federal;

III – avaliar a execução da PNS e do PNSA e o funcionamento do Sisnasa.

Art. 46. Ao Conselho das Cidades compete a proposição de estratégias e o acompanhamento da execução da PNS, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, bem como:

I – opinar sobre:

- a)** as propostas de regulamento, de instrução e de outros atos normativos para a execução do disposto nesta Lei;
- b)** o PNSA e suas revisões;

II – acompanhar e avaliar a implementação da PNS e do PNSA e dos projetos e ações que os integram;

III – propor prioridades para a alocação de recursos sob gestão da União em ações de saneamento ambiental;

IV – recomendar critérios para:

- a)** organização, composição e funcionamento dos conselhos com competência para o saneamento ambiental de âmbitos estadual, regional e municipal, inclusive nos casos de gestão associada;
- b)** elaboração dos planos de saneamento ambiental de âmbitos estadual, regional e municipal;

V – articular-se com os demais conselhos setoriais.

Parágrafo único. Na forma de seu regimento interno, o Conselho das Cidades contará com Comitê Técnico de Saneamento Ambiental.

Art. 47. No âmbito dos Estados, a obrigação prevista no inciso II do art. 40, será considerada atendida com o funcionamento, garantido o acesso aos necessários recursos técnicos e administrativos, de Conferência Estadual das Cidades e de Conselho Estadual das Cidades, ou de instâncias colegiadas equivalentes, com as seguintes competências:

I – no caso da Conferência Estadual das Cidades ou instância colegiada equivalente, as mesmas previstas no art. 45, observadas as características estaduais;

II – no caso do Conselho da Estadual das Cidades ou órgão colegiado equivalente:

- a)** formular e manifestar-se sobre estratégias e prioridades para implementação e alteração da política estadual de saneamento básico;

- b)** acompanhar e avaliar a política estadual de saneamento básico e o plano estadual de saneamento ambiental, bem como as respectivas ações e projetos;

- c)** propor diretrizes e prioridades para a alocação em ações de saneamento básico, inclusive sob a forma de subsídios, de recursos estaduais ou geridos por órgão ou entidade estadual;

d) articular-se com outras instâncias colegiadas para a integração de ações;

e) manifestar-se previamente, no que se refere a serviço público de saneamento básico, dentro dos prazos estabelecidos na legislação, sobre anteprojetos de lei e minutas de decretos, de regulamentos, de editais, de convênios, de contratos e de propostas referentes à:

1. gestão associada de serviços ou integração de funções públicas de interesse comum;

2. organização e prestação de serviço integrado;

3. entidade estadual prestadora, reguladora ou fiscalizadora dos serviços; e

4. revisão de preços públicos ou de taxas.

Parágrafo único. A composição dos órgãos colegiados de que trata o **caput** deve contemplar ao menos representações das instituições públicas com atuação relevante no saneamento básico no Estado, dos Municípios, dos prestadores de serviço de saneamento básico, dos cidadãos e demais usuários e dos trabalhadores dos serviços.

Art. 48. No âmbito dos Municípios, a obrigação prevista no inciso II do art. 40 será considerada atendida com o funcionamento, garantido o acesso aos necessários recursos técnicos e administrativos, de Conferência da Cidade e de Conselho da Cidade, ou de instâncias colegiadas equivalentes, desde que instituídos por lei que lhe confira as seguintes competências:

I – no caso da Conferência da Cidade ou instância colegiada equivalente, as mesmas previstas no art. 45, observadas as características municipais;

II – no caso do Conselho da Cidade ou órgão colegiado equivalente:

a) formular e manifestar-se sobre estratégias e prioridades para implementação e alteração da política municipal de saneamento básico;

b) acompanhar e avaliar a política municipal de saneamento básico e o plano municipal de saneamento ambiental, bem como as respectivas ações e projetos;

c) propor diretrizes e prioridades para a alocação de recursos sob gestão municipal em ações de saneamento básico, inclusive sob a forma de subsídios;

d) articular-se com outros conselhos para a integração de ações;

e) manifestar-se previamente, no que se refere a serviço público de saneamento básico,

dentro dos prazos estabelecidos na legislação, sobre anteprojetos de lei e minutas de decretos, de regulamentos, de editais, de convênios, de contratos e de propostas referentes à:

1. gestão associada do serviço;
2. organização e prestação de serviço integrado;
3. delegação de serviços; e
4. revisão de preços públicos ou de taxas.

§ 1º A composição dos órgãos colegiados de que trata o **caput** deve contemplar ao menos representações das instituições públicas com atuação relevante no saneamento básico no Município, dos prestadores, dos trabalhadores e dos usuários de serviço público de saneamento básico.

§ 2º Aplicam-se ao Distrito Federal as disposições deste artigo.

CAPÍTULO VIII Dos Instrumentos de Implementação da PNS

Art. 49. São instrumentos de implementação da PNS:

I – a legislação e os regulamentos editados com base em suas normas;

II – os contratos, os convênios e instrumentos congêneres, celebrados pelos entes federados integrantes do Sisnasa, que tenham por objeto os serviços públicos de saneamento básico;

III – os planos de saneamento ambiental;

IV – os Relatórios Anuais de Salubridade Ambiental – RASA;

V – o Sinisa e o Sindisa; e

VI – os fundos de universalização do saneamento básico.

Art. 50. A elaboração e a revisão dos planos de saneamento ambiental obedecerão ao seguinte procedimento:

I – divulgação e debate da proposta de plano de saneamento ambiental e dos estudos que o fundamentam;

II – apreciação da proposta de plano pelo Conselho das Cidades ou por órgão colegiado equivalente; e

III – homologação pela autoridade competente.

§ 1º A divulgação da proposta de plano e dos estudos que a fundamentam dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor aos interessados e por audiência pública.

§ 2º O debate efetivar-se-á por meio de consulta pública, com o prazo mínimo de trinta dias para o recebimento de críticas e sugestões, garantido a qualquer do povo o acesso às respostas.

§ 3º Alterada a proposta de plano de saneamento ambiental deverá a sua nova versão ser submetida a novo e definitivo processo de divulgação e debate, a ser concluído no prazo máximo de sessenta dias.

§ 4º É condição de validade para os dispositivos da proposta de plano de saneamento ambiental a sua explícita fundamentação em estudo submetido à divulgação e debate.

Art. 51. A União elaborará:

I – o PNSA que compreenderá:

a) relatório de salubridade ambiental, caracterizando e avaliando a situação de salubridade ambiental no território nacional, por regiões e por unidade da Federação, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sócio-econômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

b) objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços e o alcance de níveis adequados de salubridade ambiental no território nacional, observando a compatibilidade com os demais planos e políticas públicas da União;

c) diretrizes e orientações para o equacionamento dos condicionantes de natureza político institucional, legal e jurídica, econômico-financeiro, administrativa, cultural e tecnológica com impacto na consecução das metas e objetivos estabelecidos;

d) proposição de programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas da PNS, com identificação das respectivas fontes de financiamento;

e) diretrizes para o planejamento das ações de saneamento ambiental em áreas de especial interesse turístico;

f) procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

g) proposta de revisão de competências dos órgãos e entidades da administração pública federal visando racionalizar a atuação governamental no saneamento ambiental; e

II – planos regionais de saneamento ambiental para as regiões integradas de desenvolvimento econômico que tenham serviço público de saneamento básico como função pública de interesse comum, bem como nos casos em que a União promover ações vinculadas a serviços públicos de saneamento básico integrados.

§ 1º O PNSA deve:

1 – abranger o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais e outras ações de saneamento ambiental de interesse para a melhoria da salubridade ambiental, incluindo a provisão de banheiros ou unidades hidrosanitárias para população de baixa renda; e

II – tratar especificamente das ações da União relativas ao saneamento básico nas áreas indígenas, nas reservas extrativistas da União e nas comunidades quilombolas.

§ 2º Os planos de que trata o *caput* devem ser elaborados com horizonte de vinte anos, avaliados anualmente e revisados a cada quatro anos, preferencialmente em períodos coincidentes com os de vigência dos planos plurianuais.

Art. 52. No âmbito dos Estados, considera-se atendida a obrigação prevista no inciso III do art. 40 quando em vigor:

I – plano estadual de saneamento ambiental que:

a) contemple as matérias constantes do inciso 1 do art. 52, observadas as características estaduais;

b) seja compatível com os objetivos e as diretrizes do PNSA;

c) identifique os âmbitos territoriais ótimos de estruturação dos serviços e preveja instrumentos de fomento para a gestão ou a prestação conjunta de serviços com vistas ao aumento da eficiência;

d) estabeleça avaliação anual de sua execução pelo Conselho Estadual das Cidades, ou órgão colegiado equivalente, e revisão quadrienal;

II – planos regionais de saneamento ambiental para as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou microrregiões, que tenham serviço público de saneamento básico como função pública de interesse comum, bem como nos casos em que o Estado promover ações vinculadas a serviços públicos de saneamento básico integrados.

Art. 53. No âmbito dos Municípios, considera-se atendida a obrigação prevista no inciso III do art. 40 quando em vigor:

I – plano municipal de saneamento ambiental que:

a) abranja todos os serviços públicos de saneamento básico e as demais ações de saneamento ambiental necessárias;

b) observadas as características locais, contemple os seguintes elementos de referência:

1. o relatório de salubridade ambiental no âmbito local com a identificação das demandas atuais e futuras, incluindo outros aspectos relevantes da prestação dos serviços;

2. as prioridades e as metas temporais;

3. a identificação e a seleção de alternativas para a ampliação, a melhoria e a atualização da oferta dos serviços públicos de saneamento básico e seus respectivos custos;

4. os planos de investimentos com a previsão e identificação das fontes de financiamento;

5. a definição dos elementos necessários à sustentabilidade econômica e financeira dos serviços, incluindo as políticas de sua remuneração e de subsídios para a garantia do acesso universal, integral e equânime;

6. os critérios para a organização ou melhoria da prestação dos serviços, especialmente com a previsão ou identificação dos instrumentos de regulação, de fiscalização e de avaliação;

7. as ações de educação sanitária e ambiental, de combate ao desperdício e de mobilização social;

c) seja compatível com o plano diretor e com o plano regional de saneamento ambiental;

d) estabeleça avaliação anual pelo Conselho da Cidade, ou órgão colegiado equivalente, e revisão com periodicidade igual à do PNSA;

II – planos regionais de saneamento ambiental, no âmbito de gestão associada de serviços públicos de saneamento básico integrados, observado o disposto no art. 54.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se ao Distrito Federal

Art. 54. O plano regional de saneamento ambiental deve:

I – articular os interesses dos entes federados;

II – guardar similaridade com a estrutura do plano municipal e, observando as características regionais, buscar compatibilidade com os objetivos e metas dos planos municipais e estaduais;

III – instituir avaliação periódica por instância colegiada;

IV – prever sua revisão com periodicidade igual à do PNSA.

Art. 55. Fica criado o Sistema Nacional de Informação e de Avaliação em Saneamento Ambiental – SINISA, com os objetivos de:

I – coletar e sistematizar dados relativos às condições de salubridade ambiental e à prestação de serviços públicos de saneamento básico;

II – disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta dos serviços;

III – monitorar e avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade da implementação da PNS e do PNSA, e, particularmente, dos programas e ações realizados com recursos controlados pela União.

§ 1º As informações do SINISA são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da rede mundial de computadores – Internet.

§ 2º A União incentivará os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a, por si ou por meio de consórcio público, organizar sistemas de informação em saneamento ambiental com estruturas e bases equivalentes ao SINISA, com vistas a sua gradual integração.

§ 3º Integrarão o SINISA os RAQS e os RASA produzidos pela União e pelos entes federados que aderiram à PNS.

§ 4º Os órgãos e entidades da administração federal produzirão, disponibilizarão e integrarão dados e informações ao SINISA na conformidade do regulamento desta Lei.

Art. 56. A União e os entes federados que integram o SISNASA devem, no primeiro semestre de cada ano, elaborar e encaminhar ao órgão gestor do SINISA os RASA.

§ 1º O RASA caracterizará a situação dos serviços públicos de saneamento básico, das ações e políticas de interesse do saneamento ambiental e das infra-estruturas existentes, relacionando-as com as condições socioeconômicas e de salubridade ambiental em áreas homogêneas, de forma a avaliar a efetividade das ações na redução de riscos à saúde, na proteção ambiental e na melhoria da qualidade de vida para os diferentes estratos socioeconômicos.

§ 2º Instrução expedida pelos Ministros de Estado da Saúde e das Cidades disporá sobre o RASA, estabelecendo normas técnicas para o seu conteúdo e apresentação.

Art. 57. Fica instituído o Sistema Nacional de Desenvolvimento Institucional e de Capacitação de Recursos Humanos – SINDISA, por meio do qual a União prestará assistência técnica e cooperação financeira

aos entes federados integrantes do SISNASA, com vistas ao cumprimento das normas desta Lei.

§ 1º A assistência técnica terá por objetivo a capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento institucional e tecnológico das entidades responsáveis pelo planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 2º A cooperação financeira compreenderá o financiamento e a doação de bens e valores.

Art. 58. A obrigação mencionada no inciso V do art. 40 desta lei considera-se atendida quando os recursos de subsídios cruzados externos forem geridos e operados por meio do fundo especial de universalização previsto no § 1º do art. 29.

CAPÍTULO IX Do Saneamento Ambiental em Áreas Indígenas

Art. 59. Incumbe à União executar ações de saneamento básico nas áreas indígenas, observadas as especificidades étnicas e culturais e os direitos sociais e territoriais dos povos indígenas.

§ 1º As ações de saneamento básico, executadas de forma integrada à Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, devem ser compatíveis com o PNSA.

§ 2º O disposto neste artigo, bem como os aspectos operacionais e técnicos do saneamento ambiental em áreas indígenas, será disciplinado por regulamento e instruções a ele complementares.

CAPÍTULO X Da Política Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica para o Saneamento Ambiental

Art. 60. São prioridades da Política Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica para o saneamento ambiental:

I – a otimização de custos, a sustentabilidade e a eficiência dos serviços de saneamento básico;

II – a inter-relação entre a saúde pública, a salubridade ambiental e os serviços;

III – a preservação e a recuperação do meio ambiente e a mitigação dos impactos ambientais dos serviços;

IV – a adequação das soluções de saneamento básico às realidades locais e regionais;

V – a inter-relação entre a gestão do uso e ocupação do solo e os serviços;

VI – a conservação e uso racional sustentável da energia, da água e dos recursos naturais;

VII – a não-geração, a minimização da geração, o reuso e a reciclagem de resíduos sólidos;

VIII – a minimização da geração de esgotos, o reuso e a reciclagem das águas residuárias e das águas pluviais;

IX – o tratamento e a disposição final adequada de subprodutos do saneamento; e

X – a melhoria das condições de salubridade e de segurança do trabalho nos serviços.

Parágrafo único. As ações da União em pesquisa científica e tecnológica em saneamento ambiental serão orientadas para o desenvolvimento, a formação e a capacitação de recursos humanos, o desenvolvimento de instituições emergentes e a desconcentração geográfica da produção de ciência e tecnologia, e executadas em articulação com universidades, institutos de pesquisa, prestadores de serviços e empresas do setor de saneamento ambiental.

Art. 61. Fica instituído o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Saneamento Ambiental, mediante ações de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre as universidades, os centros de pesquisa e o setor produtivo, custeado pelas seguintes fontes:

I – dotações do Orçamento Geral da União; e

II – doações de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo único. Os recursos para pesquisa e desenvolvimento do setor de saneamento ambiental de que tratam este artigo serão destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991.

TÍTULO IV Das Disposições Gerais

Art. 62. O art. 15 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“XXII – elaboração de relatórios anuais de salubridade ambiental.”(NR)

Art. 63. O art. 42 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 4º Os instrumentos e a legislação de ordenamento territorial, de controle do uso e ocupação e de parcelamento do solo deverão demonstrar compatibilidade com as necessidades atuais e futuras dos serviços públicos de saneamento básico.”(NR)

Art. 64. O art. 7º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....
II – o traçado básico do sistema viário principal, que deverá permitir a coleta motorizada de resíduos sólidos;

.....
VI – as obras necessárias para os serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais, com as suas características técnicas e condições para o acompanhamento de sua execução.”(NR)

Art. 65. Os arts. 6º, 8º e 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Ao Ministério das Cidades, na qualidade de gestor da aplicação do FGTS, compete:

..... “(NR)

“Art. 8º O Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do FGTS serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta lei.”(NR)

“Art. 9º

.....
§ 4º Os projetos de saneamento básico ou de infra-estrutura urbana financiados com recursos do FGTS poderão incluir a construção de instalações hidráulico-sanitárias para população de baixa renda, sempre que necessário para assegurar os benefícios de saúde associados aos empreendimentos.

..... “(NR)

Art. 66. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24.

.....
XXVII – na contratação de serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo Poder Público como catadores de materiais recicláveis.

..... “(NR)

“Art. 89-A. Outorgar concessão, permissão ou outra forma de delegação de serviços

públicos essenciais, sem prévia autorização de lei que disponha sobre a regulação dos serviços, inclusive suas tarifas e outros preços públicos, e os instrumentos de fiscalização permanente dos serviços:

Pena – detenção de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre aquele que autorizou, homologou ou aprovou a contratação ou outorga ou quem, em nome próprio ou como representante legal da pessoa jurídica contratada, vier a subscrever o instrumento de contrato ou outorga ou suas alterações.”(NR)

Art. 67. O art. 39 da Lei nº 8.666, de 1993, fica acrescido do seguinte parágrafo, passando o seu parágrafo único a vigorar como § 1º:

“§ 2º Independentemente de seu valor, as audiências públicas mencionadas no **caput** serão realizadas nas licitações que tenham por objeto a concessão de serviços públicos essenciais.”(NR)

Art. 68. O art. 42 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42.

§ 1º Vencido o prazo mencionado no **caput**, o serviço retornará ao poder concedente, que, atendido o disposto nos §§ 2º a 4º, poderá contratar, mediante licitação, nova concessão.

§ 2º As concessões em caráter precário, mesmo as que não possuem instrumento que as formalizem, bem como as com prazo vencido, ou em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, continuarão válidas até o dia 31 de dezembro de 2007, desde que até o dia 30 de junho de 2006 tenham cumprido, cumulativamente, as seguintes condições:

I – levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço, ou a ela aplicáveis nos vinte anos anteriores ao da publicação desta lei;

II – celebração de acordo, entre o poder concedente e o concessionário, sobre os critérios e a forma de indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, apurados a partir dos levantamentos referidos no inciso I e auditados por instituição especializada escolhida de comum acordo pelas partes; e

III – a publicação na imprensa oficial de ato formal de autoridade do poder concedente, autorizando a prestação precária dos serviços por prazo de até seis meses, renovável até 31 de dezembro de 2007, mediante comprovação do cumprimento do disposto nos incisos I e II.

§ 3º Não ocorrendo os entendimentos previstos no inciso II do § 2º, o cálculo da indenização de investimentos será fixado com base nos critérios previstos no instrumento de concessão antes celebrado ou, na sua omissão, nos prazos mínimos de depreciação de ativos imobilizados definidos pela legislação fiscal.

§ 4º No caso do § 3º, o pagamento de eventual indenização será realizado na forma prevista no art. 45 ou por meio de pagamentos anuais, em número de parcelas equivalentes ao prazo remanescente de amortização ou de depreciação dos bens indenizados, previsto no instrumento de concessão antes celebrado ou, caso este seja omissivo, aos prazos mínimos de depreciação fixados pela legislação fiscal.” (NR)

Art. 69. O **caput** do art. 2º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios executarem obras e serviços públicos por meio de concessão e permissão sem lei que lhes autorize e fixe os termos, dispensada a lei autorizativa nos casos já referidos na Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos municípios, observado, em qualquer caso, os termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.” (NR)

Art. 70. Os arts. 1º e 4º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Regem-se pelas disposições desta lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos causados:

I – ao meio-ambiente;

II – ao consumidor;

III – à ordem urbanística;

IV – (vetado)

V – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

VI – por infração da ordem econômica e da economia popular; e

VII – à salubridade ambiental.

Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.” (NR)

“Art. 4º Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística, à salubridade ambiental ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.” (NR)

Art. 71. O art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“XVI – contratar prestação de serviços de saneamento básico, ou outorgar concessão, permissão ou outra forma de delegação dos mesmos serviços, sem suficiente previsão em plano de saneamento ambiental;

XVII – outorgar concessão, permissão ou outra forma de delegação de serviços públicos essenciais, sem prévia autorização de lei que disponha sobre a regulação dos serviços, inclusive suas tarifas e outros preços públicos, e os instrumentos de fiscalização permanente.” (NR)

Art 72. Os arts. 3º e 4º da Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os recursos destinados ao FNDCT serão alocados em categoria de programação específica e reservados para o financiamento de programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor de recursos hídricos e saneamento ambiental, devendo ser administrados conforme o disposto em regulamento.

-"(NR)
"Art. 4º
-
VII – dois representantes da comunidade científica, sendo um do setor de recursos hídricos e outro do setor de saneamento ambiental;
-
IX – um representante do Ministério das Cidades;
X – um representante de entidade civil vinculada à engenharia sanitária e ambiental." (NR)

TÍTULO V Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 73. A partir do quinto exercício financeiro, contado do que se seguir à publicação desta lei, os serviços públicos de saneamento básico não poderão admitir subsídios cruzados externos que não estejam disciplinados conforme as suas diretrizes.

Art. 74. O disposto nos arts. 20, 24 a 28, 52, 53, 56 e 58 produzirão efeitos em:

I – três anos, no que se refere à União, Estados, Distrito Federal e Municípios com população maior que cem mil habitantes ou que integrem região metropolitana, aglomeração urbana, área de especial interesse turístico ou região integrada de desenvolvimento econômico ou que sejam atendidos por serviço público de saneamento básico integrado;

II – em cinco anos em relação aos demais Municípios.

§ 1º Mediante previsão cm lei municipal, o prazo de cinco anos previsto no inciso II poderá ser prorrogado no que se refere á elaboração de plano de saneamento ambiental, para Município com população urbana inferior a vinte mil habitantes.

§ 2º Para os fins deste artigo, considerar-se-á a população contada pelo censo de 2000.

Art. 75. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com exceção do disposto nos §§ 1º a 5º do art. 7º, § 2º do art. 8º, parágrafo único do art. 9º, § 1º do art. 14, § 5º do art. 15, art. 30, arts. 32 e 33, art. 35, § 2º do art. 38, parágrafo único do art. 40, arts. 47 e 48, que entrarão em vigor no exercício financeiro que se seguiu ao de sua publicação.

Art. 76. Ficam revogados a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, o art. 53 da Lei nº 10.257, dê 10 de julho de 2001, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, na parte referente às alterações procedidas no art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Brasília,

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– V. Exª será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra, por 15 minutos, ao nobre Senador Augusto Botelho e, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente Efraim Morais, Srs e Srs. Senadores, o Senado brasileiro, semana passada, recebeu visita do Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado italiano, S. Exª o Senador Enrico Pianeta.

Na oportunidade, o ilustre representante do Senado italiano elogiou o Brasil por suas ações tomadas em prol dos direitos humanos e, em documento entregue a S. Exª o Presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou agradecimento pela decisão do Governo Lula de homologar a demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol, no Estado de Roraima.

O Senador Juvêncio da Fonseca, ilustre representante do Estado de Mato Grosso, recebeu também do senador italiano cópia de uma carta assinada por cinqüenta mil cidadãos italianos e destinada ao Presidente Lula em apoio à demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol.

Sr. Presidente, acredito que toda manifestação no sentido de ampliar o rol dos direitos e garantias fundamentais, bem como no sentido de sua concretização prática, revela-se de grande valor.

Portanto, acredito que os elogios tecidos pelo ilustre representante do Parlamento italiano estão eivados de equívoco, pois partem de premissa rigorosamente equivocada, qual seja, a de que a homologação da área Raposa/Serra do Sol representa um avanço, um progresso do País na seara dos direitos humanos.

A nosso sentir, a malsinada homologação representa, na verdade, um retrocesso, porque, a pretexto de proteger os direitos humanos dos indígenas que habitam a reserva Raposa/Serra do Sol, o Governo perpetrou afrontoso ato contra diversos princípios e direitos humanos constantes de nossa Constituição de 1988, que tutelam direitos tão importantes quanto os garantidos aos nossos irmãos índios.

Isso para não falar que a homologação contradiz os próprios interesses da maioria dos índios que habitam a região. Índios totalmente integrados à sociedade envolvente, que se ocupam da agricultura, da política e que não querem, sob qualquer pretexto, ser lançados no isolamento forçado, consequência lógica da homologação contínua da área. Os índios habitantes da Raposa Serra do Sol não querem ser privados dos confortos que a vida moderna proporciona aos não-índios, como energia elétrica, boas escolas, água gelada, geladeira e tantos outros. De fato, a folclórica

visão do índio que anda nu pela floresta em busca de alimentação, munido de arco e flecha, ou do índio que cultiva sem visar à geração de excedentes para o comércio, deve ser totalmente repelida quando se fala dos indígenas que habitam a Raposa Serra do Sol. Ela vale para os ianomâmis, mas não vale para a Raposa Serra do Sol.

Por isso, ao contrário do que se quer fazer crer, os direitos humanos dos índios habitantes da Raposa Serra do Sol estão sendo vigorosamente diminuídos, amesquinhados, sobremodo se se tiver em vista que a política indigenista brasileira é formatada de cima para baixo, sem a participação dos principais atores interessados: os próprios índios. É, não resta dúvida, uma política construída em gabinetes, com amplo respaldo da Funai e de múltiplas ONGs internacionais com inconfessáveis interesses econômicos nas ricas terras demarcadas.

Em momento algum, os índios contrários à demarcação – e que representam a grande maioria – foram verdadeiramente consultados.

Realmente, a atual política indigenista brasileira parte do pressuposto de que o índio é desprovido de vontade própria, e, por isso mesmo, sua vontade deve ser suprida por burocratas governamentais, ou mesmo por ONGs, que estão cada vez mais ocupando os vazios deixados pela falta de atuação estatal.

No Estado de Roraima, especialmente na Raposa Serra do Sol, os índios revelam plena capacidade de zelar pelos seus interesses, de dizer como querem viver. Portanto, uma política indigenista democrática e respeitosa aos valores indígenas nessa área deveria ser pautada pelo respeito à vontade dos índios que lá vivem. Não foi por outro motivo que propus, por diversas vezes, fosse realizada uma consulta plebiscitária entre os índios que habitam a Raposa Serra do Sol para, aí, sim, ser definida a forma de demarcação, com exclusão de algumas áreas, inclusive de arroz irrigado, e manutenção das vilas de Surumu, Mutum, Socó e Água Fria, como queria a maioria dos indígenas, ou como queria o Governo e o fez de forma contínua.

O direito fundamental de matriz constitucional, fundado no princípio democrático, foi reduzido a mero adorno normativo no episódio da homologação da Raposa Serra do Sol.

Sr. Presidente Efraim Morais, se não bastasse, os não-índios que, há duas ou mais gerações, ocupam Raposa Serra do Sol serão simplesmente expulsos de suas terras, de suas casas. Muitos pequenos e grandes produtores com título de domínio de terra situado nessa área perderão o direito à propriedade. Sem qualquer amparo estatal, restará a eles a miséria que assola a periferia de Boa Vista.

Fala-se que vão indenizá-los, repô-los, reassentá-los, mas, nesses 30 anos que venho acompanhando essa causa, nunca vi um produtor rural retirado de área transformada em área indígena ser reassentado.

Meu Estado tem mais de 50% de área em reservas indígenas. Nós, em Roraima, somos favoráveis às reservas indígenas, mas queremos que as pessoas prejudicadas sejam também protegidas, que recebam indenização justa. Falam que vão dar indenização, e existem milhares de processos de indenização, mas até hoje nunca houve justa compensação. Os que recebem se contentam com um pouquinho de dinheiro que não dá nem para comprar uma casa bem pobrezinha na periferia de Boa Vista.

O direito humano à propriedade e o princípio da dignidade da pessoa humana, direitos constitucionais de grande importância irão, assim como o direito à participação no rumo das políticas estatais, ser torpedeados.

Ademais – é bom ressaltar – o procedimento administrativo de demarcação da Raposa do Serra do Sol está envolto de toda sorte de vícios. Por conseguinte, a homologação da reserva está sendo questionada judicialmente em várias instâncias do Poder Judiciário brasileiro. Pendem de julgamento no Supremo Tribunal Federal diversas ações demonstrando várias falhas procedimentais que macularam a demarcação. Contrariando a tendência jurisprudencial que convergia para a razoabilidade de uma demarcação, com a exclusão de áreas, o Governo demarcou a terra de forma contínua. Tamanha a afoiteza com que o Governo homologou a reserva sem ao menos esperar o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre o mérito da questão.

Senhoras e Senhores Senadores, esta Casa inclusive teve a oportunidade de, por meio de duas Comissões Externas, desvendar as diversas e perniciosas consequências da demarcação da Raposa Serra do Sol.

De fato, com o objetivo de analisar com profundidade as questões políticas, jurídicas e econômicas que envolvem os conflitos nas áreas indígenas, notadamente em Mato Grosso e em Roraima, o Senado Federal, por meio do Requerimento nº 592, de 2002, criou uma Comissão Temporária Externa. Essa Comissão, formada por cinco Senadores, confeccionou, após exame multifáctrios de aspectos que envolvem a demarcação da Raposa Serra do Sol, um relatório conclusivo no sentido de que a demarcação deveria ser feita respeitando-se a áreas das vilas, deixando-se de fora uma área de 15 Km entre a Guiana, a Venezuela e o Brasil.

O Governo, desprezando essa vontade da Casa, marcou a área de forma contínua. Eu poderia lançar mão de muitos fatos que tiveram o condão de atingir o direito dos índios e dos não-índios no Estado de Roraima, perpetrados pela homologação da reserva Raposa Serra do Sol.

Portanto, acredito que, como legítimo representante do meu Estado, já falei o suficiente para demonstrar o equívoco dessa afirmação do ilustre Senador Italiano. Talvez por desconhecimento da situação, acredita-se que o Brasil está dando um exemplo de respeito aos direitos humanos.

Ledo engano. O Governo brasileiro, com a demarcação da Raposa Serra do Sol, deu um exemplo histórico e acintoso de desrespeito aos direitos humanos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, dispõe de até 15 minutos.

Em seguida, fará uso da palavra a Senadora Heloisa Helena.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Embaixador Manuel Estuardo Barillas, da nobre República da Guatemala, que nos visita, nas últimas semanas evitei subir a esta tribuna. Evitei aqui vir falar porque não via como defender o Governo do meu Partido. Também não queria vir aqui para repetir as acusações sistemáticas que começam a irritar a população brasileira. Entretanto, depois que assisti ao depoimento do Deputado José Dirceu, na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, senti que precisava falar.

É preciso lembrar que, mesmo antes desse fato, fui nesta tribuna um crítico ao comportamento político do então Ministro José Dirceu. Mas devo dizer que, assistindo ao seu comportamento na Comissão de Ética, senti como se minha geração, toda minha geração, estivesse sentada àquela mesa, à qual ele compareceu como testemunha, mas que foi visto pela opinião pública como se fosse o réu. E eu senti como se eu, que fui jovem como ele em 68 lutando nas ruas pela democracia, também estivesse ali. Achei que tinha a obrigação de vir aqui falar aos meus colegas Senadores, às colegas Senadoras, aos brasileiros e, sobretudo, aos jovens falar, tentando responder por que isto está acontecendo, por que essa geração que, naquela época, nem de longe sonhava chegar ao poder porque parecia impossível, conseguiu chegar lá e, depois de poucos meses, colocou o Brasil na situação em que estamos.

Depois de tentar refletir sobre como foi possível que a história nos reservasse ainda em nossas vidas duas surpresas tão inesperadas – chegar ao poder e perder-se no poder –, vim compartilhar meus sentimentos não apenas com as Sr^{as}s e os Srs. Senadores, mas especialmente com os jovens da União Nacional dos Estudantes, dos centros acadêmicos, dos grêmios estudantis, dos sindicatos e do campo que sonham com um Brasil diferente e se preparam para envidar esforços na luta para mudar o nosso País, como o Deputado José Dirceu e eu fizemos 30, 40 anos atrás.

Creio que os primeiros erros foram de comportamento, Senador Mão Santa: em primeiro lugar, a arrogância com que se comportaram no Governo, arrogância que denunciei desta tribuna num discurso chamado “Liberte a esperança, companheiro Presidente Lula!”, arrogância que isolou essa equipe no poder, sem diálogo, sem conversa e, portanto, sem perceber seus erros.

Outro problema de comportamento é o irmão siamês da arrogância, ou seja, o deslumbramento no cargo. Grande parte desses companheiros se deslumbraram com o poder em vez de lutarem para realizar projetos. A arrogância junto ao deslumbramento são dois comportamentos que provocaram essa situação.

Quando eu e minha equipe, em um discurso feito no Ministério da Educação, alertamos para os três riscos daqueles que queriam mudar o País, que era o deslumbramento, o burocratismo e a perda da capacidade de indignação, recebi, no Palácio do Planalto, um puxão de orelha do próprio Ministro José Dirceu, que na época me ligou achando que eu estava querendo criticar o Planalto, quando eu estava querendo alertar os meus colaboradores para que não caíssemos na indiferença diante dos acontecimentos nem nas malhas da burocracia.

O terceiro problema de comportamento foi essa perda da capacidade de indignar-se. Quando chegamos ao Governo, e eu fui Governador, eu fui Reitor, eu fui Ministro, encontramos tanta dificuldade para empreender mudanças que pensamos que não vamos conseguir; e nos acostumamos a ver meninos de rua, a ver a escola não funcionar direito como se aquilo não tivesse a ver conosco; é tão difícil mudar que nos acostumamos e perdemos a capacidade de indignação. E isso nos leva a nos acostumar com a miséria da ética, já que nos acostumamos com a miséria social. Fatos que teriam gravidade passam a ser tolerados, como parte do jogo, como pedaço da realidade, a realidade que prometemos mudar; nós nos acostumamos com ela e perdemos a capacidade de nos indignar com ela.

Estes foram os três erros de comportamento: a arrogância, o deslumbramento e a perda da capacidade de indignar-se.

Mas nós tivemos também três erros políticos. O primeiro erro político foi a reeleição. Pode-se dizer que a reeleição não é um erro político porque é uma marca constitucional. Mas nós esquecemos que a lei permite a reeleição, e nós nos comportamos como se fosse uma obrigação ir para a reeleição. E o que acontece? É que a reeleição transforma o Presidente em candidato. No primeiro dia de nosso Governo, o Presidente Lula já não era mais Presidente, já era outra vez candidato. E quando isso acontece, perde-se a perspectiva porque se imagina que ao invés de quatro são oito anos de mandato e não é preciso ter pressa.

Lembro que eu próprio fui um dia criticado profundamente pelo Presidente, que de público disse que quem come apressado come cru. Sua Excelência queria dizer que eu estava muito apressado em querer abolir o analfabetismo em quatro anos. E Sua Excelência tinha oito. Esse é um marco de que a reeleição degenera o exercício do poder. Podem dizer que nos Estados Unidos funciona. Aqui, a reeleição não está funcionando. O Presidente Fernando Henrique teve a sorte de a reeleição ser aprovada somente no terceiro ano. Durante dois anos, ele foi Presidente.

Além do que, ao ser candidato, o Presidente diminui o seu tamanho e iguala-se aos outros candidatos. A reeleição e a maneira como nos comportamos foi um grave equívoco. Eu fui Governador crítico da reeleição. Eu disse ao Presidente Fernando Henrique que a reeleição, que era para permitir, parecia obrigar. E, de fato, aconteceu. Eu como Governador terminei sendo obrigado a ser candidato à reeleição, porque criou-se um vazio ao redor. Exigi que houvesse um plebiscito no PT do Distrito Federal para saber se aceitava ou não a reeleição, porque havíamos sido contra e não é bom ser contra e depois utilizar. Só aceitei ser candidato com uma prévia interna dentro do PT, à qual me submeti, disputando com o saudoso Senador Lauro Campos. Dizia ao Presidente Fernando Henrique que isso não daria certo e não deu para ele; o seu segundo mandato não foi igual ao primeiro. E não está dando certo, sobretudo no nosso caso.

Sr. Presidente, outro erro político grave foi tratar os partidos aliados como se fossem tendências de um partido só, que era o partido do Governo. O Presidente Lula e o companheiro José Dirceu não souberam entender que uma coisa são as tendências do PT, disputas dentro do meu Partido, e outra coisa são alianças com partidos diferentes. Nós quebramos a espinha dorsal das idéias do PT ao fazer do PT uma tendência do Governo, em vez de ter cada partido com

a sua personalidade, disputando inclusive, e o Lula, como eixo central, tentando fazer com que os partidos fossem tendências do Governo; descharacterizamos o PT e tivemos que usar instrumentos – pelo menos é o que está se tentando apurar – negativos para trazer outros partidos para dentro do Governo quando eles podiam, sem ser partido do Governo, fazer parte de uma aliança. Esse foi um erro em que, precisamos reconhecer, os Líderes do Governo, especialmente o Presidente Lula e o Ministro José Dirceu, tiveram responsabilidade direta.

Sr. Presidente, a principal causa desse fracasso não foi o comportamento nem a política; foi a ideologia, foi o marco conceitual do Governo. A principal causa desta crise que vivemos foi a falta de uma bandeira transformadora, responsávelmente revolucionária, que não tínhamos.

O PT foi criado em 1980 e baseado em sindicatos. Em 2003, quando chegamos ao poder, o mundo havia se transformado completamente. Pouco de 2003 tinha a ver com a realidade de 1980, no plano da economia. Lula, José Dirceu e o PT quase inteiro tiveram a grandeza de entender isso e de se adaptar à nova realidade econômica, mas não tiveram a capacidade de formular uma diferença que nos identificasse. Eles não tiveram medo de se parecer com o Governo anterior naquilo que era preciso, mas não souberam apresentar uma diferença. Era preciso maturidade para se adaptar, mas era preciso também criatividade para manter acesa a diferença porque o Brasil continuava com todos os problemas que nos propusemos corrigir.

Fomos criados ainda na polarização da Guerra Fria, no tempo da economia fechada, com estatização controladora, com a visão de uma dialética que opunha capital e trabalho. Chegamos ao poder num mundo novo, de uma potência única, sem Guerra Fria, com economias abertas e privatizadas, em que a dialética, a polarização social opõe muito menos capital e trabalho do que incluídos e excluídos; um mundo no qual a contradição fundamental não é mais entre capital e trabalho, mas entre quem tem e quem não tem acesso ao conhecimento. Isso é o que faz a desigualdade. Entendemos que não havia outra economia possível, mas não entendemos que havia outra sociedade a ser construída usando a economia possível.

O PT chegou ao poder sem o marco conceitual, sem uma ideologia ao mesmo tempo adaptada aos novos tempos da economia, mas ainda indignada com a velha estrutura arcaica de uma sociedade vergonhosamente desigual e cuja desigualdade a cada dia se transforma em apartação social. Nossa papel era usar os recursos da economia para abolir essa apartação. E Lula não entendeu, nem seus auxiliares, nem o con-

junto do PT – e todos nós somos responsável por isso –, o papel fundamental da educação como instrumento libertário. Não perceberam que a verdadeira causa da desigualdade e da injustiça social está na desigualdade do acesso ao conhecimento e não na desigualdade entre Capital e Trabalho. Não entenderam que o berço da desigualdade está na desigualdade do berço e que é possível mudar isso.

Lula não viu, por exemplo, que Mandela que fez uma revolução sem precisar mexer na política econômica, ao garantir que brancos e negros pudessem andar na mesma calçada. Lula não entendeu que seu papel seria fazer no Brasil a revolução que garantisse que pobres e brancos pudessem freqüentar escola com a mesma qualidade. É claro que isso na África do Sul era simples, bastava um conjunto de leis; no Brasil, era preciso muito mais. Era preciso um conjunto de políticas sociais que assegurassem a todos aquilo que faz com que os excluídos saltem para o lado dos incluídos. Lula não entendeu. Por isso deixou de ser Mandela para ser Lech Walessa.

Esta para mim é a verdadeira causa do fracasso de minha geração, de esquerda, que chegou ao poder com o mais importante líder de nossa juventude, José Dirceu, e três anos depois o vê explicando-se na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, com o Governo paralisado.

Sr. Presidente, a causa é a falta de uma causa para o Governo. Tivéssemos uma causa maior, não teriam ocorrido os desvios éticos. Quando a ética faz parte dos objetivos do poder, o poder não pode ser exercido sem ética. Quando os meios fazem parte dos fins, os fins não justificam os meios. No entanto, ficamos sem os fins e apenas com os meios. Nesse caso, foi muito fácil, juntamente com o erro de comportamento de política, nós nos pertermos.

Sr. Presidente, já estou concluindo.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Cristovam Buarque, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, como há Senadores pedindo aparte, V. Ex^a fique tranquilo, porque prorroguei por cinco minutos o tempo de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com o maior prazer, concedo um aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Cristovam Buarque, eu não queria interromper a sua brilhante exposição, mas diria que foi a melhor reflexão a que assisti nesta Casa sobre a crise terrível que se abate sobre o País e também a mais completa e a mais lúcida sobre tudo isso. Essa questão da arrogância, do

deslumbramento, da capacidade ou incapacidade de se indignar estende-se a outras áreas, e não apenas às áreas sociais. Se V. Ex^a verificar, são necessários investimentos em infra-estrutura em todas as áreas. Há muitos problemas, como os da área de energia. Esses acontecimentos estão presentes em tudo. Não quero alongar-me neste aparte. Apenas cumprimento V. Ex^a, salientando que entendo perfeitamente a sua frustração, porque a minha – de eleitor apenas –, nessa eleição, foi muito grande, Senador. Imagino a de V. Ex^a, que envolve uma vida inteira de lutas e de dedicação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Obrigado, Senador.

Concluindo, Sr. Presidente, todos lembram aqui que fui um crítico do Ministro José Dirceu. Tive embates com ele quando eu era Ministro e, depois, como Senador. Mas quero dizer que, ao vê-lo passando por essa situação, sinto como se minha geração estivesse – toda ela – sendo julgada. Vejo ainda nele o maior líder jovem da minha geração.

Mantenho, porém, Sr. Presidente, o meu otimismo. Um país que faz jovens como aqueles fará outros jovens igualmente líderes, que, certamente, aprenderão a lição de que, ao chegar ao poder, não podemos perder a capacidade de indignação com o que antes havia de errado; que ao chegar ao poder, os meios não justifiquem os fins; que ao chegar ao poder, devemos ver-nos como servidores e não como deslumbrados; ao chegar ao poder, devemos entender que, na democracia, é fundamental a aliança, sem a qual – eu mesmo dizia – corremos o risco de um regime autoritário do meu Partido. Eu dizia: temo que um dia o PT chegue ao poder sozinho, porque a tentação autoritária é muito grande dos que têm a maioria forte. Quero aliança, mas aliança não significa cooptação, não significa incorporação. Espero que os próximos jovens entendam que não podem sentar um dia na cadeira de Presidente como se já fossem, outra vez, candidatos à eleição seguinte.

Sr. Presidente, eu só temo hoje que nós não estejamos dando aos jovens o incentivo que eles deveriam ter. Muitos deles estão perdidos na desilusão, ou no corporativismo, para não falar no oportunismo e até mesmo no cinismo, e sobretudo no egoísmo. Mesmo assim nossa esperança está na juventude. É para ela que eu passo estas reflexões sobre as causas de nossos erros, para que ela não os repita quando chegar a vez dela.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Efraim Morais, do PFL do Estado da Paraíba.

S. Ex^a terá 15 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, S^ras e Srs. Senadores, confesso que é com pesar que acompanhamos a sucessão de declarações desconectadas e desconjuntadas do Presidente da República a respeito da presente crise.

Sua Excelência alterna comportamentos despropositados. Ora fala em elites golpista, ora invoca para si o monopólio da virtude, virtude que não transparece nos atos do seu Governo, e ora garante que não sabe nem nunca soube de nada. Por fim, tenta descolar-se de sua principal criatura: o PT.

Nenhum desses atos favorece a posição do Presidente da República, nem do ponto de vista logístico nem do ponto de vista ético. Quando fala em golpistas imaginários, mostra má-fé ou desconexão com a realidade, ou ambas. Quando se diz o mais virtuoso cidadão brasileiro, mostra ter perdido o senso do ridículo. Quando diz que não sabia de nada, ou mente ou se confessa inepto para o exercício do poder.

Por fim, quando busca desvincular-se do PT, mostra-se desleal para com os seus companheiros, companheiros de longa jornada, como Delúbio Soares, que o acompanhou em viagens internacionais e desfrutava da sua privacidade!

Independentemente das coreografias escapistas do Presidente da República, sabemos – e cada vez menos gente duvida – que sempre soube de tudo.

A configuração do PT, que seu ex-presidente, José Genoino, classifica como um projeto coletivo de poder, não permitiria que atos como os empréstimos milionários em nome de Marcos Valério se dessem sem o consentimento e a supervisão de sua cúpula política comandada pelo Presidente Lula e pelo triunvirato palaciano, apelidado por V. Ex^a, Senador Mão Santa, de “Núcleo duro”: José Dirceu, Luiz Gushiken e Luiz Dulci.

Desentendimentos nessa cúpula palaciana, sobretudo entre José Dirceu e Luiz Gushiken, deram origem a desarranjos na base parlamentar que desembocaram nas denúncias do Deputado Roberto Jefferson.

Bendita desavença! Bendita desavença! Sem ela, não estaríamos desmontando essa engrenagem perversa que vinha sangrando os cofres públicos, numa hemorragia de intensidade nunca vista antes.

Mas o instinto predatório do PT não se formou agora, vem de bem antes. Não exagero se disser que o PT exercitou essa rapina sistêmica nas experiências municipais que precederam sua vitória federal. Sirvo-

me, para afirmá-lo, de uma fonte insuspeita: um dos fundadores do PT, César Benjamin. Em artigo para a **Folha de S.Paulo** deste último domingo, ele afirma com todas as letras:

Os malfeitos que têm vindo à luz não começaram agora, nem decorrem de um equívoco individual. Representam apenas a transferência para a esfera do Governo Federal de práticas iniciadas com certeza nos primeiros anos da década de 1990, talvez antes, e nunca descontinuadas.

E prossegue César Benjamin, um dos fundadores do PT:

As impressões digitais do mesmo grupo [e ele se refere a Lula, José Dirceu, José Genoino, Luiz Gushiken, entre outros] aparecem no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), na organização das finanças da campanha presidencial de 1994, na gestão de algumas prefeituras, como a de Santo André, na busca de controle de fundos de pensão, para citar apenas as situações mais notórias.

Esclareço mais uma vez, Sr. Presidente, S^ras e Srs. Senadores, que não se trata de afirmações de um pefelistas ou de um tucano, mas de um petista de primeira hora, o Sr. César Benjamin, que estava presente quando do nascimento do partido e o acompanhou por anos a fio, conhecendo-lhes as entrinhas.

Ele fala, portanto, com autoridade e isenção – em especial quando diz: “Lula sempre compartilhou da intimidade de grupo e foi o principal beneficiário de suas ações. Garante, porém, que nada sabia”.

E ironiza: “Respeito quem acredita nisso, assim como respeito quem acredita em duendes”.

Eu também, Sr. Presidente. Eu também.

E prossigo com o Sr. César Benjamin, fundador do PT. Ele define assim o Governo Lula:

Uma rede sistêmica, planejada, coletivamente organizada. Dos Correios à Petrobras, das empreiteiras com créditos a receber às verbas de publicidade, do Banco do Brasil aos fundos de pensão, nada estava, em princípio, fora de seu raio de ação. Um esquema desse tipo sempre precisa de forte apoio em altos escalões do governo, que ordenam os pagamentos e fazem as nomeações. Sílvio Pereira, Delúbio Soares, Waldomiro Diniz e outros “operadores” nunca tiveram cargos que lhes permitissem agir sozinhos de forma eficaz.

Considero esse depoimento, publicado no Caderno Mais da **Folha de S.Paulo** deste último domingo, sob o título sugestivo de “O Mito do Paraíso Perdido”, como uma eloquente e autorizada denúncia, já que

formulada por alguém que acompanhou de perto a gênese desse processo – e dele se apartou quando percebeu indomável.

Está aqui, Sr. Presidente, o artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, sob o título “O Mito do Paraíso Perdido”. E, mais na frente, num formato interessante – caindo as letras do Partido –, diz: “Era uma vez um PT”, que não sei se já morreu até agora, mas se encontra muito doente, com uma doença sem cura.

Sr. Presidente, o projeto petista, tenho insistido sempre em dizer, era um projeto de poder, não um projeto de governo. O poder pelo poder é uma perversão. Era um projeto de poder, sim. O poder pelo poder – repito – é uma perversão, de essência aética, que não dá margem a esquemas criminosos como os que estão hoje sob investigação de nada menos três CPIs, além do Conselho de Ética da Câmara.

Creiam que não alegra a nós, da Oposição, ver o naufrágio petista. Torcemos pelo sucesso do Presidente Lula, pelas esperanças e expectativas que gerou na sociedade brasileira. Dissemos, desde sua posse, que faríamos oposição responsável, oposição patriótica, que fiscaliza o Governo, mas não conspira contra o País.

Por isso, votamos as reformas – reformas que o PT não nos deixara votar no Governo passado e que, neste, decidiu patrocinar. Relevamos a incoerência e votamos as propostas em nome do interesse nacional.

Fomos sensíveis ao entusiasmo que a eleição de Lula provocou em amplos setores da população. Foi um sonho vendido à sociedade brasileira – mais um sonho que termina em pesadelo. Para a maioria da sociedade, o sonho termina agora.

Para quem viveu do lado de dentro a epopéia petista, como César Benjamin, o sonho acabou há muito tempo. Acompanhem, mais uma vez, as palavras dele à **Folha de S.Paulo**. Disse um dos fundadores do PT:

Há mais de dez anos o PT está morrendo, mas esse processo não podia completar-se antes de o “Lula-lá” se realizar. A agonia se prolongou e o Partido apodreceu. Tornou-se uma experiência efêmera e fundamentalmente equivocada na vida brasileira. Pretendendo ser o novo absoluto, rompeu a memória das lutas populares. Recusou a teoria. Fechou os olhos para a diversidade do Brasil. Afrouxou os princípios, exacerbou a arrogância. Aceitou a disseminação de um enorme conjunto de antivalores, formando a mais desqualificada geração de quadros e líderes de toda a nossa história.

Sr. Presidente, dispenso-me de alinhavar mais argumentos para constatar o triste ocaso deste Governo. Iniciamos mais uma semana de crise, em que o Congresso Nacional, em ritmo de CPI, corta na própria carne, em busca de depurar-se e de depurar a política brasileira.

Precisamos devolver credibilidade às instituições republicanas. Sem credibilidade, nenhum regime se sustenta, sobretudo o democrático, fundado na transparência e na prestação de contas à sociedade.

Cabe-me, neste doloroso e necessário processo, presidir uma das CPIs em pauta, a dos Bingos, que nesta semana, na próxima quinta-feira, ouve, enfim, o depoimento de Waldomiro Diniz, de cujos atos lesivos o ex-Ministro José Dirceu busca, sem êxito, desvincular-se.

Sem dúvida, Sr. Presidente, será um momento de grande importância na elucidação das denúncias em pauta. A CPI dos Bingos, a propósito, tem apurado, estarrecida, conexões escabrosas entre a jogatina e todo um mundo subterrâneo, fronteiriço ao do crime organizado, com campanhas eleitorais do Partido do Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quero informar que concedi a V. Ex^a mais cinco minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu agradeço a tolerância de V. Ex^a, mas serei breve, Sr. Presidente, na conclusão do meu pronunciamento.

Encerro, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, voltando ao ponto inicial da minha fala: ao comportamento desequilibrado e insensato do Presidente da República, que resolveu enfrentar a crise com bravatas e atos eleitoreiros. O que lhe posso dizer é simples: desça do palanque, Senhor Presidente! A eleição está longe. Caia na real, ou corre o risco de comprometer o seu mandato. A paciência do povo brasileiro está se esgotando.

O SR PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Efraim Moraes, a bandeira do grandioso Estado da Paraíba tem a palavra “nego”. A intenção era a de negar o comunismo. Agora V. Ex^a nega a corrupção, e eu não lhe poderia negar o tempo.

O SR EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao extraordinário homem público deste País, Senador do PMDB do Estado do Rio Grande do Sul, Pedro Simon.

V. Ex^a tem, pelo Regimento, 15 minutos, mas jamais negarei tempo à sua voz e à sua sabedoria. Em seguida, ouviremos o Senador Heráclito Fortes, do Piauí; Eduardo Siqueira Campos, do Tocantins; Antônio Carlos Magalhães, da Bahia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a é uma figura muito respeitada no Rio Grande do Sul. É impressionante a audiência que a TV Senado tem no Rio Grande do Sul. E quem a assiste, digamos assim, é a elite política de qualquer Município, por menor que ele seja. São os presidentes de partido, são os vereadores, é o padre, é o homem das outras igrejas, é o dono do boteco, do mercadinho – pontos essenciais das pessoas que fazem a opinião pública no Município. Agora, com a CPI, a TV Senado chega a concorrer em audiência com as principais televisões do País.

Há muito tempo, eles se referem a V. Ex^a, perguntando: “quem é aquele Mão Santa, que está todo dia...?” E eu respondo que é um homem muito sério.

– Por que Mão Santa?

– Porque ele era um médico muito humanitário e um cirurgião de muita competência, e o povão começou a chamá-lo de Mão Santa, pelas vidas que ele salvou.

Mas aí eles diziam:

– Ele é muito exagerado. Ele é muito contra esse Governo. Ele bate no Governo e, naquele início, ainda havia uma expectativa com relação ao Lula, com relação ao Governo, e o PT do Rio Grande do Sul era um Partido muito forte, com muita credibilidade, com muitas Lideranças.

E eles diziam:

– É, mas ele exagera um pouco. Não sei o que é. Ele tem algum motivo?

– Não, não tem motivo. Até ao contrário, ele foi eleito Senador e ele elegeu o Governador do Piauí, um homem do PT que não tinha nenhum prestígio, nenhuma credibilidade. E ele foi quem elegeu esse Governador.

Agora, mudou. Agora eles afirmam: “Mas aquele Senador Mão Santa tinha razão. É. Ele tinha razão. E a coisa é pior do que ele falava”.

Faço questão de salientar isso, porque fico impressionado. Ontem estive em São Paulo com o Senador Jefferson, e eram a Senadora Heloísa Helena e V. Ex^a as figuras sobre as quais mais me perguntavam. E queriam saber como V. Ex^a já sabia dessas coisas:

– Mas ele devia saber alguma coisa.

– Sabia tanto quanto eu.

– E por que ele foi, e o senhor não foi?

– Porque ele é mais realista do que eu. Eu sou mais um sonhador. Enquanto pude pensar que o Governo desse certo, sonhei. Não sei se foi porque eu queria, eu rezava, e fui levando esse sonho até o último momento. Ele, não. Quando viu que a coisa estava dando errado, começou a mudar o discurso, até porque, falando com a gente, dizia que, denunciando, estava dando uma oportunidade para que a coisa mudasse.

Durante muito tempo, o discurso de V. Ex^a foi assim: “Ainda é tempo, Presidente Lula! Mude, altere, modifique!” Lamentavelmente, V. Ex^a tinha razão.

Outro comentário que geralmente tecem lá no Rio Grande do Sul e ontem o fizeram em São Paulo foi: “Tudo o que esse Deputado Roberto Jefferson diz acontece”.

Eu tive que falar sobre isso lá no Rio Grande, porque, na primeira vez em que o Deputado Roberto Jefferson falou, numa entrevista na **Folha de S.Paulo**, eu resolvi esperar pelo seu depoimento na Comissão de Ética. Eu imaginava que o Deputado viria com gravações e mais gravações. Como ele era Presidente do Partido e convivia na intimidade do Governo, imaginei uma gravação aqui, outra gravação ali, manifesto, nota, recibo... Pensei que ele apresentaria um dossiê do tamanho de um bonde.

Apareceu na CPI de mãos vazias, dizendo: “Eu não sou polícia, eu não gravei coisa nenhuma, eu não tenho prova nenhuma.

E começou a falar. Eu imaginei que, no dia seguinte, as provas seriam desmoralizadas, que o Governo viria demolir com as provas dele. Qual não foi a minha surpresa com o fato de que o que ele falou tenha criado aquele impacto! E, à medida que os dias foram passando, tudo o que ele dizia era verdade. Tudo aconteceu, e quem confirmava que era verdade era o próprio Governo Federal. Ele falou de Furnas, e foram demitidos os diretores de Furnas. Ele falou dos Correios, e foi demitida toda a diretoria dos Correios. Vários setores que ele tocou... Ele falou no tesoureiro do PT, e foi demitido o tesoureiro do PT. Ele falou no secretário-geral do PT, e foi demitido o secretário-geral do PT. Ele falou no Chefe da Casa Civil, caiu o Chefe da Casa Civil.

E, no debate que ele teve com o Chefe da Casa Civil, falou sobre a empresa portuguesa de telefonia e falou que o tesoureiro do PT, e alguém não do PT e não do PMDB teriam ido lá pedir não sei quantos milhões. E eu achei que a reação do Chefe da Casa

Civil foi dura ali, na Comissão de Ética, ao dizer: Não é verdade, V. Ex^a está mentindo, não aconteceu isso. Imagine, o Sr. Jefferson agora está dizendo que eu peguei o pessoal de Portugal e o levei ao Presidente da República. E fazer uma imoralidade dessa, de ir a Portugal e pedir dinheiro para o PT e para o PTB.

No dia seguinte, a Chefe da Casa Civil manda para a Comissão a agenda do ex-ministro. E lá estava o encontro dos homens de Portugal e do Sr. Valério com o Chefe da Casa Civil. Dois dias depois, vem o ex-ministro de Portugal e dá uma declaração de que realmente ele recebeu o Sr. Valério em nome do Presidente da República. Não estou entendendo mais nada!

Então, as coisas estão com uma gravidade de sintonia que nos angustia. E eu, que não sou como V. Ex^a, que está nesta briga desde o início; eu, que estava sustentando e lutando para buscar fórmulas para que chegássemos a um entendimento, vejo que, lamentavelmente, temos de agir para não irmos todos, de embrulhão, para o fundo do precipício.

Esta Casa passa a ter uma responsabilidade muito grande; felizmente, acho que está tendo. Eu vinha de uma experiência muito ruim na Comissão de Inquérito do Banestado. Ali houve uma briga entre o PSDB e o PT. O PSDB, com a Presidência, e o PT, com o Relator. O PSDB queria ir para cima do Banco Central e da atual administração e o PT queria levar tudo para o governo passado e para a administração do governo passado. Entraram numa briga e fizeram dois relatórios e nenhum foi aprovado. Receberam um dossier da maior importância da justiça americana dando o nome dos homens da CC-5 e de quem havia enviado dólares para o exterior. Os nomes estão aí até agora e acredito que uma das atuais CPIs deve buscar nos cofres do Senado esses nomes, mas o Relator, o Sr. Mentor, não deixava o negócio andar. Quando vinha uma pessoa depor, ele demolia essa pessoa e não a deixava falar. Cheguei a dizer que não entendia o esquema do Sr. Relator, que tinha a testemunha aqui para ouvi-la sobre o Banestado, sobre essa conta, e ele demolia a testemunha, impedindo-a de falar. Agora está provado. No relatório final dele, não aparece o Banco Rural, ele esquece o Banco Rural. É que o Banco Rural, onde ele tem as contas do dinheiro que ele recebeu também, ele tinha que esquecer.

No início da CPI, o ambiente não era bom. O PT, numa posição apaixonada de defesa do Governo – que respeito –, agredindo, de certa forma, as testemunhas, impedindo-as de falar, despreocupado com o que elas poderiam ajudar e preocupado em desmontar moralmente a testemunha, e o PSDB e o PFL batendo de todos os jeitos e de todos os lados.

Hoje, mudou. Quero fazer justiça ao PT, porque, quando sentiu o que está acontecendo e nas comissões de inquérito, está adotando uma posição de alta responsabilidade, buscando a verdade e não fazendo a defesa vazia, mas buscando ajudar, para chegar ao entendimento. De certa forma, quando se foi buscar em Minas Gerais que o PSDB mineiro teria algo já anteriormente com o Sr. Valério também nessas questões, também o PSDB está numa situação mais contida e busca encontrar uma verdade.

Por isso acho que algumas coisas devem ser feitas logo. É correta a decisão do Presidente e do Relator da CPMI dos Correios de não esperar o final dos trabalhos, mas de antecipar o nome e os casos sobre os quais já se têm certeza absoluta. É o caso que não tem o que discutir, em que não tem testemunha verbal, não tem testemunha que possa dizer o contrário, quando lá está o nome do fulano, quando ele já reconheceu que pegou dinheiro, sacou dinheiro. Não tem mais o que discutir.

No início, o Governo imaginou, e todo o Governo se atirou na tese – dizem que foi o Ministro da Justiça que a criou – de que era dinheiro para campanha, dinheiro que foi gasto em campanha. Aí, o Presidente Lula, lá de Paris, deu aquela entrevista estranha para uma jornalista dizendo que, lamentavelmente, é dinheiro para campanha, caixa 2. Isso é muito triste, dizia ele, mas, lamentavelmente, no Brasil, sempre aconteceu isso. Então, o Deputado do PFL, que foi apanhado no caixa 2 disse: “Eu peguei dinheiro. Atire a primeira pedra quem não pegou dinheiro em caixa 2.” É que o Governo queria ir para isso. É dinheiro para a campanha, um dinheiro extra, que não participou das contas legais; vamos reconhecer. Ponto. O crime eleitoral já estava prescrito e terminava por aí. Mas, na verdade, a mentira tem pernas curtas. E a mentira tem pernas curtas porque, mesmo nessa tese de fundo de campanha, o crime está na origem. Está certo que o PT arrumou dinheiro aqui, arrumou dinheiro lá, pegou e gastou na campanha e não disse nada à justiça eleitoral. Mas o cidadão, o deputado, o presidente do diretório do lugar vinha a Brasília e, no sexto andar de um apartamento de hotel, encontra uma senhora vestida com uma blusa verde. E ele entra na portaria e diz: “Vim receber a encomenda no quarto tal”. Sobe, pega a mala de dinheiro, não o conta e vai embora. Isso é um absurdo! E vai dizer que é dinheiro de campanha? Não dá para dizer que foi o PT que ajudou, o PTB não sei o quê. Isso mata a questão. E essas pessoas não têm defesa. Está certa a CPI em decidir esses casos que estão nessas condições e mandar imediatamente à Câmara dos Deputados e para o Senado, se aparecer alguém. O que não está certo é o Presidente da Câmara achar

que deve julgar um a um, quando o caso é o mesmo, a questão é a mesma. Evidentemente, cada um apresentará a sua defesa, as suas testemunhas. Entretanto, não se pode esperar quatro meses para ouvir um, depois quatro meses para inquirir outro e mais quatro meses para interrogar outro. Estaremos aqui até 2010 discutindo essa matéria. Isso não tem nenhuma lógica. O Presidente da Câmara pode até discutir quando um parlamentar entra com um caso diretamente na Comissão de Ética, mas ele não pode discutir os casos que a CPI concluir, votar e enviar. Ele tem que mandá-los, imediatamente, à Comissão de Ética.

Por outro lado, ficamos a nos indagar sobre o que fazer. Pretendo me candidatar, se o Partido quiser e deixar, ao Senado no próximo ano, mas fico a me perguntar: como vou fazer a campanha? Como vamos fazer a campanha no próximo ano? Como alguém vai colocar *outdoor*, aparecer na televisão? De onde virá o dinheiro? É uma interrogação cruel e brutal. Não sei, mas as lideranças e o Presidente do Senado – falo mais no Presidente do Senado, porque, com todo o respeito, é muito difícil imaginar que o Presidente da Câmara tenha a profundidade que tem o Presidente do Senado de fazer esse trabalho. Devíamos nos reunir e analisar alguns pontos independentemente de a CPI continuar. Não é “acordão”, mas devíamos nos entender a respeito de medidas necessárias já para a eleição do ano que vem.

Defendo o fundo público de campanha. Chegamos ao fundo do poço; e há hoje, como resultado do que aconteceu, uma unanimidade no sentido de que isso é preciso. Quando apresentei o projeto pela primeira vez, foi uma guerra e recebi inúmeras manifestações, dizendo-me horrores: “Vocês roubam, não fazem nada e ainda querem, agora, o dinheiro do orçamento, do leite das crianças, para fazer campanha?”

Realmente, é compreensível e justa essa afirmativa. Mas hoje já está provado que toda corrupção na vida pública começa na campanha eleitoral. Venho dizendo isso há muito tempo. Ou encontramos, agora, uma fórmula que limite a campanha – ela não pode ter mais do que 90 dias –, uma fórmula que limite o dinheiro da campanha – tem que ser só dinheiro público, igual para todos –, uma fórmula que crie, de uma vez por todas, a fidelidade partidária. Aliás, a maioria delas nós já aprovamos aqui no Senado, está na Câmara.

A cláusula de barreira: nós não podemos ter 30 partidos que se vendem a cada eleição. Temos que ter a determinação do número de candidatos a cada campanha. É claro que está nos deixando muito mal uma proposta que teria sido aprovada na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição, de Justiça e de Redação, e que vai para o plenário, que fala na lista fechada. Mas a lista fechada daria garantia aos atuais

parlamentares, que seriam os primeiros da lista. Isso é grosseiro, não tem como passar, é um absurdo. Não sei se lista fechada o Brasil tem condição de aprovar. Não sei se o voto distrital, mas alguma coisa deve ser feita.

Campanha de televisão ao vivo sem as fortunas que estão aí para o Sr. Duda receber, sem a montanha de dinheiro que se gasta num programa para esconder o candidato, para que o povo não fique sabendo quem ele é. Metade, ou mais do que metade, 60% do que se gasta numa campanha é no programa de televisão, é para montar o programa de televisão, que é de graça. Mas se faz uma montagem espetacular, como se fosse um filme para concorrer ao Oscar.

Programa de televisão ao vivo, em que não se gasta um centavo, em que o candidato fala e a sociedade está vendo quem é ele.

A fidelidade partidária. É uma vergonha. E quem diria que mais de 100 parlamentares entraram para o PTB, para o PP, para o PL, patrocinados pelo PT! Alguns desta legislatura já estiveram em quatro partidos diferentes. A fidelidade partidária é fundamental, como é fundamental que se tenha cuidado para que as pessoas realmente sejam processadas e, se saírem antes, se renunciarem antes, que o Procurador-Geral da República faça denúncia para que não se diga que a CPI terminou em pizza. Já encerro, Sr. Presidente.

São três CPIs. Nunca tinha visto três CPIs funcionando ao mesmo tempo, com tanta coisa grave ao mesmo tempo. Não precisava ter sido assim, se a nossa primeira, a dos bingos, tivesse sido criada há dois anos. Mas o governo e o seu Líder nesta Casa jogaram, de corpo e alma, para evitar que fosse criada, como as outras duas também não teriam sido criadas, se o Supremo Tribunal Federal não tivesse tomado a decisão de que a CPI tem obrigação de ser instalada e de que, se os líderes não indicarem os nomes, o Presidente tem obrigação de fazê-lo. E essa decisão do Supremo por nove a um chegou aqui quando o governo já estava preparado com as lideranças para não deixar criar também as outras CPIs, obrigando-os a criar as três CPIs.

Por fim, Sr. Presidente, não pode haver o “acordão” no sentido de não se investigar fundos de pensão e outras instituições para sabermos de onde vem o dinheiro. Essa história de Deputado, Senador, fulano, beltrano, partido, recebeu, foi lá e pegou a mala, isso já está esclarecido. Mas de onde veio o dinheiro? De que instituição veio o dinheiro? Isso é o fundamental, chegar ao corruptor, naquele que foi o responsável, que iniciou todo esse processo, que enlameou o PT, o Governo, o Congresso Nacional. Não podemos nos dar ao luxo de atingir alguns Parlamentares, como já aconteceu na CPI dos anões do orçamento. Fizemos o que tínhamos que fazer com relação ao Congresso

Nacional, mas não chegamos, como deveríamos ter chegado, aos corruptores.

Era isso, Sr. Presidente. Creio que, quando se fala que devemos ter uma agenda positiva, a agenda positiva é exatamente fazermos as reformas necessárias, para que possamos, com tranquilidade, ir para o pleito do ano que vem. Porque, se ficar como hoje, sinceramente não tenho a mínima idéia de como será o pleito do ano que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Pedro Simon, prorrogamos por 8 minutos o seu tempo. Mas a nota para o pronunciamento de V. Ex^a não é 8, e, sim, 10.

Concedemos a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Estado do Piauí.

S. Ex^a tem, pelo Regimento, 15 minutos. E jamais, na condição de piauiense, vou cortar sua palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o compositor e poeta Chico Buarque de Holanda, há cerca de dois anos, preveniu o Presidente Lula de que ou ele criava o “Ministério do vai dar M” ou então tudo estava perdido.

No entender de Chico Buarque, a criação daquele ministério era exatamente para que o ministro escolhido previsse o Governo toda vez que alguém de sua equipe praticasse ou tentasse praticar descaminhos.

Chico Buarque, que foi muito importante nas caminhadas anteriores do Presidente Lula, nas eleições em que foi derrotado, não foi ouvido nem pelo Presidente da República nem por sua equipe. Aliás, nessa última campanha, Chico Buarque deu lugar às duplas sertanejas, às grandes bandas, aos conjuntos caríssimos, que hoje estão dando dor de cabeça à direção do PT porque cantaram no show do Presidente e não receberam o devido pagamento.

Mas o PT tem essa característica: para tentar se livrar da crise, coloca sempre a culpa no quintal do vizinho. Procura sempre dizer que foram as más companhias, e não assume os erros próprios, como se isso resolvesse de alguma maneira esta grave crise que abate definitivamente a credibilidade de um partido que, durante vinte anos, tentou fazer da esperança a bandeira de redenção do povo brasileiro e que, ao assumir o poder, mostrou que tudo aquilo que pregava em praça pública nada mais era que a intenção deliberada de enganar o crédulo povo brasileiro.

Abri o jornal **O Globo** de hoje e li a seguinte matéria: “Xerife’ dos fundos de pensão diz que governo deve reforçar a sua fiscalização”. O Sr. Adacir Reis – que teve como predicado de sua escolha para essa importante função o fato de ter sido chefe de gabinete do ex-Ministro

Gushiken, quando Deputado Federal, e de posteriormente ter participado da sociedade do ex-Ministro na Gushiken & Associados – faz algumas críticas e algumas queixas com relação à secretaria que dirige e joga a culpa no Congresso Nacional, especificamente no Senado da República, pelo fato de a proposta vinda do Governo, por meio da MP nº 233, ter sido derrotada nesta Casa. Culpa a Oposição, que se organizou para derrotar o que, segundo ele, seria a redenção da fiscalização da sua secretaria frente aos fundos de pensão.

O Sr. Adacir falta com a verdade algumas vezes. Em primeiro lugar, não foi a Oposição que derrotou a medida provisória. Senador Mão Santa, a medida provisória foi derrotada por falta de quórum. O Governo, que tem uma base de quarenta e tantos Senadores, não conseguiu, naquela noite, colocar em plenário mais que 29 dos Srs. Senadores. Logo, caiu a medida provisória por falta de quórum porque não acreditaram nela sequer os Parlamentares que dão sustentação à Base do Governo. S. Ex^ss não acreditaram por vários motivos e com justa razão.

Primeiro, essa emenda veio a esta Casa enxerida com a criação de mais de 600 cargos, Senador Ramez Tebet, muitos deles não tendo nada a ver com a criação da tal Superintendência de Previdência Complementar (Previc). Em segundo lugar, dava-se uma estrutura de superpoderes ao seu diretor, ao seu dirigente, que nem fazia dela superintendência nem, tampouco, uma agência reguladora. Dava-se o poder da agência reguladora, mas o escolhido era de livre arbítrio do Ministro da Previdência.

Querem saber o terceiro e último agravante? Diferentemente das agências reguladoras, que hoje vivem se debatendo contra o contingenciamento orçamentário, por força de lei os recursos dessa superintendência não eram contingenciados, eram automaticamente remetidos à entidade.

É até bom que chegue ao plenário o Líder Aloizio Mercadante, que acompanhou de perto essa discussão e assistiu à derrota da medida provisória por falta de quórum, e não por articulação com responsabilidade da Oposição.

O Sr. Adacir deveria ter feito uma articulação com a Base do Governo e ter trazido aqui os argumentos necessários para a aprovação dessa matéria que julgava tão importante. Pelo contrário, confiado na medida provisória, estruturou a sua Previc, passou a dirigir uma Previc provisória e, com a derrota da MP nº 233 no plenário do Senado Federal, em virtude de falta de quórum, teve que voltar atrás, cancelar alguns atos e, acima de tudo, frustrar o seu grande sonho de ser o todo-poderoso gestor dos fundos de pensão no Brasil.

Aliás, venho alertando há mais de seis meses que o Governo precisa examinar com mais cuidado e mais atenção essa questão dos fundos de pensão. Já que não ouviu Chico Buarque na criação daquele ministério que ele tanto pediu ao Presidente da República, deve pelo menos ter os olhos voltados para o que vem acontecendo: os contratos com opção PUT assinados pela Previc com entidades financeiras estrangeiras sem passar por conselho; as medidas tomadas em contratos de escritório de advocacia por mais de quinze milhões sem também passar pelo conselho; e, acima de tudo, o que é mais preocupante, Senador Mão Santa, os investimentos feitos de maneira predatória, colocando em risco e comprometendo a tranquilidade dos aposentados, que serão os grandes beneficiados, se bem administrados forem todos esses fundos de pensão que hoje estão sendo vistos com desconfiança pelo povo brasileiro.

A questão de a CPI dos Correios analisar ou não os fundos de pensão depende de uma decisão interna dessa Comissão e não, segundo se anuncia, de um “acordão”. Esse “acordão” não existe, não foi proposto e não tem por que ser proposto. Essa é uma questão que tem de ser analisada sob outra ótica, não por meio de conchavos ou de acertos na calada da noite.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, faço essa advertência e esse alerta tendo em vista a inopportunidade da interferência do Sr. Adacir nas questões do Senado da República. Esta Casa é soberana e toma as suas decisões em nome do povo e do Estado brasileiro. Não lhe é dado o direito de, como funcionário de segundo ou de terceiro escalão, querer jogar às costas da decisão desta Casa a sua incompetência e incapacidade de gerir a coisa pública.

Em uma demonstração de fraqueza, diz o secretário que está recorrendo ou que recorreu à CGU, já que a SPC não tem autoridade – reconhece, Senador Ramez Tebet – sobre as empresas patrocinadoras dos planos de benefício. Diz a matéria:

(...) reclama que teve de recorrer à Controlladoria-Geral da União (CGU) para exigir que estatais, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras e Furnas façam auditorias em seus fundos. Embora a contribuição seja hoje paritária, o patrocinador responde por 50% dos ativos de suas entidades.

– Precisamos apelar para a CGU. Temos exigido que o patrocinador estatal também assuma a fiscalização, no mínimo, por um interesse fiscal e financeiro. Isso não tem acontecido e precisamos apelar para a CGU – lamenta.

Encaminharei pedido de informação à CGU, Senador Antonio Carlos Magalhães, para saber quantos fundos o Sr. Adacir encaminhou àquela entidade tão ativa, tão rápida e tão ágil nas suas investigações, para que a CGU informe quais os fundos já tiveram as suas gestões auditadas, segundo solicitação do Sr. Adacir Reis e qual o resultado; se já tiveram coragem de auditar o todo-poderoso Previ, do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, que não ouve ninguém, que não atende ninguém e que tenta ser superior, inclusive, ao Ministro da Fazenda.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Oposição continua frustrada por não conseguir criar uma crise para o Governo. As crises são todas criadas pelo próprio Governo. A briga, o fogo amigo existente nos andares de poder no Palácio já começa a tomar um ar de suportabilidade: é grupo querendo desestabilizar o Ministro Palocci; é grupo tentando desestabilizar os que lhe são contrários no que diz respeito ao pensamento; é o fundamentalismo de um lado, os interesses financeiros do outro e o Presidente Lula isolado.

Fiquei impressionado, Senador Mercadante, com a ida do Presidente da República ao Nordeste, primeiro a Garanhuns e, depois, ao Piauí. Fiquei contente e feliz em ver o meu Estado receber o Presidente de maneira carinhosa e percebi que merecia, naquele momento, carinho.

Senador Jonas Pinheiro, é impressionante ver como Sua Excelência sai da euforia e da arrogância para a crise de choro. Chorou diversas vezes no Piauí. Segundo o próprio Governador relatou a seus amigos, chorou copiosamente no avião que o trouxe de volta à capital do Estado.

Quando se sai da euforia para o choro com rapidez, o equilíbrio emocional não está tão bom.

Portanto, Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a – que, pelo menos para o bem do PT, ainda está do lado bom, está imune a qualquer tipo de acusação, graças a Deus – pode e deve ficar ao lado do Presidente o maior espaço de tempo possível, porque Sua Excelência está só e, quando não o está, está mal acompanhado, e as más companhias estão fazendo mal ao Presidente da República.

Tenho certeza de que V. Ex^a poderá ainda dar ao mandatário maior desta República conselhos para que se separe das más companhias e possa governar este País, cumprindo aquilo que prometeu ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, como Líder, por 7 minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero inicialmente responder ao nobre Senador Heráclito Fortes – fomos Deputados na mesma época na Câmara – sobre os pronunciamentos do Presidente Lula.

Gostaria que as pessoas entendessem um pouco a natureza do Presidente e o que imagino tenha ocorrido. Em duas oportunidades os discursos do Presidente foram mais enfáticos, mais emocionados. É evidente que a pressão política conta para isso. Mais do que a pressão, ele estava na porta da diretoria do sindicato dos metalúrgicos do ABC. Ali foi o lugar em que ele surgiu como liderança sindical, como liderança nacional; ali estão seus amigos, seus companheiros de todas as horas. Acho que isso pesou.

O que mais pesou foi a visita a Garanhuns. O Presidente nasceu em Garanhuns. Saiu de lá num pau-de-arara com treze anos sem nunca ter visto sequer um carro na vida. Estava lá inaugurando um conjunto de casas, com água e luz, o que ele nunca pode ter enquanto viveu em Garanhuns. Estava inaugurando uma universidade em que ele nunca teve a chance de estudar. Esses sentimentos calam fundo no Presidente e explicam parte da emoção que expressou nesse pronunciamento.

Mas não há atitude alguma deste Governo que não seja de respeito às instituições democráticas, à liberdade de imprensa, à liberdade e à independência do Poder Legislativo. Assim será. O Presidente vem tomando não apenas as providências para afastar todo e qualquer colaborador do Governo que tenha suspeição, indícios de envolvimento em práticas ilícitas, como tem apoiado todas as investigações em todas as instâncias.

A Polícia Federal, às vezes, tem sido criticada pelos seus excessos, mas tem sido uma Polícia republicana no sentido de tratar com rigor quem quer que seja, em qualquer cenário, independentemente de Partido, de origem social ou da natureza do ilícito esteja investigando.

O Ministério Público, a Corregedoria, as CPIs, o que não ocorria no passado recente, hoje trabalham com toda a intensidade e liberdade, e toda a opinião pública pode acompanhar. Essa é a contribuição.

Junto com isso, se essas investigações forem feitas com responsabilidade, maturidade e equilíbrio, o Brasil dará mais um passo importante na constru-

ção da cidadania, da transparéncia, da reforma das instituições.

Disso eu queria tratar neste momento. Ouvi membros da CPI dos Correios dizendo que estão encaminhando uma lista de dezoito Parlamentares para cassação. Creio que, de fato, existem indícios muito graves e algumas provas documentais bastante comprometedoras para o mandato de alguns Parlamentares. Mas não concordo com esse procedimento.

Sei que nos transformarmos num tribunal de exceção é muito mais fácil para entrar em sintonia com os eleitores. Mas não contem comigo para essa atitude. Gosto de expressar com muita franqueza o que penso. Não há Estado de Direito e justiça sem o contraditório. Não há como condenar um Parlamentar à pena máxima sem sequer ele ter o direito de defesa. Esses Parlamentares não podem ir para uma lista de um pretexto processo de cassação sem terem sido ouvidos.

Trabalhei em duas CPIs, inclusive na CPI do Orçamento, quando tratamos, sim, do encaminhamento da cassação de Parlamentares. Todos que foram mencionados tiveram a chance de se defender. Alguns que entraram com uma expectativa de cassação continuaram com os seus mandatos, depois do depoimento que fizeram.

Portanto, sem direito de defesa não há justiça. Não há processo sem que o réu possa se defender. Se as pessoas acham que o silêncio é a melhor forma de pactuar com essa situação, que fiquem caladas. Eu não fico. A CPI não é um tribunal de exceção. A CPI deve investigar as provas documentais e testemunhais, deve ter rigor na investigação. Isso não vai acabar sem cassação de mandato – tenho certeza – ao final do processo, mas não podemos formar uma convicção e não podemos tomar uma atitude, como Comissão Parlamentar, sem ouvir as partes.

A reivindicação que faço é para que as duas CPIs, em vez de concorrerem, possam trabalhar com complementariedade. A CPI da Compra de Votos veio exatamente para fazer esta investigação: se houve ou não o chamado mensalão; em que medida e de que forma; quem foi beneficiado; se ocorreu e de que forma. Todos aqueles pagamentos que sugerem envolvimento de parlamentares devem ser investigados, e cada um tem que se explicar, tendo o direito de se defender.

Se não há defesa que justifique o fato, sim, encinha-se o pedido de cassação, inclusive porque o Conselho de Ética não pode quebrar sigilo bancário e fiscal, tem menos eficácia para investigar do que a própria CPI. Então, a CPI precisa ouvir, assim como o Partido político.

Quero falar do meu Partido. Ontem, na reunião do Diretório Nacional, o Sr. Delúbio Soares, um dos

grandes responsáveis por toda essa situação lastimável em que o Partido se encontra. Eu, particularmente, como membro da Direção Nacional do Partido, lastimava duplamente esses episódios, porque não conheço esse Marcos Valério, nunca fui apresentado a ele, nunca participei de uma reunião e nunca tinha ouvido falar nessas empresas. Mas vejo a intimidade que ele tinha com o núcleo dirigente do Partido, o que foi um episódio muito grave.

Havia uma Comissão de Ética instalada para investigar o Sr. Delúbio Soares. Ele encaminhou uma carta pedindo afastamento por tempo indeterminado do Partido. Ele está fora do PT. Acho providente essa iniciativa, que ajuda inclusive a preservar o nosso Partido. Ele pediu direito de defesa, e esse pedido o Partido não pode negar. Ele tem que ter o direito de depor na Comissão de Ética e, depois do depoimento e de o processo ser encaminhado como regem o Estatuto e o Regimento do Partido, o Partido julgará, tomará a decisão final, que provavelmente será a expulsão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Peço permissão a V. Ex^a para prorrogar por mais 30 minutos a sessão.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Então, também o Partido não pode se transformar num tribunal de exceção.

Para qualquer militante que queira representar contra um filiado do Partido, que pode ser um Deputado ou um dirigente, basta encaminhar uma carta fundamentada e circunstanciada, que a Executiva vai avaliar a necessidade de criação de uma comissão de ética. Ela será também criada para os demais envolvidos. Tenho certeza de que o Partido vai apurar tudo, mas, primeiramente, a Executiva Nacional está ouvindo os Parlamentares, para verificar a explicação oferecida por eles, para, então, iniciar um processo de investigação, que tem de ser feito junto com as CPIs e essas outras instituições com poderes de investigação de que o Partido não dispõe, como a quebra de sigilo bancário, provas documentais e tudo mais, que ajudará decisivamente nesse processo.

Considero indispensável que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, nesta semana, constituam uma comissão mista especial para tratar de uma reforma política emergencial, que terá um mês e meio para ser votada.

A reforma elaborada antes desta crise que está para ser votada na Câmara dos Deputados não resolve. Se aprovarmos lista fechada, com financiamento público exclusivo, tenho dúvidas se, de fato, é o melhor caminho para um país como o Brasil, dado que a Alemanha, que adota esse mecanismo, tem apresentado problemas tanto com Helmut Kohl, que acabou perdendo o Governo, como agora com Schröder. Não está resolvida essa questão em uma cultura e em uma instituição muito mais sólida, onde os Partidos como o SPD tem mais de 100 anos e história. Tenho dúvidas se essa é a solução.

Mas mais grave ainda é a lista fechada, com os Deputados que estão na Câmara encabeçando-a, que significa uma decisão que vai contra a expectativa do povo de poder renovar na política, se julgar necessário. Por isso, temos que criar uma comissão mista. Não basta o Senado fazer uma reforma política. Seguramente, nós nos entenderemos quanto à reforma política.

Qual é o eixo fundamental dessa reforma? Baratear o custo de campanha. Programa de televisão tem que ser ao vivo, o que reduzirá drasticamente o período e o tempo de televisão. Vamos acabar com **showmício**; vamos acabar com churrasco e outros gastos inaceitáveis em campanha eleitoral. Vamos acabar com camiseta e brindes; vamos padronizar o material de campanha. Vamos limpar a cidade de pichações em muros e regular, definitivamente, uma campanha barata, clara, objetiva, que vai libertar os Partidos e a democracia brasileira dessa situação em que nos encontramos, com custos exorbitantes, endividamentos indispensáveis, com práticas ilícitas à sombra do Estado e que vão se reproduzindo em todas as instâncias desta República.

Temos que baratear radicalmente as campanhas, criar o mecanismo da fidelidade partidária. Se fizermos isso, daremos um grande salto na democracia brasileira. Temos que fazer uma reforma política emergencial, e chamo a atenção desta Casa porque temos apenas um mês e meio. Deveríamos fazer como no Estatuto do Desarmamento: criar uma comissão mista, Câmara e Senado, para construirmos juntos essa solução. Se tal ocorrer, seguramente poderemos dar uma grande contribuição. Isso não significa deixar de investigar. Não significa deixar de punir. Serão ouvidos todos, ficando-lhes assegurado o direito de defesa. Serão punidos todos os envolvidos em todas as instâncias, desde aqueles que estiveram no Governo aos que têm mandato parlamentar.

Entretanto, se não reformarmos as instituições e voltarmos às urnas daqui a um ano e meio, com as

mesmas regras já existentes, não sei em quanto tempo, mas, seguramente, os problemas que hoje...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– ... estamos discutindo voltarão a existir na democracia brasileira.

Senador Ramez Tebet, Senador Heráclito Fortes e Senadora Ana Júlia Carepa, como estou falando como Líder, não é permitido aparte, mas se a Presidência conceder-me essa possibilidade, gostaria muito de ouvir V. Ex^{as}s, nobres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Senador Aloizio Mercadante, vamos cumprir o Regimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

Sendo assim, não concederei aparte aos Senadores.

Termino o meu pronunciamento, fazendo um apelo a esta Casa, que tem conseguido, sobre todas as matérias complexas, um grande entendimento. Há, no Senado, dezenas de ex-Governadores, ex-Ministros, homens com uma vivência política larga, uma visão ampla, plural, suprapartidária. Devemos, no prazo de dez dias, trabalhar nesta Comissão para apresentar um projeto ao Senado e à Câmara, a fim de ser votado ao longo do mês de setembro. Até o dia 3 de outubro, se essa reforma não estiver promulgada, voltaremos às urnas com as regras já existentes.

De que vale todo esse trabalho de investigação se a origem, a raiz, a natureza desta crise não for extirpada com uma profunda reforma política corajosa, que reduza drasticamente os gastos de campanha e reconstitua princípios como a fidelidade partidária?

Que seja uma reforma consensual, pactuada entre os Partidos, que têm uma imensa importância na vida da sociedade e que estão, evidentemente, devendo uma resposta definitiva. Creio que essa será uma das grandes contribuições que esta crise poderá dar ao nosso País.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr.

Presidente, peço a palavra com base no art. 14, uma vez que fui citado pelo Senador Aloizio Mercadante.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, também vou pedir a palavra se esse é o motivo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– V. Ex^a foi citado com elogios, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Serei bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes, concederei a palavra a V. Ex^a após o pronunciamento do orador, porque prorrogamos a sessão. Mas foi uma citação normal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas, para mim, Sr. Presidente, será benéfico inclusive para o Senador Aloizio Mercadante, para a biografia de S. Ex^a. Tenho certeza da compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes pelo prazo de dois minutos para uma explicação pessoal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) Para uma explicação pessoal. Sem revisão do Orador.) – Senador Aloizio Mercadante, prestarei um esclarecimento. Primeiramente, não questionei o estado emocional do Presidente da República – apenas fiz a citação. Tenho um respeito hierárquico pela figura do Presidente e pela liturgia do poder. No entanto, entendo que Sua Excelência está tendo um comportamento que, emocionalmente, merece cuidados e preocupação dos seus correligionários e amigos.

Concordo com V. Ex^a com relação à necessidade de discutir uma reforma política. Mas vou dar-lhe um conselho: nunca mais fale em lista – não é bom para a sua biografia. V. Ex^a é um homem respeitado nacional e internacionalmente. Imagine candidato a Presidente da República e, se nada disso tivesse acontecido, V. Ex^a ser escolhido para um cargo proporcional pela cúpula do seu Partido: José Genoino, Silvio Pereira, Delúbio Soares e outros mais. Não ficaria bem para a biografia de V. Ex^a.

Sou contra lista e cito, como maior exemplo, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que, hoje, nacionalmente, teria condições de fazer a lista mais tranquila para beneficiá-lo e à sua liderança política – e S. Ex^a é contrário a esse procedimento. Se o referido Senador é contra apesar de toda a sua experiência, há qualquer coisa por trás.

Desse modo, penso que a lista é uma questão para o Brasil que nós vivemos hoje: um risco e uma imprudência.

Como eu sei que o Senador Mercadante é um homem de muito futuro neste País, eu quero fazer um apelo a S. Ex^a: abandone essa idéia de lista; ela não é boa para ninguém.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, por ter sido citado, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a tem os mesmos dois minutos para concordar ou não, para o entendimento entre V. Ex^a e o Senador Heráclito. Não há entendimento partidário, mas, pessoalmente, pode-se avançar.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, primeiro, eu queria registrar, mais uma vez, a forma respeitosa, amadurecida como o Senador Heráclito Fortes está se portanto em todo esse processo, como S. Ex^a tem se posicionado de forma bastante respeitosa e equilibrada na investigação e no desejo de apurar todos esses fatos com rigor, sem qualquer prejulgamento. E tenho certeza de que estará ao lado daqueles que assegurarão a todos os Parlamentares o direito de defesa.

Que investiguem tudo, provem, mas que dêem o direito de defesa. Sem isso, estaremos nos transformando em tribunal de exceção, o que não é correto, não pode ocorrer. E o Senado, com a vivência que tem, tem obrigação de se manifestar, para contribuir com aqueles parceiros da CPI, para que continuem investigando, mas dêem a cada Parlamentar o direito de defesa, especialmente porque a outra CPI foi constituída para isso.

Sou contrário ao projeto que está na Câmara exatamente porque, além da lista, ela é encabeçada pelos atuais Parlamentares. Após esta crise, é insustentável essa proposta. Espero que ela não seja votada.

Desejo reabrir a discussão da reforma política. Reabrir e repensar. E o eixo da reforma política emergencial que temos que fazer hoje é, sobretudo, a redução dos custos de campanha, a mudança no padrão de financiamento e a exigência de fidelidade partidária.

Esse, sim, é o caminho do salto de qualidade na representação política, para que o Parlamento não vire esse espelho partido que nem sempre consegue projetar uma imagem de Nação. Com a reforma política, vamos catar esses cacos e dar um caminho para a próxima eleição. E faço o alerta: só temos um mês e meio para concluir o projeto de uma comissão mista pactuada com a Câmara – pois não faz sentido o Senado fazer, e a Câmara não participar; e aí apresentaríamos o projeto em duas semanas, dez dias, para ser votado nas duas Casas. Esse é o alerta que faço. Tenho certeza de que, no Senado, temos ambiente para isso. Temos que envolver também os nossos parceiros na Câmara para construir essa solução.

Quero registrar também que o Senador Ramez Tebet, com a longa vivência, também se tem posicionado na mesma direção.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Eduardo Siqueira Campos.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, meus caros telespectadores da TV Senado, particularmente do meu querido Tocantins, quero dizer algo desta tribuna que já é do conhecimento da opinião pública nacional: o nosso rompimento com o atual Governador do Estado do Tocantins, Sr. Marcelo Miranda.

Sr. Presidente, desentendimento em política pode até ser normal. Poderia dizer desta tribuna, entre os motivos, que fica mal para o meu Tocantins ver um Governador de Estado colocar o pai como Secretário de Obras, a irmã do pai como Secretária da Ação Social, a esposa como Secretária Extraordinária de Políticas Públicas, o tio, irmão da mãe, como Chefe da Casa Civil, o primo como secretário particular e mais uma infinidade de cargos de primeiro escalão. São muitos, Sr. Presidente. Isso, por si só, já seria um motivo. É um escândalo nacional, apontado pela **Veja** como campeão nacional do nepotismo!

Mas isso, nem de longe, Sr. Presidente, é o maior prejuízo que o Governador está dando ao meu Estado. Ele perdeu o controle daquilo que era mais sagrado para o Tocantins: a folha de pagamento, os tradicionais 40% que mantivemos durante tantos anos. Perdeu o controle sobre o custeio do Estado, diminuindo nossa capacidade de investimento. Perdeu a classificação “a” do Tesouro Nacional, que fez do Tocantins um exemplo de modelo de gestão fiscal. Demitiu mais de quatro mil funcionários, sem o menor critério. Faz um concurso, não chama os que são aprovados e contrata, para cargos de livre nomeação, pessoas que estão classificadas lá atrás no mesmo concurso, para as quais ele não dá provimento.

Pior do que isso, Sr. Presidente: o Governador do meu Estado está chegando da cidade de Paris, para onde foi com 86 pessoas, Sr^a Presidente Sr^a Presidente Serys, eu não havia percebido a troca na Presidência; a Presidência estava sendo exercida pelo Senador Efraim Morais; portanto, é uma alegria para mim vê-la presidir esta sessão.

Mas o Governador do meu Estado, Sr^a Presidente, acaba de vir de Paris, para onde foi apenas comemorar o Ano Brasil/França, com 86 pessoas. Pode parecer que R\$1,2 milhão para o Tocantins não é muito. Mas ele lembra a figura de Odorico Paraguaçu quando resolveu ir a ONU, deixando Sucupira de ônibus, para levar os interesses da sua cidade. O Governador, antes de viajar usando dinheiro público e propalando

"as obras do Governo Marcelo Miranda", como se ele fosse o provedor dos recursos, pecando pelo caráter da impessoalidade, que é previsto na Constituição, gastando em publicidade, fazendo um Governo apenas pela televisão, teve coragem de dizer, num primeiro momento, que pagou um bilhão em dívidas deixadas pelo Governo anterior; depois retificou, dizendo que eram 600 milhões; depois fez outra retificação, dizendo que havia dívidas no valor de um bilhão.

O Governador ficou mal. Recebeu um repto do ex-Governador José Wilson Siqueira Campos para que ele viesse a público discutir e debater o que foram os financiamentos adquiridos pelo Tocantins, o que são essencialmente dívidas deixadas por outros governos. O Governador, antes de embarcar para Paris, diante das câmaras de televisão, disse: "quando eu voltar da viagem, eu respondo".

Não pode e não tem condições de responder, Sr^a Presidente, porque ficou do conhecimento público no Estado que até mesmo no dia em que foi proceder ao ato de sua filiação ao PMDB, Senador Mão Santa, não teve condições de fazer um discurso de improviso, ou seja, um discurso com as suas próprias palavras. E estampou o **Jornal do Tocantins**, em nota na coluna "Antena Ligada", que o Governador recebeu publicitários pagos, publicitários da cidade de Goiânia, que foram ao Tocantins especialmente para escrever o discurso que S. Ex^a faria num ato de filiação partidária. O Governador demonstra que é incompetente, é fraco e que foge ao debate quando tentou entregar aos publicitários a resposta do repto que lhe fez o cidadão José Wilson Siqueira Campos para que viesse a público debater a questão do que seriam "dívidas do Estado de Tocantins".

Mais triste ainda, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, foi que, para fugir à responsabilidade de responder ao repto, ele mandou que dois secretários pelos quais tenho muito respeito convocassem uma coletiva, e, nessa coletiva, os secretários, se forem traduzidas as suas palavras ao pé da letra, disseram: o Governador pecou por desconhecimento, falou do que não sabia, misturou alho com bugalhos e acabou mentindo para a opinião pública do Estado do Tocantins.

Essa é a verdade, porque, se nos referirmos aos compromissos do nosso Estado, que tem ainda uma capacidade de investimento ou de endividamento talvez a menor do nosso País, podemos dizer que conseguimos, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ter todas as cidades do nosso Estado com sistema de água tratada, ter todas as cidades do nosso Estado com energia elétrica – nenhuma delas queima óleo diesel mais para prover energia para seus habitantes –, conseguimos um Estado totalmente integrado por

uma malha viária extraordinária, conseguimos vários feitos, que são do conhecimento da opinião pública nacional; conseguimos pagar rigorosamente os nossos compromissos. E há um documento assinado pelo próprio Governador ao receber o Governo. E, no primeiro ano, ao enviar uma mensagem para a Assembléia e um documento para o Banco Central, para a Secretaria do Tesouro Nacional, para o Tribunal de Contas do Estado, atestava a qualidade da gestão financeira exercida no nosso Estado.

Portanto, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o Governador ficou um pouco desesperado quando viu a imprensa, inclusive a imprensa nacional, destacar essa sua viagem com 86 pessoas para Paris e buscou apoio da Embaixada do Brasil, de última hora, para tentar marcar algum compromisso que pudesse ser confundido com um contato com investidores. Ficou mal com a opinião pública nacional e com a do nosso Estado e ficou devendo para os tocantinenses uma resposta mais clara.

Sr^a Presidente, fui obrigado a ingressar no Ministério Público Federal para solicitar, uma vez que o Ministério Público Federal tem o seu representante perante o TRE – e anexei as fitas –, que o Governador seja intimado a cumprir a Constituição, que diz que a propaganda pública deve ter o caráter da impessoalidade.

Meu pai, quando governava, acostumou os tocantinenses a assistirem às propagandas de interesse público com o brasão do Estado, os anúncios de obras e realizações do Governo do Estado do Tocantins sem imagem e sem nome de quem, eventualmente, está no Governo.

O Governador imagina que pode governar o Estado por meio da publicidade oficial. Ele fala que as máquinas estão roncando. Digo eu que o que está roncando é a barriga do povo, de fome, por ausência de obras, de investimento e de uma administração que conseguiu fazer da saúde um exemplo para o País.

A saúde no Tocantins, infelizmente, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, na cidade de Araguaína, que já foi referência, em Palmas, em Gurupi, nos grandes centros, é um descalabro. Perdemos os médicos cubanos. Tivemos 186 profissionais servindo nas cidades pequenas e médias. Por omissão do Governo, esses médicos foram embora. Se perdemos nas pequenas cidades, perdemos também nas grandes cidades. Na educação, há um descontentamento generalizado; na saúde, o descalabro; nas obras de investimento em infra-estrutura, ele só consegue tocar, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, porque colocamos no Orçamento da União e conseguimos a

liberação para a BR-010, e ainda no nosso governo conseguimos a delegação para que o Estado viesse a construir aquela BR. Só no final do ano, empenhamos mais de 23 milhões. Para os programas de irrigação, mais de 19 milhões.

Acabamos de ver empenhados, dia 5 próximo passado, 90 milhões da dívida que o Presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu a título de investimentos, tendo em vista que o Tocantins jamais teve um funcionário pago pela União e que a Lei nº 77, que criou o Estado do Mato Grosso, preconizava programas de investimento. Nós optamos, Sr^a Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, por não ter com a União nenhum vínculo de dependência para o custeio, como tem até hoje o Distrito Federal, com todos os seus funcionários pagos pela União. O Tocantins não tem nenhum, e é por isso que nós temos, da Assembléia aos Tribunais, os mais baixos perfis de custeio desses órgãos com relação à nossa folha de pagamento.

É uma pena que o Executivo tenha perdido as rédeas e que as nomeações diárias de ex-prefeitos, de cabos eleitorais, para tentar sustentar um governo que não tem sustentação no meio do povo, tenham se tornado uma prática do Governo do Estado nos dias de hoje.

Por isso repito desta tribuna, Sr^a Presidente: novo, tinha um grande futuro pela frente. Ao se cercar de mais de sete parentes só como secretários extraordinários do primeiro escalão, ao abandonar o Master Plan produzido pela Jica – Agência Japonesa de Cooperação Internacional, ao abandonar os programas que fomos buscar no Japão, o governador foi se distanciando de uma administração eficaz. Fraco, incompetente e, acima de tudo, perseguidor.

Não há, Sr^a Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, nenhum prefeito que consiga uma resposta concreta do governador. Tudo ele remete ao seu pai, Secretário de Obras, dizendo: Vá discutir isso com o meu pai. Ou, como a Secretaria de Ação Social é irmã de seu pai, portanto sua tia: Vá discutir isso com a minha tia. E assim, Sr^a Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, o governador transformou a reunião do secretariado do meu Estado em uma reunião familiar.

A justificativa para levar a sua esposa à França é que ela ocupa o honroso cargo de Secretária Extraordinária para Políticas Públicas. E lá foi a primeira dama do Estado para Paris, com 86 pessoas, todas às custas do sofrimento do contribuinte tocantinense. Foi um absurdo total e completo.

E agora o governador se utiliza da mídia, convoca uma cadeia de emissoras de rádio e televisão, e quando todos esperavam que fosse algum anúncio de interesse público, como preconiza a lei, percebemos que aquilo foi mídia paga, em que o governador

aparece contrariando frontalmente a Constituição, o que nos levou, Sr^a Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, a impetrar algumas petições junto ao Ministério Público Federal, Estadual, ao TRE, entre outros órgãos do Judiciário e do próprio Ministério Público, para que a Constituição seja cumprida.

É lamentável, Sr^a Presidente. Nós conseguimos, ao longo desses anos, fazer com que o Tocantins tivesse um crescimento sempre acima da média dos demais Estados. Fizemos com que o Tocantins – e quem dá a última palavra sobre isso é a Secretaria do Tesouro Nacional, que nos manteve com a classificação “A” durante muitos anos. Os relatórios do Banco Mundial e os demais relatórios das entidades que fizeram financiamentos para o Estado do Tocantins sempre foram unâimes em dizer que no Tocantins a Lei de Responsabilidade Fiscal já existia antes mesmo de ter sido criada.

Perdemos tudo isso, Sr^a Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores.

Mas um governador que tem de contratar publicitários vindos de Goiânia para, no dia de sua filiação ao PMDB, fazer um discurso lido – e lê muito mal, é ruim inclusive para ler –, deixou o Estado estarrecido com uma festa com gastos extraordinários, talvez maiores do que com a própria ida à França. Eles deixaram muito claro que a sua fraqueza não é apenas verbal, mas tem sido naquilo que deveria manter como princípio: a moralidade e a competência para administrar o Tocantins, que criamos com muita dificuldade e de que muito nos orgulhamos, o nosso Tocantins.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Silveira Campos, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 1ª Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães por 15 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a. Presidente, alguma coisa há entre nós, porque, sempre que estou falando, V. Ex^a é quem está presidindo.

Srs. Senadores, desejo tratar de dois assuntos. Amanhã tratarei de uma série de outros, mas hoje quero tratar de dois assuntos que considero importantes. O primeiro diz respeito, Sr^a Presidente, à situação dos militares que foram e estão sendo humilhados pelo Presidente da República. O Presidente da República vai dar um aumento aos militares de 13% em outubro – ainda

há pouco, deu ao Judiciário 21%, retroagindo – e vai dar 10% em agosto de 2006. Ele tinha um compromisso, tanto ele quanto o Ministro da Defesa, seu Vice-Presidente, de dar um aumento de 23% desde maio. É uma humilhação para os militares do País. Evidentemente, às vezes, há o propósito de humilhar os militares para que fiquem enfraquecidos cada vez mais e o MST possa trabalhar mais à vontade para as desordens no campo e para ser linha auxiliar dos sem-teto na cidade. Quero fazer um protesto veemente em relação a isso.

Em segundo lugar – é pena que o Senador Aloizio Mercadante não esteja no plenário –, ouvi aqui tantos discursos de elogio à política externa do País, mas nunca dei uma palavra de apoio, porque a política externa do Brasil é a pior que existe. Mas a imprensa dava esse apoio.

Gastam-se fortunas, enquanto o povo passa fome, para dar empréstimos do BNDES ou perdoar dívidas de países africanos e sul-americanos. Tudo isso visando a algo que aparentemente pode ser muito importante, mas na realidade não o é: a presença do País no Conselho de Segurança da ONU, como membro efetivo.

Fez-se uma viagem à China, que foi cantada em prosa e verso. Acredito até que, por causa dessa viagem, se comprou o aerolula, o qual andou por toda a parte a distribuir recursos de um país pobre, paupérrimo como o nosso, que não pode cumprir o programa da fome, mas que pode dar recursos para os países estrangeiros. Tudo isso visando o Conselho de Segurança. Hoje, está já estabelecido que o Brasil não entrará como membro efetivo do Conselho de Segurança. Por quê? Porque se fez uma política anti-Estados Unidos para agradar a Hugo Chávez. Eu quero ver agora o Hugo Chávez carregar o Presidente Lula e colocá-lo como membro efetivo do Conselho de Segurança!

Afinal de contas, a cegueira tem um limite, mas a do Presidente, nesse caso, é ilimitada. Ele não sabe o que é política internacional e, por isso, o País passa agora por essas humilhações.

Nós tínhamos para o BID um homem de valor, João Sayad, derrotado no BID pela Colômbia. É inacreditável, mas é verdade. Como é que não se sabe que 26 votaram de um lado e só nós tivemos nove e, ainda, três abstenções?

Essa é política cantada em prosa e verso pelos nossos companheiros do PT. Essa é a política, Sr. Presidente, que, infelizmente, prejudicou o País internacionalmente. E agora, com a falta de credibilidade interna, o Brasil praticamente não existe, a não ser nos noticiários dos jornais importantes da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, falando na corrupção existente em relação ao Governo.

O Senador Mercadante disse que o Lula ficou emocionado, porque não tinha estudado em Garanhuns. Mas ele veio tão cedo para São Paulo! Se não pôde estudar por pobreza, tudo bem. Mas, se tivesse gosto pelo estudo, ele não se candidataria tantas vezes a Presidente da República sem preparar um lastro de conhecimento. Não preparou. Duvido que o Presidente Lula tenha lido até o fim um livro qualquer. O Senador Mão Santa, que gosta da leitura, deve ter visto. O Presidente não faz uma citação de um autor. Não faz. Mesmo nas viagens internacionais, aqueles que redigem o seu discurso não têm esse cuidado.

De modo que o Brasil cai internamente e, pior ainda, externamente. Enquanto isso, o Presidente, arrogante, fica a desafiar gregos e troianos, com a sua linguagem inadequada para o Presidente da República, em uma hora que não tem sequer o apoio do seu Partido, porque ele próprio desprezou os seus correligionários, aqueles que ele colocou no Governo para trabalhar juntos. E o exemplo maior é Delúbio Soares, pessoa de sua confiança total, tesoureiro do Partido, secretário de Marcos Valério nos “mensalões”.

Essa é a situação do Brasil de hoje. Amanhã, virei a esta tribuna com casos mais graves, para que o Senhor Presidente da República responda a esta Casa. Nós queremos as respostas sobre os problemas que lhe dizem pessoalmente respeito.

Portanto, nesta hora, antes de dar o aparte ao Sr. Senador Mão Santa, que é realmente um homem sempre presente nesta Casa, com seus belos discursos e o apoio da sua terra, quero dizer que o Presidente Lula não vai ter nenhum acordo aqui. Se o Líder Mercadante quer realmente uma comissão do Presidente da Casa e Líderes para se fazer uma minirreforma política – minimíssima, porque o momento não é para reforma política e, sim, para moralizar o País –, diminuir custos de campanha, acabar com listas etc, evidentemente ele encontrará, até da minha parte, apoio – não sei se do meu Partido.

Ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, nós votamos no Presidente Lula pela esperança que deve existir. Não foi por medo, não, porque nós dois representamos o Nordeste. Nós nordestinos somos, antes de tudo, um bravo, esse Nordeste verdadeiro. Mas o Presidente Lula – tenho de lamentar, como V. Ex^a – mesmo disse que não gosta de ler, que não se dá bem. Não sei se é alergia – sou médico – aos livros. Mas eu ouvi o povo, a sabedoria popular, os provérbios, os ditados. Nas ruas da Bahia, aprendemos: pau que nasce torto morre torto. Este Governo nasceu torto. V. Ex^a fez da Bahia um país, que faz com que nós, nordestinos, tenhamos crença – não é esperança, não, é crença, é

certeza de que tem soluções. Guariba, Guariba. Por isso, eu fiquei contra, que eu contestei. Guariba, na serra das confusões. Quiseram utilizar o povo bravo e honrado do Piauí para fazer **marketing**, para enganar, para mentir. V. Ex^a sabe que eles perderam lá. Eu os derrotei, o PMDB, o Prefeitinho. Mas, Senador Antonio Carlos Magalhães, a quadrilha era tão avançada que eles cantaram aí, a Líder do PT mentiu ali da tribuna. Água? Que nada! Eles levaram dois milhões para um projeto de colocar água. Fizeram, primeiro, a adutora, os canos, lá na serra confusões, no semi-árido cristalino e não encontraram a água. Espalharam os canos, roubaram e não tem água.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Entraram pelo cano.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quer dizer, na Guariba, perderam, e esse foi o desastre do Governo. Faltou ao Presidente Lula, que fala, fala, fala e não tem tempo nem para ouvir o povo, a sabedoria do povo, que dizia: governo que nasce torto morre torto. Pau que nasce torto morre torto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É, e nesses comícios que faz, usa realmente de artifícios. Entra pelo fundo dos palanques, quando ele sabe que será vaiado. Evidentemente que na televisão não aparecem as vaias que ele recebe. Aparecem, às vezes, aplausos dos seus apaniguados. Mas os Delúbios não estão mais aí para sustentar essa gente toda e, consequentemente, o Presidente.

Tome juízo, Presidente – eu não creio que ele vá tomar mais, já não é tempo, mas devia tomar juízo e governar –, mas não pense em fazer acordo aqui não, porque acordo, acordinho, acordão, se existir no Parlamento, seremos todos sepultados pela vontade da opinião pública, que não deseja o Parlamento submisso e, muito menos, cheio de imorais.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, a Sra. Serys Slhessarenko, 1º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pelo prazo de dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO
DO DIA 08 DE AGOSTO DE 2005, QUE, RE-
TIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO,
SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A Presidência lembra ao Plenário que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial, a realizar-se amanhã, às 12 horas, destinada a comemorar os 80 anos do jornal **O Globo**, de acordo com o Requerimento nº 807, de 2005, do Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores.

Lembra ainda que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme aviso feito na sessão de 3 de agosto do corrente, só usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex^as indicarem.

O SR PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A Presidência comunica que está recebendo, até o dia 1º de novembro próximo, as indicações ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, de acordo com o que dispõe o art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001. As indicações deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa por meio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Os Srs. Senadores Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Almeida Lima, Flexa Ribeiro, Luiz Soares, Arthur Virgílio, Teotônio Vilela Filho e Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para tratar da atual crise política que o País enfrenta, que teve como origem as denúncias de corrupção nos Correios e culminou com as acusações do Presidente Nacional do PTB, Roberto Jefferson, de que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava “mesadas” de R\$30 mil a diversos parlamentares em troca de apoio político ao governo no congresso Nacional.

Os jornais dessas duas últimas semanas vêm mostrando que a tensão no ambiente político está aumentando a cada dia e que, com isso, aumenta também o imobilismo do governo, abalando a credibilidade do governo petista.

Assim, Sr. Presidente, é em função da atual crise que requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“ Não há mensalão. O PT não compra votos. Não chamamos (os empréstimos) de caixa dois. Chamamos de dinheiro não-contabilizado ,”

Dinheiro sujo abasteceu PT

Esquema Marcos Valério-Delúbio recebia propinas pagas por empresas e ajudava a pagar salário de funcionários do PT

THOMAS TRAUMANN, ANDRÉ MEIRELES E RICARDO MENDONÇA

Na semana passada, ÉPOCA teve uma longa e reveladora conversa com o executivo de uma grande empreiteira, daquelas especializadas em gordos contratos com a administração pública. A história contada por ele serve como um bom roteiro para a CPI que investiga a corrupção no governo e o pagamento de mesada a parlamentares. A narrativa começa quando a empreiteira disputava a concorrência de um grande contrato no setor elétrico. Coisa acima de R\$ 1 bilhão. O executivo pediu apoio ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Dias depois, recebeu a notícia esperada: sua empresa seria a vencedora da licitação. Na mesma conversa, ficou acertada uma "doação" de R\$ 12 milhões. As condições de pagamento seriam esclarecidas depois de abertos os envelopes da concorrência.

Na hora do acordo, o empresário teve uma surpresa. Em vez de malas de dinheiro ou depósitos no exterior, como manda a tradição criminosa desse tipo de negócio, recebeu a recomendação de fechar um contrato de publicidade com uma das empresas de Marcos Valério. A empreiteira fez o acordo com a agência de publicidade no valor acertado, sabendo que nem sequer um mísero anúncio seria produzido ou veiculado. Em nenhum momento das negociações se falou que o dinheiro seria para pagar contas de campanha. Era só um novo sistema de pagar a velha caixinha - contou o executivo. Segundo ele, vários outros empresários que, por motivos variados, queriam dar dinheiro ao PT participavam do

esquema. "Para nós, era bonito porque o dinheiro saía limpo, perfeito na contabilidade. Agora, nunca imaginei que eles fossem tão amadores na hora de distribuir os recursos", diz.

A narrativa do empresário bate com as suspeitas da CPI dos Correios. Enquanto a maioria dos parlamentares concentraram os esforços nos últimos dias em descobrir a quem Marcos Valério

Empreiteira fez "doação" por agência de publicidade

deu dinheiro, os técnicos da Polícia Federal, da Receita e do Tribunal de Contas da União querem passar um penfino na lista de quem fez pagamentos às empresas do publicitário. A investigação corre em duas frentes. Na primeira, os peritos analisam os dados de movimentação entregues oficialmente pelos bancos nos quais Valério e suas empresas eram correntistas. No outro, analisam as notas fiscais encontradas em uma ação da polícia de Minas Gerais na casa de um ex-policial, irmão do contador de Valério. Quando a polícia chegou, o investigador tentava queimar as notas. A CPI está na pista de duas contabilidades, uma fria e outra oficial.

Alguns depositantes já foram identificados. Entre eles, duas empresas de telefonia controladas pelo empresário Daniel Dantas, a Telemig e a TeleAmazônia. Até a sexta-feira, esses depósitos superavam R\$ 20 milhões feitos nos últimos dois anos. Dantas nega qualquer irregularidade e diz que as duas empresas já eram clientes das agências de Valério antes de ser privatizadas. Em seus depoimentos ao Ministério Públí-

co e à Polícia Federal, Marcos Valério admitiu que agiu como lobista de Dantas na disputa que ele mantinha com diretores da Previ, o fundo de previdência do Banco do Brasil, pelo controle das telas. Nessa briga, Dantas teve como aliado o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil e conselheiro da Previ Henrique Pizzolato. O mesmo Pizzolato que foi o destinatário de um envelope com R\$ 326 mil sacados da conta de uma das empresas de Valério.

Pela investigação da CPI, 80% dos depósitos nas contas do Banco Rural vinham do Banco do Brasil, do Bradesco e do Itaú. A contabilidade dessas transferências bate em R\$ 250 milhões nos últimos dois anos. Além das empresas de Dantas, há depósitos da siderúrgica Cosipa e do Banco Ford. "Vamos investigar todos os grandes pagamentos recebidos pelas empresas de Marcos Valério", diz o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

"Existe uma forte suspeita de que as empresas de publicidade tenham servido como canal para pagamentos irregulares ou doações não-declaradas para campanhas eleitorais."

Ironicamente, o primeiro sinal claro de que as empresas de Valério serviram de bijombo para doações irregulares de campanha ou pagamento de propina veio de um parlamentar da oposição. A quebra

de sigilo das empresas de Valério no Banco Rural em Brasília revelou um saque de R\$ 102.812,76 feito em 27 de agosto de 2004 na conta da empresa SMP&B por Nestor Francisco de Oliveira. Ele foi o arrecadador de campanha do deputado Roberto Brant (PFL-MG) à prefeitura de Belo Horizonte. Segundo Brant, o dinheiro seria uma doação de campanha feita pela siderúrgica Usiminas. O valor original da doação, não declarada por ele à Justiça Eleitoral, seria de R\$ 150 mil, mas a SMP&B teria

retirado uma parte para "pagamento de despesas e comissão". O dinheiro teria vindo por intermédio da agência por ela ser prestadora de serviços para a Usiminas. A SMP&B confirmou a doação ilegal, mas jura ser a verdadeira dona do dinheiro.

As investigações e os depoimentos na CPI transformaram em pó a versão cuidadosamente apresentada por Delúbio e Marcos Valério de que o empresário teria feito empréstimos na rede bancária e repassado o dinheiro ao PT exclusivamente para pagar dívidas e despesas de campanha. Em primeiro lugar, fica claro que parte do dinheiro, seja dos bancos, seja dos clientes de Valério, tem muito a ver com negócios do governo.

Além disso, não é verdade que o dinheiro fosse apenas para campanhas eleitorais. Um bom naco da máquina administrativa do PT era bancada pelos envelopes que saíam do Banco Rural. Parte do salário de funcionários, dirigentes e despesas com prestadores de serviço eram pagas pelo caixa dois. Convidado por Delúbio, um funcionário recebeu a opção de receber o pagamento por fora mensalmente ou de obter um "adiantamento" semestral. Na conversa, o tesoureiro avisou que em alguns meses o fluxo do caixa dois poderia ser interrompido.

Militantes que conviveram com a antiga direção do PT dizem que, inviavelmente quando a conversa chegava perto do caixa dois, o ex-presidente José Genoino dava um jeito de sair da sala. Por isso, Delúbio pode dizer hoje que era o único dirigente partidário a saber do esquema com Valério. Genoino preferia ignorar. A nova direção petista ainda está tateando para descobrir como funcionavam os pagamentos do caixa dois. Uma primeira olhada na lista de salários dos funcionários provocou desconfiança por valores considerados abaixo do mercado. Para descobrir os pagamentos "por fora", os dirigentes criaram uma estratégia. "No fim do mês, vamos pagar apenas o que está registrado na carteira de trabalho", conta um deles. "Quem recebia por fora vai ter de reclamar."

Em seu depoimento à CPI, Delúbio repetiu dezenas de vezes que o dinheiro não se destinava a comprar o apoio

“A movimentação financeira de Marcos Valério deixa claro que há muito o que investigar. Não sei se é mensalão. Mas seja o que for a CPI vai descobrir”

de parlamentares ao governo. "Não existe mensalão", jurou. "O PT não compra votos." A lista de saques do Banco Rural coloca em dúvida essas afirmativas. É difícil explicar que dívidas de campanha justificariam a entrega de R\$ 1,35 milhão ao tesoureiro do PL, Jacinto Lamas, entre setembro de 2003 e janeiro de 2004. Ou por que João Cláudio Genu, chefe de gabinete do deputado José Janene, líder do PP e acusado de ser um dos gran-

10 PERGUNTAS SINGELAS EM BUSCA DE RESPOSTA

- 1 Que serviços publicitários prestados pelas agências de Marcos Valério valiam tanto dinheiro?
- 2 Como o PT, tarimbado em denunciar escândalos, não notou tudo o que Delúbio estava fazendo sozinho?
- 3 Nem mesmo os xeretas da Abin conseguiram informar o governo sobre o que vinha acontecendo há dois anos e meio?
- 4 Como bancos que lucraram tanto emprestaram tão mal?
- 5 Como bancos que emprestaram tão mal conseguiram lucrar tanto?
- 6 Por que um sujeito prefere transportar dinheiro vivo em malas ou cuecas em vez de fazer uma simples transferência eletrônica?
- 7 Em dois anos e meio, o que a base parlamentar produziu de bom para os brasileiros para merecer esses mimos todos?
- 8 Os partidos têm condições de divulgar a lista de credores de campanha pagos pelos empréstimos de Marcos Valério e do PT?
- 9 A exemplo de Delúbio e Silvio Pereira, qualquer cidadão em risco de ser preso pode descolar uma audiência para seu advogado no Ministério da Justiça?
- 10 O vice-presidente José Alencar parou de achar que os juros estão muito altos?

des operadores do mensalão no Congresso, sacou R\$ 1,15 milhão exata-mente no mesmo período.

O caso do PP é exemplar. Genu recebeu o dinheiro um ano depois da campanha de 2002, quando aliás o PP não era aliado de Lula. O último repasse registrado é janeiro de 2004, oito meses antes da campanha municipal. Desse vez, o PT até apoiou candidatos do partido de Janene, mas nenhum em grandes cidades capaz de justificar tam-
anho investimento. Ou alguém acha que seria necessário mais de R\$ 1 mi-
lhão para fazer a "pré-campanha" de
candidatos em cidades como Pindora-
ma do Tocantins (Tocantins), Tartarugalzinho (Amapá), Guajeru (Bahia),
Camão da Mata (Mato Grosso) e Mas-
saranduba (Paraíba)?

Menos de uma semana depois de apresentar a versão dos empréstimos, Valério já se mostrava disposto a trocar outra vez de discurso. Prometeu à CPI "contar tudo" se os parlamentares desissem de convocar sua mulher, Renilda, sócia das empresas. Desconfiados, os integrantes da comissão rejeitaram o acordo. Na quarta-feira, uma conta de Renilda no BankBoston foi bloqueada pelo Supremo Tribunal Federal quando a empresária tentou sa-
car R\$ 1,9 milhão.

As versões oficiais duram cada vez menos, especialmente no PT. Para

constrangimento do partido, seus lí-
deres foram flagrados em mentiras sucessivas. O pior caso foi o do ex-
presidente da Câmara João Paulo Cunha. Quando a CPI descobriu que a
mulher dele, Marcia Regina Milane-
sio Cunha, estivera na agência do Banco Rural, em Brasília, onde seria
pago o mensalão, João Paulo negou.
Enviou à CPI uma nota oficial dizendo que ela fora resolver problemas com a conta da TV a cabo. Dias de-
pois, a CPI mostrou que ela sacou R\$ 50 mil. João Paulo retirou a nota da CPI e sumiu de Brasília, depois de ser
convencido pelo colega José Dirceu a não renunciar ao mandato. Nin-
guém no Congresso acha que ele es-
capará da cassação.

O ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira não se saiu me-
lhor. Acusado pelo deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) de ter recebido um jipe Land Rover de presente da empreiteira GDK, Silvio recu-
sou-se a falar sobre seu patri-
mônio no depoimento à CPI. Mas jurou ter mantido apenas
"conversas institucionais" com os donos da GDK, dona de ge-
nerosos contratos da Petrobrás. Ele ainda estava depondo quando uma reportagem do Jornal Nacional derubou a his-

tória, mostrando que o carro fo-
ra mesmo comprado pela em-
presa. "Foi um mimo que ele re-
cebeu", atacou ACM Neto. Sil-
vio se calou. Na sexta-feira, vencido, ad-
mitiu o presente e pediu desfiliação do PT. Antecipou-se à expulsão certa.

O líder do PT na Câmara, Paulo Rocha, foi obrigado a renunciar depois de pego na mentira. Ele havia dito que sua assessora, Anita Leocádia, estivera no prédio onde funciona a agência do Ru-
ral apenas "para visitar uma clínica neurológica". Quando a CPI abriu os sigilos, viu que ela sacou R\$ 470 mil. Rocha usou o onipresente argumento das dívidas de campanha, mas deixou a liderança.

A lista de saques no Banco Rural confirmou uma revelação feita por ÉPOCA na edição pas-
sada. A rede de influências e patrocínios de Marcos Valério vai muito além do PT e seus aliados. Antes do governo Lu-
la, o publicitário já era um grande patrocinador de cam-
panhas eleitorais, especialmente no caixa dois. ÉPOCA trouxe a público documentos da campanha eleitoral de 1998, in-
cluindo comprovantes de de-
pósito bancário diretamente na conta de parlamentares, do PSDB, PP e PL. Planilhas internas de suas empresas revela-

A TRILHA DOS MILHÕES

De onde veio e para onde foi a fortuna que passou pelas contas do empresário Marcos Valério

Sob a fachada de serviços prestados, grandes empresas depositavam di-
nheiro nas contas das agências de publicidade SMP&B e DNA, de Marcos Valério. Na verdade, o dinheiro ia para o caixa dois do PT e das campanhas de políticos de partidos aliados e até de oposição, como o PFL e o PSDB

Todo o dinheiro era depositado em contas mantidas pelas agências no Banco Rural



ram mais de R\$ 10 milhões em doações não-contabilizadas.

O mais impressionante, porém, é a similaridade entre os documentos do caixa dois de 1998 com as descobertas da CPI dos Correios. ÉPOCA teve acesso a documentos da contabilidade da DNA e da SMP&B nos meses que coincidiram com aquela campanha eleitoral. As duas empresas faturaram quase R\$ 54 milhões entre agosto e outubro de 1998. Parte do dinheiro veio de um empréstimo no Banco Rural, garantido por contratos com o governo de Minas Gerais. O gover-

nador era o tucano Eduardo Azeredo, candidato à reeleição. No dia 20 de agosto, a contabilidade da empresa registrou a entrada de R\$ 8,5 milhões, com a rubrica Rural/Secom, numa referência à Secretaria de Comunicação do Estado. Outra coincidência marca o ingresso, na reta final, de um volume significativo de recursos vindos de empreiteiras. São R\$ 4 milhões da construtora ARG, mais R\$ 1 milhão da Queiroz Galvão e outros aportes em menor valor.

A CPI dos Correios vive hoje uma grande interrogacão. As con-

tas secretas de Valério em 1998 foram reveladas pela reportagem de ÉPOCA. Na campanha de 2004, o destino do dinheirão publicitário está sendo esclarecido pelos documentos do Banco Rural. No entanto, contrariando o pedido da CPI, que requisitiou todas as transações bancárias dos últimos cinco anos, o Rural não mandou os dados de 2002. Assim, uma campanha eleitoral continua nas trevas. Justamente a que elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os atuais parlamentares. ■

Até tu, Abi-Ackel?

Relator da CPI do Mensalão recebeu doação de Valério na campanha de 1998. E não declarou

Na semana passada, o deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG) foi indicado relator da CPI do Mensalão, que vai investigar a denúncia de que o PT pagava uma mesada a deputados da base governista por intermédio do empresário Marcos Valério. Retrocedendo ainda mais, vai apurar a suposta compra de votos para aprovar a emenda da reeleição, no governo Fernando Henrique Cardoso. Caberá a Abi-Ackel, em seu relatório, apontar quais deputados deverão ser cassados e os que merecem ser poupadados. Sua escolha para essa função-chave foi patrocinada pelo governo. Mas o próprio Abi-Ackel pode ter de dar explicações.

ÉPOCA teve acesso à papelada que detalha a contabilidade das empresas de Marcos Valério nas eleições de 1998, em Minas Gerais. Ali aparece no orçamento de campanha a doação de R\$ 100 mil a Abi-Ackel. Consta também o documento de transferência bancária número 355579, de 28 de setembro de 1998, que atesta uma movimentação de R\$ 50 mil de uma conta da SMP&B no Banco Rural para uma conta de Paulo Abi-Ackel, filho

do deputado, no Citibank. Nenhuma das doações da empresa de Marcos Valério consta da prestação de contas de Abi-Ackel entregue à Justiça Eleitoral.

Na sexta-feira, ÉPOCA entrevistou Abi-Ackel. Primeiro, o relator negou categoricamente que tivesse recebido doações de Marcos Valério. "Não tem, não. Contesto veementemente." Confrontado com a documentação, reagiu diferente. "Eu sei lá que conta é

Documento mostra depósito de R\$ 50 mil na conta do filho de Ackel

essa, já são sete anos, não tenho como lembrar. Olha, eu vou lhe dizer com toda franqueza, é muito fácil eu lhe dizer que esqueci, mas é um fato remoto, né?" Indagado sobre o porquê dessa doação não ter sido registrada na Justiça Eleitoral, Abi-Ackel respondeu: "Não tenho nenhuma explicação a dar. Se deu, deu. Você é que está com o documento, você é quem sabe".

O deputado Abi-Ackel avalia que o fato de ter recebido dinheiro não-con-

lautizado de uma empresa de Marcos Valério não prejudica seu trabalho como relator do mensalão que seria operado pelo empresário sob orientação do tesoureiro licenciado do PT Delúbio Soares. "Não há absolutamente conflito algum. Eu estou apurando o mensalão, que pressupõe uma contribuição periódica para votar com o governo. Em 1998, era outra situação."

O deputado Abi-Ackel se considera
isenso para fazer a apuração e promete adotar uma postura de imparcialidade, um papel de juiz, mesmo sendo filiado ao PP, um dos partidos acusados de receber a mesada pétista. "A partir do momento em que estou investido dessa função, não pertenço mais a partido do governo, não sou da oposição. De maneira que não me sinto constrangido com nenhuma situação."

Na contabilidade de Marcos Valério, candidatos do PP à Câmara dos Deputados receberam R\$ 720 mil. Na semana passada, ÉPOCA revelou a doação feita no mesmo dia 28 de setembro a outro deputado federal do PP mineiro, Romel Anízio. A exemplo de Abi-Ackel e outros parlamentares, Romel Anízio também não registrou o recebimento do dinheiro na prestação de contas à Justiça Eleitoral.

ANDREJ MEIRELES

BANCO RURAL S.A. 453		DOCUMENTO DE CRÉDITO DOC "E"		RECEBO	Nº 355579												
DOSSIÉ DO BANCO REMETENTE COMP.: FRANCO AGENCIA: 153 009		DOSSIÉ DO BANCO DESTINATÁRIO COMP.: FRANCO AGENCIA: 06 2289-9		DOSSIÉ DO BANCO DESTINATÁRIO COMP.: FRANCO AGENCIA: 477 009													
NOME DO REMETENTE SOCIF: SMP-B Dominicana		NOME DO DESTINATÁRIO DOCIF: Toulou Abi McKel		NOME DO DESTINATÁRIO DOCIF:													
<p>FINALIDADES</p> <table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/> 01 - CRÉDITO EM CONTA CORRENTE</td> <td><input type="checkbox"/> 08 - PAGTO. DE SALÁRIOS</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 02 - PAGTO. DE ALUGUÉIS/CONDOMÍNIOS</td> <td><input type="checkbox"/> 09 - PAGTO. DE FORNECEDORES/HONORARIOS</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 03 - PAGTO. DE DIFERENÇAS/ATÍTULOS</td> <td><input type="checkbox"/> 10 - OPERAÇÕES DE CÂMBIO/FUNDOS DE INVESTIMENTOS</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 04 - PAGTO. DE DIVIDENDOS</td> <td><input type="checkbox"/> 11 - REPASSE DE APRECIAÇÃO/PAGTO. DE TÍTULOS</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 05 - PAGTO. DE MENSALIDADES ESCOLARES</td> <td><input type="checkbox"/> 12 - OUTROS</td> </tr> </table> <p>ATRIBUIÇÃO/F. DE FINALIDADE</p> <table border="1"> <tr> <td>VALOR</td> <td>50.000,00</td> </tr> </table>						<input type="checkbox"/> 01 - CRÉDITO EM CONTA CORRENTE	<input type="checkbox"/> 08 - PAGTO. DE SALÁRIOS	<input type="checkbox"/> 02 - PAGTO. DE ALUGUÉIS/CONDOMÍNIOS	<input type="checkbox"/> 09 - PAGTO. DE FORNECEDORES/HONORARIOS	<input type="checkbox"/> 03 - PAGTO. DE DIFERENÇAS/ATÍTULOS	<input type="checkbox"/> 10 - OPERAÇÕES DE CÂMBIO/FUNDOS DE INVESTIMENTOS	<input type="checkbox"/> 04 - PAGTO. DE DIVIDENDOS	<input type="checkbox"/> 11 - REPASSE DE APRECIAÇÃO/PAGTO. DE TÍTULOS	<input type="checkbox"/> 05 - PAGTO. DE MENSALIDADES ESCOLARES	<input type="checkbox"/> 12 - OUTROS	VALOR	50.000,00
<input type="checkbox"/> 01 - CRÉDITO EM CONTA CORRENTE	<input type="checkbox"/> 08 - PAGTO. DE SALÁRIOS																
<input type="checkbox"/> 02 - PAGTO. DE ALUGUÉIS/CONDOMÍNIOS	<input type="checkbox"/> 09 - PAGTO. DE FORNECEDORES/HONORARIOS																
<input type="checkbox"/> 03 - PAGTO. DE DIFERENÇAS/ATÍTULOS	<input type="checkbox"/> 10 - OPERAÇÕES DE CÂMBIO/FUNDOS DE INVESTIMENTOS																
<input type="checkbox"/> 04 - PAGTO. DE DIVIDENDOS	<input type="checkbox"/> 11 - REPASSE DE APRECIAÇÃO/PAGTO. DE TÍTULOS																
<input type="checkbox"/> 05 - PAGTO. DE MENSALIDADES ESCOLARES	<input type="checkbox"/> 12 - OUTROS																
VALOR	50.000,00																
<p>VALOR POR EXTERNO</p> <p>(Anexar à fronteira ou verso)</p>																	
<p>A transferência de crédito através do DOC só se efetiva no mesmo prazo de entre 01 (uma) e 10 (dez) dias úteis, mediante a utilização do sistema de Comunicação Local ou Regional. O Banco não será responsável pelo despesa da taxa de correção de câmbio, se houver.</p>																	
<p>DATA: 01/07/2001 HORA: 10:00:00 R</p> <p>AUTENTICAÇÃO MECÂNICA</p>																	

Os bancos do PT

Depois de dar empréstimos generosos ao partido e a Marcos Valério, o BMG virou bancão. O Rural se livrou de uma encrenca

Via Valério

BMG

Fevereiro 2003

R\$ 12 milhões a SMP&B

Janeiro 2004

R\$ 15,7 milhões a Gratit

Janeiro 2004

R\$ 3,4 milhões a SMP&B

Abri 2004

R\$ 10 milhões

Deputado Rogério Túlio

Rural

Mai 2003

R\$ 18,3 milhões a SMP&B

Setembro 2003

R\$ 9,9 milhões

Direto dos bancos

Banco do Brasil
R\$ 19,29 milhões

Rural
R\$ 132,8 milhões

BMG
R\$ 62,74 milhões

RICARDO GRINBAUM, MARCELO AGUILAR
e MURILo RAMOS

Agora já dá para entender por que BMG e Rural foram tão generosos com o partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não se tratava de uma relação usual de banco com cliente. Surgiram fortes suspeitas na CPI de que os mais de R\$ 50 milhões que emprestaram ao PT nem eram empréstimos. Seria dinheiro dado, pelos próprios bancos e por outras empresas como recompensa por boas vantagens. "Os empréstimos concedidos pelo BMG ao PT foram acertados para não ser pagos", afirma o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), integrante da CPI dos Correios. Os petistas teriam retribuído os empréstimos com benefícios políticos e de órgãos do governo, além de muito dinheiro dos fundos de pensão para os momentos de aperto. Apenas os fundos de pensão Postalis (dos funcionários dos Correios), Petros (Petrobras) e Real Grandeza (Furnas) tinham R\$ 530 milhões investidos no BMG e no Rural em dezembro passado. Os dois bancos negam ter recebido vantagens.

Cada banco tinha um interesse diferente. O BMG, instituição de pouca expressão até o governo Lula, virou um círculo mais rentável até que potências como Itaú e Bradesco. No primeiro trimestre de 2005 lucrou cerca de R\$ 180 milhões, que é o dobro de todo o ano de 2003. Alcançou tamanho feito por ter entrado, antes de qualquer outra instituição privada, no lucrativo ramo dos empréstimos com desconto em folha para aposentados do INSS, a jóia da coroa do crédito, cobiçada há anos pelo setor. É um mercado potencial de R\$ 20 bilhões, com risco baixíssimo, pois as prestações são descontadas no pagamento mensal dos aposentados. Esse filé ficou quase exclusivamente nas mãos do BMG por meses e a instituição cobrou o que quis nessa fase, enquanto os concorrentes se arrebentavam na tentativa de conseguir a mesma autorização.

O funil que beneficiou o BMG começou com uma mudança de legislação. Executivos do banco estiveram em Brasília para discutir o projeto na Casa Civil, ciceroneados pelo publicitário Marcos Valério. O advogado do banco, Sérgio Bermudes, diz que a conversa foi sobre outro tema. "O senhor Marcos Valério levou o presidente do banco, Flávio Pentagna Guimarães, para convidar o ministro José Dirceu a participar da inauguração de uma fábrica de conservas do grupo", diz.

No início, só podiam fazer empréstimo aos aposentados bancos que fossem pagadores de benefícios do INSS. Não era o caso do BMG, que funciona quase como uma financeira, com vendedores na rua e um potente sistema de informática na matriz. A obrigação de ser pagador de benefícios caiu com um decreto

O próprio
BMG deu
palpite na
mudança das
regras que o
beneficiaram

presidencial, em 13 de agosto de 2004. Treze dias depois do decreto, o BMG assinou o convênio e entrou na festa com tudo. Colocou vendedores na fila do INSS e telefone 0800 para atender a clientela. Era tanto movimento que foi preciso dar senha para os velhinhos interessados em pegar empréstimo.

Enquanto o BMG nadava de braçada, outros bancos enfrentavam uma barreira, da qual pouco se sabia até agora. Antes de operar com os aposentados

CLIENTE PREFERENCIAL

Em 2003 e 2004, os bancos BMG, Rural e Banco do Brasil emprestaram R\$ 96,6 milhões ao PT (R\$ 132,8 milhões em valores atualizados). Pequena parte foi obtida diretamente pelo PT nos bancos, mas a maior parte teve a intermediação de empresas de Marcos Valério

é preciso ter um convênio com o INSS para que o dinheiro possa ser descontado da conta do cliente. A Caixa Econômica Federal foi a primeira a entrar, mas investiu pouco. Depois que o BMG fez o seu, ninguém mais conseguiu assinar convênio por um bom tempo.

Os funcionários do INSS pediam sempre um papel a mais, alegavam que não tinham capacidade de processamento de dados, demoravam tanto que a validade de alguns documentos caducava e era preciso voltar ao cartório para pedir outros. Na condição de não ter o nome revelado, executivos de três bancos contaram à ÉPOCA que foram abordados por empregados do INSS.

pedindo propina para acelerar seus processos. O tamanho da propina dependia do porte da instituição bancária: os pedidos iam de R\$ 2,5 milhões a R\$ 4 milhões. Com pressão política, os convênios foram sendo assinados a contagotas. Meses depois, do BMG saíram acordos com instituições pequenas como Bonsucesso (de parentes dos donos do BMG), Cruzeiro do Sul, Cacique, BGN, Paraná Banco e Pine. Os grandes, como Unibanco, Santander, HSBC e até o estatal Banco do Brasil, estacionaram quase um ano na fila.

Irritado com a enrolação, um banqueiro foi a Brasília e se queixou ao líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante. Dias depois, o presidente do INSS, Carlos Bezerro (ex-senador do PMDB), caiu. Bezerro nega qualquer irregularidade. Afirma que o BMG saiu na frente porque se antecipou à concorrência. O ex-presidente do INSS disse não saber se os executivos do BMG ajudaram a formular a Medida Provisória 130, que regulamenta o crédito consignado. "Esse assunto, se tratado, ficava na Casa Civil. Eu não tinha conhecimento disso." Quanto a problemas de bancos em assinar convênios com o INSS, Bezerro disse que nunca ouviu falar do assunto: "Não tenho conhecimento. Quem estava mais por dentro disso era o ministro Amir Lando". A assessoria do ex-ministro da Previdência, ao contrário, disse que o assunto era de responsabilidade de Bezerro.

O nome do Rural vem sendo martelado por ter sido a fonte dos saques de Marcos Valério e de políticos denunciados por corrupção. Também brilhou com empréstimos generosos ao PT e às empresas de Valério. Na semana passada, surgiram mais indícios das relações incestuosas entre o Rural, Marcos Valério e o Partido dos Trabalhadores. Apareceu um pagamento de R\$ 60 mil ao deputado federal José Mentor (PT-SP) feito pelo publicitário. Mentor foi o relator da CPI do Banestado, que investigou a remessa ilegal de dinheiro ao exterior. Em seu relatório final à comissão, o deputado não citou o nome do

"Nunca ouvi falar de problemas com bancos para assinar convênio de empréstimos com o INSS. O BMG saiu na frente porque se antecipou à concorrência"

CARLOS BEZERRA,
ex-presidente do INSS

Rural, que havia sido uma das instituições mais investigadas. Era uma suspeita corrente entre muitos políticos que o relator teria protegido o banco. Mentor nega. Sua explicação para o saque do dinheiro foi um suposto pagamento de serviços prestados por seu escritório de advocacia a outro advogado, Rogério Tolentino, que é um dos sócios de Marcos Valério. O Banco Rural também se diz inocente. "Quem tem de explicar os depósitos é o deputado. Nós não fomos citados no relatório da CPI porque não havia nada contra nós. O então presidente da CPI, o senador Antônio Paes de Barros, também não nos citou", diz José Roberto Salgado, vice-presidente do Rural.

Além de se livrar de encrenças na CPI, o Rural também tentou ganhar di-

aproveitar o que sobrou do Mercantil de Pernambuco (o Rural é dono de 22% do banco quebrado). A negociação não deu certo e foi parar no colo do BMG. Mas nem ali se conseguiu viabilizar o Banco do Trabalhador.

Houve um momento em que os donos do Rural esplicharam o olho também para o espólio do banco Econômico, que está na mesma situação do Mercantil de Pernambuco. O alvo era a carteira de títulos em dólar que esses bancos receberam ao entrar no Proer, programa de socorro aos bancos quebrados criado pelo governo FHC. Os títulos em dólar, que pareciam um mico quando foram empurrados à massa falida do Econômico e do Mercantil, acabaram se valorizando mais tarde e deram um lucro imprevisto que hoje os banqueiros falidos cobram do BC. Apostando que no final dessa queda-de-braço haveria uma decisão favorável ao Econômico e ao Mercantil, a turma do Rural planejava adquirir os papéis para fazer negócio mais tarde. O plano morreu depois de uma trombada contra o muro do BC. O Rural admite que pretendia criar o Banco do Trabalhador, mas argumenta que isso não tem nada a ver com o Mercantil de Pernambuco.

Os fundos de pensão de empresas estatais também foram muito companheiros do Rural e do BMG. Mais da metade do caixa do BMG vem de fundações. Os fundos federais são só 5% do total, argumenta Bermudes. E, graças ao caixa cheio, o banco teve condições de emprestar muito dinheiro aos apontados do INSS. Os fundos foram especialmente camaradas no fim do ano passado, quando o Banco Santos quebrou. Houve um princípio de desconfiança contra instituições de menor porte – algo que sempre ocorre nessa hora –, e as fundações fizeram grandes aplicações financeiras no Rural. "Temos menos dinheiro de fundo de pensão hoje do que tínhamos no governo Fernando Henrique", alega Salgado, do Rural. Na semana passada, a CPI estudava devassar a vida dos dois bancos.

"Todos os empréstimos que concedemos estavam dentro das boas práticas bancárias e não recebemos nenhum benefício do governo"

JOSÉ ROBERTO SALGADO,
vice-presidente do Banco Rural

nheiro com a ajuda de Marcos Valério e seus contatos no governo federal. O Rural queria montar uma operação para criar um banco, usar recursos públicos e ainda resgatar o capital que investiu no Banco Mercantil de Pernambuco, que está sob liquidação pelo Banco Central. O nome da grande ideia seria Banco do Trabalhador, uma instituição em parceria com a CUT. Para criar o Banco do Trabalhador, o Rural queria a ajuda de recursos de instituições públicas, como o BNDES, e

O Super-Anderson

Superando-se no número de citações, Adauto figura em quase todos os escândalos do governo

WALTER NUNES

Basta surgir um caso escabroso no governo Lula para aparecer no meio o nome do ex-ministro Anderson Adauto. Agendas, listagens de boca de caixa, fitas suspeitas, ele não falha: está sempre presente e pronto para dar explicações. No pouco mais de um ano em que foi ministro dos Transportes, Anderson Adauto teve de gastar boa parte de seu tempo defendendo-se. Em maio do ano passado, trocou Brasília pela mais discreta Uberaba, Minas Gerais, onde é prefeito, mas as denúncias envolvendo seu nome não refrescaram.

No episódio mais recente, Adauto enroscou-se com a empresa SMP&B, do publicitário Marcos Valério de Souza. Um de seus secretários na prefeitura mineira, José Luís Alves, foi indicado por Valério como uma das 11 pessoas autorizadas a sacar dinheiro das contas da SMP&B no Banco Rural. A explicação de Adauto: Alves, na época chefe de gabinete do ministério, sacou, a seu pedido, R\$ 150 mil da conta da SMP&B no Banco Rural apenas para

pagar antigas contas da campanha. O dinheiro não foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral, como manda a lei.

Antes da denúncia da semana passada, a secretária Fernanda Karina Somaggio já havia contado que Edson Pereira, irmão do ex-ministro, teria ido ao escritório de Valério buscar uma malha com R\$ 100 mil. Adauto refugou a malha. E explicou: o irmão passou por lá para pegar o planejamento de sua campanha para a prefeitura de Uberaba.

Muito antes de se ouvir falar em

Seu secretário sacou R\$ 150 mil das contas da SMP&B

mensalão, Adauto já havia passando pela berlinda. No início do governo destacou-se como exemplo das relações incestuosas da máquina petista com a administração Lula. Em sua agenda estavam marcadas várias audiências com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. A explicação de Adauto: "É natural que eu me reunisse com Delúbio. Mantive relações com ele desde a época

ca das eleições". Detalhe: uma dessas reuniões teria ocorrido com a participação de um representante de empreiteiras. Adauto negou.

No mês passado, lá estava Adauto de novo a bordo de um escândalo. Na Operação Cevada da Polícia Federal, que prendeu pessoas ligadas à Schincariol por sonegação fiscal, ele foi flagrado em conversas com o empresário Otacílio Costa, apontado como um dos cabeças do esquema da cervejaria. O ex-ministro intermediava uma transação entre Costa e o deputado federal Gilmar Machado (PT-MG) para a solução de um problema na Petrobras. O serviço renderia um suposto pagamento de propina ao deputado. Adauto se explicou mais uma vez: disse que apenas pediu ao empresário um apoio para a campanha do petista. Mas admitiu ter indicado o deputado como figura capaz de resolver pendências na Petrobras. "Mas isso nada tem a ver com propina", assegurou.

O ex-ministro registra ainda no currículo a facanha de ter inaugurado a temporada de denúncias contra o governo. Logo no primeiro mês, Adauto foi investigado por uma sociedade com donos de uma consultoria suspeita de desviar verbas da prefeitura de Iturama, Minas Gerais. Mas está tranquilo: "Ninguém nunca provou nada contra mim". ■

com FLÁVIO MACHADO

De supermáquina a partido falido

Sem o caixa dois, o PT reconhece dívida de R\$ 20,4 milhões e deve cortar pessoal e fechar escritório

LEANDRO LOYOLA E GUSTAVO KRIEGER

Nos últimos dois anos, o prédio da sede do PT, em São Paulo, foi a fachada da maior máquina partidária do país. Sob o comando de José Genoino e da equipe do então ministro José Dirceu, formada por Silvio Pereira, Delúbio Soares e Marcelo Serrano, o partido posava de rico e de dono de uma estrutura de fazer inveja. Agora, duas semanas depois da troca dessa turma pela nova direção, a situação financeira que surge das entradas é bem diferente. Os resultados das primeiras avaliações feitas pelo presidente interino, Tarso

Genro, e pelo secretário-geral, Ricardo Berzoini, mostram que o PT está falido e sua máquina apresenta abusos e faltas de parecidos com os que são revelados pela CPI dos Correios.

Na semana passada, Genro e Berzoini anunciaram uma série de medidas amargas. O partido suspendeu pagamentos de fornecedores e avisou que só vai saldar os R\$ 20,4 milhões da dívida oficial - portanto, quem fez né-

gócios com o PT na base do caixa dois do Delúbio deve tomar calote. Vai haver também corte entre os 160 funcionários, com o provável fechamento da sede de Brasília, que consome R\$ 15 mil mensais só com o aluguel. Os primeiros números mostram desequilíbrios impressionantes, consequência de gastos sempre maiores do que as receitas.

Apesar de endividado, o partido gastou descontroladamente em 2003 e 2004. Foram R\$ 450 mil para renovar a frota de carros e R\$ 313 mil em móveis. Para um encontro entre funcionários em um bar, foram destinados R\$ 4 mil. Havia também privilégios. Apesar de, em tese, serem subalternos do então presidente José Genoino, o te-

soureiro Delúbio e o secretário Silvio ganhavam R\$ 12 mil mensais, quase o dobro dos R\$ 7 mil que eram pagos a Genoino. "A falta de controle permitiu a gestão temerária das finanças", diz Tarso Genro, referindo-se ao caixa oficial do partido.

Do outro caixa, aquele controlado apenas por Delúbio Soares, os novos dirigentes não têm nenhum controle. Delúbio não deixou no PT registro de como teria sido gasto o dinheiro repassado pelo publicitário Marcos Valério. Desde que deixou a cúpula do partido, ele se isolou. Não houve nenhuma conversa entre o ex-tesoureiro e a nova direção. Na última reunião da qual participou, Delúbio limitou-se a dizer que iria "resolver tudo sozinho".

Tarso e o novo tesoureiro do PT, José Pimentel, já receberam relatos de diretórios regionais sobre o caixa dois. Além do Maranhão, onde chegou uma mala de dinheiro, como revelado por *ÉPOCA*, há casos como o do Rio Grande do Sul. Na reta final da disputa para a prefeitura de Porto Alegre, em 2004, o PT ficou sem dinheiro. Delúbio disse à direção regional para continuar gastando, mas que não registrasse as despesas na contabilidade oficial.

A nova direção não esconde que está fazendo mais do que uma auditoria nas finanças para desvendar esses mistérios. É uma espécie de desmon-

**"A falta de controle
permitiu a gestão
temerária das finanças."**

**Se fôssemos uma
empresa, isso nos
levaria a uma situação
de insolvência"**

**TARSO GENRO,
ministro da Educação e
presidente interino do PT**

te da estrutura criada por José Dirceu e seus colaboradores. A desconfiança do que fizeram especialmente Delúbio e Silvio é total. O ex-presidente José Genoino é considerado omisso, pois não poderia ter deixado de ver tudo o que acontecia sem tomar providências. Por isso, o clima é pesado. Muitos funcionários chegaram a suas posições com a antiga cúpula e se mantêm fiéis a ela. Sabe-se, por exemplo, que tinha gente recebendo um salário no contracheque e outra parte por fora. Para contornar a situação e evitar sabotagens no trabalho de apuração do passado, a nova turma tem tomado algumas medidas discretas. Em vez de usar o departamento jurídico do partido, por exemplo, Genro e Berzoini fazem consultas a advogados de fora. Estuda-se usar funcionários de gabinetes, que nada têm a ver com o partido, para ajudar no trabalho interno de organizar documentos e entender exatamen-

te como as coisas aconteciam.

As declarações dos novos dirigentes têm incomodado o ex-ministro José Dirceu. Dono do controle do partido desde 1995, ele tenta a todo custo preservar o que construiu. Na semana passada, apesar do tiroteio, Dirceu e Delúbio tentaram até uma articulação contra Genro. O presidente interino, que tem mandato até setembro e poderia concorrer ao cargo nas eleições diretas, passou a semana dizendo a dirigentes do PT e do governo que preferiria não ser candidato para comandar a transição com maior isenção. É o que Dirceu gostaria. O ex-ministro não quer que o período Genro se estenda e pretende retomar o controle. Apesar de todos os problemas que enfrentam, Dirceu e Delúbio encontraram tempo na semana passada para tentar cooptar Berzoini. Queriam que o ex-ministro e hoje secretário-geral do partido aceitasse ser o candidato. A manobra falhou porque Berzoini já tinha combinado apoiar a decisão de Genro. "Se eles estão indo nessa linha, chegaram atrasados", disse Berzoini.

Dirceu está incomodado porque o trabalho da nova direção estaria collocando sua turma como uma espécie de banda podre dentro do PT. Além disso, tenta de todo jeito o que parece irreversível: impedir que Delúbio Soares e Silvio Pereira sejam expulsos pelos erros que cometaram na condução do partido. Por enquanto, ele parece estar em desvantagem. No fim da semana passada, os novos dirigentes avisaram que o partido não está bancando e nem pretende bancar os honorários do advogado da dupla, Arnaldo Malheiros Filho, um dos criminalistas mais competentes e caros do país. Sem a ajuda do partido, não se sabe de onde sairá o dinheiro.

Manda-chuva de Furnas

Empresa de Bauru conquista crescimento espetacular ao ganhar, no governo Lula, contratos milionários de Furnas por serviços terceirizados

ISABEL CLEMENTE e WALTER NUNES

Em dois anos de governo Lula, uma desconhecida empresa de Bauru, no interior de São Paulo, amealhou contratos de quase R\$ 400 milhões com Furnas, a sexta maior estatal do país. No ano passado, a bauruense ficou com 90% dos contratos da mão-de-obra terceirizada por Furnas, em valores, e triplo o serviço prestado em 2003. Nos próximos dias, os contratos sofrerão uma devassa do Tribunal de Contas da União (TCU). A investigação faz parte da força-tarefa que apura a conexão de corrupção em empresas públicas e o pagamento de propinas no Congresso Nacional.

Nas eleições de 2004, o dono da Bau-ruense, o empresário Ayrton Daré, emprestou seu jatinho Citation 2 à então candidata do PT à prefeitura de Bauru, Estela Almagro. A gentileza não entrou na prestação de contas da petista, o que é ilegal. "Foi uma carona como tantas outras durante a campanha", justifica Estela, derrotada nas urnas.

Vencedora de cinco concorrências para gestão de terceirizados em 2004, a Bauruense também ganhou cinco contratos sem licitação com Furnas e pelo menos um aditamento no mesmo período. Faturou 11 contratos com prazos de até 24 meses, numa conta que chega a R\$ 323.672.277 - salto de 340% em relação a 2003. Iguais aos dela, só há mais dois contratos em vigor: da Enesa (R\$ 5,3 milhões) e da Planus (R\$ 29,5 milhões).

O sucesso no trato com o setor público, afirma Ayrton Daré, deve-se a preços mais baratos. "Nosso lucro é muito pequeno, não passa de 5%. Tem caso em que até tomamos prejuízo", afirma. Com 5%, o ganho do empresário num contrato de R\$ 47,58 milhões – para citar um dos 11 firmados em 2004 – seria de R\$ 2,38 milhões em dois anos. Nada mal.

"Não sou político, nem gosto de política", diz Daré, que tem como braço direito em suas empresas o ex-deputado estadual Carlos Braga (PP), ex-malufista com discreta passagem pela Assembleia de São Paulo. Braga comanda uma rádio e o departamento jurídico da Bauanense. De fato, a Bauanense é uma empresa oficialmente pouco preocupada com eleições. A única doação registrada pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 2004 tem um valor irrisório: R\$ 47 mil a campanha de Carlos Alberto Frascarelli candidato derrotado do PSDB à prefeitura de Pedreira, em São Paulo. O que é difícil de acreditar

“Não sou político, nem gosto de política. Nós vencemos as licitações porque temos lucros muito baixos e até prejuízo”

AYRTON DABÉ, empresário

tar, porém, é que o dono da Bauruense seja assim tão avesso à política. Há pouco mais de um ano, ele conheceu um importante correligionário de seu ex-gremio em Brasília. "Estive no gabinete do deputado federal José Janene (PP) falando sobre assuntos relacionados ao setor de energia, que me interessa", diz Daré. O paranaense Janene, acusado de ser um dos operadores do mensalão,

era o presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara.

Vem do Paraná também a mais nova dor de cabeça de Daré. Há menos de dois meses, ele viu seu nome envolvido com o escândalo do Banestado. O presidente do banco, Manoel Campinha Garcia Cid, foi condenado à prisão e a uma multa de mais de R\$ 1 milhão porque, entre outras irregularidades, pagou uma indenização milionária indevida

Objeto: Prestação de serviços de apoio técnico e administrativo nas dependências do Escritório Central de FIPNAS

Nome da Empresa: Baunilense Tecnologia e Servicos Ltda

Valor da Contratação:
R\$ 23.800.000,00

TERCEIRIZAÇÃO Na gestão Lula, o Poder público gastou R\$ 100 milhões com

Objeto: Prestação de serviços de apoio técnico e administrativo à Superintendência de Empreendimentos de Geração - SG.T e a outros órgãos a ela subordinados

Objeto: Prestação de serviços de apoio técnico e
Nome do Fornecedor: Reuniao Técnica Consultores

**Valor da Contratação:
R\$ 35.640,00**

OPÇÃO Dos 11 contratos de 2004, cinco tiveram dispensa de licitação, como este.

Foi uma carona como tantas outras durante a campanha

ESTELA ALMAGRO, petista derrotada na disputa pela prefeitura de Bauru, sobre usar iato da Bauruense para votar atrás de votos

a Daré. O empresário pediu uma compensação pelo que deixou de ganhar ao aplicar no banco. Levou R\$ 1,9 milhão.

A firma de Bauru especializou-se em um negócio constantemente ameaçado pela Justiça: uso de pessoal não-concursado no setor público. Hoje, sua principal cliente é Furnas, onde emprega gente nas mais variadas funções, inclusive nas essenciais, algo proibido pela Constituição. Na prática, a Bauruense age como um mero intermediário do pessoal sem concurso que já trabalha na estatal, de acordo com o Ministério Público do Trabalho, autor de uma ação contra a contratação ilegal na empresa. A intrincada disputa judicial, iniciada em 2004, envolveu até ameaça de morte contra a procuradora responsável pelo processo, Guadalupe Turos Couto. Um telefonema anônimo sugeriu que ela de-

sistisse do assunto. O caso é tocado por um grupo de procuradores e já chegou ao Ministério Pùblico Federal, por causa dos indícios de improbidade administrativa. O procurador Edson Abson convocou toda a diretoria – inclusive Dimas Toledo, Roberto Botelho e José Roberto Cury, destituídos depois de o deputado Roberto Jefferson denunciar um suposto esquema de corrupção na estatal – a depor, na próxima semana.

Furnas informa ter assinado contratos sem licitação com a Bauruense por causa da liminar que a impediu, em 2004, de continuar as concorrências para contratação de pessoal. Diante da expiração dos contratos existentes e sob pena de prejudicar os serviços – já que até o ano passado não tinha autorização do governo para aumentar o quadro de pessoal –, a estatal argumenta que optou por re-

nová-los com a Bauruense porque eram dela os contratos em vigor. A procuradora Guadalupe Couto estranha a explicação, porque a liminar vigorou de abril a maio. Alguns dos contratos foram fechados em fevereiro e junho.

Furnas diz que os contratos sem licitação foram substituídos pelos licitados. Em pelo menos um caso a empresa garante só ter pago 60% do previsto. A estatal tem 4.455 funcionários efetivos e 2.076 terceirizados. O TCU deu prazo até 2006 para a substituição dos terceirizados por concursados. Entre os contratados pela Bauruense para atuar em Furnas já esteve um dos pivôs do atual escândalo, Arlindo Molina. Ex-assessor de relações institucionais da estatal, Molina foi preso no mês passado sob a acusação de ter participado do grampo que flagrou o pedido de propina nos Correios. ■

OPTIVA ACABAR?

No meio da lama, o Partido dos Trabalhadores perde a pureza, tenta reagir, mas se recusa a punir responsáveis pela crise

**FLORÉNCIA COSTA
E LUIZ CLÁUDIO CUNHA**

O PT, estrela maior do firmamento político brasileiro e astro de primeira grandeza da esquerda internacional, entrou em colapso com apenas 25 anos de vida – e ameaça ser sugado pelo buraco negro da corrupção. Na terça-feira 19, o senador César Borges (PFL-BA) pediu ao TSE o cancelamento do registro civil e do estatuto do PT, com base na confissão do ex-tesoureiro Delúbio Soares sobre o caixa 2 na campanha de 2004, que

tornaria falsa a prestação de contas exigida pela Lei Eleitoral. Dois dias depois, os líderes da oposição no Senado – Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino Maia (PFL-RN) – protocolaram no TSE um pedido de suspensão da verba do fundo partidário que cabe ao PT, estimada este ano em R\$ 35 milhões. Calculado sobre o tamanho da bancada na Câmara, o fundo não pode ter origem em cofres públicos – e este foi o motivo da representação do PSDB e do PFL, com base na denúncia de que verbas oficiais de estatais, como os Correios, irrigaram as contas do PT graças à generosidade

QUE FAZER?
Marta Suplicy – que não quis punir
Delúbio Soares –, Tarso Genro e Ricardo Berzoini: perplexidade

do publicitário Marcos Valério, o primeiro-amigo de Delúbio

Fechou-se, assim, o cerco que hoje aflige a sigla da sucessão mais metódica da República. Investigado em três CPIs simultâneas no Congresso, denunciado na Justiça Eleitoral, acusado politicamente e exposto à perplexidade dos militantes por seu envolvimento com malas de dinheiro, cuecas de dólares e cenas de corrupção explícita, o partido da ética levanta uma questão até então impensável na política brasileira: o PT vai acabar? Ninguém ainda acha isso, mas todos concordam que aquele PT velho de guerra, de estrela no peito e sangue nas veias, não existe mais. "O PT morreu", decretava a senadora Ielvusa Helena (PSOL-AL). "É um momento muito difícil para os 840 mil filiados e para os 53 milhões de brasileiros que votaram em Lula", reconhecia o deputado Maurício Rands (PT-PE).

Em São Paulo, a nova direção do partido parecia ainda mais estarecida diante do quadro financeiro da sigla, acertando uma dívida de quase R\$ 40 milhões. Somados aos papagaios levantados por Marcos Valério, a dívida rondava os R\$ 90 milhões. Extraoficialmente, chegou ao Palácio do Planalto a informação de que a dívida total do PT poderia passar dos R\$ 200 milhões, cheilgando talvez a R\$ 250 milhões. "Ainda bem que o Pimentel é careca. Senão, ia ficar de cabelo em pé", brincava o presidente Tarso Genro, na semana passada, durante do sucessor de Delúbio, o deputado José Pimentel (PT-CE). "Se o PT fosse uma empresa, o partido hoje estaria insolvente", confessou Tarso.

Uma economia de guerra foi decreta pela nova ordem petista: os salários foram nivelados em R\$ 7 mil, depois que se soube que a dupla Delúbio-Silvio Pereira tinha uma remuneração (R\$ 12 mil) maior do que a do ex-presidente José Genoino (R\$ 7 mil). Decidiram reduzir a frota de carros, inclusive blindados, que o PT possuía em São Paulo e acertaram o fechamento da luxuosa sede do partido em Brasília, no 7º andar do Centro Empresarial Varig. Num plano inspirado na receita mais ortodoxa, ministro Palocci, o tesoureiro Pimentel, anunciará o uso rigoroso das tesouras, durante os próximos 13 meses, para produzir um superávit primário mensal de R\$ 1 milhão.

Mais do que no bolso, o cenário atual machucou o coração do PT. Imbuído por um choque ético causado pela derrocada de um velho espirito em suas

veias. "O PT está envolvido com coisas que jamais sonhei. O partido está agredido. Por seu crescimento e pela forma indiscriminada de filiação, o PT acabou tendo más companhias no seu interior", cutucou o fundador e ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra. No fim de semana passado, o deputado Henrique Fontana (PT-RS) percorreu sete cidades de sua base, no interior gaúcho, perseguido pela mesma indagação: "Deputado, qual é a verdade nisso tudo?" Agora, ele está convencido de que o maior erro do partido foi não ter feito, no primeiro mês de governo, a reforma política. "O sistema é corrupto. Sucumbimos à arrogância e à nossa ingenuidade com as regras

por este posacelo terrível", acusa o deputado Chico Alencar (PT-RJ), ex-petista da esquerda mais crítica e hostilizada dentro do partido. "O PT corre risco de morte, se não renovar seu comando e não retomar suas bandeiras históricas", diz, desanimado com a primeira decisão polêmica da nova executiva petista, na semana passada, ao vetar por 11 votos a 7 a suspensão de Delúbio e Silvinho. "Foi um mau começo", condena Chico. Na hora de indicar seus membros para a CPI do Mensalão, a esquerda não foi sequer consultada pelo Campo Majoritário, o grupo de Lula, José Dirceu, Genoino e Delúbio, que controla o partido.

QUEM ASSINOU PAGA

Na terça-feira 19, a nova direção do PT decidiu não reconhecer os empréstimos de Marcos Valério a Delúbio Soares. A dívida considerada é de R\$ 38.996.761,91. Mesmo se os pagamentos não forem feitos, a Lei dos Partidos Políticos (LPP) garante que eles não têm a falência decretada. "Há responsabilidades individuais para uma dívida não paga. O presidente do partido, o secretário, o tesoureiro e o comandante responderão civil e criminalmente e podem ter que pagar com os seus bens", explica Everson Tobanuela, presidente da Comissão de Direito Político e Eleitoral da seção paulista da OAB. O pagamento também não pode ser efetuado com recursos do Fundo partidário. "Este dinheiro público serve para garantir o pluripartidarismo e para que o partido se desenvolva politicamente, faça estudos e realize congressos", afirma Tobanuela.

Philippe Girard

do capitalismo real." E lembra que um dos primeiros sinais de alarme foi o volume de shows (dívida atual de R\$ 7 milhões) que se abateu sobre os candidatos e comícios petistas: "Isso nunca foi uma marca do PT. A gente devia ter desconfiado."

Defenestrado na primeira trombada com a direção, o ex-petista Fernando Gabeira (PV-RJ) constata que o drama do PT acabou com a ideia de que ele seria um partido diferente dos outros, a partir do plano ético. "Ele terá, agora, uma agenda diferente, cortada dos credores", ironiza. "O que mais afeta o futuro do PT é sua alma, profundamente abalada

Abstação — O calendário marca outra prova de fogo para o partido, em setembro. No dia 11, 840 mil filiados votarão em eleição direta para a nova executiva. Só vota quem estiver com a mensalidade em dia. "E quem vai pagar, agora, para votar num clima desses?", pergunta

o deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), candidato à direção estatutária. "A abstenção será terrível. De cada dez filiados seis não vão comparecer às urnas. Se aparecerem 100 mil dos 840 mil filiados, será uma surpresa", aposta, lembrando que ele é um dos 12 parlamentares da



**A história secreta
de como Marcos Valério
emparedou o governo
ao ameaçar contar tudo**

**A CHANTAGEM
200 MILHÕES PARA FICAR CALADO**

TEMPOS SOMBRIOS

NEGAR-SE A ENXERGAR A ESPESSURA DO PROBLEMA QUE ENVOLVEU O GOVERNO NÃO É UMA SAÍDA PARA O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. COMO AS DÍVIDAS NÃO PODEM SER PAGAS CONTRAINDO-SE OUTROS DÉBITOS, TAMBÉM AS CRISES NÃO PODEM SER DILUIDAS COM A produção de mais sobressaltos. Lula, infelizmente, fez isso na semana passada. Ele teve o que se poderia chamar de um "momento Chávez", uma recaída populista em um presidente que é popular mas nunca teve um ato público de namoro com o abismo. Durante a cerimônia de posse do novo presidente da Petrobras, Lula deixou-se enlevar pela imagem de grandeza impecável que cultiva de si mesmo e lançou aos brasileiros um estranho desafio: "Entre os 180 milhões de brasileiros, não há homem ou mulher que tenha moral para me dar lições de ética". Mais adiante acrescentou outro repeto, dessa vez dirigido apenas à parcela da população brasileira a que ele julga não pertencer: "Sou filho de pai e mãe analfabetos. O único legado que me deixaram é andar de cabeça erguida. Não vai ser a elite brasileira que vai me fazer baixar a cabeça".

A verdade é que parte da elite brasileira está mesmo querendo obrigar Lula a baixar a cabeça. Essa parte da elite é formada por pessoas que ganham perus Land Rover, presentes de grandes empresas com negócios com o governo (caso de Silvio Pereira, ex-secretário do PT); por pessoas que obtêm empréstimos milionários em transações subterrâneas com empresários suspeitos (caso de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT); e por pessoas que saem para ir a uma clínica neurológica mas no caminho passam em um banco e saem de lá com centenas de milhares de reais (caso da assessora de Paulo Rocha, ex-líder do PT na Câmara dos Deputados). Bem, foi-se o tempo da elite que acendia charutos com notas de 100 dólares e que, caprichosamente, fazia e desfazia governos. Para tristeza de Lula, a parte da elite brasileira que está tirando o brilho da sua biografia e a força do seu governo é formada por pessoas que foram a cueca com 100 000 dólares — um troféu de vergonha pública do PT que talvez nunca seja superado em grafismo e escárnio.

As reportagens que se seguem dão conta deste momento sombrio no Planalto. A primeira delas é um espantoso retrato da fragilidade do governo, que deu ao notório empresário Marcos Valério espaço para fazer uma chantagem. Ele exigiu 200 milhões de reais em troca do seu silêncio sobre desmandos que, como mostra a reportagem, ele acredita serem suficientemente fortes pa-

**A ESPANTOSA
HISTÓRIA DE
COMO VALÉRIO
TENTOU
CHANTAGEAR
O GOVERNO**

**► A IDÉIA DE
SALVAÇÃO QUE
FOI ABATIDA EM
VÔO: COLOCAR
TODA A CULPA EM
DELÚBIO SOARES**

**► UMA AULA SOBRE
OS SUBTERRÂNEOS
DOS CAIXAS DOIS
E DA LAVAGEM
DE DINHEIRO**

► LULA NÃO PODE NEM DEVE SOFRER IMPEACHMENT: ATÉ AGORA NÃO EXISTE DESLIZE LEGAL DO PRESIDENTE E ELE MANTÉM RAZOÁVEL APOIO POLÍTICO E POPULAR

► O BRASIL ESTÁ MADURO. A CRISE SE DESENROLA SEM IMPACTO NEGATIVO NAS INSTITUIÇÕES

ra derrubar o que resta do governo Lula. Outra reportagem explica de modo didático como funcionava a máquina de lavagem e esquentamento de dinheiro comandada por Valério e colocada à disposição da ávida cúpula do PT. Uma outra desmonta a tentativa de circunscrever o lamaçal petista a um único delito, o crime eleitoral — que prescreve em três anos e pelo qual ninguém cumpre pena atualmente no Brasil. Finalmente, há uma reportagem leve sobre os parlamentares que estão tocando as CPIs no Congresso. Destaque para a deputada Denise Frossard (PPS-RJ), autora do melhor resumo do drama político que se desenrola em Brasília: “O problema é que o PT é o partido que quis calar a imprensa, amarrar as mãos do Ministério Pùblico e controlar o Judiciário”. Dá calafrios pensar que poderia ter conseguido.

A CHAN TAGEM

► O VICE-ESTADAL VALÉRIO DEIXA O GOVERNO EM PÂNICO E SAI COM A INTENÇÃO DE GANHAR 200 MILHÕES DE REAIS

Nesta e nas páginas seguintes, dramáticos detalhes (ameaça, pânico, choro) da crise que subiu a rampa do Planalto

Otávio Cabral

Na manhã do dia 9 de julho, um sábado, Marcos Valério, o publicitário-lobista-laranja do mensalão, estava uma pilha de nervos. Em Belo Horizonte, sentia-se pressionado por todos os lados e, desesperado, telefonou para o ex-presidente da Câmara, o petista João Paulo Cunha, que estava em Osasco. Falaram se por celular. "Eu vou estourar tudo" ameaçou Valério, descontrolado. Disse que não agüentava mais a situação e contou que faria a deflagração premiada — mecanismo pelo qual um réu diz o que sabe em troca de um alívio na pena. "Vocês vão se ferrar. Avisa ao barbudo que tenho bala contra ele", disse Valério, numa chantagem referência ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. João Paulo, que àquela altura se preparava para ir à reunião da cúpula do PT que acabaria chancelando o afastamento de José Genoino da presidência do partido, entrou em estado de pânico.

Até aquele sábado, Valério tinha garantias de que nem a quebra de seu sigilo no Banco Rural revelaria suas operações. Tudo o que viria a público seriam os altos saques feitos numa agência do Rural em Belo Horizonte, e não se ficaria sabendo que o dinheiro fora efetivamente entregue na agência do Rural em Brasília. A identidade dos verdadeiros favorecidos pelo dinheiro, portanto, ficaria eternamente sob o manto do anonimato. Ele soube, no entanto, que tudo ia aparecer e ficou desesperado com a ideia de que poderia ser preso. Na ligação para João Paulo, fez exigências abertas para poupar o governo. Queria duas coisas: a garantia de que não seria enjaulado e archancado de obter um dinheiro

graúdo, e lícito, para assegurar seu futuro e o da família. Uma maneira de ganhar esse dinheiro seria intermediando o fim da interminável liquidação do Banco Econômico, instituição que fechou as portas há dez anos. Como corretor da operação junto ao ainda dono do banco, o baiano Angelo Calmon de Sá, Valério calcula que poderia amealhar uns 200 milhões de reais — soma equivalente à comissão de 20% sobre uma operação que, dependendo da forma como for encaminhada, poderá totalizar até 1 bilhão de reais. Nesse ambiente em que se fala de milhões como se dinheiro caísse do céu, é bom parar e pensar no que significam 200 milhões de reais. Dariam, por exemplo, para comprar, via mensalão, o apoio de uma centena de deputados por quase seis anos.

Apavorado, o ex-presidente da Câmara avisou o ex-ministro José Dirceu e o ex-tesoureiro Delúbio Soares das ameaças de Valério, ainda na manhã de sábado: "O cara ficou louco, vai explodir tudo", disse. Em seu rol de chantagens, Valério ameaçou, inclusive, citar o nome de empresas que segundo ele teriam dado dinheiro não contabilizado, para ficarmos no jargão oficial, ao PT (veja reportagem na pág. 66). Como prova de sua disposição em contar tudo caso não fosse atendido em seus pleitos, Valério ainda disse que tinha munição contra dois ministros recém-impossessados: Saráiva Felipe, da Saúde, e Hélio Costa, das Comunicações, ambos do PMDB, mineiro. Segundo Valério, os dois teriam usado sua lavanderia de dinheiro em campanhas eleitorais. Consultados por VEJA, os dois ministros negam veementemente a irregularidade.

O empresário Marcos Valério tinha motivos de sobra para seu desespero. A semana que se encerrava naquele sábado tinha sido particularmente difícil.

No fim de semana anterior, a reportagem de capa de VEJA revelara que Valério avalizara e até pagara uma parcela de um empréstimo de 2,4 milhões de reais feito pelo PT no BMG. Pela primeira vez, aparecia uma prova material de sua ligação umbilical com o partido, derrubando sua versão de que era apenas amigo de Delúbio Soares. Em Brasília, o presidente Lula passou a defender o afastamento de toda a cúpula do PT. Silvio Pereira, o secretário-geral, foi o primeiro a cair. No dia seguinte, caiu Delúbio. Valério começou a se preocupar com sua fila de interlocutores dentro do PT. Para piorar, o deputado José Borba, então líder do PMDB na Câmara, afirmou que negociava cargos no governo com ele, Valério. O publicitário passou a temer que houvesse um movimento para jogar toda a responsabilidade sobre seus ombros.

Seu mundo estava desabando. Na quarta-feira, depois de depor na CPI, sua imagem tão característica, com sua calva absoluta, aparecia em todos os cantos do país. A CPI quebrou seu sigilo bancário e o de dez de suas empresas, levando seus sócios a cuspal-o fôrtemente pela falência iminente de seus negócios. Na sexta-feira, os acontecimentos se precipitam ainda mais, o homem da cueca é flagrado com 100.000 dólares, fica patente que José Genoino deixará a presidência do PT no dia seguinte e que a disposição da nova cúpula do partido seria fazer uma devassa nas contas. Com os nervos à flor da pele, Valério fica atônito. Sua vida pessoal também estava despedaçada. Sua mulher, Renilda, fora duplamente surpreendida — com a profundidade da corrupção e as insinuações de um romance dele com uma ex-secretária. Sua filha adolescente se recusava a vê-lo. Em desespero, Valério procura João Paulo — e a reação do governo à chantagem está na reportagem que se segue.

A REAÇÃO

DE COMO O MINISTRO DA JUSTIÇA VOLTA A SER ADVOGADO CRIMINALISTA

Ocara ficou louco, vai explodir tudo", disse o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, ao alertar o ex-ministro José Dirceu e o ex-tesoureiro Delúbio Soares sobre a chantagem de Marcos Valério. José Dirceu, que desde sua demissão tem tido contatos esporádicos com o presidente Lula, fez a notícia chegar ao Palácio do Planalto. E ainda era manhã do sábado 9 de julho. A dupla que virou o centro de gravidade do poder no governo tomou então conhecimento da história: os ministros Márcio Thomaz Bastos, da justiça, que se encontrava em São Paulo, e Antônio Palocci da Fazenda, que permanecia em Brasília. Naquele momento era preciso ter calma e, sobretudo, acalmar Marcos Valério. Seu advogado, Marcelo Leonardo, sócio de um dos grandes escritórios de advocacia de Minas, recebe sinais da disposição do governo em atender aos pleitos de seu cliente e consegue, enfim, dar-lhe um pouco de tranquilidade.

Consolida-se então um quadro drammático: o de um governo que, para manter-se de pé, precisa socorrer-se permanentemente de um criminalista. Já desde o início da crise, o ministro vinha exercendo seus conhecimentos penais. Logo depois da primeira entrevista de Roberto Jefferson ao jornal *Folha de S. Paulo*, o governo ficou atônito com uma acusação. Jefferson dissera ter avisado o presidente Lula do mensalão "em duas conversas" — uma em janeiro, outra em março. Lula fez uma reunião com quatro ministros: Antônio Palocci e Thomaz Bastos, além de Aldo Rebelo e Luiz Gushiken, que já deixaram de ser ministros. Nessa reunião, Thomaz Bastos sutilmente elaborou o raciocínio de que seria prudente assumir apenas uma das conversas, caso ambas tivessem ocorrido. E sutilmente, advertiu que o mais seguro era assumir a conversa com mais testemunhas. Na conversa de janeiro, além de Lula e Jefferson, havia uma testemunha. Na de março, além dos dois, havia mais seis pessoas. Lula admitiu a conversa de março.

Com sua sólida carreira de 47 anos como criminalista, Thomaz Bastos passou a exercer um papel fundamental na crise particularmente depois da chantagem de Marcos Valério. Amigo há décadas de Arnaldo Malheiros, o advogado contratado para orientar e defender Delúbio Soares, o ministro ganhou uma interlocução direta com os personagens centrais da crise. Na semana que se seguiu ao dia 9 de julho, o ministro conversou duas vezes com Arnaldo Malheiros — uma vez por telefone e a outra pessoalmente. Só os dois sabem o que tanto conversam, e eles dizem que apenas jogavam conversa fora como dois velhos amigos. mas o certo é que logo surgiu uma tese jurídica para a defesa de Valério e Delúbio — uma tese imediatamente classificada de farsa, como se lê na reportagem que começa na página seguinte.

A FARSA

DE COMO DELÚBIO E VALÉRIO CAEM NA TESE DO CRIME ELEITORAL E O MARQUETEIRO-MOR ENSAIA O DISCURSO DO PRESIDENTE LULA

Atese do crime eleitoral surgiu logo depois do telefonema em que Marcos Valério começou a chantegar o governo. O telefonema aconteceu na manhã do dia 9 de julho, um sábado. Ja na segunda-feira seguinte, o advogado Arnaldo Malheiros, contratado para defender o ex-tesoureiro Delúbio Soares, conversou por telefone com o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. O mesmo dia, Malheiros e seu cliente embarcaram para Belo Horizonte. Ali encontraram-se com a outra dupla — Marcos Valério e seu advogado Marcelo Leonardo. A conversa girou em torno da tal tese do crime eleitoral. Até lá é simples. Delúbio pediu que Valério contrasse empréstimos junto aos bancos BMG e Rural e destinasse o

dinheiro a amigos do PT às voltas com dívidas de campanha. Valério, generoso e prestativo com o amigo, atendeu ao pedido e, pela versão combinada, trouxe empréstimos 39 milhões de reais — e repassou o dinheiro, a conta-gotas, aos nomes que Delúbio lhe apresentava.

É uma linha de defesa ideal, pois, em sua estrutura, não há corrupção, suborno, propina ou mensalão — só um crime eleitoral, dado o fato de que Delúbio, ao confessar que não contabilizava os 39 milhões de reais nas contas do PT, revelou que seu partido tinha um caixa dois. A punição, prevista no artigo 350 do Código Eleitoral, é de no máximo três anos de prisão, mas nem advogados com longa militância na área do direito eleitoral têm notícia de que alguém tenha ido para a cadeia por isso.

Em geral, o crime prescreve antes do julgamento e, além disso, como os réus são primários, a prisão é substituída pela prestação de um serviço qualquer.

Enquanto se acertava uma versão em Belo Horizonte, a mesmíssima versão era apresentada em Brasília: numa longa reunião no gabinete presidencial no Planalto. Na reunião com Lula, quem mais falou foi Thomaz Bastos. Os outros dois ministros presentes, Antônio Palocci e o novo coordenador político Jacques Wagner, ouviram mais do que se pronunciaram. Thomaz Bastos contou que, em sua visão, a situação estava delicada para o PT, ponderou sobre os perigos de que a crise chegue ao governo e, sutilmente, falou sobre o crime eleitoral, que tinha a tremenda vantagem de circunscrever o

problema ao Congresso e ao PT, deixando o governo de fora. Lula não foi orientado a endossar a tese do crime eleitoral, nem foi incentivado a dar entrevista sobre o assunto.

Mas, ainda na segunda-feira, estava em cena o marqueteiro Duda Mendonça, publicitário oficial do petismo. Naquele dia, Duda Mendonça, chamado a Brasília por Lula, submeteu o presidente à última de duas sessões de treinamento sobre como tratar do assunto diante dos jornalistas. Nessas sessões, Duda aconselhou Lula a falar dirigindo-se sempre às classes mais baixas, C, D e E, que ainda lhe depositam alta confiança, desprezando os segmentos A e B, que, segundo o publicitário, já estavam decepcionados com o presidente. Os ecos dessa orientação de Duda seriam ouvidos, dias depois, na espantosa entrevista de Lula em Paris.

Encerrada a reunião em Belo Horizonte na segunda-feira, os advogados e a dupla Valério e Delúbio trataram de evitar que se descobrisse a combinação. Para despistar a imprensa, vazaram até que o encontro fora muito tenso e que Delúbio e Valério por um triz não se atracaram fisicamente. Tudo lorota. A cronologia do que se passou depois disso é eloquente por si só. Três dias depois, na quinta-feira, Valério desembarcou em Brasília e prestou depoimento ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, que durou oito horas. Contou a história do crime eleitoral.

Na mesma quinta-feira, Malheiros encontrou-se com Thomaz Bastos em São Paulo. Falaram-se pessoalmente. Malheiros disse que Delúbio Soares queria prestar um novo depoimento. O ministro sugeriu que, para agilizar as investigações, o depoimento fosse prestado diretamente ao procurador Antônio

Fernando de Souza, a quem chegou a telefonar pedindo que recebesse o cliente de Malheiros. No dia seguinte, sexta-feira, Delúbio prestou um depoimento de três horas. Contou a mesma história do crime eleitoral. Na noite de sexta-feira, Valério apareceu numa entrevista ao *Jornal Nacional* "confessando" o crime eleitoral. No dia seguinte, a confissão em entrevista foi feita por Delúbio. Em seguida, foi a vez do presidente. Em entrevista concedida em Paris dois dias antes, e reproduzida no *Fantástico* no domingo, Lula admitiu candidamente que "o que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente". Com isso, num de seus movimentos mais desastrosos desde o início da crise, Lula endossou a tese do crime eleitoral que, como se lerá na reportagem da página seguinte, não ficou de pé mais do que dois dias.

O RESULTADO

DE COMO A FARSA DE CRIME ELEITORAL É DESMONTADA E A PERPLEXIDADE COM A ENTREVISTA DE LULA EM PARIS

Na terça-feira passada, chegaram à CPI dos Correios caixas de documentos sobre a movimentação bancária de Marcos Valério no Banco Rural, a instituição que esteve no centro do esquema financeiro do PT. No momento em que as caixas foram abertas e os documentos passaram a ser analisados, a tese do crime eleitoral começou a desabar — e a suspeita de que havia mensalão começou a se comprovar. Até a sexta-feira, a CPI já descobrira que pelo menos sessenta pessoas, todas ligadas a políticos, haviam sacado cerca de 60 milhões de reais na agência do Rural e nas agências do Banco do Brasil. O número, por si só, demórua a tese de crime eleitoral. Delúbio diz que Valério tomou 39 milhões de reais empréstimos para dar a petistas e aliados, mas a conta já chegou a 60 mi-

lhões. Entre os casos descobertos está justamente o do ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha. Sua mulher, Márcia, esteve no Rural em Brasília em setembro de 2003 e sacou 50 000 reais. Antes, o deputado dissera que ela faria ali tratar da conta de sua TV a cabo.

A revelação foi tão devastadora que até petistas se renderam às evidências. "O mensalão existiu", afirmou o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral, do PT de Mato Grosso do Sul. "Houve remuneração a deputados", concordou Ricardo Berzoini, que deixou o Ministério do Trabalho para assumir a secretaria-general do PT. A prova do mensalão veio associar-se a outros dois dados incômodos para o governo. Um foi a reportagem de capa da edição passada de VEJA, na qual se mostrava que Lula foi alertado cinco vezes sobre o mensalão, entre fevereiro do ano passado e março deste ano. O outro fator foi a entrevista do presidente em Paris, que causou perplexidade entre os políticos. De início, suspeitou-se que Lula estivesse participando diretamente da divulgação de uma versão previamente combinada, colocando-se, nesse caso, no mesmo planalto de um Delúbio Soares ou um Marcos Valério. O Planalto apressou-se em desmentir qualquer combinação.

O desmentido, porém, não resolve. Se Lula não embarcou na combinação, como descobriu que o PT tem caixa dois e faz o que se faz sistematicamente no país? Isso significa que o presidente, sem ser avisado nem orientado por ninguém, revelou um quadro criminoso que conhecia havia tempo? Juntando os três fatores

a prova do mensalão, as cinco vezes em que Lula foi alertado e sua entrevista em Paris — criou-se em Brasília uma atmosfera francamente desfavorável ao próprio presidente, cuja figura vinha sendo cuidadosamente preservada até pela maior parte da oposição. Na terça-feira, depois de uma reunião com os senadores tucanos Tasso Jereissati e Arthur Virgílio, além do peemedebista José Agripino, o senador Jorge Bornhausen, do PFL de Santa Catarina, assim resumiu o clima entre peemedebistas e tucanos: "Está encurtando o limite legal da presunção da inocência" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva".

No dia seguinte, Bornhausen recebeu o deputado Roberto Jefferson em sua casa. Os dois tomaram vinho, beberam cubos de queijo e conversaram por pouco mais de uma hora. Na conversa, Jefferson, pela primeira vez desde que apresentou suas denúncias, mostrou inclinação em não mais preservar o presidente Lula. Para

Bornhausen, Jefferson reafirmou que avisara Lula duas vezes sobre o mensalão. Com receio de que a crise evoluísse para seu pior desfecho, com um eventual impedimento do presidente, a oposição iniciou conversas com o empresariado. No primeiro compromisso dessa natureza, Bornhausen almoçou com João Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, no Rio de Janeiro. A ideia é evitar que a crise, aconteça o que for, provoque um impasse de caráter institucional e acabe por contaminar o bom momento da economia do país.

Apesar da notável piora da situação geral na semana passada, a oposição não parece motivada para promover o impeachment de Lula. Na última semana, o sena-

dor petista Delcídio Amaral sondou colegas da oposição, como os tucanos Tasso Jereissati e o governador Accio Neves, de Minas Gerais, e não encontrou disposição para tirar Lula do cargo. Nos bastidores, há um movimento explícito para tentar limitar o alcance da crise, evitando que chegue ao presidente, e, também, que se espalhe excessivamente dentro do próprio Congresso. A crise, na semana passada, subiu definitivamente a rampa do Planalto, mas há muito já abalou o espírito do presidente. Lula está tenso, nervoso e irritado, principalmente com o PT. Por duas vezes, ele chorou durante um desabafo com aliados. Uma vez, ao receber um velho aliado no gabinete presidencial, começou a falar do

assunto e acabou em lágrimas. Em outra, durante o voo que fez na última semana para Recife, também não conseguiu se conter. VEJA ouviu seis personagens centrais do enredo contado da página 58 até aqui (João Paulo Cunha, Marcos Valério, Márcio Thomaz Bastos, Antônio Palocci, Marcelo Leonardo e Arnaldo Malheiros). Uns não deram resposta à revista. Os outros preferiram negar que tenham sabido ou participado da chantagem ou da farsa. Pela qualidade de suas fontes e pela proximidade delas com os fatos, VEJA decidiu narrar o que seceu aqui. ■

*Com reportagem de Antônio Ribeiro, em Paris,
e Leandra Pérez e Julia Dourlili, em Brasília*

Brasil

FÁBRICA DE FRAUDES

Em meio a ataques, malas e carros-fortes, tudo parece casual. Mas nada é por acaso no laboratório do PT

A ENTRADA
RECEITAS DA
SMPB E DA DNA
COM CONTRATOS
PRIVADOS
260
milhões de reais

RECEITAS DA
SMPB E DA
DNA COM
CONTRATOS
PÚBLICOS
150
milhões de reais

A ALQUIMIA DE VALÉRIO PARA FAZER O MENSALÃO E O MESADÃO DO PT

O laboratório de Valério tem três etapas. A ENTRADA de dinheiro, o PROCESSAMENTO e a SAÍDA. A entrada de recursos combina pagamento de empresas públicas (em geral na caixa dois), privadas (caixa um e caixa dois) e uma misteriosa e milionária injeção de dinheiro de fontes ainda não desvendadas pela investigação — e que seria formada por empresas laranjas

42
milhões de reais
RECEITAS DE
OUTRAS
EMPRESAS DE
VALÉRIO

PROCESSAMENTO

A hipótese dos investigadores é que nessa fase PT e Valério usaram bancos para tentar dar uma cara menos tenebrosa às transações

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS CONTRAÍDOS PELAS EMPRESAS DE VALÉRIO

BMG
41,1 milhões de reais
(quatro empréstimos entre fevereiro de 2003 e julho de 2004)

Banco Rural
28,3 milhões de reais
(dois empréstimos entre maio e setembro de 2003)

69,4
milhões de reais
em 2003 e 2004

Alexandre Ulraman

Amáquina de fazer dinheiro do doutor Valério pode parecer uma geringonça montada com peças coletadas ao acaso: pega-se um empréstimo no BMG, descobre-se uma agência discreta do Rural e junta-se um projeto de poder ambicioso como o do PT e um tesoureiro amador como Delúbio Soares — e estamos conversados. Nada, no entanto, é casual no esquema. Está cada vez mais evidente que Marcos Valério não foi uma invenção do PT de Delúbio. Com suas agências de publicidade, que fazem publicidade e outras coisas muito menos públicas, Valério passou a operar para os petistas depois de já ter se testado no ramo trabalhando para políticos de outros partidos, como o PSDB e o PFL. Mas foi com o PT que Valério ocupou posição de destaque na montagem de um esquema que começava com os negócios em

estatais como os Correios ou a Eletro-norte, desembocava em suas agências de publicidade, passava pelo Rural e pelo BMG e terminava no mensalão, para os aliados, e no mesadão, para os próprios petistas. Tudo clandestinamente.

A escolha do BMG e do Rural para servirem de escala e biombo foi uma decisão meticulosa. No início de 2003, quando começaram a repassar dinheiro ao PT por meio das empresas de Marcos Valério, os dois bancos tinham interesses milionários no governo. O BMG era um banco pequeno, que nem sequer aparecia na lista das cinqüenta maiores instituições bancárias do país. Controlado pelo clã Pentagna Guimarães, uma das mais tradicionais famílias mineiras, o BMG pretendia decolar emprestando dinheiro a aposentados e pensionistas do INSS com desconto direto na folha de pagamento, o chamado crédito consignado. Seu projeto, porém, esbarra na lei brasileira, que não permitia esse

tipo de operação. Já o Rural era um banco acuado. Alvo de uma CPI comandada pelo PT, a CPI do Banestado, o Rural caminhava no fio da navalha. A CPI detectará operações ilegais do Rural de 700 milhões de dólares feitas por meio de uma offshore, o Trade Link Bank (veja reportagem na pág. 74). Além da CPI, o banco também era investigado pela Polícia Federal, pelo Banco Central e pela Receita Federal.

Com o Rural acuado e o BMG de olho no dinheiro dos velhinhos do INSS, o PT vislumbrou a possibilidade de arrancar dinheiro fácil em Minas Gerais. Estava certíssimo. Contabilizando os dois empréstimos ao PT e os outros seis concedidos às empresas de Valério, Rural e BMG entregaram ao PT exatamente 74,7 milhões de reais entre 2003 e 2004. Entregaram:

Das contas das agências de Valério, políticos, seus assessores e parentes sacaram cerca de 80 milhões de reais em dinheiro. Esses saques financiaram o...

O QUE É



Parlamentares recebiam 30 000 reais por mês para votar a favor do governo ou para trocar de partido e aderir à base aliada



Dinheiro público e privado de caixa dois desviado para parlamentares do próprio PT. Até agora foram rastreados quase 30 milhões de reais em dinheiro entre 2003 e 2004

BENEFICIADOS MAIS NOTÓRIOS (em reais)

Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do PL	1,35 milhão
Bispo Rodrigues (PL-RJ)	150 000
José Janene, líder do PP	1,15 milhão
Paulo Rocha, ex-líder do PT na Câmara	470 000
João Paulo Cunha (PT-SP)	50 000
Josias Gomes da Silva, deputado federal (PT-BA)	100 000

OS VÁRIOS CAIXAS DE VALÉRIO

No mundo da contabilidade empresarial, não há caixa dois sem a existência do caixa principal, normalmente ofuscado em tempos de escândalo. Ainda que um empresário queira ocultar ou desviar receitas, ele precisa manter parte do negócio bem limpinha para prestar contas à Receita Federal e esconder as irregularidades. Os negócios de Marcos Valério, o pagador do mensalão, não são exceção. O empresário mineiro desviou para bolinhos a maior parcela do dinheiro que arrecadou das empresas públicas para as quais, em tese, deveria prestar serviços publicitários. O que manteve suas atividades ilícitas fora do alcance das autoridades foram os serviços que realmente executou.

E, por exemplo, o caso do trabalho feito por Valério para o Bradesco. Em 2002, o Bradesco veio com a licitação para montar um banco dentro das agências dos Correios – o Banco Postal, negócio até hoje invejado pela concorrência. Segundo as regras da licitação, quem ganhasse o direito de explorar o Postal seria obrigado a pagar metade da conta de publicidade e usurparia a agência explorada pelos Correios. Sem licitação, o Bradesco veio com a licitação para montar um banco dentro das agências dos Correios – o Banco Postal, negócio até hoje invejado pela concorrência. Segundo as regras da licitação, quem ganhasse o direito de explorar o Postal seria obrigado a pagar metade da conta de publicidade e usurparia a agência explorada pelos Correios.

Itaú, para esse serviço específico, diga-se, de passagem. Não passa sem chamar atenção o fato de o governo ter imposto ao Bradesco justamente uma das agências de Valério, a SMPB. Nos últimos três anos, o Bradesco depositou 10 milhões de reais em uma das contas dessa agência. “Não temos escolha. Somos obrigados a aceitar a SMPB”, disse a VEJA uma porta-voz do Bradesco. O banco garante ter conferido uma a uma as notas fiscais referentes aos serviços prestados antes de autorizar os pagamentos.

Do mesmo cuidado se cercou a Ford, que, neste ano, contratou em três ocasiões a empresa especializada em eventos MultiAction, também de Valério, para montar estandes em feiras agropecuárias nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo. A montadora também costuma contratar a MultiAction para organizar o lançamento de alguns de seus automóveis. O último evento aconteceu em março deste ano, em Curitiba, onde a montadora lançou seu novo motor 1.4 Flex, como se verá mais fácil para as autoridades separar o joio do trigo nas contas de Marcos Valério.

porque esse valor nunca foi pago — ninguém jamais se mexeu para cobrá-lo — postura raríssima em instituições bancárias. No caso do BMG, que entregou Valério 41,1 milhões de reais, chamou atenção a fragilidade das garantias. O banco chegou a aceitar, como garantia, o contrato de uma das empresas de Valério com os Correios. O contrato era vistoso de 29 milhões de reais, mas o BMG nem se preocupou com o fato de que a menor parte desse contrato, apenas 3,6 milhões de reais, pertencia à empresa de Valério. O grosso do dinheiro era destinado a outras empresas e fornecedores. Onde se viu um banco aceitar tamanha ficção como se fosse “garantia real”?

Há muitos indícios de que os contratos eram apenas simulações para justificar as transferências de dinheiro ao PT. Dos oito empréstimos que Delúbio e Valério arrancaram dos dois bancos, apenas um foi pago. É um empréstimo de 12 milhões de reais, tomado pela agência SMPB junto ao BMG em 25 de fevereiro de 2003. A dívida foi quitada um ano depois de contraída, por quase 15 milhões de reais. Mas mesmo esse pagamento soa como farsa. A quitação só foi possível porque a Graffiti, outra empresa de Valério, recebeu, no mesmo dia, outro empréstimo do

AS CONDIÇÕES PARA UM IMPEACHMENT

Nas democracias representativas mais avançadas, a destituição de um presidente é um processo que resulta da combinação de uma causa jurídica com a perda de apoio político. Exemplo disso foi o episódio que levou o presidente americano Richard Nixon à renúncia. Em alguns casos, como o do ex-presidente Fernando Collor, a pressão popular também colaborou para que ele deixasse o cargo.

MOTIVAÇÃO JURÍDICA

PERDA DE APOIO POLÍTICO

PRESSÃO POPULAR

RICHARD NIXON

1972-1974, segundo mandato



O presidente americano Richard Nixon enfrentou por mais de dois anos denúncias envolvendo o seu partido, o Republicano, em um esquema de espionagem contra o Partido Democrata. O desgaste político fez com que ele renunciasse ao cargo antes da votação do pedido de impeachment. Em seu discurso de despedida, disse:

Deixarei a Presidência antes do fim do meu mandato, se contra meus instintos. Mas, como presidente, devo colocar os interesses da América em primeiro lugar.

O SILENCIO DE MENTOR

José Mentor, cujo relatório da CPI do Banestado não trouxe uma linha sobre o Rural. Por que será?

BMG, no valor de quase 16 milhões de reais. Eis como funciona a ciranda financeira, trocando em miúdos: Valério pega dinheiro no BMG, fica um tempo sem pagar, o BMG libera mais dinheiro, e ele paga a conta inicial cravando já uma nova conta. Ou seja: dos oito empréstimos feitos pela dupla Valério e Delúbio, a única dívida que chegou a ser saldada teve como lastro o dinheiro do próprio banco credor...

O Banco Rural, que concedeu três empréstimos num total de 31,2 milhões de reais, não chegou a receber nada. Nem o principal nem os juros. A dívida original, se fossem levados em conta os mecanismos de mercado das operações verdadeiras, estaria hoje cotada em 58,8 milhões de reais. "É muito dinheiro para não cobrar na Justiça, especialmente para um banco de médio porte, como o Rural. Todo indica que houve um acordo", diz Miguel de Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). Por que o Rural e o BMG, então, toparam entrar num esquema em que dão empréstimos e nunca recebem um tostão de pagamento? Examinando-se o caso de cada um, descobre-

se que pode ter havido vantagens extraordinárias — maiores até do que a quitação de uma dívida.

No inicio de 2003, bem no começo do governo Lula, aconteceu uma reunião discretíssima em Brasília, na qual Valério e Delúbio apresentaram José Dirceu, então ministro da Casa Civil, ao presidente do BMG, Ricardo Pentagna Guimarães. Ali, acertou-se que o governo editaria uma medida provisória permitindo o tal "crédito consignado" pelo qual aposentados e pensionistas do INSS poderiam tomar empréstimo com desconto em folha. Em setembro de 2003, o governo cumpriu a promessa. Editou a MP 130, e o BMG foi o primeiro banco autorizado a operar a nova modalidade de empréstimo. Durante três preciosos meses, o BMG reinou sozinho no mercado. Só depois de três meses é que outros bancos conseguiram credenciar-se no INSS para fazer o mesmo. Já era tarde demais. O BMG já era líder disparado no mercado. Graças ao crédito consignado aos velhinhos do INSS, que hoje representa 90% de seus negócios, o BMG virou fenômeno. Seu lucro líquido, que em 2002 foi de 85 milhões de reais, saltou para 275 milhões de reais em 2004 — um espetacular crescimento de 223%.

A relação com o PT também teve dividendos inestimáveis para o Rural. O deputado José Mentor, do PT paulista, que trabalhava como relator da CPI do Banestado, preparou um documento

final em que simplesmente não há menção ao Rural. Mentor excluiu o banco da lista de indiciados. Mentor, que chegou a viajar a Belo Horizonte para tomar os depoimentos dos executivos do Rural, apresentou duas versões de suas conclusões. A primeira, concluída em dezembro de 2004, tinha oito capítulos apenas no índice. No corpo do documento, havia capítulos a menos. Um assessor legislativo que trabalhou na CPI disse a VEJA que Mentor mandou retirar 100 páginas do relatório, justamente as que incriminavam o Rural. "O relatório é meu. Só entra o que eu quero", diz Mentor. Na segunda versão de seu relatório, apresentada em fevereiro deste ano, o indiscreto descompasso entre o índice e o corpo do documento foi corrigido — e o Rural safou-se de qualquer problema na CPI.

De acordo com Fernanda Karina Somaggio, a ex-secretária de Valério, Mentor e Valério se encontraram várias vezes. A agenda de Fernanda registra cinco encontros. Num deles, está anotado: "J. Mentor — transferir a reunião de amanhã para segunda e ver quando é o assunto Rural". Valério já admitiu ser lobista do Rural junto ao governo federal. Na semana passada, descobriu-se que Valério, o lobista, pagou 120 000 reais ao escritório de advocacia do deputado, o mentor do fiasco que salvou a pele do Rural na CPI. "Prestei um serviço a um advogado de Minas Gerais. Não sabia que o cheque era do Marcos Valério", diz.

FERNANDO COLLOR

(1990-1992)



A descoberta de que PC Farias havia comprado um Fiat Elba para Fernando Collor foi a principal evidência de que o presidente se beneficiaria pessoalmente do esquema de desvio de dinheiro público montado por seu ex-tesoureiro. A pressão popular pelo impeachment, iniciada pelas cartas pintadas, cresceu a ponto de reunir mais de 800 000 pessoas nas principais capitais do país.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

(2003-)



Até agora, a situação de Lula não se assemelha à vindia pelos ex-presidentes Richard Nixon e Fernando Collor. O petista não perdeu apoio político (aliados do governo e mesmo parte da oposição se estocam parcialmente à margem dos escândalos), sua popularidade ainda é razoável (e, ate o momento, inexistem elementos jurídicos que justifiquem um pedido de impeachment).

MAS ESSE QUADRO PODE MUDAR SE

comprovada a existência do mensalão, os parlamentares envolvidos nas investigações do Congresso concluirão que Lula foi conivente com a prática ou que tinha conhecimento dela e nada fez para impedi-la

comprovado que a rede montada pelo empresário Marcos Valério envolvia dinheiro público, surgirem indícios de que o presidente Lula se beneficiou pessoalmente do esquema

O OUTRO LADO DO MENSALÃO

Raquel Faria

Como as anteriores, durou menos de uma semana a terceira versão apresentada pelo lobista Marcos Valério para explicar sua promissória relação com o PT. A tabela publicada nesta página mostra que as empresas de Valério se dedicavam a intermediar dinheiro recebido de dezenas de fontes num sistema de lavagem nunca antes flagrado no país. Entre os contribuintes encontrados na primeira relação a vir à tona, a que VEA teve acesso na semana passada, há entidades "de governo", estatais, companhias com participação de fundos de pensão de empresas públicas entre seus investidores e também companhias privadas. Nessa relação, confirmam-se os mais ou que suspeitados repasses dos Correios, que deixaram 12 milhões de reais líquidos nos cofres da agência SMPB. Aparecem também novidades como a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, uma das poucas que não mostram repasses. A milionária Cetrel.

A lista resulta da exigida demonstração financeira de uma empresa estatal esculachada por seu próprio controle. As relações de notas e faturas das companhias

e transmitida via internet mensalmente para órgãos públicos que acompanham a ligação entre faturamento e pagamento de impostos. Nessas conexões, são informados a data dos recebimentos, o nome das empresas pagadoras, o total recebido e quanto a agência retém, como sua remuneração, de cada um desses valores. Para agências de publicidade, essa demonstração é importante porque costuma haver grandes diferenças entre o dinheiro que transita no seu caixa e o que elas realmente cobram por seus serviços. E rotina o cliente pagar todo o valor de uma campanha à agência, que se encarrega de repassar os pagamentos de fornecedores, produtores e empresas de comunicação que veiculam anúncios. Na hora de calcular os impostos, a agência precisa demonstrar que repassou parte do dinheiro. Dessa forma fica claro que Marcos Valério embra "muitos clientes" verdadeiros para que os doadores pudessem legalizar as suas contas de dinheiro de seus caixas, entregando normalmente os impostos relativos a esses pagamentos. Assim, a doação feita pelas empresas aos políticos pelo meio de Valério não deixava rastro.

Esse esquema aparece claramente no caso do deputado mineiro Roberto Brant, do PFL, que confirmou ter recebido uma doação da Usiminas, intermediada pela SMPB, durante sua campanha à prefeitura de Belo Horizonte, no ano passado. O valor entregue a Brant foi de 102.000 reais. A doação era de 150.000, mas a agência ficou com uma parte, disse o deputado. Nas datas próximas à campanha eleitoral do ano passado, encontram-se na escrituração da SMPB sete lançamentos de valores superiores a 100.000 reais em nome da Usiminas, todos sem repasses.

A lista sumida no disquete a que VEA teve acesso tem 9.325 registros de pagamentos recebidos pela SMPB, com uma soma de 104 milhões de reais. Desse total, a agência declarou ter aplicado em 654 milhões de reais em campanhas que se nota

BRASÍLIA TELECOM

Documento n.º 21.680

Em 7/2004

117 milhão de reais

100% para a SMPB

Dinheiro de sobra

Para abastecer as contas do mensalão, a agência de publicidade de Marcos Valério recebeu por trabalhos que nunca fez. O quadro mostra como. Os quadrinhos dão exemplos das notas emitidas pela SMPB

O PADRÃO NORMAL

Empresa

Contrata a agência e estipula o valor total que vai gastar com uma campanha.

Agência

Contrata serviços de empresas como produtoras de vídeo ou gráficas, gasta com material elaborado para campanhas, negocia sua veiculação na mídia.

Margem de lucro

20%
é a média de lucro da agência sobre o valor pago.

O PADRÃO PT/VALÉRIO

Empresa

Estipula um valor e repassa-o para a SMPB.

Agência

Recebe o dinheiro mas não produz nada.

Sobra para o mensalão

100% é o porcentual que a empresa de Valério lançou como lucro em vários casos. A SMPB emitiu nota de serviços prestados e o dinheiro foi totaria nas contas do mensalão.

USIMINAS

Documento n.º 21.851

Em 8/2004

197.000 reais

100% para a SMPB

BANCO RURAL

Documento n.º 18.441

Em 2/2004

200.000 reais

100% para a SMPB

um longo relacionamento normal entre cliente e agência, com vários pagamentos dos quais a SMPB faz deduções antes de declarar quanto efetivamente recebeu. Mas essa relação muda de padrão, sobretudo nas datas próximas à campanha eleitoral de 2004, quando surgem depósitos de milhares de reais que não têm repasse algum. Muitos dos depósitos foram feitos por empresas

sas que obtiveram mesmo os serviços publicitários pelos quais pagaram. Outros pagamentos, como mostra a tabela abaixo, não geraram serviço algum. Estão nesse caso, por exemplo, o governo de Minas Gerais (214 lançamentos, entre 100.000 e 660.000 reais), a prefeitura de Contagem (dois registros, acima de 100.000 reais) e o jornal "Estado de Minas" (com um total de 10 mil reais).

Apesar de guardara quantias tão elevadas, o que obteve por VETAN provavelmente revela apenas uma parte do esquema de caixa de Marcos Valério, segundo um autor especializado na análise de logadas feitas para máquinas do Banco propinas para políticos e funcionários públicos — pede-se desberar muito mais do exame da contabilidade das outras empresas do grupo.

A mesma documentação que Mentor desprezou, por inútil, motivou a abertura de um inquérito pela Polícia Federal, em 2002. O juiz federal Marcelo Cardozo da Silva, da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, enviou a movimentação da offshore do Rural à Receita Federal e ao Banco Central. O juiz exigia que se tomassem providências diante do que chamou de "fundados elementos que apontam para a prática de crimes de sonegação fiscal e de crimes contra o sistema financeiro". O inquérito da PF foi então aberto. Mas — esse Rural é danado de sortudo — nunca andou. Há um ano, diante da letargia policial, a procuradora da República Paula Conti Tha, de Curitiba, pediu à PF que interrogasse a cúpula do Rural sobre a movimentação não declarada de 700 milhões de dólares nos Estados Unidos. Até agora, porém, a PF não cumpriu o pedido. Também não se tem notícia de nenhuma autuação da Receita Federal contra o Rural. No Banco Central, dois processos administrativos, nos quais diretores do banco eram acusados de gestão fraudulenta, foram arquivados graças a pareceres do procurador da Fazenda Glênio Guedes — aquele mesmo procurador que recebeu 902 000 reais de Valério dias antes de assinar um documento inocentando os dirigentes do Rural.

Dos bancos mineiros, o esquema clandestino do PT tem sólidas ramificações na máquina pública, conexão que não pára de produzir vítimas fatais. Na semana passada, o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira enviou uma carta à direção do partido pedindo sua desfiliação. Silvinho, como era chamado pelos agora ex-companheiros, é aquele que Dirceu disse que uma CPI "minimamente séria" pegaria. Pegou. Uma reportagem do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, revelou que Pereira ganhou um jipão de mais de 70 000 reais de presente da empresa baiana GDK, que venceu cinco licitações para prestar serviço à Petrobras. Outra vítima

estrelada que também tombou por engordar o próprio patrimônio é o ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato. Pizzolato contratou a agência DNA, de Marcos Valério, para prestar serviços de propaganda ao

BB em setembro de 2003. E embolsou 326 000 reais, em dinheiro vivo, sacados das contas de Valério no Rural. E assim, em meio a pacotes de dinheiro e carões de luxo, o PT vai produzindo seu crepúsculo moral. ■

PARTIDOS MORREM NATURALMENTE

No início de 1992, o diretor de um hospital público de Milão, apadrinhado do Partido Socialista Italiano, foi flagrado recebendo uma propina equivalente a 5 000 dólares. Depois de sua prisão, sob os auspícios do juiz Antonio Di Pietro, começou uma investigação que revelaria que o corrupto, longe de ser um caso isolado de prevaricação, fazia parte de um gigantesco esquema ilegal de financiamento partidário no qual se envolviam não só expoentes socialistas como poderosos de outras agremiações, empresários, empreiteiros, ministros e até mafiosos. Entre 1992 e 1994, período áureo do processo, que passaria à história sob o nome de Operação Mãos Limpas, foram interrogadas 12 000 pessoas e presas 5 000.

O terremoto político atingiu o ápice com a fuga para a Tunísia de Bettino Craxi, líder socialista que havia governado a Itália entre 1983 e 1987. Acusado formalmente de corrupção, ele foi processado, à revelia e condenado à prisão. Craxi morreu em 2000, em sua villa tunisiana à beira-mar, na condição de fugitivo da Justiça italiana.

A Operação Mãos Limpas teve como efeito principal baixar de níveis africanos a europeus a corrupção sistemática na Itália. E, como colateral, dissolveu partidos havia muito apodrecidos — a direita e à esquerda. A Democracia Cristã, hegemônica desde 1948, desmoronou em 1996. No mes-

mo ano, o Partido Socialista ruiu. A política italiana reorganizou-se em outras agremiações, depois do trauma, em mais uma prova de uma verdade universal — a de que partidos são conjuntos que podem morrer, sem que isso signifique um comprometimento das instituições que são esteio da democracia, como o próprio Parlamento, os tribunais e o Poder Executivo. É o contrário do que, vêm pregando os manda-chuvas petistas, em meio à crise que se afigura como a

Operação Mãos Limpas brasileira. Afinal de contas, consequências do mal que atingiu sobre a agremiação, eles dizem que o PT precisa ser preservado para o bem da democracia nacional. Não é verdade. O PT merecerá, sobreviverá, se for demolido, nas CPIs e em andamento (e até estándes das eleições do ano que vem), que apenas uma parte de sua estrutura foi contaminada pela corrupção. Caso contrário, será ótimo para a democracia brasileira que o partido entre num imprevisível processo de extinção. Isso porque, também na política, as laranjas podres contagiam as boas. Olhando um partido nessas condições, os partidos da seleção natural do sistema democrático. Quanto aos petistas que não saíram ganham na lama, que organizem uma nova agremiação ou se resignem a entrar em outra já existente. Deu certo na Itália, daria certo no Brasil — e em qualquer país civilizado.

Maria Sabino

MÍDIA
ALVARENGA

Dores do crescimento

A crise de credibilidade que cerca o governo e o PT não é tão feia como a pintam. Basta que se passe a avaliá-la pela perspectiva dos cidadãos brasileiros — e não mais do ponto de vista dos figurões de Brasília que estão sendo por ela demolidos. Em pouco mais de um mês, o Brasil conseguiu fazer uma devassa nas entradas do poder e, não gostando do que viu, deu início ao que parece ser uma limpeza ética como poucas a que já assistimos. Tudo parece ruir, mas o barulho terrível que se ouve é apenas o de cabeças rolando.

Para enfrentar essa crise, cujas implicações para o governo e para o PT são alarmantes, o Brasil não precisou passar por terremotos institucionais. As crises que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas, à renúncia de Jânio Quadros e à derrubada de João Goulart e de Fernando Collor criaram momentos de enorme suspense institucional. Desta vez, não há alarme desse tipo. Ao menos até agora, o que não é pouco.

Uma coisa que ruiu no Brasil, neste mês de julho, foi a idéia de que o país só tinha problemas porque seu governo nunca havia entregue a um imaculado partido de pessoas puras como o PT, capaz de materializar a utopia da salvação nacional pela ação dos impolutos cavaleiros da vermelha figura. O fato de que o Brasil tenha acreditado nessa empulhação e, em consequência, colocado o PT à frente dos destinos do país, parece absurdo ao observador de hoje. Mas não parecia aos eleitores de 2002.

Houve um aprofundamento da autoconsciência nacional. A ilusão saiu esfrangalhada, mas nunca foi salutar viver de ilusões. Outra idéia que vem

ruindo desde o início do governo é a de que o PT tinha competência técnica, política e humana para governar o país. Com exceção da área econômica, em que emprega o bom senso convencional, mas contraria as convicções da maioria dos integrantes da sigla petista, o partido salvou-se em poucas frentes do naufrágio absoluto. No leme, estavam marujos perplexos com as complexidades do poder.

O Brasil ainda é um país jovem. Em certos sentidos, como no aspecto político, somos uma nação adolescente vivendo as descobertas e as dores do crescimento. Não se sabe onde vai acabar o movimento de demolição do que há de pernicioso no governo do momento nem se pode vislumbrar o que vai sobrar do partido e da administração Lula. Como prova de amadurecimento, há o fato de que o país continua vivendo num ambiente de normalidade. As revelações de julho espantaram. Mas, ao contrário do que aconteceu em outros

momentos do passado, não deixaram aquela conhecida sensação de que “este país não tem jeito”. Tem jeito. E a prova é o funcionamento de seus mecanismos de autodepuração.

Com a nova experiência no terreno da desilusão, o Brasil já não estará tão frágil no futuro ao se defrontar novamente com legendas ou políticos salvadores da pátria. É de esperar que os moralistas e demagogos tenham mais dificuldade para convencer eleitores que, a cada crise, vão se tornando menos ingênuos e mais realistas. Que assim seja!

“Ruiu a idéia de que o Brasil só tinha problemas porque seu governo nunca havia sido entregue a um imaculado partido de pessoas puras como o PT, capaz de materializar a utopia da salvação nacional pela ação dos impolutos cavaleiros da vermelha figura”

ANDRÉ PETRY

Um escândalo, por favor

A ausência de escândalos não é garantia de ordem. Aliás, a ausência de escândalos, principalmente em países em construção como o Brasil, quase sempre é sinal de desordem — desordem silenciada, sufocada, amordaçada. Quando nada se sabia sobre o mensalão, não havia escândalo nem espanto, mas o mensalão estava lá, discretamente deslizando para o bolso dos parlamentares, numa perfeita desordem muda.

O escândalo, portanto, às vezes faz muito bem.

Agora mesmo, a pesquisadora Regina Soares Jurkewicz lançou um livro narrando casos de padres que abusaram sexualmente de mulheres entre 1994 e 2002. Jurkewicz examinou episódios divulgados pela imprensa nesses oito anos e consultou quase 100 organizações que trabalham com direitos humanos. Em seguida, selecionou 21 casos “envolvendo meninas, adolescentes e mulheres”. Na maioria das vezes, a vítima não tinha mais que 16 anos. Por fim, a pesquisadora aprofundou sua análise em dois casos, os mais emblemáticos. O resultado é um livro de 124 páginas chamado *Desvelando a Política do Silêncio: Abuso Sexual de Mulheres por Padres no Brasil*.

Jurkewicz é professora, é católica e trabalhava havia oito anos no Instituto de Teologia de Santo André. Trabalhava. Não trabalha mais. Assim que sua pesquisa começou a vir a público, a direção do instituto resolveu demiti-la sob a alegação de que discordava de suas idéias.

Era para ser um escândalo, mas viu-se silêncio. Demitiram a professora porque não concordavam com ela. Dis-

“Com a reação da hierarquia católica, com seu silêncio e sua covardia de enfrentar um problema grave, pode-se supor que, no momento em que você, leitor, lê estas linhas, um padre esteja por aí molestando uma menina de 16 anos...”

cordar é livre, naturalmente, mas não deixa de ser espanhoso que o pessoal do instituto tenha levado oito anos para descobrir as idéias da professora e perceber que delas discordava. O fato é que eles nada falaram das denúncias de Jurkewicz e ainda desprezaram o objetivo central de seu livro: o de pressionar a hierarquia católica a reconhecer a existência do problema e sobretudo demovê-la da política de ocultar e silenciar e esconder e até proteger os padres agressores.

O problema todo é que não houve escândalo. O mensalão já acabou. É absolutamente certo que não existe deputado ou senador que esteja, neste momento, pensando em trocar de partido para ter direito ao mensalão do PT. O escândalo, a denúncia, a investigação, o barulho, a reação da sociedade — tudo isso é doloroso, mas foi também o primeiro passo, apenas o primeiro passo, para estancar o problema.

No caso da denúncia de Jurkewicz contra o abuso cometido por padres, lamentavelmente não se pode esperar nada de solução. Continuaremos vivendo a esquizofrenia segundo a qual a lei brasileira diz que abuso sexual é crime, mas o direito canônico nem sequer prevê punição para o agressor. Com a reação da hierarquia católica, com seu silêncio, sua apatia, sua covardia de enfrentar um problema grave, pode-se supor que, neste exato momento, no momento em que você, leitor, lê estas linhas, um padre esteja por aí molestando uma menina de 16 anos...

Quem há de negar se não há escândalo?

ESTÁ NA CARA

Não é preciso nem mais ouvir o que dizem; basta olhar para concluir: mentirosos seriais submetem o país a um festival de indignidades

Vilma Gryzinski

Qual o maior mentiroso de todos nesse aluvião de imposturas que estarrece o país? As desculpas esfarrapadas, as lorotas, as cascatas, as patranhas, as patacadas, os engodos são tantos que o embusteiro de ontem é rapidamente eclipsado por novos e mais vigorosos concorrentes. Vale a pena lembrar, por exemplares, alguns temporariamente fora do ar. Não se fala muito, no momento, de José "Não me lembro que assinei" Genoino nem de seu irmão, José Nobre "Isso parece armação" Guimarães. Aliás, também anda em baixa o suposto objeto da armação, José Adalberto Vieira da Silva, aquele dos 100 000 dólares escondidos todo mundo sabe onde — esse com tantas desculpas, cada uma mais patética que a outra, que não faz jus sequer a um apodo. E João Paulo "Minha mulher foi acertar uma conta da TV a cabo" Cunha (50 000 reais sacados pela patroa no mais movimentado point de Brasília, a notória agência do

Banco Rural)? E o deputado peleista Bispo Carlos "Discutimos alianças com Delúbio pelo país" Rodrigues (150 000 reais)? E José "Eu conheço Marcos Valério *en passant*" Borba (200 000 reais)? E o mais importante de todos os paroleiros desaparecidos, José "O governo do PT não rouba nem deixa roubar" Dirceu? Alguns estão condenados a voltar ao centro dos acontecimentos, outros serão sugados pelo buraco negro da crise sem deixar vestígios.

Pelo papel seminal que desempenharam no esquema geral da corrupção e pelo destaque que tiveram na última semana, os três mosqueteiros da dinheirama ilícita ocuparam o centro do grande teatro da mentira. Marcos Valério, Delúbio Soárez, Silvio Pereira. Só de ouvir esses nomes, e se lembrar de seu desempenho diante das câmeras, em CPIs ou entrevistas, pessoas normais tendem a ter reações semelhantes: reviram os olhos, fazem uma expressão de repugnância, dão um risinho nervoso. São

respostas emitidas na mesma linguagem não-verbal que, inconscientemente, registram nos, digamos, depoentes. O vocabulário corporal dos mentirosos é amplamente conhecido pelos estudiosos do comportamento humano: são pálpebras que disparam a piscar, censhos franzidos que se fixam num roteiro preestabelecido de embuste, mãos que cobrem a boca ou mexem no nariz, olhares enviesados, tronco rígido, membros contraídos.

Tome-se o exemplo de Marcos Valério da última vez que apareceu em público, na entrevista em que tentou vender o engodo batizado de Operação Paraguai: o dinheiro que irrigava contas de petistas e aliados vinha, alegou, de empréstimos bancários contraídos a pedido de Delúbio Soárez para saldar dívidas de campanha. Não era preciso nem ouvir os detalhes da versão cambaia para uivar de incredulidade. Dotado de razoável autocontrole, Valério denunciou-se na testa reiteradamente franzida, na temerosa orla de suor sobre os lábios, nos

movimentos rígidos da mão. Ao dizer que não nomearia os beneficiários dos "emprestimos" devido a um acordo com a procuradoria, franziu a testa durante 33 segundos. Por que omitiu os supostos empréstimos no depoimento à CPI (os grandes saques em dinheiro, recorde-se, destinavam-se a "pagar fornecedores"), de acordo com a segunda e esfarrapada versão — na primeira, ele disse a VEJA: "Lido com gado. Há fazendeiros que não aceitam chegue")? A resposta propiciou quarenta segundos de testa enrugada.

Já em matéria de piscadelas, o campeão é Delúbio Soares. Na segunda dose da Operação Paraguai ele bateu recordes. Em condições normais, uma pessoa pisa em média vinte vezes por minuto. Ao responder à primeira pergunta do repórter da Rede Globo — se confirmava a

versão de Marcos Valério —, piscou 52 vezes em cinquenta segundos. Achava crível que tudo isso fosse feito sem conhecimento da direção do PT? Foram 21 piscadas em oito segundos. Era apenas coincidência que estivesse falando um dia depois de Marcos Valério? Vinte e três vezes em nove segundos. Quatro dias depois, no longo depoimento à CPI, a situação mudou: as pálpebras delubianas estavam quase estáticas, tomadas por tamanha morosidade que se cogitou, com a liberdade propiciada por crise das dimensões, sobre um efeito químico.

As manifestações não-verbais de mentirosos seriais evidentemente são apenas indícios. É possível que quem se põe a piscar aceleradamente, com o rosto contorcido e gestos crispados, esteja expressando sinais de nervosismo e tensão. É possível, por exemplo, que quan-

do Silvio Pereira leva repetidamente a mão ao rosto, cobrindo a boca e tocando o nariz, esteja apenas se protegendo do canhoneio da CPI (e pensando em coisas mais amenas, como uma casa na praia, quem sabe um passeio de Land Rover). Os desmentidos que valem são os que vêm na forma de provas documentadas — e não têm faltado. Os comentários sobre os sinais exteriores de mentira são uma reação ao festival de indignidades a que o país tem sido submetido. Identificá-los, e até rir deles, é uma forma de autopreservação num momento de forte stress emocional. Para combatê-los, o remédio ideal é conhecido. "A verdade é avassaladora", avisou o deputado Roberto Jefferson quando pôs fogó na crise. Mesmo já superado pelo ritmo vertiginoso das revelações desencadeadas desde então, ele ocupa uma estranha posição: quase tudo o que falou até agora foi confirmado. ■

Com reportagem de Laura Ming

O PETRÓLEO É DELES

Como o lobista Fernando Moura, representante de José Dirceu e Silvio Pereira, intermediou negócios na Petrobras

Felipe Patury e Francisco Mendes

APetrobras é a maior fonte de negócios do governo. Investe por ano 22 bilhões de reais. Tanto dinheiro atiçou o PT, que avançou sobre a estatal com a voracidade de quem descobre um campo de petróleo. Nos últimos anos, algumas das polpudas transações feitas pela em-

presa passaram pelos amigos do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. No início de 2003, ele incumbiu o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira de selecionar os candidatos a cargos de direção na estatal. Essa tarefa garantiu a Silvinho especial autoridade sobre o diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque, indicado para o posto por outro amigo e representante de

Dirceu, o lobista Fernando Moura. Dois parlamentares e quinze empresários contaram a VEJA como Silvinho e Moura intermediaram o trânsito de empresas privadas na Petrobras. Entre elas, a baiana GDK, que deu a Silvinho um Land Rover de 73.500 reais. Na semana passada, o caso veio a público e Silvinho acabou se desfiliando do PT. Não sem

antes proclamar que continuará a ser "um lutador social, nessa hora em que as forças conservadoras se aproveitam para sitiá-lo". A "luta" de Silvinho, na verdade, foi nas colunas sociais, que passou a frequentar quando o PT chegou ao poder.

A GDK começou a prestar serviços à Petrobras em 1994. Deslanchou em 2002, quando seu dono, César Oliveira, conheceu Paulo Henrique Cardoso, filho do ex-presidente Fernando Henrique, e David Zylberstajn, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo. Naquele ano, os contratos da GDK com a estatal saltaram de 126 para 430 milhões de reais. A amizade com os tucanos se transformou em desvantagem quando Lula assumiu. No primeiro ano do governo petista, os contratos da empresa com a Petrobras encolheram 34%. Para evitar maiores perdas, a GDK contratou em março de 2003 uma dupla de lobistas.

Eles entraram no jogo e a empresa conseguiu o apoio do atual ministro da Coordenação Política, Jaques Wagner — do qual Oliveira havia sido o principal financiador na campanha de 2002 para governador da Bahia. O ministro hoje tem uma filha empregada na GDK e Oliveira furou o bloqueio imposto à empresa por Moura e Silvinho. Marcou um encontro com Moura em abril de 2003 e, outro, três meses depois, com Silvinho.

Depois das conversas com os representantes de José Dir-

ceu, a GDK recuperou seu espaço na Petrobras. E como! Seus contratos atingiram 512 milhões de reais em 2004. O principal deles, de 240 milhões de reais, foi a reforma da plataforma P-34. A GDK cometeu um erro formal em sua proposta, não tinha atestado ambiental e participou da licitação mesmo sem constar do cadastro de serviços de plataformas. Eram motivos suficientes para que fosse descartada. Não foi. Oliveira ficou grato a Silvinho e a Mou-

ra. Ao primeiro deu, pelo menos, o tal Land Rover. Ao segundo, pelo menos, abrigo na hora do aperto. Moura mantinha um apartamento em Brasília até a erupção do escândalo Waldomiro Diniz. Depois disso, passou a desparchar no escritório da GDK no Rio. De lá, Moura defendeu os interesses de outra empresa na Petrobras. Em 2000, no governo FHC, a Alpina firmou um contrato de segurança ambiental que lhe renderá 160 milhões de reais. Como o contrato vence em 2006, a empresa terá de participar de nova licitação. Moura luta para que ela concretize seus objetivos.

No início do governo Lula, o estaleiro Fels Setal também pediu ajuda a Moura e Silvinho. A empresa é uma associação entre o Fels, de Cingapura, e a Setal brasileira. Em 2002, ganhou a licitação para construir a plataforma P-51. A concorrência foi anulada pelo governo petista, que abriu nova licitação. A Setal estava, então, com um problema para ganhar a disputa: enfrenta-

va na Justiça pedidos de falência. Recorreu a Moura. Em maio de 2003, ele apresentou Roberto e Augusto Mendonça, sócios do estaleiro, a Silvinho. Num passe de mágica, ganharam não só a P-51 como também a P-52. As duas obras renderão 4 bilhões de reais. O estaleiro Mauá Jurong registrou em cartório uma proposta para fazer as obras por 600 milhões de reais a menos, mas foi desclassificado. Depois que ganharam as licitações, os irmãos Mendonça venderam a Setal para os sócios de Cingapura. A GDK, a Alpina e o Fels Setal estão na alçada da diretoria de Renato Duque, o indicado pela dupla dinâmica Moura/Silvinho. Por meio de sua assessoria, ele diz que não é apadrinhado dos representantes de Dirceu e que nunca discutiu os casos dessas empresas nos seus muitos encontros com Silvinho. A Petrobras diz que a GDK também faturava alto no governo tucano e que a renovação do contrato com a Alpina não está decidida. Afirma ainda que não houve prejuízo no caso do Fels Setal. Desde que estourou o escândalo dos Correios, Moura desfruta o doce cativeiro do exílio. Pode ser encontrado em Paris. Petista chique é outra coisa. ■

24 HORAS DE OLHO NELES

O brasileiro vigia a CPI pela TV.
A cobertura da crise é só um exemplo da força da democracia

Nunca uma crise política no Brasil foi tão exposta em suas minúcias. Os depoimentos prestados à CPI dos Correios são transmitidos pelos canais

de notícias 24 horas — que ainda não existiam, por exemplo, na época do processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. É como se a atividade da CPI estivesse sob permanente vigilância, em uma espécie de *Big Brother* da política — sujeito a momentos de tédio, mas também a formidáveis revelações. Essa programação tem obtido bons índices de audiência: nas duas ocasiões em que Roberto Jefferson depôs — na Comissão de Ética da Câmara e na CPI —, o canal de notícias Globo-news foi sintonizado por mais de 1 mi-

lhão de pessoas, assumindo a liderança da audiência entre os canais pagos. O *Jornal Nacional*, o programa jornalístico mais visto do país, tem dedicado quase todos os seus blocos à cobertura do escândalo — e é acompanhado por cerca de 30 milhões de pessoas. Esses números revelam um interesse continuado do público brasileiro pelos desdobramentos do escândalo do mensalão. E mostram o vigor democrático da sociedade brasileira.

Apesar dos escândalos, muitos indicadores de saúde democrática vão bem. Ainda no âmbito da imprensa, hoje é inimagi-

nável que ocorram episódios como a invasão do prédio da *Folha de S.Paulo* pela Polícia Federal, em 1990 — uma tentativa de intimidar os meios de comunicação quando pipocavam denúncias contra o presidente Collor (o governo petista tentou criar um mecanismo de controle da imprensa, o maladado Conselho Federal de Jornalismo, mas a idéia foi abatida no nascedouro). Mesmo no aparato estatal, há instituições sólidas e independentes. Desde que viu sua autonomia ampliada pela Constituição de 1988, o Ministério Pùblico tornou-se um órgão importante de combate à corrupção. O mesmo se pode dizer da Polícia Federal. “A verdadeira democracia tem de ser testada. São as crises que permitem constatar o vigor das instituições”, diz o historiador Lincoln Penna.

Outras comparações com o período da falência do governo Collor tornam mais claro como o Brasil avançou. Quando Collor foi apeado da Presidência, a inflação batia em 1 000% ao ano. A crise econômica não nasceu com as denúncias contra o presidente, mas viu-se ampliada por elas: a inflação mensal atingiu seu pico no mês do impeachment, setembro de 1992, com 27%. No terremoto atual, a economia se mantém estável. Não se fala em explosão inflacionária, e a confiança do mercado internacional não dá mostras de arrefecer: na semana passada, o Brasil trocou boa parte de seus C-bonds

(títulos da dívida externa) por documentos com cláusulas mais favoráveis. Isso é possível porque o governo se mantém firme na rota do ajuste fiscal, mas também pela autonomia que instituições econômicas como o Banco Central têm demonstrado. Nas últimas semanas, por exemplo, o BC negou um empréstimo especial ao Banco Rural, instituição estreitamente ligada ao empresário Marcos Valério, operador do mensalão. Com seu nome associado a um escândalo de corrupção, o banco imaginou que seria possível blindar-se contra uma corrida de saques com um dinheirinho do governo. Se dependesse da cúpula petista, o desejo teria sido atendido. O BC, no entanto, manteve as portas do cofre trancadas.

Uma comparação com nações em estágio de desenvolvimento semelhante ao do Brasil é também eloquente. Na Argentina, quando a crise econômica levou o presidente Fernando de la Rúa à renúncia, em 2001, houve saques e confrontos de rua em Buenos Aires. Não se vê nada remotamente parecido por aqui. “A democracia brasileira já é capaz de absorver as crises e demandas dentro de um marco institucional”, diz o jurista e ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer. Também é alentadora a comparação do Brasil com países como China e Rússia. A Rússia, assolada por um nível quase endêmico de corrupção, ainda não

se libertou da tradição autoritária herdada do comunismo: os canais de televisão, por exemplo, são controlados pelo governo. A China, embora desonte como um gigante econômico, não dá mostras de que

algum dia vai instituir um estado de direito.

As atividades da CPI, é claro, também são um índice de força da democracia — ainda mais quando vigiadas pelo eleitor. “Uma CPI bem conduzida ajudará a dissipar a idéia de que os políticos são um bando de gaiatos”, diz o cientista político Bolívar Lamounier. Na semana passada, o senador Jefferson Peres (PDT-AM), em artigo no jornal *Folha de S.Paulo*, citou o Chile como exemplo positivo para o Brasil. Ele lembrava que, no fim da ditadura do general Pinochet, os partidos chilenos firmaram um acordo sobre os pontos da política econômica que deveriam ser mantidos. Nenhum pacto formal do gênero foi firmado pelos partidos brasileiros. Mas a sociedade brasileira chegou, sim, a um pacto tácito sobre os valores básicos que nem à mais grave crise política pode vitimar: estabilidade econômica, instituições democráticas, liberdades civis. Por mais que as investigações da CPI abalem o governo, o Brasil tem todas as chances de sair desse processo ainda mais fortalecido. ■

GENÉRICO DE DELÚBIO

Ivan Guimarães ajudou seu mentor a navegar no caixa do Banco do Brasil

VEJA revelou na semana passada que Henrique Pizzolato, ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, mandou seu contínuo buscar uma sacola com 326 000 reais da conta da DNA propaganda, uma das agências de publicidade de Marcos Valério, o operador do mensalão. Influentes no mundo financeiro, Pizzolato era peça vital, mas não a única, da fantástica fábrica de dinheiro do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Em meio à inesgotável lista de envolvidos no esquema de arrecadação petista, deve-se ressaltar o eco-

nomista Ivan Guimarães, subtesoureiro do PT durante a campanha presidencial de 2002. Na prática, Ivan era uma espécie de genérico de Delúbio. Terrível na arte de buscar dinheiro junto a banqueiros, cumpriu com dedicação a árdua tarefa de, sabe-se hoje, abarrotar o(s) caixa(s) do partido para financiar a campanha que elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Missão cumprida, ganhou em março de 2003 o cargo de assessor especial do ex-presidente do Banco do Brasil Cásio Casseb, mas não se contentou com

os limites estreitos da função. Passou a perseguir novos negócios, em sociedade com um amigo que lhe fora apresentado por Delúbio: o empresário mineiro Marcos Valério. Juntos, Ivan e Valério percorreram os corredores do Congresso e de ministérios em defesa de missões pouco ortodoxas. Numa delas tiveram a desfaçatez de pressionar funcionários do Banco Central a decidir em favor de bancos falidos com

pendências bilionárias no ônus. Fracassaram.

No segundo semestre de 2003, metaram-se, numa empreitada ainda mais ousada, talvez influenciados pelo dramaturgo alemão Bertolt Brecht, para quem crime não é assaltar um banco, mas fundá-lo, propuseram a criação de duas novas instituições financeiras, uma privada, outra pública. A pública nasceu em setembro de 2003, com a criação do Banco Popular do Brasil, braço do Banco

do Brasil cuja função é emprestar dinheiro à população de baixa renda. Ivan foi logo nomeado para a presidência da nova instituição, da qual foi escorraçado um ano e sete meses depois, deixando um legado cômico e triste. Sob sua administração, o Banco Popular do Brasil injetou mais dinheiro na agência de publicidade de Marcos Valério do que nas contas de seus pobres clientes. A DNA propaganda, de Valério, recebeu 24 milhões de reais para gastar com publicidade. Ao cerca de 1 milhão de clientes do Banco Popular do Brasil Ivan destinou 20 milhões.

Ivan, Delúbio, Pizzolato e Valério também sonhavam com

a criação de uma instituição financeira privada — o Banco do Trabalhador, que centralizaria a movimentação bancária de todos os sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores sob a supervisão e com o suporte do Banco Rural. A ideia foi abandonada quando José Dumont, ex-vice-presidente do Rural, morreu, em um acidente de automóvel, levando junto os sonhos de Delúbio e de seus genéricos. Ah, sim, Ivan dirige um Land Rover.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Lula é o responsável”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 18 de julho do corrente.

O autor do artigo, Carlos Alberto Di Franco, comenta que é necessário “decretar o fim do acordo firmado entre as forças políticas para proteger a imagem do presidente da República. Afinal, quem merece uma blindagem contra a corrupção é o Brasil e seu povo ordeiro e sacrificado”. Afirma, ainda, que, com o apro-

fundamento das investigações, “a omissão presidencial ficará cada vez mais patente”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo passe a integrar este pronunciamento.

A matéria segue em anexo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

Lula é o responsável

Carlos Alberto Di Franco

O recrudescimento da crise brasileira, com cenas próprias da pior delinqüência — flagrantes policiais de situações constrangedoras, depoimentos cínicamente falsos e a sintomática submersão silenciosa dos envolvidos (José Dirceu, que anuncia sua defesa na Câmara dos Deputados, parece ter mudado de país) — conduz, inevitavelmente, a algumas conclusões.

A primeira, caro leitor, é a urgente necessidade de se caminhar para a abertura de uma CPI da Corrupção. Como lembrou o jornalista Fernando Rodrigues, está em curso no Congresso uma operação destinada a embaralhar as apurações em andamento. Além da CPI dos Correios, começam a funcionar outras duas: a do Mensalão e a dos Bingos. O Palácio do Planalto, sublinha Rodrigues, opera ativamente para que essas novas investigações entrem logo em cena. Quem ouviu o recente discurso do presidente Lula a um grupo de sindicalistas, em Brasília, notou, certamente, a contundência com que o presidente, em nome de sua isenção no combate à corrupção, defendeu a multiplicação de CPIs. Dispensar a investigação e fragmentar os fatos fazem parte da estratégia do governo.

A juíza Déniere Frossard, portadora de notável currículo no combate ao crime organizado, está convencida de que foi instalada uma rede criminosa no

coração do Estado brasileiro. Concordo com ela. A CPI dos Correios está apenas arranhando um dos tentáculos. A cada dia, infelizmente, surgem novos indícios de corrupção. Aparentemente, só para citar um exemplo, cartões de crédito corporativos têm sido usados para despesas pessoais. Como sâilhou reportagem do jornal *O Globo*, se gastos com vinhos fazem parte das relações corporativas dos diretores da Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, difícil é entender o que faz o nome de uma empresa especializada em sites pornográficos no extrato de despesas do presidente do conselho deliberativo do fundo, Henrique Pizzolato. Localizado em Londres, onde participava de encontro sobre fundos de previdência, Pizzolato afirmou que nunca ouviu falar da empresa ou do site e que não tem ideia de como a conta foi debitada no cartão da Previ, que ele usa sómente em serviço. Sem querer prejulgá-lo, ninguém é muito estranho. Convém, por isso, aglutinar tudo numa única CPI da Corrupção, com subcomissões temáticas apurando cada acusação, mas centralizando o resultado num relatório final conjunto. É a proposta de Fernando Rodrigues. Assino em baixo. A dispersão investigativa acabará em impunidade.

Impõe-se, em segundo lugar, decretar o fim do acordo firmado entre as forças políticas para proteger a imagem do presidente da República. Afinal, quem merece uma blindagem contra a corrupção é o Brasil e seu povo ordeiro é sacrificado. Pesquisa da Ipsos-Opinião, publicada pela revista *Veja*, mostra que 55% dos brasileiros acreditam que Lula sabia da corrupção no governo. Ao mesmo tempo, a pesquisa CNT/Sensus, embora positiva para a inação do presidente, apenas evidencia o sucesso da operação de blindagem. Com o aprofundamento das investigações, no entanto, a omissão presidencial ficará cada vez mais patente. Cairá a ficha daqueles que, esquizofrenicamente, imaginam que seja possível separar o presidente da República dos seus ministros e aliados.

O presidente, supostamente, teria tomado conhecimento do mensalão em mais de uma ocasião. O deputado Roberto Jefferson afirmou que contou tudo ao presidente, em janeiro. A versão foi confirmada pelo ex-ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo. O governador de Goiás, Marconi Perillo, declarou que relatou a Lula, no ano passado, o pagamento de mensalão a parlamentares da base aliada. Tais diálogos não foram desmentidos e são suficientes para configurar crime de prevaricação. Ademais, todos os envolvidos no suposto escândalo, ram algum aval administrativo

ou de confiança do presidente da República. José Dirceu foi nomeado "primeiro-ministro" por Lula. Desde o caso Waldir, o Presidente ficou mais confortável, belinha. Mas Lula o manteve no cargo. Só saiu, como todos sabem, quando o deputado Roberto Jefferson advertiu que Dirceu acabaria arrastando o presidente Delúbio Soárez, pivô do escândalo. José Genoino não são estranhos ao presidente. São amigos e confidentes de longa data. O presidente da República, queiramos ou não, é o grande responsável pelo que está acontecendo.

Por isso, não são razoáveis as negociações entre governo e oposição para uma eventual emenda constitucional que elime a reeleição do presidente. Não só é medida anti-constitucional, é sobre desinteresse e sufisticos. Além disso, seria uma bofetada numa sociedade crescentemente traumatizada com o triste espetáculo da corrupção. Se o presidente da República permanecer nessa ética, é legal, ca que sim, está ética e legal.

SE PREVARICOU, ESTÁ IMPEDIDO DE DISPUTAR UM SEGUNDO MANDATO

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Erros, fatos e palavras", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 29 de julho do corrente.

O economista Paulo de Tarso Venceslau, em 1995, denunciou para Lula o esquema de corrupção nas prefeituras petistas como a de São José dos Campos, na qual o Secretário das Finanças, Roberto Teixeira, era o advogado e compadre do então futuro Presidente Lula. Isso prova que a corrupção no partido é antiga e que Lula já era inerte nessa época. A

mente, impedido de disputar um segundo mandato. Ele é preciso, finalmente, fazer a reforma política. Tudo isso, bem disse Hélio Bicudo. Agora, não é mais possível postergá-la. O atual modelo é a principal causa da corrupção. O voto distrital, que quebra o distanciamento entre o eleitor e o político, é essencial. O financiamento público das eleições, ou o sistema norte-americano, que admite o financiamento privado, devem ser discutidos amplamente. O direito ao voto é, por si só, a cláusula absoluta. Quando falta claredade, sobram sombras. É necessário, também, enfrentar a existência das legendas de aluguel. Para um partido subsistir, é típico que legendas desempenhem o que alcance o mínimo de 5% da votação em quase todos os Estados da Federação.

O Brasil, caro leitor, pode emergir desta lodaçal para um mundo melhor. Por isso, se isso acontecer, com a urgência que se impõe, é preciso que os culpados sejam punidos. Mesmo que se trate do presidente da República.»

Carlos Alberto Di Franco, diretor do Master em Jornalismo, professor de Ética da Comunicação e representante da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra no Brasil, é diretor da Di Franco – Consultoria em Estratégia de Mídia Ltda.

única atitude tomada foi a expulsão de Paulo de Tarso Venceslau do PT.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NÓTAS E INFORMAÇÕES A3
O ESTADO DE S.PAULO • SEXTA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 2005

Conselho de Administração:
PRESIDENTE
Roberto C. Mesquita
Mesa Diretora
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Maria Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Alves, 55 - CEP 01298-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax N° (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

'Erros', fatos e palavras

Embara se declarasse "muito indignado" não propriamente com as evidências de corrupção que têm vindo à tona, mas com o "tal de dize-que-diz" a que reduziu a crise política por elas provocada, o presidente Lula, antepondo em Bagé, tornou a se orgulhar de ter "vergonha na cara" e tornou a advertir que "todos que erraram, sejam do meu partido ou de outro, têm de pagar". Para seu presumível desconforto, no entanto, o mesmo *Estado* que notícia ontem, como a imprensa diária em geral, a sua mais nova manifestação sobre a amarga actualidade política brasileira publica também uma entrevista que revela a intensa distância entre as palavras do presidente sobre qual deve ser o destino dos que erraram e um fato a esta altura já histórico, do qual foi protagonista central, que aponta rigorosamente na direção oposta.

O entrevistado é o economista Paulo de Tarso Venceslau. Em 1995, ele denunciou a Lula o esquema de arrecadação ilícita de recursos operado em prefeituras petistas, como a de São José dos Campos, da qual era secretário das Finanças, pelo advogado Roberto Teixeira, compadre do então futuro presidente. Pas-

sados dois anos sem que nada acontecesse, Venceslau contou o que sabia ao *Jornal da Tarde*. Em 1998, foi expulso do PT. O caso tinha sido julgado por uma comissão de notáveis do partido, formada pelo economista Paul Singer, o ex-promotor Hélio Bicudo e o professor de direito e atual deputado José Eduardo Cardozo. O relatório do trio concluiu que Teixeira havia cometido "grave falta ética" – mas esse e outros trechos de igual teor foram expurgados da versão usada pela direção do PT para expulsar Venceslau.

A importância da sua entrevista

está na analogia que ele estabelece, com inquestionável lucidez, entre a corrupção no PT que virá de perto e esta que acompanha pela mídia, como qualquer brasileiro. Em dado momento, Venceslau diz que "se tivessem feito a depuração (para a qual forneceria a oportunidade, há dez anos), não estaríamos vendo o filme de agora". O problema, pelo que ele mesmo relata da atuação de Lula e do seu controlador do partido, José Dirceu, que o elegera presidente também em 1995, é que essa depuração não podia acontecer, a menos que o líder, perante

quem os companheiros se comportavam com temor reverencial, passasse por uma metamorfose que o fizesse praticar o que pregava – a separação absoluta entre o público e o privado, entre Estado e partido.

Mas, em vez disso, como mostra Venceslau, Lula "fez questão não só de acobertá-lo (o poderoso compadre), mas de punir quem tinha des-

coberto" (os seus erros, para usar a atual terminologia do presidente). Nesse episódio que esculpiria a verdadeira face da liderança do PT, "Lula se consolida como caudilho e o partido se ajoelha diante dele", analisa Venceslau. "Unido de uma liderança incontestável", assinala o ex-petista, "todo mundo passou a fazer aquilo que mandava." Dirceu era o "executor" leal ao chefe. Alcou à direção

partidária, para serem seus pais-mandados, Sávio Pereira e Delúbio Soárez, "que raciocinam muito pouco", na avaliação de Venceslau, confirmando o que se viu na CPI dos Correios.

A ascensão do PT ao Planalto deu dimensão federal aos meios e fins encarnados no ministro que dizia o que fazia o que Lula mandava. Prova de que nada mudou está no caso da nomeação do novo presidente da Infraero. Contra o parecer da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ele nomeou para a Infraero Tércio Ivan de Barros. A Polícia Federal apurou irregularidades que teria cometido na superintendência do Aeroporto de Guarulhos, em 2002. Tércio é amigo de Antônio Celso Cipriani, ex-presidente da falida Transbrasil, da qual o "compadre" de Lula, Roberto Teixeira, é advogado, e tem (Cipriani) um grande projeto na Infraero, apresentado pela advogada Waleusa Teixeira, filha de Roberto Teixeira e afiliada ao casamento de Lula. Outro amigo do compadre de Lula é o relator da CPI do Banestado, o deputado petista José Mentor, cujo mentor é José Dirceu. Ele conseguiu evitar que Cipriani depusesse no inquérito. Diz Venceslau: "Teixeira está blindado. Mas na hora em que reabrem o caso Banestado talvez a gente descubra por quê."

– Eis que o presidente, na mesma fala de Bangu, acusa a imprensa de manchar inocentes. "Alguém" terá de pedir desculpas, cobrou. A imprensa não manchou ninguém – diga o que disser o demitido ministro Dirceu. E o "alguém" que teria de pedir desculpas Lula sabe perfeitamente quem é.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada no jornal **O Estado de São Paulo**, de 03 de agosto de 2005, intitulada “Presidente da Casa da Moeda levou R\$2,6 milhões, revela lista de Marcos Valério”.

Segundo a relação de nomes, que sacaram dinheiro das contas das agências publicitárias do Marcos Valério, apresentada pela diretora financeira Simone Vasconcelos no seu depoimento à Polícia Federal, Henrique Pizzolato, ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, recebeu R\$326,66 mil. Esse montante foi in-

cluído dentro do valor de R\$2,6 milhões destinados ao Presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Presidente da Casa da Moeda levou R\$ 2,6 milhões, revela lista de Valério

Desse total, R\$ 326 mil teriam sido repassados a Manoel Severino pelo ex-diretor de Marketing do BB Henrique Pizzolato

CRSE NO GOVERNO LULA

Shila D'Amorim
Wilson Tosta
BRASÍLIA

O ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil (BB) Henrique Pizzolato recebeu R\$ 326,66 mil do empresário Marcos Valério, segundo relação apresentada pela diretora-financeira da SMPB, Simone Vasconcelos, durante depoimento à Polícia Federal esta semana. O dinheiro pago a Pizzolato foi incluído entre os R\$ 2,676 milhões destinados ao presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino, e entre os R\$ 15 de janeiro de 2004, de acordo com as declarações da diretora. Severino teria recebido os três pagamentos restantes. O primeiro ocorreu em 19 de agosto de 2003 e somou R\$ 100 mil. Outros R\$ 750 mil foram repassados entre 26 e 30 de abril de 2004 e a maior quantia, R\$ 1,5 milhão, em 4 de julho do ano passado.

Pizzolato nega ter recebido os recursos e diz que não tem relações pessoais com Manoel Severino. “Só o conheço pela imprensa e nem sabia a função dele.acho isso muito doido. Deve haver algum engano”, reagiu o ex-diretor do BB, que se aposentou no auge das denúncias de que ele estaria envolvido no esquema de distribuição de recur-

sos comandado pelo empresário mineiro Marcos Valério.

A saída de Pizzolato do BB fez parte de um processo de despartidarização da instituição e, hoje, por determinação do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e do presidente do BB, Rôssano Maranhão, todas as ações da diretoria de Marketing que era comandada por ele estão sendo auditadas. Até as secretárias que trabalhavam com Pizzolato foram trocadas.

Manoel Severino não quis se manifestar. Sua assessoria disse que não conseguiu encontrá-lo e ele não respondeu os recados deixados no seu celular. O dinheiro repassado ao presidente da Casa da Moeda seria destinado ao PT do Rio de Janeiro, Estado onde também vive o ex-diretor do BB. Segundo apurou o *Estado*, o dinheiro teria ido para vários candidatos entre eles o deputado Jorge Bittar, que concorreu à prefeitura da capital e, hoje, participa das investigações da CPI dos Correios, que apura as relações do PT com Marcos Valério.

A agenda de Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária do publicitário, registra vários encontros de Marcos Valério com o presidente da Casa da Moeda, em 2003. O primeiro registro associa Manoel Severino ao então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. A anotação, referente a 20

de novembro, diz: “Ligar Manoel Severino Delúbio”. Embaixo dos nomes a palavra “urgente”. Manoel Severino é antigo conhecido do PT do Rio, onde fica a sede da Casa da Moeda. Ele foi secretário estadual de Articulação Governamental no governo de Benedito da Silva, é ligado ao ex-secretário de Comunicação do PT Marcelo Serrano e amigo do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Dini.

O esquema de Severino com candidatos do PT no Rio teria ligação nacional e funcionou paralelamente ao diretório regional do PT que, oficialmente, ficou fora dos repasses. Na campanha de Bittar, o comando nacional do PT impôs o marqueteiro Nizan Guanaes, com o compromisso de pagar-lhe os serviços, mas interrompeu o pagamento em agosto.

A escolha de Guanaes foi do ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares. “Ninguém está fora da possibilidade de ter recebido dinheiro na campanha”, admitiu um ex-coordenador das campanhas petistas, sob anonimato. Na CPI dos Correios, Valério admitiu ter mantido encontros com Severino. Disse que os dois discutiram campanhas no Rio. O presidente da Casa da Moeda confirmou. Mas a única campanha petista que Valério assessorou oficialmente em 2004 foi a de Petrópolis. ■

O SR. LUIZ SOARES (S/Partido – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Os desfechos da crise”, publicada na revista **IstoÉ** do último dia 13 de julho do corrente.

A matéria traz os comentários de cinco intelectuais sobre a crise política provocada pelo escândalo de corrupção nos Correios. Os convidados “analisaram o terremoto provocado pela CPI dos Correios, propuseram reformas e ações políticas, e tentaram antecipar tendências do eleitorado”. No geral, uma conclusão foi

unânime: a de que os estragos à imagem do PT são irreversíveis; a bandeira do PT da ética e da correção na política foi literalmente destroçada.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

“**Conheço
Lula bem
e acho que
ele não será
candidato
à reeleição**”

César Benjamin

Cientistas políticos afirmam que estragos à imagem do PT são irreversíveis, mas Lula ainda pode sair inteiro

OS DESFECHOS

AZIZ FILHO E CELINA CÓRTES

Ademocracia está consolidada e não há risco de crise institucional. Mas os danos ao PT e ao presidente Lula são irreversíveis, abrindo espaço para uma diáspora petista, para a reorganização das forças políticas e para nomes até agora afastados das especulações sobre a sucessão, que dificilmente resultará na reeleição. São as impressões gerais de cinco intelectuais convidados por **IstoÉ** para um debate, na terça-feira 5, na sucursal do Rio de Janeiro. Durante duas horas, eles analisaram o terremoto provocado pela CPI dos Correios, propuseram reformas

e ações políticas, e tentaram antecipar tendências do eleitorado. O grupo foi composto pelo sociólogo Hélio Jaguaribe, do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, pelos cientistas políticos Antônio Carlos Peixoto (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Eurico Figueiredo (Universidade Federal Fluminense) e Maria Celina D'Araújo (Fundação Getúlio Vargas) e pelo analista César Benjamin, da editora Contraponto.

O presidente concluirá o mandato? A primeira pergunta divide as opiniões, mas a maioria acha que Lula não tentará a reeleição. “É a mais séria crise política da República, porque a frustração matou a esperança da chegada de um líder operário ao poder”, diag-

nóstica Hélio Jaguaribe. A ponderação vem de Eurico Figueiredo, que vê em Lula condições de vencer em 2006, desde que assuma o erro por não ter agido antes, afaste todos os suspeitos e passe a governar com total transparência para ganhar a dimensão de estadista. Figueiredo admite outros dois cenários: o pior, com renúncia ou impeachment, ou uma convivência desgastante com a crise, resultando na polarização das eleições de 2006 entre o PSDB e outro candidato, como o ex-governador Anthony Garotinho (PMDB), que dividiriam os votos dos petistas frustrados. Maria Celina prefere ressaltar a possibilidade de Lula não concluir o mandato, embora “ninguém queira este desfecho”. Para

“O sistema partidário atual é inviável. O regime tende ao parlamentarismo”

Hélio Jaguaribe

“Não acredito que a crise chegue ao impeachment do presidente. Lula não é Collor.”

Eurico Figueiredo

DA CRISE

ela, o presidente se mostrou incapaz para governar. “A renúncia é uma perspectiva mais plausível do que o impeachment. Ele ficou a pé.”

De fora – Antonio Carlos Peixoto concorda que Lula mostrou falta de talento para administrar e dá um conselho: uma declaração solene de que não disputará a reeleição. “Isso acalmaria os adversários e poderia conter a crise.” O PT lançaria em 2006 um nome das correntes menos atingidas pelas denúncias, como os senadores Eduardo Suplicy (SP) e Cristovam Buarque (PT). Peixoto lança um alerta, com a concordância dos demais: é preciso cuidado com o denuncismo exacerbado. “A tolerância com a

CENÁRIOS POSSÍVEIS

- 1. Lula e FHC costuram uma aliança e mudam a política brasileira
- 2. PSDB e PT se enfrentam em 2006 com Garotinho na disputa
- 3. Lula reduz a tensão política anunciando que não será candidato
- 4. O PT se dissolve e seus eleitores se dividem em 2006 entre o PSDB e um candidato com um discurso desenvolvimentista
- 5. Lula renuncia para evitar o impeachment

corrupção deve ser zero, mas as reformas não devem ser feitas só com a bandeira do honestismo. Isso pode desestruturar o quadro e abrir caminho para um aventureiro”, afirma, lembrando a eleição de Silvio Berlusconi na Itália como um dos frutos da operação Mão Limpa. Os debatedores vão mais longe e recordam desastres que começaram sob o signo da moralidade, como nazismo, fascismo, franquismo, suicídio de Vargas, eleições de Jânio Quadros e de Fernando Collor, e golpe de 1964.

É neste momento que ingressa no debate Cesar Benjamin. Fundador do PT e um dos cérebros da campanha de 1989, César deixou o partido há dez anos em pé de guerra com a tendência Arti-

culação, que classifica como "ovo da serpente". As práticas corruptas de hoje seriam "o desdobramento de uma ação sistemática da qual Lula tinha amplo conhecimento, financiamentos heterodoxos em uma escala que o partido não conhecia". A esquerda brasileira coleciona erros históricos, ressalta Benjamin, mas nunca esse tipo de prática. "(Karl) Marx falava no 'poder dissolvente' do dinheiro. A esquerda não teve estrutura para resistir a esse poder. Lamento que tudo tenha chegado a público não pela esquerda, mas pelo Roberto Jefferson. Todos se acomodaram."

Para o ex-petista, o vazio pós-PT pode abrir espaço para uma força que vocalize o anseio por uma "alternativa ao liberalismo" de Fernando Henrique e Lula. Cita nomes que poderiam liderar uma aliança da classe média com os po-

A renúncia é uma perspectiva mais plausível do que o impeachment.
Ele ficou a pé

Maria Celina D'Araújo

bres: o vice José Alencar (PL), a senadora Heloísa Helena (PSOL) ou Garotinho. Tem a concordância dos debatedores quando afirma que o crepúsculo do PT, após 25 anos de construção de sua hegemonia, pode ser o fim de mais um ciclo da esquerda brasileira. Ele identifica os pólos desta diáspora em três vertentes: a esquerda do PT, o PSOL e o campo dos movimentos sociais.

A unanimidade mais visível entre os intelectuais é a necessidade da reforma política. Jaguaribe defende voto distrital, fidelidade e dispositivos para formar majorias estáveis, inclusive o parlamentarismo. O sistema atual seria inviável e esquizofrênico. "O PSDB é centro-esquerda e se alia ao PP, de centro-direita; e o PT, de esquerda, se junta a partidos malandros e fisiológicos, pagando com a respeitabilidade ética

“Sou contra o parlamentarismo. É um sistema em que o povo se sente espoliado”

Antônio Carlos Peixoto

ca." Sua defesa mais apaixonada é da aliança PSDB-PT. "Mas alguém precisa convencer Fernando Henrique de que ele fez uma gestão neoliberal e só pode entrar na História como desenvolvimentista se liderar esta frente com Lula, a grande solução do Brasil."

Os planos da equipe econômica de comprimir ainda mais os gastos públicos com vistas ao déficit nominal zero, na avaliação de Benjamin, é um caminho oposto ao do desenvolvimento. "Seria o fim antecipado do governo." Ele acha que Lula radicalizou nas medidas neoliberais, pró-elites, e ampliou as ações assistenciais para os pobres. "Mas não houve a aliança com a classe média nem projeto estratégico de nação que englobe as grandes massas dos centros urbanos." Isso acontece, segundo Jaguaribe, porque os políticos só conseguem ver duas opções: liberalismo ou populismo. "É um suicídio o Brasil não enxergar um caminho diferente."

Maria Celina frisa que não há crise institucional: "O problema é do PT e sua inabilidade, não do Brasil, e não devemos correr feito loucos para

fazer uma reforma movida a Roberto Jefferson." Antônio Carlos Peixoto pondera que a crise prova a inviabilidade das regras atuais: "A forma pela qual o Executivo compõe maioria é uma crise em si mesmo." O inchaço artificial das legendas aliadas, estimulado pelo governo, e a compra de deputados para controlar o Legislativo, segundo ele, "atentam contra o princípio constitucional da independência dos Poderes".

Os intelectuais acham que, paradoxalmente, a crise pode render bons frutos para a democracia, pois aumenta a consciência de que é hora de mudar as regras do jogo. Não para garantir a sobrevivência dos que protagonizam a cena política, mas para tirar a política do mundo dos mensalões. A indignação com as denúncias de corrupção mostrou a ojeriza do País às práticas "não republicanas" – termo popularizado justamente pela figura que tem atraído mais acusações sobre esse tipo de negociação, o deputado Roberto Jefferson. Eurico Figueiredo ressalta que "nenhum país deu, em tão pouco tempo, tantas respostas à demanda pelo combate à corrupção". Ele diz que só se poderia falar em crise institucional se entrasse em ação um ator que está totalmente fora do jogo: as Forças Armadas. "É até anacrônico falar sobre isso porque os militares não têm projeto de poder nem autoridade para entrar no processo", reforça Maria Celina. Ela também descarta a eleição de um aventureiro em 2006, fora dos partidos com capilaridade nacional. "Nossa fase de aventuras já acabou." ■

"É POSSÍVEL REAGIR"

A bandeira da correção e da ética na política, que era do PT, foi literalmente destruída. Petistas de primeira hora, como a cientista social Maria Victória Benevides – filiada ao partido há 25 anos –, estão convictos disso. Professora da Faculdade de Educação da USP e integrante de uma Comissão de Ética Pública do Palácio do Planalto, Maria Victória não imaginava, no entanto, um desfecho trágico para a crise política enfrentada pelo governo e o

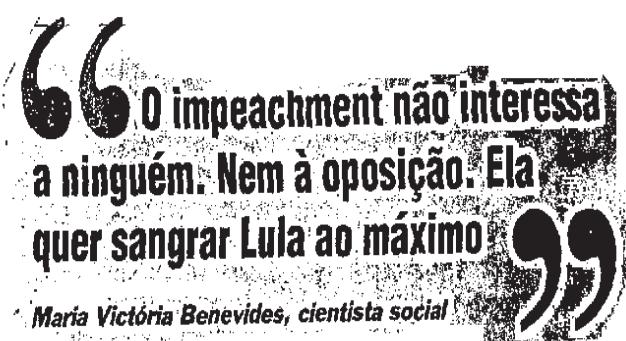
PT. Descarta hipóteses como renúncia ou impeachment – "que não interessam nem à oposição" – e espera que o PT reveja a composição de sua direção, para a qual convoque quadros "com ampla credibilidade política, intelectual e ética". Diz também temer "a exacerbada política" da oposição, que, em 1954, teria levado Getúlio Vargas ao suicídio.

ISTOÉ – Qual sua avaliação da crise?
Maria Victória Benevides – Há inte-

tesse do PT em recuperar uma bandeira que foi sempre sua, que é a da correção e da ética na política e que, agora, foi literalmente destroçada. Mas é possível reagir a isso. O PT já passou por muitas outras crises, como na greve dos bóias-frias em Leme (SP), em 1986, quando morreram dois trabalhadores, e nos momentos de disputa eleitoral em que disseram que o partido ia confiscar a poupança e exigir a divisão de propriedades.

ISTOÉ – E qual será o desfecho?

Maria Victória – Arrastar o governo sob críticas, até a eleição, é o sonho dourado da oposição. Não acredito em renúncia do Lula nem que ele saia do PT. O Lula precisa do partido como o partido precisa do Lula. O impeachment também não interessa a ninguém. Nem à oposição. Ela quer sangrar Lula ao máximo para melhorar as chances de voltarem como salvadores da pátria. E é preciso distinguir o que é crise real no jogo político parlamentar/partidário/pesadíssimo da oposição. É claro que ela vai explorar os fatos ao máximo. Vamos lembrar 1954, quando a exacerbada política levou ao



suicídio de Getúlio, que era uma pessoa honrada e foi transformada em mandante de assassinato. Hoje, a oposição não tem nenhum interesse em levar a uma situação de golpe, na qual seria beneficiada, mas ficaria comprometida. Os oposicionistas farão tudo para comprometer Lula e o PT, mas não para desestabilizar o governo. Até porque a política econômica do governo interessa à oposição. Pelo menos ao PSDB e ao PFL.

ISTOÉ – E qual será a resposta do PT? Seus militantes estão abatidos...

Maria Victória – O governo e o parti-

do podem conseguir um apoio popular razoável. É difícil, mas não é impossível. Seria um apoio no sentido de retomar a credibilidade, principalmente nas suas bases, que sempre foram os movimentos populares e sociais, a Igreja progressista e os sindicalistas. E isso só será possível através de alguma mudança significativa na política macroeconômica. O Diretório Nacional do PT também deve rever sua composição e convocar pessoas que tenham uma ampla credibilidade política, intelectual e ética.

GILBERTO NASCIMENTO

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O Nobel da distração”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 3 de agosto do corrente.

Segundo o autor, O ex-ministro José Dirceu, em seu depoimento no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, no último dia 2 de agosto, “ficou do tamanho de um ‘chicaneiro’, esses advogados mambembes que usam os argumentos mais toscos e covardes para livrar seus clientes da cadeia ou de algum outro tipo de punição”.

Ainda segundo o autor, o ex-ministro foi falso e covarde, ao tentar dissociar-se do Partido dos Trabalhadores, do qual é militante desde a sua fundação e do qual foi presidente por sete anos e secretário-geral por outros cinco.

Concluindo, Sr., Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

C L Ó V I S R O S S I

O Nobel da distração

SÃO PAULO - José Dirceu entrou para o depoimento ao Conselho de Ética arrotando sua história de herói revolucionário e saiu do tamanho de Roberto Jefferson, que se auto-intitulou certa vez, adequadamente, como "troglodita".

Dirceu ficou do tamanho de um "chicaneiro", esses advogados mambembes que usam os argumentos mais toscos e covardes para livrar seus clientes da cadeia ou de algum outro tipo de punição.

Foi covarde, por exemplo, ao disso ciar-se do partido do qual se orgulha de ser militante desde a fundação, faz 25 anos. "Não assumo atos da direção executiva do PT", afirmou, como se esta fosse constituída de ETs, absolutamente estranhos para Dirceu.

Falso, como ele próprio admitiria ao falar das relações de "franqueza e lealdade com José Genoino, Delúbio Soares e Sílvio Pereira" os três sobre os quais agora se tenta jogar toda a culpa pelos trambiqueiros.

Que diabo de franqueza e lealdade é essa pela qual se omite de quem foi presidente do partido por sete anos e

seu secretário-geral por outros cinco os "atos" de que agora se envergonha Dirceu?

Que diabo de político mambembe é esse que, tendo participado do alto comando petista por 12 anos, não percebeu que os seus colegas eram capazes de praticar "atos" capazes de gerar o que o próprio Dirceu chamou de "tragédia" do PT?

É, diga-se, o mesmo dirigente político que conviveu durante 13 anos com um certo Waldomiro Diniz e, ainda assim, foi incapaz de notar nele qualquer tendência delinqüencial, a ponto de levá-lo para o coração do governo, posição a partir da qual negociava com delinqüentes.

Mesmo que, num ato de insana ingenuidade, se aceite que Dirceu ignorava tudo o que se passava no seu partido e nas relações dele com o governo e com a base aliada, fica evidente que se trata de um tolinho profundamente distraído. O que é incompatível com o exercício de funções de responsabilidade.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL.)
Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "A agenda mínima do PSDB", de autoria do jornalista Ribamar Oliveira, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 1º de agosto do corrente.

O artigo trata do anúncio feito pelo Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, de que o partido irá propor uma agenda mínima para o País fazendo, assim, diminuir a temperatura política que ameaçava atingir um grau de combustão. O artigo mostra, ainda, que, para o PSDB, essa proposta não implica em qualquer tipo

de acordo para paralisar ou abafar as investigações da CPI dos Correios.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

RIBAMAR OLIVEIRA

A agenda mínima do PSDB

O anúncio feito na quarta-feira passada pelo líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), de que seu partido vai propor uma "agenda mínima" para o País, ajudou a reduzir a temperatura política que ameaçava atingir um grau de combustão. Enganam-se, no entanto, aqueles que acham que a construção dessa agenda será uma tarefa fácil.

Virgílio disse que os tucanos pretendem, por exemplo, votar um projeto de lei que dê autonomia operacional ao Banco Central. Esta é uma proposta defendida há algum tempo pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que chegou a prometer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) o envio de um projeto nesse sentido ao Congresso Nacional. O líder do PSDB coloca, no entanto, uma condição. "Antes, o Meirelles precisa ser demitido do cargo", afirmou Virgílio, em conversa com este colunista, numa referência ao atual presidente do BC, Henrique Meirelles.

Como é sabido, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu inquérito, a pedido da Procuradoria Geral da República, para investigar suspeita de envolvimento de Meirelles com sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crime eleitoral. Arthur Virgílio acha que o governando pode manter Meirelles no cargo na situação em que se encontra.

O líder tucano chama a atenção também para o status de ministro que o governo concedeu ao presidente do BC que, na sua opinião, é incompatível com a noção de autonomia da instituição. Por definição, argumenta Virgílio, o ministro é subordinado ao presidente da República e deve fazer o que ele mandar.

A conclusão da reforma tributária na Câmara é outro item que deve constar da "agenda mínima" dos tucanos, segundo Virgílio. "É fundamental para a economia do País que essa reforma seja concluída e estamos dispostos a isso", anuncia. É bom lembrar que as negociações foram paralisadas por iniciativa do próprio governo, diante de dois obstáculos principais.

O primeiro deles foi a oposição dos governadores da Região Centro-Oeste, que não aceitam o fim dos incentivos fiscais. O entendimento dos governadores é que a chamada "guerra fiscal" é a única saída para a industrialização de seus Estados. Eles alegam também que terão perdas expressivas de receita com a nova tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); incidente sobre gêneros de primeira necessidade, que são a base de suas economias.

Os governadores do Nordeste, por sua vez, querem mais dinheiro para o Fundo de Desenvolvimento Regional, que será

uma espécie de compensação pelo fim dos incentivos fiscais. Além disso, eles reivindicam que os recursos que vão constituir o novo Fundo não asejam a composição dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Como é a União que vai perder receita, as negociações não avançaram.

Essas dificuldades mostram que a aprovação da reforma tributária, que basicamente prevê a unificação do ICMS, não depende apenas do apoio dos tucanos. Ao contrário, as resistências maiores sempre partiram dos partidos da base aliada. Mas

é evidente que o apoio declarado do PSDB ajuda na busca de um entendimento.

Da "agenda mínima" dos tucanos não constará, segundo Arthur Virgílio, a proposta de reforma sindical que foi encaminhada ao Congresso pelo governo. "Aqui é uma forma de tramar mais dinheiro para a CUT e para as outras centrais sindicais", sentenciou o líder tucano. Em troca, Virgílio propõe a discussão de um projeto de reforma trabalhista para permitir que o negociado livremente entre patrões e empregados prevaleça sobre o legislado. "Essa é a mudança que vai facilitar a contratação de trabalhadores, o aumento do emprego e o crescimento da economia", observou.

Para o líder tucano, a realidade que surge da atual crise impõe uma reforma do sistema político-eleitoral, e ela deve constar da agenda mínima para o País. Virgílio avisou que o governo não deve contar com o PSDB se a intenção for apelar a de votar medidas provisórias e projetos que não são essenciais à retomada do crescimento econômico. "Se for para votar mesmices, não queremos." A agenda do PSDB, que será anunciada nos próximos dias, terá outros pontos que ainda estão sendo objeto de discussões internas.

As denúncias continuadas, algumas delas envolvendo personagens importantes da cena política, provocaram desgaste considerável nas relações dos líderes partidários. Por isso, a tarefa de construir uma agenda para o País neste momento de crise será ainda mais difícil. A oposição começou a questionar os interlocutores do governo. "Não pretendendo perder mais um minuto do meu tempo com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos", disse Virgílio. Para o líder tucano, o ministro se desqualificou como interlocutor porque teria virado advogado de defesa dos petistas envolvidos com a CPI e abdicado de sua função de magistrado.

O senador tucano criticou duramente também o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo Virgílio, abancado do PSDB já não aceita negociar com Mercadante. "Ele sofreu um forte desgaste", diz. Virgílio acusa Mercadante de ter participado da elaboração de um plano para caracterizar o presidente do FSB, senador Eduardo Azeredo (MG), como responsável pela montagem do esquema ilícito de arrecadação de fundos para campanhas políticas do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. "Esse é um novo Plano Cohen", disse o líder tucano.

O Plano Cohen foi um documento que revelava um suposto plano elaborado pela Internationale Comunista para a tomada de poder pelos comunistas brasileiros. Comprovou-se, mais tarde, que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo.

Na avaliação de Virgílio, o ministro Antônio Palocci é o interlocutor possível do governo. "Com ele dá para conversar", afirmou, depois de elogiar as qualidades éticas do ministro. Mesmo disposto a um entendimento em torno de uma agenda mínima para o País, Virgílio avisou que o PSDB não aceitará qualquer tipo de acordo que implique paralisar ou abafar as investigações da CPI dos Correios. "As investigações terão que ir até o fundo e não vamos passar a mão na cabeça de ninguém." Na opinião do líder do PSDB, o potencial da atual crise política não está esgotado. "Não sabemos ainda quando sairá a última denúncia", alertou. ■

Líder tucano aceita projeto de autonomia do Banco Central, mas quer Meirelles fora do cargo

As maiores sempre partiram dos partidos da base aliada. Mas

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “De crenças e credices”, de autoria de Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 26 de julho do corrente.

Para o Presidente Lula não há Marcos Valério, não há cueca, não há Telemar, não há saques milionários, não há Land Rover. O que existe é apenas uma luta de classes onde a elite deseja a ruína do Presidente. Esse é o discurso populista que Lula usa para enganar

aqueles que não querem ver nem ouvir mas apenas acreditar, é uma fala para o coração e não à razão.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

ELIANE CANTANHÊDE

De crenças e credices

BRASÍLIA - *Lula continua no mesmo lugar onde sempre esteve: no palanque. Foi líder sindical, enfrentou a ditadura, disputou eleição ultrás de eleição, virou deputado e chegou a presidente como palanqueiro. É o melhor que sabe fazer na vida. Mas, agora, até nisso está derrapando.*

Nos discursos no Planalto, abusa do fato errado, na hora errada, para o público errado. País afora, fala como candidato, não como presidente atolado numa crise sem precedentes e devendo sérias explicações à nação.

Não há Marcos Valério, não há cueca, não há Telemar, não há saques milionários, não hui Land Rover? E a cúpula do governo e do PT não caiu como um castelo de cartas? Na versão Lula, tudo se resume à luta de classes. O povoão, nadando em fartura (com o Fome Zero e o Primeiro Emprego?!), contra banqueiros, empresários, imprensa e a CIA, que pegam em armas contra a política econômica Robin Hood, revolucionária.

Lula está cercado de marqueteiros, de ministros que mal conhece e de um partido esfacelado, mas “confia no seu tacô” — ou seja, no seu discurso populista. Fala para quem não quer ver nem ouvir, só acreditar. Fala ao coração, não à razão.

Com a credibilidade ladeira abaixo, o presidente dialoga com as classes “C”, “D” e “E”, reforçando um pronomé: “nós”. A elite de um lado, “nós” de outro. Mesmo entre escolarizados, há quem acredite.

Tal como leitores da Universal defendem ardenteiramente o direito de seus bispos de comprar jatinhos de R\$ 57 milhões com o dízimo amealhado de miseráveis, petistas roxos creem piamente que não há escândalos, só há uma guerra dos ricos e poderosos contra o pobrezinho do operário.

Políticos manipulam a boa-fé de milhões, especialmente num país desigual como o Brasil. Mas o pior cego é o que não quer ver.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Ney Suassuna

Prazo final: 19.8.2005

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relatora revisora: Senadora Ana Júlia Carepa

Prazo final: 16.9.2005

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 599, de 2005 - art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de origem), que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências.* (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer favorável, sob nº 1.059, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 31,
DE 2000
(Votação nominal)**

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2002
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 87, DE 2003****(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12,**DE 2004****(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 59, DE 2004**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 54, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre inscrições em Braile nos medicamentos.*

Parecer sob nº 1.080, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 96, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001 (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que *altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro* (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico).

Parecer sob nº 476, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Sibá Machado.

12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 82, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.*

Parecer favorável, sob nº 1.023, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 14, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975* (dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).

Parecer sob nº 94, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad

hoc: Senadora Ideli Salvatti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta, com voto em separado do Senador Flávio Arns.

14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, e

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

16
REQUERIMENTO Nº 579, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 579, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, de sua autoria.

17
REQUERIMENTO Nº 598, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 598, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 32 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 05 DE AGOSTO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na linha das preocupações do Senador Pedro Simon.

Nossa responsabilidade cresce num momento de grande indignação nacional em relação à palavra pronunciada. Há tanto descrédito, tanto inconformismo, desesperança, que não temos o direito de vender ilusões e de falsear, através das palavras, a realidade dos fatos.

É por isso que me lembro de provérbio indiano que diz: “quando falares, cuida para que as palavras sejam melhores do que o silêncio”. Esse é um projeto sábio do povo indiano. Com ele devemos aprender, sobretudo neste momento de crise moral que se abate sobre a classe política brasileira.

Em que pese as deficiências, as fragilidades naturais e conhecidas, a Comissão Parlamentar de Inquérito cumpriu bem o seu dever naquela que eu considero ser a primeira etapa. Ou seja, propôs transparência, colocou o mal à luz para que ele possa ser combatido, estabeleceu uma interação com a sociedade, que participa de forma essencial, contribuindo com sugestões, com críticas e com denúncias, através dos mais diversos instrumentos de comunicação com o Congresso Nacional, sobretudo aqueles disponibilizados pelo próprio Congresso Nacional: a TV Senado, a Rádio Senado, o **Jornal do Senado** e, principalmente, a Internet. A utilização de **e-mails** como forma de denunciar fatos tem sido da maior importância para o trabalho de investigação que a Comissão vem realizando.

Esta semana, sobretudo, avançamos muito. Não pelos depoimentos havidos, porque eles confirmam a tese da mentira como regra entre os depoentes que procuram, como linha de defesa, armar versões as mais estapafúrdias possíveis, na esperança de driblar a realidade. O que ocorreu nesta semana foi a apresentação de provas materiais. Faltou apenas

a prisão do Sr. Marcos Valério para que a pressão sobre ele se completasse e ele pudesse informar mais, apresentar mais documentos. Mas a pressão do Parlamento, da imprensa, da opinião pública já fez com que recuasse um pouco da versão fantasiosa que apresentou inicialmente e oferecesse documentos que comprovam, sim, a existência do pagamento de propinas a Parlamentares do Congresso Nacional. Ou seja, essas provas materiais apresentadas tanto por Marcos Valério como por Simone Vasconcelos, diretora financeira da agência SMP&B, são provas indiscutíveis, inquestionáveis, que desmontam, de forma definitiva, a tese espúria de que nós estaríamos investigando única e exclusivamente corrupção eleitoral. Há muito mais do que corrupção eleitoral nesse jogo espúrio que estabeleceu relação promíscua de Executivo, Legislativo, partidos políticos e alguns políticos filiados a várias agremiações partidárias.

Portanto, a tese fantasiosa de Marcos Valério e Delúbio Soares, corroborada pelo Presidente da República, em Paris, naquela triste entrevista, está, de forma cabal e definitiva, destruída pelas provas documentais, que nos autorizam, inclusive, se desejarmos... Confesso que, se fosse eu o Presidente dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – o Presidente Delcídio Amaral tem realizado, sim, um trabalho insuspeito, com muita competência e habilidade; respeito o seu posicionamento –, se fosse eu o Presidente, certamente, já estaria encaminhando à Mesa da Câmara dos Deputados um pedido formal de instalação do processo para a eventual cassação de mandatos parlamentares como decorrência das provas materiais já existentes e acumuladas pela CPMI dos Correios.

Estamos autorizados, também, exatamente em função dessas provas, no relatório final, a indicar pessoas, encaminhando ao Ministério Público para responsabilização civil e criminal. Mas não é tudo, Senador Sibá Machado. O que temos de provas materiais diz respeito a uma parcela daqueles que se envolveram nesse esquema de corrupção. Não alcançamos a todos e, principalmente, não identificamos, de forma material, documentada, aqueles que são os corruptores maiores, os artífices deste plano que levou o País a viver o maior escândalo de corrupção de toda a sua história, com repercussões internacionais de conseqüências imprevisíveis ainda.

Mas quero, neste momento, diante destes fatos, dizer que essa tentativa de colocar sobre os ombros da CPMI a hipótese de um eventual “acordão” não me parece sincera. Não há indícios, nesta CPMI, de que esteja em curso qualquer discussão de acordo. Aliás, isso seria dramático para esta instituição. A condenação seria inevitável. Se podemos fazer história, emergindo dos escombros provocados pelos escândalos de corrupção para um tempo novo, de maior respeitabilidade popular, acontecerá o contrário, pois seremos condenados de forma implacável pela sociedade e pela História se admitirmos sequer a hipótese de discutir qualquer modalidade de acordo para proteger alguns, blindar outros e, sobretudo, salvar personalidades da República. O que devemos salvar mesmo é a imagem do Parlamento. O que devemos proteger mesmo é o processo democrático, que não pode ser afetado, sobretudo pela desesperança da população em relação a seus objetivos finais. Então, não há acordo, não há “acordão”, não há discussão deste tema e nós queremos repudiar de forma veemente e frontal qualquer iniciativa da natureza.

É evidente que um fato da maior gravidade explodiu também nesta semana: a história da Portugal Telecom. Uma história muito mal contada, mas com ingredientes que nos permitem já concluir ter, lamentavelmente, ocorrido uma tentativa de negócio privado sob as asas do Poder Público nacional, configurando a confusão que se dá desde o início da gestão do Presidente Lula.

Vejam! Eu tenho o cuidado de não se injusto, de não ser incorreto, de evitar generalização. É evidente que há, no PT, pessoas fantásticas politicamente, de dignidade, decência e honradez indiscutíveis. Mas a confusão se fez desde a posse do Presidente Lula, não da parte daqueles que construíram a história maravilhosa do PT durante 25 anos, mas daqueles que assumiram o comando do País depois da vitória nas eleições. Já a solenidade de posse do Presidente Lula, que é uma solenidade oficial da maior importância da responsabilidade exclusiva do Poder Público, o PT atribuiu a si essa responsabilidade, e o Sr. Delúbio Soares declarou, recentemente, que as despesas desses festejos foram pagas, também, com recursos que tiveram origem nas agências do Sr. Marcos Valério.

Ou seja, a confusão entre o que é Partido e o que é Governo, o que é público e o que é privado, se

estabeleceu desde a posse do Presidente Lula. Com isso, escrúpulos para o ar, portas escancaradas para irregularidades e para a corrupção deplorável que estamos agora investigando.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é exatamente na esteira desse procedimento inadequado que ocorrem os entendimentos para esse negócio com a Portugal Telecom, a partir do Palácio do Planalto, no quarto andar, no Gabinete Civil, com a presença do Ministro José Dirceu, não só pelas anotações na sua agenda, mas pelo depoimento de quem participou, em nome do PTB, autorizando o acompanhamento de um dos seus membros, de um dos dirigentes. É evidente que houve esse entendimento em Portugal, conduzido pelo Sr. Marcos Valério.

Não vamos chegar a lugar algum. A CPMI aprovou a solicitação de informações da Embaixada em Portugal, da Casa Civil, do Ministério das Relações Exteriores. Obviamente, receberemos respostas diplomáticas e formais que não esclarecerão; ao contrário, desinformarão. Não teremos condições de investigar porque não houve materialidade, não houve conclusão do negócio, mas que houve armação espúria com associação indevida do que é público e do que é privado, na tentativa de se concretizar um negócio de valores financeiros significativos, não há dúvida alguma.

Isso é muito grave, isso não deveria ter acontecido, isso não poderia estar acontecendo, sobretudo sob a égide de um Governo que se dizia popular, que foi carregado pelas ondas da esperança do povo até o Palácio do Planalto para promover mudanças e não para implantar um sistema corrupto de relacionamento entre o Poder Público e o setor privado no País.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado, com prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sobre este assunto, ainda ontem, o Ministro Celso Amorim fez divulgar a notícia de que a Embaixada do Brasil em Portugal, tomando conhecimento desses fatos e a pedido do próprio Ministro, fez a conversa com o Governo português, que desmentiu e desfez a notícia. Marcos Valério, se esteve em Portugal, tratou de assuntos pessoais. Nem o Governo português, em momento algum, nem essa empresa teriam tratado com Marcos Valério como representante do Gover-

no brasileiro, como assim está sendo dito. Considero muito importante solicitar do Ministro Celso Amorim um documento por escrito à CPMI, para que não pare dúvida sobre a notícia que veio da Embaixada do Brasil. Fui informado de que havia vontade na CPMI de se fazer uma diligência a Portugal, até mesmo para que se fizesse a conversa pessoalmente com o Ministro português, com a empresa Portugal Telecom ou com as pessoas que receberam Marcos Valério. Imaginei que a CPMI dos Correios tivesse aprovado isso. Não pude participar da reunião da CPMI dos Correios porque estava na CPMI do Mensalão, da Compra de Votos, ouvindo o Deputado Roberto Jefferson. Porém, acredito que seriam importantes uma nota oficial do Itamaraty ou mesmo uma visita, se necessária. Defendo isso porque não pode pairar essa dúvida. Se há qualquer tipo de indício dessa natureza, isso é muito forte; mas, se não há, gostaria que esse assunto fosse encerrado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Como V. Ex^a e outras pessoas estão preocupadas com o assunto, imaginei que a CPMI pudesse fazer a diligência. Se não puder, pelo menos o Ministro Celso Amorim poderia fazer chegar às mãos de todos os membros da Comissão, principalmente do Presidente, um esclarecimento sobre o fato. Outra coisa rápida sobre o que estamos assistindo, nessa história de debates sobre acordo. Mais do que ninguém – falo em meu nome e não em nome dos demais –, há um interesse muito forte de nossa parte, principalmente de membros do Partido dos Trabalhadores, na investigação, porque queremos mesmo separar esse problema da história do PT. Precisamos e devemos isso ao Brasil. Devemos isso aos nossos quase um milhão de filiados, para que a nossa história seja retomada, para que as pessoas voltem às ruas com tranquilidade e façam os embates que sempre fizeram. Portanto, da nossa parte, vou defender em qualquer momento, se essa história vier a aparecer, porque, até o presente momento, dela não tomei conhecimento nem pela Bancada nem pelos fóruns partidários. Mas, se por ventura alguma coisa nessa direção aparecer, pode ficar V. Ex^a sossegado que nós, mais do que ninguém, queremos o encerramento dessa investigação, com o resultado necessário, como já disse o Senador Pedro Simon. É preciso que alguém pa-

gue mais caro do que uma simples pena de perda de mandato, porque é muito fácil retornar depois, com o voto popular, e receber, digamos assim, um salvo-conduto para continuar fazendo esse tipo de prática. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado. V. Ex^a tem razão. Aqueles que são dignos no PT devem realmente desejar que se investiguem cabalmente os fatos e contribuir para isso. Os políticos corruptos ou não passam; o Partido fica, com seu programa, com seu ideário, com seus objetivos, com seus sonhos, com suas esperanças e com sua missão de promover transformações que permitam ao brasileiro viver num País próspero e mais justo. É o que todos nós, homens de bem, desejamos.

Quanto à Portugal Telecom, antecipei-me a V. Ex^a, já alertando para a versão que V. Ex^a destaca, a versão oficial de que o Sr. Marcos Valério não estava autorizado a falar em nome do Governo. Por isso, antecipei-me, afirmando que não chegaremos a lugar algum. Em que pesem os indícios fortíssimos, não houve materialização, e, portanto, não teremos como provar.

Queremos, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, que, a partir de agora, depois das provas documentais já apresentadas, que alcançam uma parcela dos envolvidos nesse modelo de corrupção, aprofundemos nesse assunto, na tentativa de alcançar realmente os articuladores, os idealizadores e os operadores desse modelo de corrupção que nos está infelicitando.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se não alcançarmos os responsáveis principais, mantendo aquele conceito de que a corda arrebenta sempre do lado mais fraco, ficaremos devendo muito em matéria de respostas à sociedade brasileira.

A sociedade exige respostas convincentes, e esta é a complexidade da nossa tarefa, sem dúvida alguma: evitar alcançar injustamente pessoas de bem, mas alcançar com a veemência, com a contundência indispensável, com o rigor exemplar, aqueles que promoveram esse deplorável espetáculo de corrupção, sem dúvida o maior da nossa história.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3208 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009.028/05-6,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2857, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3263, de 28/06/2005, que nomeou **TERESA CRISTINA TORMIM** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wirlande da Luz, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 08 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3209 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **012166/05-7**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARINES BIASI**, matrícula n.º 185015, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 08 de agosto de 2005



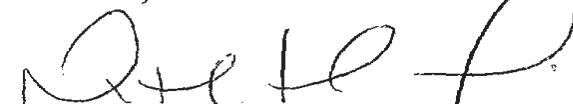
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3210, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.154/05-9**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **BÁRBARA NEPOMUCENO DE QUEIROZ CORRÊA**, matrícula n.º 188885, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 08 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3211, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012168/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CIRO DIAS TAVARES**, matrícula n.º 190072, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 03 de agosto de 2005.

Senado Federal, em 08 de agosto de 2005.

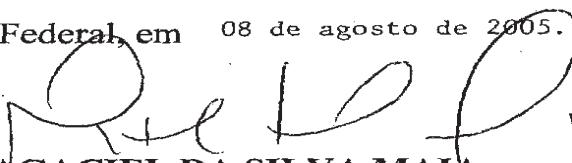

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3212 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012210/05-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIELLA PADILHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jonas Pinheiro.

Senado Federal, em 08 de agosto de 2005.

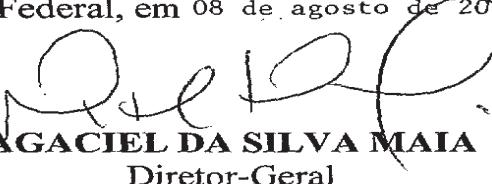

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3213 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012230/05-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSA MONICA ROLDÃO BRUM** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 08 de agosto de 2005.

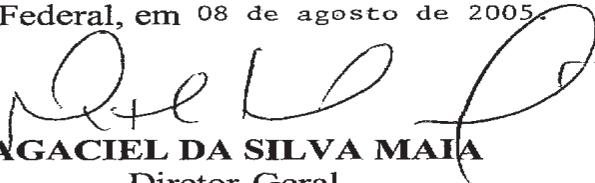

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3214 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012180/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIZABETE FERREIRA DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 08 de agosto de 2005.



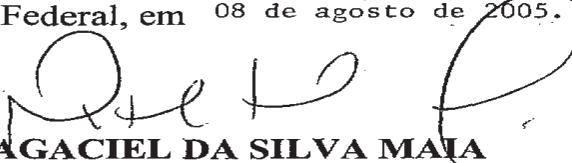
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3215 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012185/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CÁSSIA QUEIROZ PINTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Salgado.

Senado Federal, em 08 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52^a LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
		PMDB	Garibaldi Alves Filho
		PFL	José Agripino
		SANTA CATARINA	
BLOCO - PT	RIO DE JANEIRO	PFL	Jorge Bornhausen
PL	Roberto Saturnino	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Marcelo Crivella	PSDB	Leonel Pavan
		P - SOL	ALAGOAS
PMDB	Sérgio Cabral	PMDB	Heloísa Helena
		PSDB	Renan Calheiros
		PFL	Teotônio Vilela Filho
		PSDB	SERGIPE
PMDB	MARANHÃO	PFL	Maria do Carmo Alves
PFL	Ribamar Fiquene	PSDB	Almeida Lima
PMDB	Edison Lobão	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
		PMDB	AMAZONAS
PMDB	Mauro Fecury	PSDB	Gilberto Mestrinho
		PDT	Arthur Virgílio
		PSDB	Jefferson Peres
		PFL	PARANÁ
PMD	PARÁ	PSDB	Alvaro Dias
BLOCO - PT	Luiz Otávio	BLOCO - PT	Flávio Arns
PSDB	Ana Júlia Carepa	PDT	Osmar Dias
			ACRE
PSDB	Flexa Ribeiro	BLOCO - PT	Tião Viana
		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
		BLOCO - PT	Sibá Machado
		PDT	MATO GROSSO DO SUL
		BLOCO - PT	Juvêncio da Fonseca
		PMDB	Delcídio Amaral
		PP	Ramez Tebet
		BLOCO - PT	DISTRITO FEDERAL
		PFL	Valmir Amaral
		PSDB	Cristovam Buarque
		PSB	Paulo Octávio
		PMDB	TOCANTINS
		PFL	Eduardo Siqueira Campos
		PSDB	Nezinho Alencar
		PSB	Leomar Quintanilha
		PMDB	AMAPÁ
		PMD	José Sarney
		BLOCO - PSB	João Capiberibe
		PMDB	Papaléo Paes
		PMDB	RONDÔNIA
		BLOCO - PT	Amir Lando
		PMDB	Fátima Cleide
		PTB	Valdir Raupp
		PDT	RORAIMA
		PMDB	Mozarildo Cavalcanti
		PMD	Augusto Botelho
		PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mãe Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					
(atualizada em 09.08.2004)					

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	-----------------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcem@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 166 PÁGINAS